

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

“MENOS MARX, MAIS MISES”:
UMA GÊNESE DA NOVA DIREITA BRASILEIRA
(2006-2018)

CAMILA ROCHA

SÃO PAULO
2018

CAMILA ROCHA

“Menos marx, mais Mises”:
Uma gênese da nova direita brasileira
(2006-2018)

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política
da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo para obtenção do título
de Doutora em Ciência Política.

Área de Concentração:
Comportamento Político

Orientador:
Prof. Dr. Adrian Gurza Lavalle

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R672" Rocha, Camila
"Menos marx, mais Mises": Uma gênese da nova
direita brasileira (2006-2018) / Camila Rocha ;
orientador Adrian Gurza Lavalle. - São Paulo, 2018.
232 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Nova direita brasileira. 2. Contra-públicos.
3. Ultraliberalismo. 4. Conservadorismo. I. Lavalle,
Adrian Gurza, orient. II. Título.

Para Cibele Bastos

AGRADECIMENTOS

A Bernardo Santoro, Cibele Bastos, Diego Reis e Lucas Berlanza pela amizade e confiança em meu trabalho, bem como a todas as pessoas que entrevistei para a tese e que também me ajudaram a contatar outros possíveis entrevistados. A realização desta investigação certamente me tornou uma pessoa mais humana e democrática. Fiz o meu melhor para poder retribuir a generosidade de todas e todos com a análise empreendida aqui sobre este capítulo da política brasileira do qual fizeram parte.

Ao meu orientador, Adrian Gurza Lavalle, que me estimulou a utilizar fontes primárias, organizar um encontro sobre o meu tema de pesquisa, refletir sobre meus objetivos, e me acolheu muito bem quando meu filho Samuel veio ao mundo durante o período da pesquisa. Em todos os momentos que precisei pude contar com sua atenção, extrema argúcia, simpatia e bom-humor.

Às professoras e professores, colegas, amigas e amigos, funcionárias e funcionários do Departamento de Ciência Política da USP, que me proporcionaram um estimulante ambiente de aprendizado e amizade, bem como aos membros dos grupos de estudos ligados ao Núcleo Direito e Democracia do CEBRAP, especialmente Jonas Medeiros. Jonas é um dos mais promissores sociólogos da nossa geração e seu rigor, perspicácia e amizade foram imprescindíveis durante o processo de produção desta tese.

A Adriano Codato, Breno Bringel, Cícero Araújo, José Szwako, Jorge Chaloub, Luís Fernando Ayerbe, Mariana Gené, Mariana Heredia, Pedro Luiz Lima, Raphael Neves, Rúrion Melo, e aos colegas do IESP-RJ e da UFMG pelas críticas e comentários a versões preliminares deste trabalho realizados durante minha banca de qualificação, apresentações em grupos de estudo, seminários e congressos. Às e aos pareceristas anônimos dos periódicos acadêmicos *MILLCAYAC – Revista Digital de Ciências Sociales* e *DADOS* pela leitura atenta e criteriosa dos artigos submetidos por mim relacionados à pesquisa que conduzi.

Ao CNPq, agradeço pela bolsa de doutorado que recebi durante quatro anos e quatro meses e que permitiu minha dedicação exclusiva à pesquisa científica.

A Bernardo Santoro, ex-diretor do Instituto Liberal, Hélio Beltrão Jr., do Instituto Mises Brasil, Erika Oliveira Silva e Paulo Rabello de Castro do Instituto Atlântico, por terem me recebido de forma calorosa e permitido que eu realizasse minha investigação em suas respectivas organizações. À Agatha Justino, do Instituto Atlântico, Liz McKenna, da Universidade de Berkeley, Lucas Berlanza, do Instituto Liberal, e Alex Catharino, da Editora LVM, por terem me acompanhado *in loco* na realização de entrevistas. A Fernando Barreto, *AKA* Nandona, e San Romanelli Assumpção que me acolheram durante minha pesquisa de campo no Rio de Janeiro e me presentearam com sua amizade e incentivo durante os últimos anos.

A André Kaysel, para além do constante apoio e do convite para escrever um capítulo no livro “Direita, Volver!”, agradeço também por ter ajudado a mim, Ariel Finguerut e Vinicius do Valle a organizar o *I Simpósio Direitas Brasileira* na USP em 2017. Aos membros da rede de historiadoras e historiadores *Direitas, História e Memória*, que aceitaram com entusiasmo a proposta que fiz de integrarem cientistas sociais à rede e me prestigiaram com a função de coordenadora ao lado de Jorge Chaloub. Aos argentinos Ernesto Bohoslavsky, Lorena Soler e Sergio Morresi por terem me recebido de braços abertos nos eventos acadêmicos realizados em seu país.

Aos queridos membros do *Dream Team*, Fanny Vrydagh, Esther Solano e Vinicius do Valle, valiosos companheiros de investigação sobre a nova direita brasileira a quem agradeço pela vibrante parceria e por todas as colaborações passadas, presentes e futuras.

Ao meu pai Olivaldo, pelo apoio inestimável a minha carreira nos últimos oito anos. Às minhas irmãs Cristina e Teresa por compartilharem da minha animação com meu trabalho. Ao meu marido, Leandro, pela compreensão, auxílio e encorajamento durante os momentos difíceis, além das discussões animadas sobre o meu objeto de pesquisa. Ao meu filho Samuel, que esteve comigo, antes e de depois de nascer, em entrevistas ao vivo e por Skype, eventos relacionados à pesquisa de campo, reuniões na USP e no CEBRAP, e congressos dentro e fora do Brasil, agradeço por sua companhia luminosa e pela imensidão que vem sendo minha experiência com a maternidade

“Bem, se você ficar só ouvindo, sem falar tanto, vou lhe contar todas as minhas ideias sobre a Casa do Espelho. Primeiro, há a sala que você pode ver através do espelho, só que as coisas trocam de lado. Gostaria tanto de saber se eles têm um fogo aceso no inverno: a gente nunca pode saber, a menos que o nosso fogo lance fumaça, e a fumaça chegue a essa sala também...Agora, os livros são mais ou menos como os nossos, só que as palavras estão ao contrário; sei porque segurei um dos nossos livros diante do espelho e eles seguraram um na outra sala. Oh, Kitty, como seria bom se pudéssemos atravessar para a Casa do Espelho! Vamos fazer de conta que é possível atravessar para lá de alguma maneira, Kitty. Vamos fazer de conta que o espelho ficou todo macio, como gaze, para podermos atravessá-lo. Ora veja, ele está virando uma espécie de bruma agora, está sim! Vai ser bem fácil atravessar...”

Lewis Carroll

Através do Espelho
e o que Alice encontrou por lá

RESUMO

O argumento principal que defendo nesta tese é que a formação de uma nova direita no Brasil é um amálgama ultraliberal-conservador cuja origem remonta à organização de contra-públicos digitais durante o auge do lulismo, entre 2006 e 2010. Para sustentar meu argumento realizo uma reconstrução histórica da atuação política da direita brasileira na esfera pública desde a década de 1940, passando pela formação destes contra-públicos na metade dos anos 2000 até as eleições de 2018, quando a nova direita chega ao poder. Meu foco principal, porém, recai na trajetória do contra-público ultraliberal, uma vez que este foi o único cujos membros foram capazes de se organizar institucionalmente na sociedade civil de forma precoce, isto é, ainda durante o auge do lulismo, o que foi decisivo para desencadear a Campanha Pró-Impeachment de Dilma de Rousseff (2014-2016) e para fortalecer outras iniciativas políticas que foram importantes para a constituição da nova direita. Empiricamente, me apoio em 30 entrevistas em profundidade realizadas com lideranças e militantes que participaram deste processo e dados coletados em uma pesquisa de campo levada à cabo entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2018.

PALAVRAS-CHAVE:

nova direita brasileira; contra-públicos; ultraliberalismo; conservadorismo;

ABSTRACT

The main argument of this thesis is that the Brazilian New Right is an ideological combination of libertarianism with conservatism and its origins are connected to the formation of digital counter-publics during the height of Lula's terms, between 2006 and 2010. In order to explain how this happened, I make a historical reconstruction of the Brazilian Political Right performance on the public sphere activities from the 1940s on, passing by the formation of these counter-publics in the middle of the 2000s, until the 2018 elections, when the new right comes to power. My main focus, however, lays on the trajectory of the libertarian counter-public, since this was the one whose members were able to organize themselves institutionally at an early stage, that is, during the height of Lula's terms, which was decisive to trigger Dilma Rousseff's Pro-Impeachment Campaign (2014-2016) and to strengthen other political initiatives that were important for the constitution of the Brazilian New Right. My empirical data is based on 30 in-depth interviews with political leaders and activists who took part in this political process and on informations gathered in a field research carried out between the second half of 2015 and the first half of 2018.

KEYWORDS:

Brazilian New Right; counter-publics; libertarianism; conservatism

SUMÁRIO

Introdução.....p.12

Capítulo 1. A direita como contra-público?.....p.24

1.1 Contra-publicidade, internet e democracia.....p.25

1.2 Investigando contra-públicos por meio de entrevistas em profundidade.....p.36

Capítulo 2. A difusão do ideário pró-mercado e a atuação da direita brasileira na esfera pública (1946-2006).....p.42

2.1 Ideologias políticas, macro-ideologias e ideologias modulares.....p.44

2.2 Os *think tanks* e a difusão internacional do ideário pró-mercado.....p.49

2.3 A direita brasileira e a divulgação do ideário pró-mercado (1946-1987).....p.59

2.4 O auge e o declínio dos *think tanks* pró-mercado no Brasil (1987-2006).....p.82

Capítulo 3. A formação da nova direita brasileira: do auge à crise do lulismo (2006-2018).....p.111

3.1 O escândalo do “mensalão”, a reeleição de Lula e a formação de contra-públicos digitais.....p.113

3.2 A institucionalização dos contra-públicos digitais (2007-2013)

3.3 Os contra-públicos ocupam as ruas: Junho de 2013 e a Campanha Pró-Impeachment (2014-2016).....p.136

3.4 O processo de consolidação da nova direita na cena cultural e no sistema político (2016-2018).....p.172

Considerações Finais.....p.193

Referências Bibliográficas.....p.196

Apêndice

1. Biografias das pessoas entrevistadas.....p.204

2. Questionário.....p.213

3. Linha do Tempo.....p.215

4. Quadro 1 Organizações e movimentos pró-mercado do Brasil (1983-2016).....p.216
5. Quadro 2 Candidaturas do Movimento Brasil Livre nas eleições de 2016.....p.217

Anexos

1. Imagens da comunidade do Orkut “Olavo de Carvalho”.....p.219
2. Imagens da comunidade do Orkut “Liberalismo Verdadeiro”.....p.227

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPE	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROG. ECONÔMICA E SOCIAL
ARENA	ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
CANSEI	MOVIMENTO CANSEI
CATO	CATO INSTITUTE
CEDES	CÂMARA DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CIEEP	CENTRO DE ÉTICA E ECONOMIA PERSONALISTA
DEM	DEMOCRATAS
EPL	ESTUDANTES PELA LIBERDADE
FEE	FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION
IA	INSTITUTO ATLÂNTICO
IBF	INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA
IEA	INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS
IEE	INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS
IFL-BH	INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES DE BELO HORIZONTE
IFL-RJ	INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES DO RIO DE JANEIRO
IFL-SP	INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES DE SÃO PAULO
IHS	INSTITUTE FOR HUMANE STUDIES
IL-PR	INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ
IL-RJ	INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO
IL-SP	INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO
ILIN	INSTITUTO LIBERAL DO NORDESTE
ILISP	INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO (II)
IMB	INSTITUTO MISES BRASIL
IMIL	INSTITUTO MILLENIUM
IPCO	INSTITUTO PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA
LÍBER	PARTIDO LIBERTÁRIO
MBL	MOVIMENTO BRASIL LIVRE
MDB	MOVIMENTO DEMOCRÁTICO NACIONAL
MEB	MOVIMENTO ENDIREITA BRASIL
NOVO	PARTIDO NOVO
PDS	PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL
PFL	PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PPB	PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
SFL	STUDENTS FOR LIBERTY

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2015 eu cheguei ao Rio de Janeiro com a intenção de passar um mês na cidade para coletar documentos históricos junto ao Instituto Liberal para minha tese de doutorado. Em março daquele ano as manifestações pró-impeachment haviam atingido um pico em termos de mobilização levando milhares de pessoas às ruas em São Paulo, fenômeno que se repetiu em menor grau em outras cidades brasileiras. Havia um clima de tensão política no ar que vinha se agravando desde a reeleição de Dilma Rousseff em meio ao qual o Partido dos Trabalhadores passava a ser percebido por um número cada vez maior de pessoas como a grande nêmesis da nação.

Minha ideia inicial quando programei minha ida ao Rio de Janeiro era realizar uma pesquisa em fontes primárias que me permitisse compreender as estratégias políticas das direitas que atuaram da redemocratização até a reeleição de Lula na sociedade civil por meio de *think tanks* pró-mercado, entre os quais se destacava o Instituto Liberal. Porém, em meio ao cenário político que se desenrolava, eu comecei a imaginar que seria impossível conseguir os documentos que precisava e pensei em desistir da empreitada. Afinal, segundo as informações disponíveis publicamente na internet sobre minha trajetória acadêmica constava que há um ano e meio atrás eu havia defendido meu mestrado sob a orientação do professor André Singer, intelectual público filiado ao PT que havia atuado como porta-voz e secretário de imprensa da Presidência da República entre 2003 e 2007, e depois publicado o livro “Os sentidos do Lulismo” em 2012. Para além disso, no ano de 2015, quem ocupava o cargo de diretor do Instituto Liberal era Bernardo Santoro¹, que durante o ano de 2014 havia atuado como professor substituto na Universidade Estadual do Rio de Janeiro mas abandonou o cargo devido a uma polêmica de ordem política envolvendo uma estudante que chegou até mesmo a circular na imprensa. Eu desconhecia completamente tal ocorrido na época, mas este contribuía ainda mais para a impossibilidade de que eu viesse a ter algum sucesso em fazer minha pesquisa, dado que o encontro entre mim e Bernardo parecia ser impossível. No entanto, incentivada por uma nova amizade que fiz logo que cheguei à cidade, resolvi insistir mesmo assim, e, para minha surpresa, após alguns e-mails, Bernardo resolveu me encontrar pessoalmente em um café para conversar. No dia marcado, passados mais de vinte

¹ Os nomes de militantes e lideranças que aparecem aqui são verdadeiros e não foram trocados pois

minutos do horário combinado, eu logo comecei a considerar que era altamente provável que eu voltaria para a quitinete que havia alugado de mãos abanando quando entrou pela porta um rapaz muito grande, esbaforido e simpático que veio ao meu encontro pedindo desculpas pelo atraso.

Como havia imaginado, Bernardo havia de fato visto meu currículo na internet e logo quis saber afinal o que eu, que tinha todas as credenciais de pertencimento à esquerda universitária, queria pesquisar no Instituto. Não hesitei em confirmar minha inclinação ideológica, mas deixei claro que minha intenção era fazer uma pesquisa acadêmica séria e não escrever um panfleto político. Depois de algum tempo de conversa animada sobre libertarianismo, esquerda e direita, Bernardo resolveu me levar para conhecer o Instituto Liberal, que ficava no Edifício Rex, a apenas algumas quadras de distância do café em que estávamos na Cinelândia, região central do Rio. O prédio, localizado na altura do número 37 da Rua Álvaro Alvim, entre um cinema antigo e uma loja de artigos eróticos, ironicamente também abrigava uma série de sindicatos trabalhistas estaduais de categorias variadas, como o dos motoristas de ônibus, dos securitários, e dos auxiliares e técnicos de enfermagem, devido ao baixo custo do aluguel dos conjuntos de salas que comportava.

No quinto andar do prédio, a porta de número 508 que correspondia ao Instituto ainda estava sem placa de identificação. A entrada dava acesso a um diminuto hall de entrada decorado com dois retratos embolorados de senhores sorridentes, um do empresário Donald Stewart Jr., fundador do Instituto, e outro do economista austríaco Friedrich Von Hayek. Havia ainda um pequeno sofá amarelo desbotado, um armário embutido feito de compensado de madeira e um bebedouro. O espaço comportava um lavabo e duas pequenas salas; em uma delas, uma mesa retangular com um computador dividia espaço com dezenas de caixas de papelão que foram apressadamente empilhadas junto à parede e vários panfletos do Partido Social Cristão (PSC), e a outra abrigava uma estante em que ficavam enfileirados vários livros de economia, política e filosofia e uma mesa circular de pedra com três notebooks e uma impressora multifuncional.

O Instituto Liberal é o *think tank* voltado para a difusão do ideário pró-mercado mais antigo do Brasil, fundado em 1983 por um rico empresário canadense e que, durante a década de 1990, ocupou uma mansão no bairro do Botafogo, a qual eu imaginava que ainda sediaria a organização. Constatando minha surpresa ao adentrar o modesto conjunto de salas, Bernardo riu ao me perguntar se eu seria capaz de

descobrir onde estavam escondidos os agentes da CIA e logo emendou que eu poderia pesquisar o que quisesse sem qualquer restrição. No entanto, descobri que boa parte dos documentos históricos que queria ter acesso estavam completamente desorganizados nas caixas de papelão empilhadas na primeira sala, utilizada por Bernardo, e que, portanto eu iria demorar mais tempo do que eu havia previsto para fazer a pesquisa que pretendia. Acabei estendendo minha estadia na cidade por mais quatro meses para dar conta da empreitada, e, desde daquela primeira visita, passei a frequentar diariamente o conjunto 508 do Edifício Rex.

Os meses que passei trabalhando no Instituto Liberal foram extremamente agradáveis do ponto de vista pessoal e intelectualmente enriquecedores graças à convivência intensa com as pessoas que lá trabalhavam na época. Como o local era pequeno, eu dividia a mesma mesa de trabalho com três jovens que trabalhavam de forma agitada e descontraída debruçados sobre seus respectivos computadores. Bernardo, ocupava a primeira sala, e o jornalista Lucas Berlanza, a economista Cibele Bastos e o *web designer* Diego Reis, se reuniam na sala ao lado onde eu também ficava. Os poucos recursos materiais de que dispunham para levarem a cabo suas tarefas diárias eram compensados pelo engajamento apaixonado em uma causa maior. Politizados, não perdiam uma oportunidade de conversar sobre o que acreditam e defender de modo entusiasmado suas ideias para uma sociedade melhor. Apesar das muitas diferenças existentes entre eles, a causa que os une está sintetizada de modo telegráfico no mote: “menos Marx, mais Mises”.

Apesar de ainda ser muito pouco conhecido entre os jovens brasileiros em comparação com Karl Marx, o nome do economista austríaco Ludwig Von Mises se tornou um dos símbolos do movimento que, ao longo dos últimos dez anos, passou a congrega ultraliberais, neoliberais e liberais-conservadores. Conectados a redes de *think tanks* e organizações civis de âmbito nacional, regional e internacional, os então funcionários do Instituto Liberal fazem parte de um universo de militância em prol do livre-mercado, que até aquele momento era completamente desconhecido por mim, e que foi se tornando cada vez mais familiar à medida em que o frenesi inicial de trabalhar ao lado de uma “esquerdista” foi perdendo força e meus novos colegas passaram a me acolher como parte do grupo. Não haviam entre nós quaisquer reservas ou suspeitas, mas uma relação de respeito mútuo pela seriedade e entusiasmo com que nos dedicávamos às nossas respectivas tarefas permeada por um bom-humor permanente que aliviava qualquer tensão potencial.

Com base na confiança construída ao longo dos meses, resolvi fazer entrevistas com algumas pessoas do Instituto para entender melhor esse universo paralelo que me despertava um interesse cada vez maior. Movida pela curiosidade sobre o fenômeno passei a entrevistar vários outros jovens militantes e lideranças daquele ecossistema político em formação, bem como quem já frequentava há mais tempo os circuitos pró-mercado. Entrevistei pessoas que defendiam ideologias políticas das mais diversas, de defensores da monarquia a entusiastas do anarco-capitalismo, e que eram representativas de forças que, com o tempo, de modo mais ou menos pragmático, passaram a se unir em uma só frente política que se consolidou em torno de um amálgama ultraliberal-conservador, até então inédito no país. Desde então, passei a ter amigos e conhecidos que militavam por causas que não eram de esquerda e a me sentir como uma Alice que havia atravessado um espelho ideológico. Com o tempo, expressões que denotavam pertencimentos a diferentes grupos como “chicaguista”, “*leftlib*”, “*ancap*”, “conserva” passaram a fazer sentido, e nomes como Ayn Rand, Murray Rothbard, e Böhm-Bawerk, autores famosos no panteão internacional dos “defensores da liberdade”, já não me eram mais estranhos, tampouco os nomes de intelectuais, políticos e lideranças nacionais que compunham essa “realidade alternativa”. Disputas pela melhor estratégia face à conjuntura, acusações de moderação programática, traições partidárias, rachas ideológicos, destruição de reputações, fofocas íntimas transformadas em problemas políticos, desavenças resolvidas no bar, e discussões teóricas intermináveis me faziam sentir como se eu houvesse voltado para a época em que participei do movimento estudantil durante minha graduação em Ciências Sociais, com a diferença de que o ideal socialista havia sido substituído pela crença fervorosa em um capitalismo utópico, a qual, por muitas vezes, continuava a ser sacrificada do mesmo modo no altar do pragmatismo político.

Entre 2015 e 2018 pude acompanhar a formação de um novo fenômeno político por meio das percepções das pessoas que entrevistava, dos textos que postavam em redes sociais, dos eventos que participavam e nos quais estive presente, e da análise de mensagens trocadas em antigos fóruns digitais que existiam na metade dos anos 2000, complementada pela reunião de documentos internos e públicos de organizações pró-mercado fundadas nas décadas de 1980 e 1990. Informada por estas experiências, e por todas as evidências empíricas que reuni nos últimos quatro anos, não hesito em afirmar que a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República

no dia 28 de outubro de 2018 não foi raio em céu azul, mas fruto da consolidação paulatina de uma nova direita brasileira que durou mais de uma década e que encontrou suporte em redes de contatos e organizações nacionais e estrangeiras construídas décadas atrás por intelectuais e acadêmicos pró-mercado.

No decorrer dos anos 2000 grande parte dos estudos sobre política latino-americana procurou compreender as experiências dos governos de esquerda e centro-esquerda que passaram a se espalhar na região, fenômeno que ficou conhecido na literatura como “virada à esquerda” (Levitsky; Roberts, 2011) e “onda cor-de-rosa” (Dominguez; Lievesley; Ludlam, 2011). No entanto, depois da derrubada de presidentes de centro-esquerda em Honduras em 2009 e no Paraguai em 2012, da vitória de Sebastián Piñera no Chile em 2010, após vinte anos ininterruptos de governos da aliança de centro-esquerda conhecida como *Concertación*, da eleição de Mauricio Macri na Argentina em 2015 após doze anos ininterruptos de Kirchnerismo, e das manifestações de massa em prol do impeachment de Dilma Rousseff no Brasil em 2015 e 2016 lideradas por grupos anti-petistas que conduziram à destituição da presidente, esforços passaram a ser empreendidos para compreender a emergência de novas direitas na região.

É justamente nesta iniciativa mais ampla que esta tese se insere ao se debruçar sobre a formação de uma nova direita brasileira. Observadores atentos da dinâmica política nacional já haviam percebido um crescimento da atuação de militantes, intelectuais e lideranças de direita nas ruas, nas universidades, em programas de rádio e televisão, jornais e revistas, no congresso, e em fóruns e redes sociais da internet. A literatura acadêmica procurou abordar o surgimento de uma onda à direita por meio das manifestações de lideranças e congressistas cristãos conservadores (Machado, 2013; Cowan, 2014; Almeida, 2018), formação de novos partidos e/ou recrutamento de elites em diferentes grupos da população (Codato; Bolognesi; Roeder, 2015), atuação de intelectuais de direita na esfera pública (Chaloub; Perlatto, 2016; Messemberg, 2017), dinâmicas de compartilhamento de conteúdo de direita na internet (Solano; Ortellado; Moretto, 2017), e a campanha Pró-Impeachment de Dilma Rousseff em si (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015; Telles, 2016; Alonso, 2017; Pinto, 2017).

Contudo, não foi realizada até o presente momento uma reconstrução histórica mais detida para apontar quais atores e dinâmicas políticas deram origem e passaram a ser constituintes e constituídos por tais fenômenos. Ou seja, compreender a partir de

um recorte temporal mais amplo como certos atores puderam influenciar de forma descentralizada lideranças religiosas, agremiações políticas velhas e novas, intelectuais antigos e novos, dinâmicas de compartilhamento de conteúdo da internet e provocar o início da Campanha Pró-Impeachment. É precisamente este processo político que procurarei abordar nesta tese a partir da percepção dos atores que dele fizeram parte, sem contudo, qualquer pretensão de esgotar a reflexão e o debate acerca de tal fenômeno. Nesse sentido, as perguntas que orientaram a pesquisa que conduzi entre 2014 e 2018 foram: é possível afirmar que surgiu uma nova direita no Brasil? E, em caso positivo, como esta surgiu, se consolidou e o que apresenta de novo?

O argumento principal que defendo aqui é que a formação de uma nova direita no Brasil se originou a partir da organização na internet de grupos de discussão e militância durante o auge do lulismo, entre 2006 e 2010. Em 2006 o economista heterodoxo Guido Mantega assumiu o Ministério da Fazenda e começou a alterar a orientação das políticas econômicas do governo, se distanciando da ortodoxia vigente durante o primeiro governo Lula, entre 2003 e 2005, e em 2010 o ex.-metalúrgico deixou a presidência com altíssimos níveis de popularidade passando a faixa para sua sucessora, Dilma Rousseff. Durante esse período, que compreendo como auge do lulismo, a defesa de medidas econômicas neoliberais perdeu hegemonia junto ao Estado, e a oposição ao governo se encontrava enfraquecida tanto do ponto de vista institucional como na sociedade civil. Foi justamente durante esses anos que surgiram na internet grupos de oposição ao governo que não se sentiam representados pelos partidos de centro-direita e direita tradicionais e discutiam ideias polêmicas, como a necessidade de uma intervenção militar, ou de que a cobrança de impostos seria equivalente a um “roubo” praticado pelo Estado, esta última defendida por militantes que atuavam em defesa do ultraliberalismo, percebido pelos mesmos como uma forma mais radical e verdadeira de liberalismo econômico em comparação ao neoliberalismo.

Entre 2007 e 2013 os ultraliberais, em conjunto com outros militantes que além do livre-mercado também defendiam pautas conservadoras, passaram a circular em novas e antigas organizações civis, grupos e movimentos de defesa do livre-mercado e a formar grupos de estudo e chapas para disputa de centros e diretórios acadêmicos em universidades públicas. Foram justamente estes novos grupos de militantes, formados a partir da internet, que deram origem à Campanha Pró-

Impeachment (2014-2016), e que, posteriormente, influenciaram, em maior ou menor grau, na formação do Partido Novo (NOVO) entre 2011 e 2015, na orientação programática do Partido Social Cristão (PSC) a partir de 2014, na tentativa de reorientação programática do Partido Social Liberal (PSL) entre 2016 e início de 2018, e no fortalecimento da candidatura do militar da reserva Jair Bolsonaro à presidência da República desde de 2016, quando o então deputado saiu do Partido Progressista (PP), onde atuava desde 2005, e ingressou no PSC.

Após as eleições de 2018, em termos estritamente partidários, o NOVO, o PSL e o PSC, passaram a constituir o núcleo duro da nova direita brasileira, porém, como procurarei demonstrar nesta tese, a nova direita é um movimento muito mais amplo que continua a se difundir e a se consolidar em públicos dominantes² dentro e fora da internet. Além de contar com novos atores que atuam em rede, o que permite a rápida difusão de suas ideias de forma mais descentralizada e capilarizada em comparação com a atuação das direitas existentes até então, a grande novidade reside no amálgama inédito entre o ultraliberalismo econômico e a defesa de pautas conservadoras no que tange aos direitos humanos e demandas específicas dos movimentos feminista, LGBT, negro, indígena e quilombola. Tal amálgama foi possível em virtude da união de diferentes grupos que possuíam, e ainda possuem, tensões importantes entre si mas que se unificaram em torno do anti-esquerdismo e do anti-petismo. Apoiados principalmente na popularização das teses defendidas pelo escritor Olavo de Carvalho, a maioria das lideranças, militantes e simpatizantes da nova direita entende que desde a redemocratização e a fundação do Partido dos Trabalhadores, a esquerda, liderada pelo PT, mas que também abrangeria outros partidos como o PSDB, teria voltado seus esforços para a construção de uma hegemonia cultural junto à sociedade civil que lhe possibilitasse conquistar e permanecer no Estado a qualquer custo, daí a soma dos esforços dirigidos a combater o esquerdismo na sociedade civil e o petismo na arena institucional.

Em termos teóricos, proponho que as ideias de Olavo de Carvalho, assim como a defesa do ultraliberalismo e da necessidade de intervenção militar, entre outras, começaram a ser difundidas inicialmente a partir da formação de *contra-*

² A referência a “públicos dominantes” no plural sinaliza o entendimento de que em vez de pensar em uma esfera pública unificada seria mais adequado falar de uma multiplicidade de esferas públicas - mais ou menos locais, mais ou menos integradas, mais ou menos oficiais e institucionalizadas, e mais ou menos digitalizadas (Celikates, 2015). Assim, toda a vez que o termo esfera pública for utilizado aqui no singular, subentende-se que se está tratando de públicos múltiplos.

públicos na internet. Durante o auge do lulismo a defesa destas ideias era realizada muitas vezes por meio de um discurso que combinava agressividade com um humor ácido, ressaltando seu caráter performático. Tal discurso destoava do tom impessoal adotado pelos veículos da grande imprensa e invariavelmente provocava uma reação de choque quando era proferido em públicos dominantes, o que fez com que atores que viriam a ter um papel importante na constituição nova direita fossem ridicularizados e/ou menosprezados nesta época e adquirissem um status de contra-publicidade. O caso mais notório neste sentido é o do jornalista e escritor Olavo de Carvalho, que ao empregar uma linguagem agressiva e fazer o uso de palavrões e xingamentos para se expressar, acabou deixando de publicar seus textos em veículos de grande circulação, enfrentou dificuldades em receber financiamento de empresas e organizações civis tradicionais de direita mas encontrou maior receptividade em fóruns de internet, passando a constituir um contra-público. Na visão das pessoas que entrevistei, as reações de choque à exposição de certas ideias em público seriam o resultado de uma “hegemonia esquerdista”, fruto sobretudo de intelectuais de esquerda reunidos no PT, mas também no PSDB, que teria se difundido, desde a redemocratização, para as ciências humanas dentro e fora da academia, editoras de livro tradicionais, ONGs e associações civis diversas, e meios de comunicação de massa.

O conceito de contra-público foi desenvolvido originalmente para apontar problemas na teorização feita por Jürgen Habermas a respeito do processo de constituição da esfera pública e de seus potenciais democráticos. Segundo seus críticos, o argumento de Habermas estaria baseado em uma descrição equivocada de um público unificado e de normas discursivas estreitas e excludentes que desconsideraria a existência de públicos alternativos formados por grupos marginalizados da esfera pública, denominados como contra-públicos (Thimsen, 2017). No entanto, este conceito logo acabou se tornando indistinto do que a teórica política Nancy Fraser (1990) denominou por contra-públicos subalternos: arenas discursivas paralelas nas quais membros de grupos que partilham um status subordinado na estrutura social inventam e circulam discursos de oposição. Assim, tal sinonímia foi empreendida sem que fosse realizada uma teorização mais elaborada acerca daquilo que de fato seria característico dos contra-públicos em comparação aos

públicos dominantes para além da condição subalterna³ de seus membros (Warner, 2002). Tendo isso em vista, tentativas de refinar teoricamente o conceito de contra-público passaram a ser realizadas. Foram exploradas definições alternativas de contra-publicidade a partir de referenciais tecnológicos, performativos e linguísticos, mas a mudança mais significativa na redefinição desta categoria foi o abandono da ideia de que o atributo central dos contra-públicos seria a condição subalterna de seus membros (Thimsen, 2017), e nesse sentido se destaca a contribuição do crítico literário Michael Warner (2002).

De acordo com a definição proposta por Warner (2002) um contra-público seria necessariamente imbuído de uma performatividade/poeticidade disruptiva. Seus membros, a despeito de serem subalternos ou não, partilhariam identidades, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural dominante que correriam o risco de enfrentarem reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes, cujos discursos e modos de vida seriam tidos irrefletidamente como corretos, normais e universais. O surgimento de contra-públicos não-subalternos vem crescendo cada vez mais com a popularização da internet (Downey; Fenton, 2002), e de acordo com a literatura especializada poderiam ser considerados como contra-públicos vários grupos que passaram a atuar nos últimos anos principalmente a partir de meios digitais como os formados por pessoas contra a imigração ilegal (Gring-Pemble, 2012); por céticos em relação à mudança climática (Kaiser; Puschmann, 2017); por evangélicos conservadores contrários à universalidade dos direitos humanos (McIvor, 2018); por apoiadores e apoiadoras da candidatura de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos (Thimsen, 2018), e, como procuro apontar nesta tese, pelos membros da nova direita brasileira em formação de 2006 até 2015.

Para sustentar meu argumento realizo aqui uma reconstrução histórica da atuação política dos membros destes contra-públicos desde sua origem até as eleições de 2018, quando a nova direita chega ao poder. Meu foco principal, porém, recai na trajetória do contra-público ultraliberal, uma vez que este foi o único cujos membros

³ O termo subalterno, oriundo do projeto “Estudos Subalternos” desenvolvido por intelectuais indianos/as influenciados/as pelos escritos de Antonio Gramsci, passou posteriormente a significar a pertença a um grupo que possui um status subordinado na estrutura social, o que implica em sua exclusão junto à comunidade política e na falta de acesso a direitos institucionalizados (Thomas, 2018). Nancy Fraser em seu artigo escrito em 1990, por exemplo, se remete a mulheres, trabalhadores/as, gays, lésbicas e pessoas não-brancas, mas atualmente outros grupos poderiam ser incluídos neste rol.

foram capazes de se organizar institucionalmente na sociedade civil de forma precoce, isto é, ainda durante o auge do lulismo, o que foi decisivo para desencadear a Campanha Pró-Impeachment e para fortalecer outras iniciativas políticas que foram importantes para a constituição da nova direita. Para os membros dos contra-públicos a internet funcionava como uma espécie de refúgio onde podiam discutir temas e ideias destoantes do que consideravam ser um horizonte cultural esquerdista dominante, além de debater as conjunturas políticas nacionais e internacionais. Estes espaços de debate foram responsáveis por aglutinar pessoas que, em sua maioria, não possuíam experiência política prévia e que, a partir do estabelecimento de uma identidade coletiva comum, passaram a se organizar em grupos de estudos universitários, chapas para a disputa de diretórios e centros acadêmicos e chegaram até mesmo a tentar fundar novos partidos, como o Partido Federalista e o Líber, inspirado no *Libertarian Party* norte-americano, no que não prosperaram.

Tal dinâmica logo encontrou suporte institucional em redes já existentes formadas por *think tanks* pró-mercado estrangeiros e brasileiros pró-mercado fundados em décadas passadas. Para compreender como se formaram estes laços entre a direita atuante até o fim da década de 1990 e a nova direita em formação, também realizo uma breve reconstrução histórica da atuação da direita brasileira desde os anos 1950 até o fim dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, tendo em vista a conexão de personagens mais antigos com os novos personagens que entraram em cena a partir da internet, pois, ainda que eu sustente a ideia de que existe uma nova direita no Brasil, não defendo que esta não possui quaisquer relações com a direita atuante anteriormente, pelo contrário. Afinal, vários membros dos contra-públicos originados na internet, em sua maioria estudantes universitários e profissionais liberais de classe média, começaram a circular em espaços antes reservados apenas para uma elite de empresários e acadêmicos e a se valer do apoio organizacional e financeiro destas organizações mais antigas. Ao mesmo tempo, os militantes vindos da internet traziam consigo um inédito repertório de ação composto pela circulação de *memes*, criação de comunidades em redes sociais e páginas na internet, vídeos divulgados por *youtubers* e organização e/ou participação em diversos protestos de rua, como a Marcha da Maconha, manifestações contra a corrupção, e claro, as revoltas de Junho de 2013, quando nasceu o Movimento Brasil Livre (MBL).

Contudo, foi apenas após a derrota de Aécio Neves nas eleições presidenciais, que os grupos políticos razoavelmente consolidados que haviam se formado a partir

destes contra-públicos digitais⁴ passaram então a se unificar de fato contra o PT e demandar o impeachment de Dilma Rousseff. O primeiro protesto pró-impeachment, realizado no dia 1º de novembro de 2014 em São Paulo, foi responsável por reunir pela primeira vez nas ruas todos os membros dos diferentes contra-públicos que atuavam na internet, intervencionistas, conservadores, liberal-conservadores e ultraliberais. À medida que a Campanha Pró-Impeachment se desenrolava, os contra-públicos se consolidavam na esfera pública, conquistando cada vez mais espaço junto a jornais e revistas de grande circulação, editoras tradicionais, programas de rádio e televisão e em meios partidários. Em 2016 a nova direita conquistou algumas vitórias eleitorais no âmbito legislativo e em 2018, entre idas e vindas, passou a se aglutinar em torno de uma frente ultraliberal-conservadora que foi responsável por eleger vários deputados, governadores e o 38º Presidente da República.

Para realizar a reconstrução histórica que me proponho aqui, diferentemente de boa parte dos trabalhos realizados sobre grupos e organizações de direita por historiadores e cientistas sociais, optei por não me limitar à coleta de dados disponíveis publicamente ou fornecidos mediante solicitação a organizações específicas⁵. Durante o trabalho de campo que realizei junto ao Instituto Liberal do Rio de Janeiro no segundo semestre de 2015, percebi que fazer uma triangulação de tais dados com entrevistas em profundidade junto a diferentes lideranças e militantes que participaram do processo de formação da nova direita, além de entrevistas auxiliares com intelectuais e lideranças que atuaram em tempos passados, poderia ser um caminho mais profícuo, uma vez que permitiria compreender nuances e tons de cinza que facilmente poderiam passar despercebidos em uma análise baseada apenas em dados tidos como mais “objetivos”.

⁴ O termo “digital” é utilizado aqui para se referir a dinâmicas que se desenvolvem na internet com a intenção de destacar que estas atividades possuem existência e efeitos reais. Afinal, a utilização do termo virtual, de uso mais corrente, costuma estar associada a uma percepção de distanciamento da realidade, ainda que, de um ponto de vista filosófico, tal diferenciação não seja tão clara ou óbvia. Para uma discussão mais aprofundada sobre virtualidade cf. Levy, 1997

⁵ Exceções neste sentido, e que serviram como fonte de inspiração para a análise que realizei aqui, são os trabalhos do cientista político Héliog Trindade (1979) que abordou o integralismo a partir de um survey realizado junto aos seus membros e, especialmente o da historiadora Janaína Martins Cordeiro (2009) sobre a militância de mulheres conservadoras na década de 1960 no Brasil. Cordeiro, assim como eu, também se baseou em entrevistas em profundidade com as próprias militantes para poder compreender suas atividades políticas a partir dos sentidos conferidos pelas mulheres que as empreenderam, e com isso desconstruiu uma série de estereótipos e preconceitos existentes em trabalhos anteriores sobre o período, bem como entre os próprios atores políticos que se engajaram na articulação do golpe civil-militar de 1964.

Além disso, foi a própria realização das entrevistas em profundidade, coletadas por meio da técnica “bola de neve”, que me conduziram ao argumento que defendo aqui acerca da origem da nova direita na internet e de sua teorização a partir do conceito de contra-público. Nesse sentido, é importante destacar que a coleta das entrevistas se deu a partir de uma postura de empatia em relação às experiências e percepções narradas pelos militantes, e para tanto, minha passagem pelo Instituto Liberal no segundo semestre de 2015 foi fundamental. A interação diária com pessoas que estavam ativamente dedicadas à defesa de pautas políticas que são contrárias às que defendo por quatro meses seguidos fez com que eu adquirisse um sentimento de respeito em relação ao seu engajamento, o qual me parecia por vezes tão sincero e entusiasmado, e por outras tão pragmático e racional, como o das/dos militantes de esquerda com as/os quais estou habituada a conviver. Durante as entrevistas procurei me abrir para uma escuta genuína e sem julgamentos do que me era relatado, procurando tentar compreender os sentidos que as pessoas conferiam às suas ações, e levando em consideração suas visões de mundo, sem me preocupar se estas faziam jus ou não a um diagnóstico objetivo da realidade.

As percepções dos atores sobre suas próprias ações foram de extrema importância para a construção do meu argumento, daí minha escolha em conferir centralidade às falas das pessoas entrevistadas ao longo desta tese. Tais escolhas teóricas e metodológicas, serão abordadas de modo detalhado no primeiro capítulo desta tese, já a reconstrução histórica da atuação da direita brasileira na esfera pública, ressaltando o processo de formação de uma nova direita, será realizada no segundo e terceiro capítulos, seguidos de uma breve conclusão e de pequenas biografias de todas as pessoas que foram entrevistadas por mim citadas ou não no texto, bem como de apêndices e anexos referentes a informações e evidências empíricas.

CAPÍTULO 1

A DIREITA COMO CONTRA-PÚBLICO?

Este capítulo está dividido em duas seções interligadas entre si tendo em vista o fenômeno da contra-publicidade de direita e sua investigação. Na primeira seção procuro argumentar como é possível considerar a existência de contra-públicos de direita tendo em vista que o conceito de contra-público é oriundo da chamada Teoria Crítica. Para tanto, mobilizo os argumentos do crítico literário Michael Warner (2002) e dos cientistas sociais John Downey e Natalie Fenton (2003), bem como uma série de pesquisas empíricas oriundas da área de estudos da comunicação e internet, que convergem em relação ao entendimento de que o conceito de contra-público pode ser utilizado para compreender a atuação de grupos que não defendem, ou são contrários, à expansão de direitos de populações subalternas na esfera pública, incluindo grupos de direita. Nesse sentido, tendo em vista a abordagem da Teoria Crítica, aponto que seu status de conceito crítico seria contingente, dado que apenas se aplicaria à compreensão de contra-públicos subalternos e não de contra-públicos quaisquer.

Na segunda seção procuro expor de forma mais detalhada como a pesquisa de campo que realizei entre 2015 e 2018, baseada principalmente em entrevistas em profundidade, foi fundamental para ancorar a utilização do conceito de contra-público utilizado na análise do material empírico reunido. A ideia de contra-publicidade foi eleita para orientar teoricamente a reconstrução histórica realizada aqui de forma indutiva, isto é, a partir das evidências empíricas coletadas ao longo dos anos, inclusive, a própria técnica escolhida para a realização de entrevistas em profundidade também se deu a partir de pistas surgidas na própria pesquisa de campo. Tais entrevistas foram realizadas a partir de laços de confiança estabelecidos paulatinamente com os sujeitos pesquisados e de uma disposição de escuta e empatia por minha parte, fatores que contribuíram de forma importante para compreender o fenômeno focado, tendo em vista que o período da pesquisa foi permeado por uma polarização e uma instabilidade políticas crescentes e que eu não partilhava das mesmas inclinações ideológicas das pessoas que contribuíram para a esta investigação.

1.1 Contra-publicidade, internet e democracia

A teorização acerca da esfera pública e de seus potenciais democratizantes desenvolvida por Habermas e seus interlocutores desde a década de 1960 até o presente se insere na tradição da chamada teoria crítica. Tal tradição está assentada, sobretudo, em uma atitude orientada para a emancipação humana, a qual se traduz na busca permanente por potenciais emancipatórios inscritos no mundo social existente. É justamente tal atitude que distingue a teoria crítica do que seus adeptos consideram como “teorias tradicionais”, isto é, aquelas que se preocupam em descrever e compreender a realidade social mas não em vislumbrar possibilidades para a sua transformação (Nobre, 2008). Nesse sentido, de acordo com o professor de filosofia Marcos Nobre⁶, a ideia de dominação pode ser considerada como a pedra angular da teoria crítica, na medida em que se pressupõe que seria apenas por meio da compreensão das dinâmicas de dominação e resistência inscritas no mundo social que seria possível entrever potenciais de emancipação e seus respectivos obstáculos, os quais poderiam ser apreendidos teoricamente mediante o desenvolvimento de conceitos críticos, como é o caso do conceito de contra-público.

Originalmente o conceito de contra-público foi desenvolvido para apontar insuficiências nas considerações realizadas por Habermas (1962/2014) em relação aos potenciais democratizantes da esfera pública. De acordo com Freya Thimsen (2018), teria sido com esse objetivo que a teórica Nancy Fraser, em um artigo publicado em 1990, ressaltou a existência ao longo da constituição histórica da esfera pública burguesa de contra-públicos *subalternos*, isto é, de espaços discursivos formados por grupos que compartilham um status de subalternidade⁷ material, cultural e/ou simbólica na estrutura social, como mulheres, trabalhadores, pessoas não-brancas, entre outros, que demandavam a ampliação de seus direitos. Tendo isso em vista, análises posteriores passaram a empregar o conceito de contra-público considerando principalmente a atuação de contra-públicos subalternos, o que fez com que por algum tempo a ideia de contra-publicidade fosse imediatamente associada à

⁶ Em palestra proferida no dia 29 de março de 2018 "The tasks of a critical theory of society", promovida pela São Paulo Advanced School of Social Sciences. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uxhUxwi8K7c>

⁷ Ver nota 3.

subalternidade de seus membros. Porém, como bem apontou o crítico literário Michael Warner (2002) ao propor uma forma de refinar teoricamente os conceitos de público e contra-público, a contra-publicidade não é apenas exercida por grupos subalternos.

Warner faz uma distinção entre três formas de conceber o termo público, ainda que ressalte que estas nem sempre possuem fronteiras tão delimitadas. A primeira faz referência ao público em geral correspondente a toda uma comunidade, como uma nação ou cidade. A segunda diz respeito a públicos específicos, como a audiência de uma peça de teatro por exemplo, e a terceira remete aos públicos que são formados a partir da existência de textos e de sua circulação, e é sobre esta concepção que se debruça o autor. Os públicos que se formam a partir da circulação de textos, são necessariamente auto-organizados, voluntários, e orientados para o entendimento de que são formados a partir de uma relação entre pessoas estranhas entre si. Desse modo, participar de tais públicos requer um mínimo de participação e atenção, além de um entendimento compartilhado de que seus argumentos devem ser baseados em um modo de reflexão racional-crítico, entendimento este considerado por Warner como uma espécie de ideologia predominante em públicos dominantes e que conferiria um status de superioridade a determinados públicos em detrimento de outras formas de publicidade mais performáticas e poéticas. Para Warner, este caráter poético e/ou performativo do discurso estaria presente em algum grau em qualquer público, no entanto, a argumentação racional-crítica possuiria uma legitimidade maior em relação à poeticidade/performatividade na medida em que permitiria uma interlocução mais eficaz com o Estado, daí seu status de superioridade. Nesse sentido, públicos que circulam textos de oposição cujo o caráter poético/performativo se sobressai, causando por conta disso reações de choque e uma perturbação na ordem social, poderiam ser compreendidos como contra-públicos.

A definição de contra-público com base em seu caráter performativo e disruptivo proposta por Warner é diferente da definição que pode ser depreendida do artigo publicado por Nancy Fraser em 1990. De acordo com o autor, a definição de Fraser de um contra-público como uma arena discursiva paralela em que são formuladas interpretações distintas de identidades, interesses e necessidades de um certo grupo de pessoas subalternas é idêntica à descrição de Habermas do que fazem públicos crítico-rationais, com a agregação da palavra “contra”. Fraser afirma que o

contra-público feminista, por exemplo, se distinguiria dos demais públicos por possuir um “dialeto” específico para se referir à realidade social que incluiria termos como assédio e sexismo, o qual atualmente circula em diversos públicos sem necessariamente se remeter a ideias feministas na medida que tais termos se popularizaram. No entanto, no entendimento de Warner, pessoas subalternas que defendem um programa de reformas sociais não constituiriam necessariamente um contra-público.

Para Warner, os contra-públicos seriam definidos por uma característica que aponta para uma disruptividade específica, de modo que o conflito que permeia seus discursos não se estenderia apenas a ideias políticas e políticas públicas mas a modos discursivos e formas de endereçamento baseados em argumentos críticos-rationais, tidos como mais legítimos em públicos dominantes e que dizem respeito a uma hierarquia existente nas mídias tradicionais. Nesse sentido, os discursos dos contra-públicos não possuiriam apenas um caráter de oposição em termos crítico-rationais, possuindo um dialeto específico, mas causariam *choque* ao serem expostos abertamente em outros espaços que não os circuitos nos quais circulam seus membros, os quais poderiam inclusive ser recebidos com hostilidade por conta de seus discursos indecorosos. Pessoas comuns possuiriam uma certa ojeriza a tais discursos, não querendo ser confundidas com o tipo de pessoa associada que frequentam os meios nos quais estes circulam. É precisamente esta fricção com um horizonte cultural compartilhado por pessoas comuns e por públicos dominantes, no qual predominaria a legitimidade de argumentos tidos como “mais” racionais, que forçaria uma maior visibilidade do caráter poético/performativo dos contra-públicos em relação aos demais públicos, este seria o caso, por exemplo, dos contra-públicos feminista, *queer* e fundamentalista-cristão nos Estados Unidos. Dessa forma poderiam então existir contra-públicos que não são formados por populações subalternas e/ou que defendem agendas progressistas na medida em que seus discursos também destoassem dos modos de endereçamento tidos como mais corretos e aceitáveis.

Um ano após a divulgação do artigo e do livro de Michael Warner acerca das diferenças entre públicos e contra-públicos, um artigo intitulado “*New Media, counter publicity and the public sphere*”, de John Downey e Natalie Fenton, foi publicado na revista *New Media & Society* em 2003. Apesar de Downey e Fenton não citarem o argumento de Warner sobre a contra-publicidade não ser exclusiva de grupos

subalternos e/ou que defendem uma agenda de reformas sociais ligada à expansão de direitos, os autores defendem abertamente o aumento da possibilidade da constituição de contra-públicos à esquerda e à direita em vista da popularização da internet. Com base em investigações sobre a atuação de grupos na internet realizadas ao final da década de 1990 Downey e Fenton apontam para possibilidades crescentes de fragmentação e polarização social. Este diagnóstico estaria ancorado no entendimento de que certos sites e fóruns de grupos radicais passam ao largo dos discursos mais moderados e balanceados da mídia *mainstream* na medida em que fazem referência apenas a outros sites e fóruns que partilham das mesmas visões de mundo, o que poderia colocar a democracia deliberativa em risco na medida em que, em determinadas conjunturas, certos grupos passassem a receber uma projeção ampliada na esfera pública. E nesse sentido, os autores destacam especialmente a atuação de grupos de extrema-direita que atuariam a partir da formação de contra-públicos digitais, cuja definição é diferente da proposta por Michael Warner.

A compreensão de contra-publicidade proposta por Downey e Fenton é essencialmente relacional e conjuntural. Partindo do pressuposto que a esfera pública não se reduz e nem é uma expressão da sociedade civil, mas de que uma esfera pública política ética depende de uma organização favorável da sociedade civil, e não de sua mera existência ou dinamismo, os autores consideram que a expressão de grupos marginalizados que se opõe ao *status quo* não representam necessariamente uma resistência à dominação capitalista exercida pela mídia *mainstream*, ou mesmo que tais grupos apresentem algum tipo de resistência, esta não coaduna necessariamente com o avanço de ideais democratizantes. Dessa forma, diferentes contra-públicos poderiam defender os mais diversos projetos a depender da conjuntura, das oportunidades existentes, das alianças realizadas com outros públicos e modalidade de publicidade. Assim, a teorização de tal fenômeno deveria se voltar para identificação de dinâmicas que perpassam a formação e atuação dos contra-públicos. Para tanto seria necessário identificar pontos de contiguidade e sobreposição entre contra-públicos com agendas diversas e levar em consideração a possibilidade de mudanças relacionadas à organização desigual da publicidade dominante, considerando potenciais instabilidades, oportunidades e conjunturas específicas, condições a partir das quais diversos contra-públicos poderiam emergir e ganhar impulso próprio.

Para ilustrar a ideia do grau de diversidade dos contra-públicos que poderiam surgir a partir das possibilidades ensejadas por redes sociais e fóruns digitais, Downey e Fenton apontam tanto para a resistência digital zapatista no México que teve início em 1994, como para a crescente circulação de ideias oriundas de grupos de extrema-direita na internet que negam a existência do holocausto na Alemanha entre 1996 e 2002. Levando em conta estes e outros fenômenos, os autores consideram que a internet permitiria a maior formação de contra-públicos radicais de esquerda e direita a um custo muito baixo, na medida em que as opiniões de tais grupos são normalmente marginalizadas ou mesmo excluídas da mídia *mainstream*, tendo em vista que o entendimento do que seria radical remete a contextos sociopolíticos específicos. Afinal, a internet se constitui não apenas em um meio para tais grupos poderem se comunicar de forma mais efetiva com simpatizantes e apoiadores de suas causas, mas também como uma forma de alcançar potenciais interlocutores para além de “guetos radicais” e, inclusive, passar a exercer alguma influência sobre a mídia *mainstream*.

A intenção principal dos autores a partir de tais reflexões é tanto suplementar as ponderações de Habermas a respeito das possibilidades de intervenção de grupos da sociedade civil na esfera pública organizada em torno da mídia de massas, como propor uma agenda de pesquisa para pesquisas empíricas. Na década de 1990, Habermas modificou sua percepção acerca do potencial de públicos alternativos para desafiar a dominação na esfera pública ao se afastar de um diagnóstico mais pessimista, formulado anteriormente a partir das considerações de Adorno e Horkheimer sobre o funcionamento da mídia de massas, e considerar que, em determinadas circunstâncias, públicos autônomos poderiam influenciar a esfera pública organizada em torno da mídia *mainstream*.

Para o teórico alemão, em períodos de mobilização social mais intensa as estruturas que dão suporte à autoridade de públicos criticamente engajados ganhariam mais impulso e o balanço de poder entre a sociedade civil e o sistema político se alteraria. Assim, em uma situação de crise, os fundamentos normativos da sociedade poderiam ser suspensos e certos grupos da sociedade civil poderiam se fazer ouvir. Tendo isso em vista, Downey e Fenton aventam a hipótese de que a esfera pública organizada em torno da mídia *mainstream* irá ficar mais aberta a opiniões radicais como o resultado da coincidência entre momentos de crise e o crescimento de contra-

públicos digitais, processo que reforçaria por si só um aumento da contra-publicidade. No entanto, ressaltam que Habermas, ao pensar sobre as possibilidades de grupos marginalizados influenciarem a esfera pública em períodos de crise, havia colocado em primeiro plano os aspectos positivos de tal dinâmica, mas que grupos de extrema direita também poderia explorar estes mesmos momentos de instabilidade em seu benefício.

A agenda de pesquisa proposta por Downey e Fenton a respeito da contra-publicidade digital, bem como a definição de contra-público proposta por Warner um ano antes, a despeito de não terem se influenciado mutuamente, ancoraram teoricamente uma série de estudos empíricos a respeito da atuação de contra-públicos conservadores e/ou de direita publicados nos últimos anos. Entre estes estão, por exemplo, investigações sobre: a formação de um contra-público feminino anti-sufragista em 1917, nos Estados Unidos, a partir de um movimento de mulheres progressistas contra a ampliação do direito ao voto (Maddux, 2004); a influência na esfera pública de discursos extremistas veiculados na internet a respeito de imigrante ilegais em um condado do Estado da Virgínia dos Estados Unidos (Gring-Pemble, 2012); a contra-publicidade digital na Alemanha exercida por meio das seções dedicadas aos comentários dos leitores em sites de notícias mantidos por agências ligadas à mídia *mainstream* (Toepfl; Piwoni, 2015); a polarização entre céticos e defensores da mudança climática que passou a ocorrer em meios digitais na Alemanha (Kaiser; Puschmann, 2017); a atuação de pretensos contra-públicos formados por evangélicos conservadores na Inglaterra que passaram a disputar em tribunais de justiça o discurso sobre a universalidade dos direitos humanos (McIvor, 2018); e a formação de um contra-público de apoiadores da candidatura de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos (Thimsen, 2018).

Em todos esses trabalhos as definições de contra-publicidade foram utilizadas sobretudo como categorias heurísticas para dar conta dos fenômenos empíricos enfocados fazendo referencia apenas ao argumento formulado por Warner ou por Downey e Fenton, eventualmente arrolando outros autores. As análises que faziam referencias a ambos, como a empreendida por Freya Thimsen, apenas apontavam que estes coincidiam na defesa de que a contra-publicidade não estava limitada a grupos subalternos que demandavam politicamente a expansão de direitos, ainda que o fizessem por caminhos diversos. Contudo, acredito que as definições de contra-

publicidade propostas por Warner e Downey e Fenton descritas aqui, a despeito de não serem coincidentes, podem ser vistas como complementares. Para além de ambas considerarem a possibilidade da existência de contra-públicos conservadores e/ou de direita, a maior visibilidade do caráter performático e disruptivo que caracteriza a contra-publicidade na formulação de Warner, levando em conta as considerações de Downey e Fenton, pode ser pensada como algo relacional e contextual de certos públicos na medida em que, em determinadas conjunturas políticas e sociais, seus membros passam a ter uma percepção de que seus interesses e/ou modos de vida estão sob ameaça.

Isso pode ocorrer, inclusive, pela maior penetração dos discursos de outros contra-públicos em públicos dominantes, o que pode se traduzir eventualmente em uma maior representação junto ao Estado de pautas que não eram hegemônicas em públicos dominantes até então. Um bom exemplo nesse sentido é caso descrito por Maddux (2004), sobre como as conquistas das feministas sufragistas norte-americanas foram vistas com maus olhos por grupos de mulheres que eram contra o voto feminino e que passaram então a se organizar como um movimento social contra a pauta sufragista, mas, ao não obterem sucesso, constituíram um contra-público em torno de discursos anti-sufrágio com base em argumentos de natureza religiosa e biológica. Ou seja, quando certos grupos não encontram uma forma de expressar o que sentem como sendo ameaças a seus interesses em públicos dominantes mobilizando para tanto um arsenal racional-crítico, seus discursos poderiam então se tornarem mais performáticos e disruptivos, passando então a adquirir um status de contra-publicidade. Tal dinâmica, assim como outras dinâmicas possíveis que poderiam impulsionar a formação de contra-públicos, não resultaria necessariamente em maiores ganhos democráticos, como bem apontaram Downey e Fenton, e nesse sentido, o status crítico do conceito de contra-público seria contingente, fazendo sentido apenas no que diz respeito à atuação de contra-públicos subalternos que demandam pela expansão de direitos, como ressaltaram Nancy Fraser e Robert Asen (2009).

Tendo isso em vista, é possível dizer que Downey e Fenton adiantaram algumas das questões acerca dos potenciais negativos das redes sobre o processo de democratização. Na época em que seu artigo sobre contra-publicidade digital foi publicado, no início dos anos 2000, os estudos sobre as dinâmicas de interação social

em meios digitais ainda estavam em um estágio inicial em comparação com o acúmulo atual. Na última década, percepções mais positivas sobre a internet vinham se tornando mais populares à medida que a ferramenta passou a ser acessível para maiores parcelas da população e que certos grupos a utilizaram para desencadear ciclos de protesto ou dinâmicas de resistência contra regimes autoritários. Entre os diagnósticos mais otimistas sobre o uso da internet e processos de democratização se destaca o livro “Redes de indignação e esperança”, do sociólogo espanhol Manuel Castells, publicado em 2012 no Brasil, no entanto, os mesmos fenômenos analisados por Castells, também foram observados por um viés mais pessimista, ainda que de forma minoritária, por certos autores. Evgeny Morozov (2011), por exemplo, questionou os potenciais mobilizadores e democráticos da internet, tendo em vista a possibilidade de militantes que atuam apenas em meios digitais se mostrarem mais desmobilizados fora destes, uma vez que os custos para se mobilizar nas ruas seriam maiores.

Para além dos possíveis aspectos negativos acerca dos potenciais mobilizadores da internet, existe também uma discussão sobre os crescentes mecanismos de vigilância e controle exercidos sobre os usuários. Na última década, uma série de denúncias relacionadas ao armazenamento de dados pessoais por governos e empresas, e sua utilização sem conhecimento e autorização prévios dos usuários para fins comerciais, de vigilância governamental e mesmo para influenciar resultados eleitorais, vem conferindo maior centralidade para o argumento de viés focaultiano de que a sociedade conectada digitalmente estaria se tornando cada vez mais uma sociedade de controle (Silveira, 2011). Porém, mesmo levando em consideração os potenciais déficits democráticos relacionados ao uso da internet, não se pode negar que o ambiente informacional vem promovendo mudanças profundas na esfera pública. De acordo com o especialista em ambientes informacionais, Yochai Benkler (apud Silveira, 2011):

“o ambiente informacional apresenta duas grandes diferenças em relação ao ambiente do *broadcasting*. A primeira distinção está na arquitetura de rede. A arquitetura unidirecional dos fluxos de informação dos *mass media* é alterada para uma arquitetura distribuída, com conexões multidirecionais entre todos os nós, formando um ambiente de elevada interatividade e de múltiplos

informantes interconectados. A segunda diferença ocorre nos custos para tornar-se um falante ou emissor” (Silveira, 2011:32).

A digitalização⁸, para além de alterar profundamente a dinâmica dos fluxos de informação, diminui consideravelmente, ou até mesmo elimina, custos de comunicação para falar e propagar mensagens. Essas características, para Benkler, alteram a capacidade das pessoas, individual ou organizadas coletivamente, em tornarem-se ativas participantes da esfera pública, o que não deixa de representar um processo de democratização, ainda que tal processo possa coexistir com mecanismos de vigilância e controle não desprezíveis e engendrar efeitos paradoxais, como os já apontados por Downey e Fenton e Morozov. Levando isso em consideração, a contra-publicidade digital não só pode promover maior fragmentação, polarização e radicalidade, diluindo os limites de uma esfera pública democrática, como também esta é necessariamente atravessada por interesses governamentais e comerciais, os quais, em determinadas circunstâncias, podem influenciar e direcionar certos contra-públicos para a defesa de discursos específicos ou para agir de uma determinada forma sem o conhecimento prévio de seus membros. Inclusive, é importante ressaltar que a digitalização não deve ser entendida como um processo uniforme e unidirecional que está transformando uma esfera pública anteriormente não digital, mas sim como um processo complexo e multifacetado que transforma e gera uma variedade de públicos diferentes que estão interconectados e se cruzam de maneiras que complicam a divisão digital versus não digital (Celikates, 2015).

Pensando nos potenciais negativos da expansão da contra-publicidade impulsionada pela popularização da internet, Downey e Fenton, nas considerações finais de seu artigo, chamam a atenção especificamente para a constituição de contra-públicos de extrema direita, como aqueles formados por grupos neonazistas, por exemplo. Porém também é possível considerar a existência de uma contra-publicidade de grupos de direita que não sejam extremistas, ou que componham com certos grupos extremistas em um processo de formação de nova direitas, apontando para uma ambiguidade maior no que diz respeito às dinâmicas de contra-publicidade e democratização da esfera pública. Exemplos disso são a formação de uma direita alternativa nos Estados Unidos, conhecida como “*alt-right*”, nos moldes descritos

⁸ Sobre o uso do termo digital ver nota 4.

pelo cientista político George Hawley (2017); as redes de apoiadores do movimento *Tea Party*, bem descrita por Vanessa Williamson, John Coggin e Theda Skocpol (2011), Arlie Hochschild (2016) e Freya Thimsen (2018); e, como pretendo apontar nesta tese, das redes formadas por militantes de diversos grupos que se amalgamaram em uma frente ampla ultraliberal-conservadora dando origem a uma nova direita brasileira.

Ainda que grupos de direita, historicamente, façam parte do *establishment* junto à sociedade civil e ao sistema político, conjunturas políticas específicas podem fomentar o surgimento de atores de direita que são anti-*establishment*, seja porque o Estado passou a ser ocupado por partidos ou movimentos de esquerda ou centro-esquerda, seja porque tais atores não se sentem mais representados pelos grupos de direita que estão no poder. Inclusive, processos de democratização da esfera pública que proporcionam um crescimento cada vez maior de contra-públicos a partir da popularização da internet, não incidem apenas em população subalternas com programas reformistas. Deste modo, populações que não são subalternas e/ou defendem pautas política de direita, e cujos vínculos com a ordem estabelecida, por uma série de razões, podem não ser fortes o suficiente para que suas demandas sejam acolhidas por este, podem sentir-se marginalizadas e impelidas a formarem contra-públicos.

Inclusive, é interessante notar nesse sentido, a existência de identidade coletivas que reforçam o sentimento de pertencimento aos contra-públicos e ajudam a promover a união entre pessoas que se sentem marginalizadas em públicos dominantes. A identidade coletiva, de acordo com os sociólogos Francesca Poletta e James M. Jaspers (2001) é definida como a conexão cognitiva, moral e emocional de um indivíduo com uma comunidade mais ampla, prática ou instituição. É a percepção de um status ou relação compartilhada, que pode ser inclusive imaginada, e não vivida diretamente, e se distingue de identidades pessoais, ainda que possa formar parte da identidade pessoal. As identidades coletivas costumam ser expressas em artefatos culturais - como nomes, narrativas, símbolos, estilos verbais, rituais, moda, etc. – mas nem todos os artefatos culturais expressam identidades coletivas. Além disso, compartilhar de uma identidade coletiva não implica em realizar cálculos exclusivamente racionais para avaliar escolhas, afinal, tais escolhas são realizadas considerando a existência de sentimentos positivos por outros membros do grupo, o

que permite compreender melhor a centralidade da performatividade e poeticidade dos discursos circulados pelos contra-públicos em detrimento de seu caráter crítico-racional, e também do caráter relacional destes, tendo em vista possíveis laços emocionais com os outros membros do grupo.

Levando isso em consideração, ainda que os termos esquerda e direita se remetam a condicionantes que tem a ver com sua origem nas dinâmicas da Revolução Francesa e com sua conexão com tradições e correntes do pensamento político específicas e com as ideias de igualdade e liberdade, como propôs o teórico político Norberto Bobbio (2001), tal compreensão não esgota o potencial de utilização pelos atores políticos. Em primeiro lugar, é importante ressaltar, que, como indicam Alain Noel e Jean-Phillipe Thérien (2008), a direita não seria contrária a qualquer forma de igualdade, mas defenderia a igualdade de oportunidades em oposição a mudanças sociais que tivessem como efeito uma ordem social-econômica mais igualitária, como defende a esquerda, tendo em vista uma longa tradição liberal em favor de direitos e liberdades individuais que costuma, em menor ou maior grau, influenciar grupos de direita. Em segundo lugar, a classificação de direita pode ser compreendida como uma noção relacional existente em contextos determinados. Nesse sentido, a socióloga Verônica Giordano (2014), a partir das considerações presentes na obra de José Luis Romero, afirma que:

“seria uma abstração perigosa realizar um exame (da direita) em termos exclusivamente teóricos, evitando ressaltar correlações entre doutrinas e grupos sociais, ou elegendo aleatoriamente a análise de relações entre o pensamento de direita e aquele das demais correntes políticas” (Giordano, 2014:47, tradução minha).

Dessa maneira, direita e esquerda seriam termos relacionais que só poderiam ser compreendidos tendo em vista o desenrolar histórico da disputa política em espaços específicos, o auto-posicionamento dos atores e suas percepções sobre seus opositores, ainda que estejam conectados à tradições teóricas e ideologias políticas específicas. E mesmo a defesa da igualdade de oportunidades referida por Noel e Thérien não seria uma característica invariável da direita em qualquer tempo e lugar, mas estaria submetida a disputas políticas que poderiam conferir outros significados a

esta ideia ou emprega-la de modos bastante diversos a partir da constituição de laços e identidades coletivas específicas entre grupos que se autodenominam como direita.

1.2 Investigando contra-públicos por meio de entrevistas em profundidade

A ideia de compreender a formação de uma nova direita brasileira a partir da ideia de contra-publicidade veio à tona a partir de discussões sobre as informações que reuni durante a pesquisa de campo que conduzi entre agosto de 2015 e novembro de 2018. Inicialmente, minha intenção era apenas fazer um estudo de caso sobre a possível formação de uma nova direita no Brasil a partir da reunião de dados empíricos digitais e não-digitais relacionados às atividades de *think tanks* pró-mercado brasileiros desde sua fundação até o presente. Estes dados seriam posteriormente analisados com um *software* de análise de redes por meio da produção de grafos, além disso, eu também pretendia realizar uma análise dos discursos dos principais membros destas organizações disponíveis publicamente. Meu intuito era verificar em que medida teriam se processado mudanças nas estratégias políticas destas organizações, as quais considerarei como sendo representativas da atuação da direita política na sociedade civil, antes e depois da reeleição de Lula em 2006, e, se estas mudanças seriam suficientes para confirmar a hipótese do surgimento de uma nova direita no país a partir da sociedade civil, tendo em vista uma abordagem teórica relacionada a dinâmicas de hegemonia e contra-hegemonia.

Para reunir os dados que datavam da época da redemocratização que não estavam disponíveis na internet ou por meio da bibliografia já existente sobre a atuação dos *think tanks* brasileiros, fui aconselhada por meu orientador a fazer uma pesquisa em fontes primárias junto a estas organizações. Resolvi começar então pelo *think tank* mais antigo ainda em atividade no Brasil, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, e foi a partir da convivência intensa com aqueles que eram então seus membros que decidi modificar a abordagem empírica que havia elaborado anteriormente. Após verificar quase todos os documentos históricos disponíveis no Instituto, incluindo os arquivos contábeis da organização, senti a necessidade de compreender de forma mais aprofundada o que havia acontecido com o Instituto ao longo dos anos, basicamente, como havia perdido o grosso de seu financiamento e

como havia ocorrido a troca da diretoria em 2013, quando assumiram o economista Rodrigo Constantino e o advogado e professor universitário Bernardo Santoro.

Os então funcionários do Instituto me deram a sugestão de entrevistar os membros mais antigos da organização, os quais poderiam me fornecer mais informações sobre o que havia ocorrido. As duas indicações que recebi foram de Nelson⁹, que trabalhou como funcionário da organização desde a metade dos anos 1990, e de Arthur Chagas Diniz, que havia feito parte do corpo diretivo por mais de vinte anos. Porém, além de Nelson e Diniz, também resolvi entrevistar Bernardo Santoro, afinal, ele poderia ter informações mais atualizadas sobre as atividades do Instituto e suas fontes de financiamento. Ao realizar estas três entrevistas iniciais, as quais acabaram durando mais tempo do que eu imaginava e se transformando em entrevistas em profundidade, não apenas eu consegui compreender o que havia ocorrido com as fontes de financiamento do Instituto, mas sobretudo como seus antigos membros, empresários e acadêmicos, foram substituídos por descontraídos jovens entre vinte e trinta e poucos anos. A mudança geracional que havia ocorrido no Instituto durante os anos 2000 não foi uma simples troca entre empresários e acadêmicos de elite mais velhos por empresários e acadêmicos de elite mais jovens, mas sim fruto de interações digitais que haviam ocorrido há quase dez anos atrás na extinta rede social *Orkut*.

Curiosa pela descoberta, resolvi seguir a pista entrevistando outros membros do Instituto, e percebi que, durante as entrevistas, eles citavam os nomes de várias outras pessoas que também frequentavam esses fóruns e passaram a fazer parte de outras iniciativas e organizações civis similares. Para além disso, nos relatos oriundos das entrevistas, se repetia um mesmo tema: o sentimento de marginalização dos entrevistados em relação a circuitos que eles consideravam como sendo “hegemonizados pelo esquerdismo”, mote que invariavelmente reaparecia nas conversas que tinha com os colegas da organização carioca durante minha estadia de quatro meses no Rio de Janeiro. Foi então que, com base nos laços de confiança que havia estabelecido com os membros do Instituto, decidi seguir entrevistando mais pessoas por meio da técnica bola de neve, em que cada entrevistado indicaria até três pessoas que julgasse fazer parte do mesmo circuito de militância pró-mercado que eu estava pesquisando até que os nomes começassem a se repetir e eu conseguisse cobrir

⁹ Seu nome verdadeiro foi alterado para proteger sua identidade, dado que foi a única pessoa que entrevistei que não é uma figura pública do circuito pró-mercado.

de forma significativa tal circuito entrevistando seus membros mais relevantes de acordo seus próprios critérios.

Também decidi fazer entrevistas auxiliares com membros mais antigos de *think tanks* pró-mercado que por ventura não fossem mencionados pelos entrevistados mais jovens para poder comparar diferentes gerações. Contudo, logo percebi que estas compartilhavam conexões importantes, e que os mais jovens eventualmente citavam os mais antigos e vice-versa e que todos eles passaram, com o tempo, a fazer parte de um mesmo circuito ampliado, ainda que os mais jovens fossem mais preocupados a respeito da “hegemonia do esquerdismo”, falassem de forma muito mais entusiasmada acerca das ideias que defendem, fizessem uma intensa militância de base dentro e fora da internet, e procurassem disputar espaços com ativistas de esquerda, como centros e diretórios acadêmicos e as ruas da cidade. Dessa forma acabei reunindo trinta entrevistas em profundidade realizadas com intelectuais, empresários e militantes que me foram recomendados uns pelos outros, os quais foram entrevistados uma única vez entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2018. Eu iniciava as entrevistas perguntando sobre como havia sido o contato inicial com as ideias que defendiam e demonstrava interesse especial em saber detalhes sobre sua trajetória enquanto divulgadores de tais ideias, procurando saber as organizações, movimentos e partidos que haviam integrado ou ainda faziam parte, e, principalmente, suas percepções e reflexões sobre suas próprias trajetórias e experiências considerando o próprio ecossistema político do qual fazem parte. Apenas duas pessoas que abordei por meio da técnica bola de neve, os irmãos Cristiano e Fernando Chiocca, não concordaram em ser entrevistadas e preferiram responder a um questionário enviado por e-mail, o qual se encontra em apêndice.

Além de realizar as entrevistas em profundidade, continuei a dar seguimento com a pesquisa de campo com a intenção de realizar uma triangulação de dados entre informações obtidas junto a diferentes fontes. Para além de ter realizado analisado documentos internos dos Institutos Liberais e do Instituto Atlântico, e demais informações relacionadas a *think tanks* pró-mercado dentro e fora do Brasil disponíveis publicamente e na bibliografia especializada, procurei também realizar uma triangulação das entrevistas com dados coletados na internet. Passei então a verificar notícias de veículos jornalísticos de grande circulação; posts de sites, blogs, e comunidades digitais; vídeos e *podcasts* disponíveis publicamente; e dados oriundos

das comunidades de Orkut que eram citadas nas entrevistas e que estavam disponíveis para visualização no banco de dados chamado *Internet Archive* por meio da ferramenta *WayBack Machine*¹⁰. A triangulação de dados foi importante para que eu confirmasse todas as informações coletadas nas entrevistas no que diz respeito a datas específicas de certos acontecimentos e eventos, para além da veracidade dos relatos, a qual também pude verificar por meio do confronto com outras entrevistas e de outros dados da pesquisa de campo. Finalmente, também compareci ao longo do segundo semestre de 2015 e do primeiro semestre de 2018 a eventos públicos, como encontros promovidos por *think tanks* e organizações civis dos quais participavam os entrevistados e lançamentos de livros, palestras e workshops, o que me permitiu, em conjunto com o período que passei no Instituto Liberal no Rio de Janeiro, mergulhar de fato no universo habitado por meus entrevistados, de forma análoga a uma imersão etnográfica, ainda que eu não tenha realizado uma etnografia.

Esta imersão foi essencial para que eu eliminasse possíveis muros de empatia existentes entre mim e as pessoas entrevistadas, observando a expressão utilizada por Arlie Hochschild (2016) ao descrever o abismo existente entre membros do *Tea Party* e a esquerda universitária da qual a socióloga norte-americana faz parte. Minha intenção foi escutar as pessoas que entrevistava sem pré-julgamentos, a despeito de nossas diferenças ideológicas e do clima de polarização política crescente no país que vigorou durante o período em que as entrevistas foram realizadas. Todos os entrevistados foram informados de que se tratava de uma pesquisa de doutorado sobre organizações civis e grupos pró-mercado, e eventualmente eu expunha as principais hipóteses com as quais estava trabalhando na tese e dava maiores detalhes sobre minha trajetória acadêmica sempre que demandada, mas praticamente nenhum dos entrevistados me perguntou diretamente sobre minha inclinação ideológica, de modo que acredito terem se sentindo razoavelmente confortáveis durante as entrevistas julgando que eu estava fazendo uma pesquisa acadêmica rigorosa. Parte das trinta entrevistas foi realizada presencialmente em cafés e restaurantes, ou na própria sede das organizações das quais os entrevistados faziam parte, sendo que outras foram feitas via Skype no caso daqueles que moravam em outros estados ou fora do país. Durante certas entrevistas eu contei também com a companhia de outras pessoas, como os jornalistas Lucas Berlanza e Agatha Justino, o historiador e editor da LVM

¹⁰ <https://archive.org/web/>

Editora, Alex Catharino, a também doutoranda em Ciência Política pela Universidade de Berkeley, Elizabeth McKenna, meu filho Samuel, que estava sendo amamentado entre novembro de 2016 e outubro de 2018, e meu marido Leandro, que cuidava de Samuel enquanto eu prosseguia com a realização da entrevista em questão.

Ao mesmo tempo em que realizava minha pesquisa de campo eu frequentei o grupo de estudos sobre cultura política ligado ao Núcleo Direito e Democracia (NDD) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), onde pude expor meus primeiros achados empíricos e paulatinamente construir a ideia de que as pessoas que entrevistei fizeram, ou ainda fazem, parte de contra-públicos. Essa ideia, a princípio um tanto polêmica, casava muito bem com os relatos que vinha recolhendo nas entrevistas e também com os dados que vinha coletando durante a pesquisa de campo, sobretudo no que se refere às comunidades do Orkut. Afinal, a participação em contra-públicos vem acompanhada por um sentimento de marginalidade em relação a públicos dominantes que eu de fato constatei durante as entrevistas em profundidade, e que talvez não teria acessado, ou não da mesma maneira, caso estas não fossem realizadas.

Posteriormente, ao ler o livro de Arlie Hochschild sobre os apoiadores do *Tea Party* na Lousiana, ficou claro para mim como a realização de entrevistas em profundidade pode de fato ser decisiva na investigação sobre contra-publicidade. O livro foi baseado em uma pesquisa etnográfica de cinco anos conduzida pela socióloga e em entrevistas em profundidade com os militantes, e ainda que Hochschild não tenha utilizado o conceito de contra-público em sua análise, seus entrevistados invariavelmente se referiam aos mesmos sentimentos de marginalidade e exclusão frente a públicos dominantes, apontando os meios de comunicação pelos quais procuravam se informar e as redes alternativas, digitais ou não, da qual participavam.

Acredito que tais entrevistas em profundidade são valiosas não apenas porque os entrevistados podem fornecer pistas preciosas acerca dos fenômenos políticos dos quais fazem parte, mas sobretudo para compreender seu universo e tentar olhar a realidade com seus olhos, a partir de suas experiências de vida e trajetórias particulares. Ainda que muitas das pessoas entrevistadas tenham compartilhado muitas de suas percepções positivas e negativas acerca das organizações pelas quais passaram e das pessoas com as quais tiveram contato, eu fiz aqui a opção de relatá-las

apenas na medida em que importassem para a reconstrução histórica e para o argumento aqui desenvolvidos. Porém, o conhecimento de tais percepções, assim como das próprias experiências de vida que alguns dos entrevistados me relataram, foi importante para que eu pudesse compreender a importância conferida por eles próprios às causas que se dedicam, a qual, eventualmente, compunha a poeticidade discursiva característica da contra-publicidade apontada por Michael Warner.

Dada a centralidade das entrevistas para o arcabouço teórico utilizado e da reconstrução histórica pretendida aqui, optei por expor nos próximos capítulos trechos mais longos das mesmas. Estes trechos foram submetidos a uma análise de conteúdo entremeadada com o desenrolar histórico de certos eventos, além de ilustrarem os discursos de contra-publicidade baseados em na construção de identidades coletivas que passaram a unificar os diversos grupos que participaram do processo de formação de uma nova direita. Os entrevistados são identificados no texto por seu pertencimento institucional principal na data em que a entrevista foi realizada. Algumas entrevistas não foram utilizadas de modo explícito no texto porém auxiliaram a compor o argumento desenvolvido na tese, de modo que resumos das trajetórias de todas as pessoas entrevistadas, inclusive as de Cristiano e Fernando Chiocca, podem ser consultadas em pequenas biografias em apêndice.

CAPÍTULO 2

A DIFUSÃO DO IDEÁRIO PRÓ-MERCADO E A ATUAÇÃO DA DIREITA BRASILEIRA NA ESFERA PÚBLICA (1946-2006)

Introdução

O liberalismo econômico e o conservadorismo costumam ser as ideologias políticas que mais frequentemente são mobilizadas por atores políticos de direita nas últimas décadas. Nesse sentido, o surgimento do neoliberalismo, uma forma renovada de liberalismo econômico, entre as décadas de 1930 e 1940, e sua difusão ao redor do mundo por meio da atividade de intelectuais, militantes, políticos e empresários, teve um impacto muito importante na atuação das direitas em vários países. No Brasil, a promoção de um ideário pró-mercado se deu em meio a uma forte campanha contra a esquerda que uniu conservadores e defensores do capitalismo de livre-mercado em torno do discurso anticomunista, os quais desencadearam o golpe civil-militar em 1964.

Com o término do governo Castelo Branco, em 1967, os autodenominados “liberais” logo perderam espaço político para os conservadores, comprometidos com a difusão do catolicismo alinhado com o discurso anticomunista. Esta situação perdurou até o início dos anos 1980, quando os defensores do livre-mercado voltaram a ganhar o terreno perdido por meio da fundação de vários *think tanks*, e os ideólogos conservadores viram suas atividades retrocederem com o término do regime militar que lhes havia dado guarida. Durante a primeira metade dos anos 1990, quando a reunião anual dos membros da Sociedade de Mont Pelérin foi realizada no Brasil, a disseminação de ideias pró-mercado experimentou seu auge. No entanto, depois da eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, e do falecimento do empresário Donald Stewart Jr., um dos mais ativos promotores e financiadores do ideário liberalizante, as atividades dos *think tanks* passaram a declinar, enfrentando desde então um período de vacas magras que perdurou por mais de dez anos.

Tendo isso em vista tais acontecimentos, este capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira, é realizada uma breve discussão teórica sobre a caracterização das ideologias políticas nos termos de Michael Freeden (2003), já na segunda seção realizo uma reconstrução sucinta de como o neoliberalismo surgiu e se

difundi internacionalmente, acompanhado, em menor escala, pela disseminação do ultra-liberalismo, por meio da atuação de acadêmicos e empresários, sobretudo considerando as atividades promovidas por organizações civis chamadas de *think tanks*, as quais passaram a estabelecer laços importantes com indivíduos e organizações civis similares no Brasil. Na terceira seção, procuro apontar como, a partir de 1946, o ideário pró-mercado passou a ser divulgado e apropriado de forma pragmática principalmente por empresários e intelectuais conservadores preocupados com o avanço da esquerda, em detrimento de atores que se reivindicavam liberais. Estes últimos, a despeito de terem conseguido compor a equipe econômica do governo Castelo Branco, com a chegada do general Costa e Silva e a adoção de uma agenda econômica antiliberal, perderam espaço no sistema político e na sociedade civil, cedendo lugar para a atuação mais intensa de grupos conservadores até o período da redemocratização. E, finalmente, na última seção abordo a fundação dos primeiros *think tanks* voltados exclusivamente para a divulgação do ideário pró-mercado no Brasil no início dos anos 1980, em meio à abertura democrática, seu auge nos anos 1990, e sua decadência nos anos 2000. Tal dinâmica caminhou em paralelo à dificuldade encontrada pelos ideólogos conservadores em fortalecer e dar continuidades às suas próprias organizações no âmbito da sociedade civil. Isso se deu porque na metade dos anos 1980, os discursos dos conservadores, marcados por uma forte tônica anticomunista, passaram a não ter mais o mesmo apelo de antigamente por conta da transição democrática e da perda de apoio por parte do Estado e de empresários, que passavam agora a ter outros interesses em detrimento do combate ao comunismo. Este novo cenário fez com que os conservadores passassem a circular nas organizações voltadas para difusão do livre-mercado e aderissem aos poucos a tal ideário de forma mais orgânica e menos pragmática em comparação com o que havia ocorrido no passado.

Minha intenção neste capítulo é caracterizar a atuação da direita brasileira na esfera pública até a metade dos anos 2000, para poder ressaltar, no próximo capítulo, as novidades representadas pelo surgimento de uma nova direita. Afinal, ainda que seja possível traçar várias continuidades da nova direita com o período anterior, tanto em termos de discurso como no que tange aos laços com organizações, redes internacionais e financiadores atuantes no passado, o surgimento de contra-públicos digitais na metade dos anos 2000, e de uma militância formada sobretudo por

estudantes universitários e profissionais liberais de classe média, que utilizava um novo repertório de ação na sociedade civil e na esfera pública, possibilitaram o surgimento de um amálgama ideológico inédito no Brasil entre ultraliberalismo e conservadorismo que serviu como base para os atores que chegaram ao poder com as eleições de 2018.

2.1 Ideologias políticas, macro-ideologias e ideologias modulares

Ainda que as noções de esquerda e direita sejam categorias relacionais, estas não são completamente desprovidas de conexões com certas tradições do pensamento político. Nesse sentido, parto da compreensão de que a caracterização de grupos e organizações como sendo de esquerda ou direita está relacionada com o que cientista político britânico Michael Freedon (2003) qualifica como *ideologias políticas*. As ideologias políticas seriam um conjunto de ideias, crenças, opiniões e valores que (i) possui um padrão recorrente; (ii) é sustentado por grupos relevantes; (iii) é utilizado nas disputas em torno da adoção de planos para políticas públicas; (iiii) e que procura justificar, contestar ou mudar arranjos sociais e econômicos (Freedon, 2003:32). Assim, as ideologias políticas possuiriam uma relação estreita com a prática política, permeando conflitos que se dão na esfera pública em torno do desenho de macro-programas a respeito de políticas sociais e econômicas, os quais mobilizam *policymakers* e opinião pública. É justamente esta dimensão prática, encarnada na atuação de atores políticos à esquerda e à direita, que compõe o núcleo da definição proposta pelo cientista político britânico e adotada por mim nesta tese.

É por meio das ideologias políticas que o significado de certas tradições de pensamento são elaborados e reelaborados, o que, de acordo com Freedon, muitas vezes ocorre por meio de misturas de argumentos racionais e não-racionais, ou, performáticos/poéticos no entendimento de Michael Warner (2002). Porém, ao longo do século XX, teriam se estabelecido o que Freedon qualifica como macro-ideologias:

“(…) redes inclusivas de ideias que ofereceram soluções, de forma deliberada ou padronizada, para todas as questões políticas importantes que confrontam a sociedade. Estas macro-ideologias buscaram se legitimar política e socialmente, bem como obter predominância, tanto em contextos nacionais como internacionalmente. Ao reconhecer sua centralidade nós

estamos nos remetendo ao poder da tradição e da convenção como classificadoras de ideologias, porém, lembramos que outras classificações seriam passíveis de realização retrospectivamente. Liberalismo, conservadorismo, socialismo, fascismo, comunismo, e outras grande famílias virtualmente atuaram como atores políticos por si sós. De fato, boa parte do século passado pode ser compreendida como um campo de batalha amargo e sangrento entre tais famílias.” (Freeden, 2003:78, tradução minha)

As macro-ideologias não se reduzem a movimentos políticos ou partidos, mas extravasam qualquer limite institucional, inclusive sua própria classificação em um contínuo de esquerda e direita possui certa arbitrariedade. Afinal, os deslocamentos e composições entre diferentes macro-ideologias não partem de um princípio de que estas estejam necessariamente ordenadas de forma gradual em uma escala, ou que sejam mutuamente excludentes. Contudo, as macro-ideologias, a despeito de sua importância, também disputam espaço com outras ideologias políticas caracterizadas por Freedem como ideologias-modulares ou segmentares, isto é, ideologias políticas menos desenvolvidas em relação às macro-ideologias. Entre os exemplos de ideologias-modulares figurariam o neoliberalismo, o libertarianismo e a chamada terceira via, as quais, ainda que se orientem por alguns princípios liberais específicos, os combinam com formulações relacionadas a outras tradições, de modo que não possuem uma sistematicidade ou coerência interna exigente.

Seguindo este raciocínio, existiriam então várias ideologias políticas relacionadas de alguma forma à macro-ideologia do liberalismo, como o liberalismo político, liberalismo igualitário, o libertarianismo e o liberalismo econômico, as quais inclusive poderiam ser conflitantes entre si. No Brasil, por exemplo, a difusão do liberalismo econômico precedeu a do liberalismo político na esfera pública, considerando que a publicação da obra “Observações sobre o comércio franco no Brasil” do Visconde de Cairu foi publicada em 1808 e a ideia moderna de liberdade política passou a circular no país somente a partir de 1822 (Lynch, 2007). Também conhecido como *laissez-faire*, o liberalismo econômico que foi divulgado não apenas no Brasil, mas em vários países no século XIX, passou a ser questionado a partir de 1850 por vários autores liberais e entrou em decadência aguda após a crise de 1929. Em 1938, vários intelectuais procuraram realizar um esforço para reabilitar o *laissez-faire* por meio de uma reunião celebratória da obra do publicista norte-americano

Walter Lippmann¹¹, que ocorreu em Paris, e foi deste esforço que nasceu o chamado neoliberalismo.

Existe bastante controvérsia sobre o que é exatamente o neoliberalismo, e sobre como e quando teria se originado, porém existe um consenso na literatura de que a utilização do prefixo *neo* não é gratuita e marca uma mudança importante em relação ao *laissez-faire* do século XIX¹². Aqui adoto uma compreensão idêntica àquela proposta pelo cientista político argentino Sergio Morresi (2011) e pelos franceses Pierre Dardot e Christian Laval (2016), a de que, ao contrário do liberalismo *laissez-faire*, o neoliberalismo defende um papel ativo do Estado como promotor do livre-mercado. Ou seja, se para os adeptos do *laissez-faire* o Estado não deveria ter papel algum na regulação da economia, os neoliberais acreditam que o Estado deve atuar ativamente em sua regulação no sentido de criar um aparato jurídico-legal para fomentar o bom funcionamento do livre-mercado.

Nesse sentido, os economistas Milton Friedman e Friedrich Von Hayek podem ser classificados como neoliberais, mas acredito que seja mais adequado considerar Ludwig Von Mises um libertariano, como propõe o jornalista libertariano Bryan Doherty (2007)¹³. O libertarianismo é uma defesa radical do capitalismo sem restrições de qualquer tipo, associada a uma defesa moral e política da liberdade dos seres humanos de não serem coagidos uns pelos outros (Idem, 2007). A militância internacional libertariana, de acordo com Doherty, abrangeria anarco-capitalistas

¹¹ Walter Lippmann é um intelectual norte-americano cujo livro, “The Good Society”, publicado nos anos 1930, tece críticas a políticas de cunho “coletivistas” por conduzirem potencialmente ao totalitarismo, argumento que foi utilizado pelo economista austríaco Friedrich Von Hayek anos depois em sua obra mais popular: “O caminho da servidão”, publicada em 1944. (Cockett, 1995).

¹² Autores como Taylor Boas e Gans Morse (2009) e Ben Jackson (2010) defendem que originalmente o neoliberalismo nasceu como um movimento de economistas alemães filiados ao *ordoliberalismo* e que pretendia reformar o liberalismo do *laissez-faire* do século XIX¹², daí o uso do prefixo *neo* como indicativo da reformulação pretendida. A orientação ordoliberal teria sido encampada de forma razoavelmente explícita por Walter Lippman, de forma ambígua pelo economista austríaco Friedrich Von Hayek, e deixada totalmente de lado pelo também economista austríaco Ludwig Von Mises, que teria, aos olhos dos ordoliberais, permanecido fiel à defesa das teses liberais do século passado e, por conta disso, foi considerado por estes como um “*paleoliberal*”, isto é, um “liberal jurássico”. Contudo, para Sergio Morresi (2011), Pierre Dardot e Christian Laval (2016) as disputas existentes entre os intelectuais pró-mercado nas décadas de 1930 e 1940 teriam, na verdade, resultado na formação de duas novas correntes principais que passaram a defender o liberalismo econômico sob novas bases. A primeira seria o já referido ordoliberalismo, que ao contrário do *laissez-faire*, consideraria que o funcionamento do mercado é imperfeito e que o Estado deve atuar para corrigir suas falhas, as quais teriam desencadeado a crise de 1929. E a segunda seria o neoliberalismo, que sustentaria que a crise de 1929 foi desencadeada não por falhas de mercado, mas por um excesso de intervenção estatal que foi prejudicial ao bom funcionamento deste, para estes o Estado deve intervir na economia mas apenas por meio da criação de regras e instituições que promovam o bom funcionamento do mercado.

¹³ Ainda que, segundo seus critérios, um dos únicos intelectuais de maior destaque que poderia ser considerado como um libertariano de fato seria Murray Rothbard.

(*ancaps*), objetivistas, corrente inspirada na obra da romancista Ayn Rand, minarquistas, economistas austríacos, liberais clássicos, e o que se costuma chamar de neoliberais, os quais são percebidos pela própria militância como estando vinculados principalmente à Escola de Chicago e por isso eventualmente são chamados de “chicaguistas”¹⁴. Todas estas correntes, a despeito de eventuais disputas ideológicas internas, se percebem como continuidade de uma mesma tradição que remonta ao liberalismo do século XIX e às obras de autores como Frédéric Bastiat, Herbert Spencer, Stuart Mill, Alexis de Tocqueville, John Locke, entre outros. Contudo, as vertentes políticas mais radicais relacionadas à defesa do capitalismo de livre-mercado teriam permanecendo muito menos conhecidas do grande público em comparação com o neoliberalismo, que conquistou uma grande exposição a partir dos anos 1980 (Idem, 2007).

Considerando que ideologias políticas devem ser consideradas tendo em vista a prática dos atores políticos, penso que é necessário chamar a atenção para o fato de que, como bem descreve Doherty, em termos de ativismo, neoliberais, minarquistas¹⁵, anarco-capitalistas¹⁶ e os seguidores da romancista Ayn Rand, que se autodeclarava objetivista¹⁷, atuavam e ainda atuam juntos. De modo que pode ser difícil, por vezes, demarcar fronteiras rígidas no que tange à proposição de políticas públicas por parte de organizações pró-mercado, na medida em que estas costumam reunir pessoas de todas estas correntes ideológicas, ainda que as políticas públicas propostas pelos neoliberais sejam muito muito menos radicais em termos de privatização dos bens comuns em comparação com o que propõem as correntes mais radicais. Além disso, também deve-se levar em consideração a auto-declaração dos próprios atores, pois isso aponta para aspectos importantes sobre como se percebem em relação à tradições mais amplas e ideologias políticas específicas.

¹⁴ Ainda que a própria militância entenda que os neoliberais compartilhem, em algum grau, das mesmas bases morais e filosóficas de anarco-capitalistas, minarquistas e objetivistas, Pierre Dardot e Christian Laval (2016) compreendem o neoliberalismo como um corrente de pensamento à parte destas últimas, que comporiam o libertarianismo. Já o cientista político Sergio Morresi (2011) compreende que o libertarianismo seria uma das vertentes do neoliberalismo, ao lado da Escola Austríaca de Economia, da Escola de Chicago e da Escola da *Public Choice* da Universidade de Virgínia, enquanto o brasileiro Reginaldo Moraes (2001) também aponta que estas três escolas comporiam o neoliberalismo, mas, apesar de citar brevemente a existência de anarco-capitalistas e minarquistas, mas não os considera relevantes o suficiente em sua caracterização.

¹⁵ Os minarquistas compreendem que as únicas instituições estatais que deveriam existir são aquelas relacionadas à justiça e à segurança pública.

¹⁶ Os anarco-capitalistas defendem a abolição total do Estado, a manutenção da propriedade privada, o livre-mercado e a soberania individual.

¹⁷ Rand foi uma imigrante russa que mudou se nome ao se estabelecer nos Estados Unidos e criou uma filosofia própria chamada objetivismo baseada em uma defesa radical do capitalismo de livre-mercado.

No que diz respeito à auto-declaração dos próprios intelectuais e ativistas em questão, o termo liberalismo costumava ser utilizado de forma mais frequente, por vezes compreendido como sinônimo de neoliberalismo, para se referir ao movimento iniciado a partir do Colóquio Walter Lippman e liderado por Hayek, mas nas últimas décadas a autodenominação de neoliberal caiu em desuso. Tal abandono teria ocorrido porque até a década de 1980 o termo neoliberalismo era percebido pela maior parte das pessoas comuns como uma expressão “neutra”, mas após a adoção de políticas de inspiração neoliberal por economistas chilenos que vieram a trabalhar sob o regime pinochetista no Chile (Boas; Morse, 2009) acabou ganhando uma carga normativa negativa ao se converter em um slogan anticapitalista amplamente conhecido. Por esse motivo, o termo passou a ser rejeitado¹⁸, e os defensores do capitalismo de livre-mercado passaram a se autodenominar simplesmente como liberais, como o fizeram Milton Friedman e F. Von Hayek (Doherty, 2007). Nesse sentido, é importante frisar que a autodenominação de liberal, especialmente por parte de intelectuais, também pode apontar para uma intenção de sinalizar uma vinculação a uma rede de militância internacional muito mais ampla e que compreende diversas tendências que se percebem como uma continuação da tradição liberal clássica, como destaca Bryan Doherty.

Todavia, acredito que a diferenciação entre liberalismo e neoliberalismo é importante pois, liberalismo, nos termos de Freedman (2003), se refere a uma macro-ideologia política, e neoliberalismo apenas a uma ideologia-modular que eventualmente entra em conflito com outras ideologias políticas que também se referenciam na tradição liberal. Levando isso em consideração, farei a opção aqui de falar em neoliberalismo e neoliberais considerando os adeptos da obra de Hayek, da Escola de Chicago e da Escola da Escolha Pública de Virgínia; ultraliberalismo e ultraliberais em referência a ideologias políticas pró-mercado mais radicais em comparação com o neoliberalismo, como o objetivismo, o minarquismo, o libertarianismo e o anarco-capitalismo, ressaltando com o adjetivo “ultra” tal radicalidade; e, finalmente, utilizarei termos mais genéricos, como “pró-mercado”,

¹⁸ Tal situação pode ser ilustrada por uma experiência que tive durante minha pesquisa de campo realizada no ano de 2015 junto ao Instituto Liberal do Rio de Janeiro, criado em 1983. Entre os documentos internos do Instituto, encontrei uma correspondência privada que datava da época de sua fundação na qual um dos membros se autodenominava, e denominava os demais colegas, como neoliberal. Comentei sobre o fato com dois funcionários do Instituto e logo se instalou uma disputa acalorada entre eles em que um defendia a pertinência da classificação enquanto o outro a refutava.

quando for realizada uma referência geral aos atores que fizeram e ainda fazem parte do ecossistema internacional de organizações pró-mercado que passou a se formar ainda na década de 1940, logo após o Colóquio Walter Lippman em 1938, chamadas de *think tanks* (Cockett, 1993; Stedman-Jones, 2014).

2.2 Os *think tanks* e a difusão internacional do ideário pró-mercado

A expressão *think tank*, cuja origem remonta às salas secretas nas quais eram discutidas estratégias de guerra (Teixeira da Silva, 2007 *apud* Rigolin; Hayashi, 2012), passou a ser mais utilizada por volta da década de 1960 nos Estados Unidos, país que abriga boa parte dos *think tanks* considerados como “arquetípicos” pela literatura especializada (Abelson; Lindquist, 2000). No entanto, considera-se que já existiam organizações que foram fundadas antes dos anos 1960 e que podem ser classificadas desta forma. Os primeiros *think tanks* criados pelos norte-americanos durante a primeira metade do século XX eram organizações civis privadas, mantidas com doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, que reuniam especialistas e técnicos, normalmente recrutados junto à academia. Seus membros procuravam dedicar-se à pesquisa científica e à divulgação de ideias no campo das políticas públicas da forma mais autônoma e independente possível em relação a grupos de interesse específicos, algumas inclusive possuíam um perfil mais similar a instituições universitárias ficaram conhecidos como “universidades sem alunos”.

Este tipo de atuação era consoante com o espírito progressista e “científico” que passou a predominar no início do século XX nos Estados Unidos. Assim, estas organizações procuravam afastar interferências ou pressões de grupos de interesse específicos, as quais estariam presentes em agências estatais, governos, universidades ou partidos, e conduzir suas atividades-fim de forma mais “neutra”, “científica” e “desinteressada”. Ao menos, era assim que tais organizações se compreendiam, anunciando que seriam, portanto, mais “confiáveis” em comparação a outros *loci* de pesquisa e produção de ideias e políticas públicas, característica esta que constituiria o principal atrativo do *think tanks* junto aos implementadores de políticas públicas (Rich, 2004; Stone, 2005).

Acompanhando tal *ethos*, os primeiros *think tanks* norte-americanos voltados para a divulgação de um ideário pró-mercado eram imbuídos de uma orientação tida como mais “desinteressada” e voltada para educação da população, nos moldes de

uma “universidade sem alunos”. Este foi o caso do primeiro *think tank* pró-mercado, a *Foundation for Economic Education* (FEE). A organização, fundada em março de 1946 na cidade de Atlanta, Georgia, nos Estados Unidos, foi idealizada por um empresário chamado Leonard Read e contou por muitos anos com o auxílio financeiro de um fundo milionário criado pelo magnata William Volker e gerenciado por um entusiasta do livre-mercado, chamado *Volker Fund*. Dessa forma, a instituição possuía uma relativa liberdade e autonomia frente a interesses políticos imediatos e ambicionava educar o povo norte-americano para as vantagens do capitalismo de livre-mercado. Dez anos depois da criação da FEE, em 1956, o radialista anticomunista Robert LeFevre fundou uma organização similar na cidade de Colorado Springs, no estado do Colorado, mas com um foco mais escolar de fato, chamada *Freedom School*. A escola funcionou até 1973 e seu quadro de professores contou com as personalidades mais destacadas do ecossistema pró-mercado da época, como, por exemplo, Leonard Reed, fundador da FEE, Frank Chodorov, editor da Revista *Freeman* publicada pela FEE, e os acadêmicos Milton Friedman e Ludwig Von Mises. Na década de 1960, outras duas organizações foram fundadas por membros da FEE, o *Liberty Fund*, sediado na cidade de Indianápolis, em Indiana, criado pelo advogado Pierre F. Goodrich, filho de James P. Goodrich, empresário que atuou como governador do mesmo estado entre 1917 e 1921 pelo Partido Republicano, e o *Institute for Humane Studies* (IHS), criado em 1961 por F. A. Harper na Califórnia, e que também passou a contar com a participação de Pierre F. Goodrich (Doherty, 2007).

Ainda que a maioria daqueles que circulavam nestas organizações fossem acadêmicos, especialmente economistas, e empresários, também existiam algumas pessoas comuns que entravam em contato e se interessavam pela promoção do ideário pró-mercado a partir de outras vias, como os admiradores das obras da romancista e roteirista de filmes para Hollywood, Ayn Rand. Ao lado de duas outras romancistas, Rose Wilder Lane e Isabel Paterson, Rand, criadora do objetivismo, costuma ser apontada como uma das principais fundadoras do chamado “movimento libertariano moderno”. Sua obra mais famosa, um romance de mais de mil páginas, chama-se “A Revolta de Atlas” e foi publicada em 1957, tendo sido traduzida para várias línguas e

totalizando mais de sete milhões de cópias vendidas desde sua primeira tiragem¹⁹. Assim, a divulgação e o ensino do ideário pró-mercado realizado pelas organizações citadas acima incluía não apenas escritos de economia, produzidos por membros da Escola Austríaca, como Hayek e Mises, e da Escola de Chicago, como Milton Friedman, mas também uma literatura mais ampla elaborada autores e autoras anarco-capitalistas, minarquistas e objetivistas, os quais, em contraste com os primeiros, procuravam fazer uma defesa do livre-mercado embasada principalmente em fundamentos morais e filosóficos. Tais diferenças eventualmente ocasionavam disputas ideológicas, estratégicas e políticas importantes no interior dos *think tanks*, um dos alvos de tais disputas, por exemplo, foi o próprio Milton Friedman, que, na década de 1960, foi acusado de ser muito moderado em um texto que havia circulado entre os membros da FEE (Idem, 2007).

Antes da publicação da “Revolta de Atlas”, no entanto, o ideário de livre-mercado já havia começado a ser disseminado para o grande público dentro e fora dos Estados Unidos ainda em 1945. Isso se deu por meio da divulgação de uma versão condensada do livro “O caminho da Servidão”, publicado originalmente por Hayek em 1944, na *Reader’s Digest*, uma das revistas mais populares da época e que era traduzida para dezenas de países. Nesta obra, Hayek, professor da prestigiosa *London School of Economics* (LSE), amigo de longa data de John Maynard Keynes, e ex-aluno de Ludwig von Mises, argumenta que o aprofundamento da lógica “coletivista” e “estatista” que ampararia o Estado de Bem Estar Social conduziria necessariamente ao totalitarismo e, portanto, ao fim das liberdades individuais. Tais teses, ainda que já tivessem sido previamente defendidas por Walter Lippman em 1938, provocaram um verdadeiro frisson na época. Afinal, as políticas que sustentavam o Estado de Bem Estar Social estavam em seu auge e eram consideradas como um consenso tanto à direita quanto à esquerda do espectro político britânico, de modo que Hayek angariou rapidamente muitos inimigos. Porém, ao mesmo tempo, houve também quem se extiasse com suas ideias, este foi o caso de Antony Fisher, ex-piloto da Força Aérea Real Britânica.

Ao ler a adaptação de “O caminho da servidão” na revista *Reader’s Digest*, Fisher ficou tão impactado com os argumentos expostos pelo economista que, em

¹⁹ Em 2009, ano em que Barack Obama foi eleito presidente dos Estados Unidos, e em que surgiu o movimento *Tea Party*, que combina elementos ideológicos libertarianos e conservadores, as vendas de “A revolta de Atlas” duplicaram em relação ao ano anterior, atingindo 500 mil cópias. Ver em <https://ari.aynrand.org/media-center/press-releases/2010/01/21/atlas-shrugged-sets-a-new-record>

1947, resolveu ir pessoalmente ao seu encontro na LSE para pedir conselhos sobre qual seria a melhor forma de divulgar suas ideias (Cockett, 1995). Neste mesmo ano, Hayek havia fundado a Sociedade de Mont Pèlerin em uma localidade de mesmo nome na Suíça. O economista estava mais entusiasmado com a possibilidade de divulgar o ideário pró-mercado em meios intelectuais que atuavam na sociedade civil em detrimento de tentar influenciar diretamente o sistema político, o qual estaria permeado por ideias coletivistas, daí a ideia da criação da Sociedade de Mont Pelèrin. O objetivo da Sociedade era estimular o intercâmbio de ideias com intelectuais afinados com as teses defendidas em “O caminho da servidão” e que provinham de diferentes países e contextos acadêmicos, como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lippmann, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros²⁰.

Deste modo, em vez de aconselhar Fischer a se tornar um militante político ligado à atuação de um partido²¹, Hayek sustentou que a melhor forma de divulgar o ideário pró-mercado seria por meio da fundação de uma organização civil não-partidária. Afinal, naquela época tal ideologia política ainda era muito radical e pouco palatável entre os partidos existentes, mesmo entre os membros do Partido Conservador, tendo em vista o consenso existente na sociedade da época em torno das práticas econômicas de orientação keynesiana, e que Hayek julgava ser uma forte tradição “paternalista” do partido. De acordo com o economista austríaco, por meio de uma organização civil privada seria possível divulgar o neoliberalismo em sua forma original, “pura”, e sem a necessidade de se prender a uma lógica político-partidária de curto prazo e aos obstáculos ideológicos dos conservadores.

Hayek, inspirado pela atuação dos socialistas da Sociedade Fabiana no final do século XIX²², ambicionava realizar uma mudança política e ideológica profunda na sociedade britânica. Para tanto, acreditava que era necessário atuar a partir de perspectivas de longo prazo com base em uma vanguarda intelectual que agisse de

²⁰ Para mais informações sobre a atuação da Sociedade de Mont Pèlerin cf. Anderson, 1995; Cockett, 1995; Harvey, 2005; Mirowski; Plehwe, 2009; Stedman Jones, 2014

²¹ Originalmente Hayek gostaria de ter se aproximado do Partido Liberal, com o qual julgava possuir maior identificação ideológica, e não do Partido Conservador, como ocorreu posteriormente e que lhe possibilitou tornar-se o mentor intelectual de Margareth Thatcher. (Cockett, 1995)

²² A Sociedade Fabiana participou da fundação do Partido Trabalhista inglês e procurou difundir ideias e políticas públicas de inspiração socialista. Tal dinâmica teria ajudado a formar um consenso em torno das políticas de Bem Estar naquele país que vigorou durante as décadas de 1940, 1950 e 1960. A Sociedade ainda existe atualmente sob a forma de *think tank*. Mais informações podem ser obtidas em <http://www.fabians.org.uk/about/>.

forma estratégica procurando influenciar indivíduos que denominava como “ideólogos de segunda-classe”: jornalistas, acadêmicos, escritores e professores. Dessa forma, seria possível difundir o ideário neoliberal junto à opinião pública e criar, com o tempo, um consenso “neoliberal” no seio da sociedade, de forma análoga com o que, em sua percepção, teria ocorrido com ideias de matriz socialista ou socialdemocrata (Cockett, 1995; Stedman Jones, 2014).

Alguns anos após este primeiro encontro com Hayek, Fisher seguiu suas orientações e criou em Londres, no ano de 1955, o *Institute of Economic Affairs* (IEA) com o objetivo de difundir ao longo do tempo o ideário pró-mercado. (Cockett, 1995). Vinte anos após sua fundação, o IEA acabou por desempenhar um papel fundamental na política britânica, não apenas no plano das ideias, mas também no da política profissional propriamente dita quando, em anos posteriores, forneceu quadros e assessores técnicos para o governo de Margareth Thatcher (1979-1990), influenciando, de forma importante, a adoção de reformas econômicas e sociais de cunho liberalizante colocadas em prática pela política conservadora (James, 1993; Desai, 1994). Porém, antes mesmo de Thatcher se tornar primeira-ministra, ainda na metade da década de 1970, Fischer resolveu ir para a América do Norte, onde estava ocorrendo uma “onda” de fundação de *think tanks* “ativistas” de direita (Thunert, 2003).

Até então o número total de *think tanks* ativos nesta região permanecera relativamente pequeno e não chegava a totalizar 70 organizações. Nessa época, a maior parte destas organizações devotavam seus esforços sobretudo para produção de pesquisas na área de políticas públicas de forma invariavelmente discreta e direcionada diretamente para o consumo de implementadores de políticas públicas, sem se preocuparem em possuir maior apelo junto à esfera pública no sentido de influenciá-la ideologicamente. Este cenário se modificou radicalmente com a fundação da *Heritage Foundation* em 1973 (Smith, 1993), atualmente um dos *think tanks* mais influentes dentro e fora dos Estados Unidos, ocupando a 17^o posição do *ranking* dos 150 *think tanks* mais importantes do mundo em 2014²³. Sua missão é formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas na defesa da livre-empresa, do Estado mínimo, da liberdade individual, dos valores tradicionais americanos e da importância de uma forte defesa nacional. Para conseguir influenciar

²³ Cf. *Global To Go Think Tanks Index Report 2014 - University of Pennsylvania*

o máximo possível o processo político nesta direção, e obter o maior número de vitórias possível na chamada “batalha das ideias”, suas estratégias de marketing são direcionadas para um público alvo composto por membros do Congresso, membros de equipes parlamentares, formuladores de políticas públicas no poder executivo, mídia nacional, e comunidades acadêmicas²⁴.

O formato de atuação inaugurado pela *Heritage Foundation* marcou o nascimento de uma outra vertente organizacional nos Estados Unidos: os *think tanks* “ativistas”, também chamados de *advocacy think tanks* (Weaver, 1989). Seguindo o modelo fornecido pela *Heritage*, a partir dos anos 1970 em diante foram fundados novos *advocacy think tanks* que passaram a utilizar estratégias agressivas de *marketing* na defesa de seus interesses, e entre 1970 e 2000, o número de *think tanks* norte-americanos mais do que quadruplicou, crescendo de menos de 70 para mais de 300 organizações atuantes. Mais da metade dos novos *think tanks* que se formaram neste período possuíam uma orientação ideológica facilmente identificável e, dentre estes, dois terços se diziam pró-mercado.

Até o final da década de 1960 os financiadores das organizações civis pró-mercado existentes nos Estados Unidos se recusavam deliberadamente a apoiar esforços relacionados com o que ocorria em Washington. Porém, logo mudaram de opinião em vista do aumento do que consideraram ser um inoportuno “ativismo estatal” promovido pelo governo na época, o qual passaram a combater por meio do apoio a *think tanks* “ativistas” (Idem, 1989). Diferentemente dos *think tanks* tidos como de orientação mais “científica”, a maior parte dos recursos materiais e humanos recebidos pelos *think tanks* “ativistas” não são empregados em pesquisas ou em educação da população por meio da divulgação de publicações com linguagem acessível. Para maximizar as possibilidades de influenciar o processo político, procuram elaborar, com base em refinadas estratégias de comunicação, análises de conjuntura resumidas e materiais de *marketing* para grupos políticos específicos, grandes veículos de mídia e à opinião pública com o intuito explícito de favorecer políticas públicas que sejam condizentes a priori com uma orientação ideológica particular (Rich, 2004).

Foi em meio à popularização deste novo *ethos* que Antony Fisher foi convidado em 1975 para ser codiretor de um *think tank* de direita no Canadá, o *Fraser*

²⁴ Cf. <http://www.heritage.org/about>

Institute, por conta de sua reputação angariada junto ao IEA. O *think tank* canadense, que foi fundado em Vancouver por um empresário daquele país em 1974, logo passou a se destacar no cenário político norte-americano²⁵, o que fez com que Fisher fosse chamado em 1977 para erguer uma organização similar em Nova Iorque, originalmente chamada de *Center for Economic Policy Studies* e posteriormente rebatizada como *Manhattan Institute for Policy Research*. Ainda no mesmo ano, Fisher mudou-se para São Francisco, mais especificamente para a vizinhança de Milton Friedman, e lá fundou outra organização em 1979, o *Pacific Institute for Public Policy*, sendo que ainda ao final da mesma década envolveu-se com a formação de outro *think tank* na Austrália, o *Center for Independent Studies* (Cockett, 1995).

Nessa época, tanto Hayek como Friedman já haviam se tornado lideranças intelectuais estabelecidas em seu campo de atuação: a economia. Hayek recebera o prêmio Nobel da área em 1974 e Friedman foi agraciado com o mesmo prêmio dois anos depois, em 1976. A atuação de ambos na academia, especialmente de Friedman, ajudou a consolidar uma comunidade epistêmica²⁶ internacional no campo da economia que promove o ideário pró-mercado, a qual foi, e continua a ser, responsável por influenciar intelectuais e *policymakers* em diversos países (Morresi, 2011). Vários economistas latino-americanos foram formados em programas de intercâmbio estabelecidos com instituições de seus respectivos países, sendo que o caso mais famoso foi o do grupo de economistas chilenos que atuaram durante a ditadura de Pinochet e que ficaram conhecidos como Chicago Boys (Valdés, 1995). No entanto, vários economistas argentinos e brasileiros²⁷ também podem ser

²⁵ O *Fraser Institute* é apontado como o 19º *think tank* mais importante do mundo no ranking que lista os 150 *think tanks* mais importantes do mundo inteiro no ano de 2014 cf. *Global To Go Think Tanks Index Report 2014 - University of Pennsylvania*

²⁶ De acordo com Peter Haas (1992), as comunidades epistêmicas são redes de profissionais que possuem competência reconhecida em um campo de conhecimento, o que faz com que possam realizar reivindicações “autorizadas” sobre políticas públicas relacionadas ao seu domínio de expertise, e que vem ganhando cada vez mais destaque tendo em vista seu papel de redutores de incertezas em face a uma crescente complexidade técnica relacionadas ao processo de *policy making* nas mais diversas áreas. Estas comunidades compartilham conhecimentos e crenças que informam uma racionalidade construída a partir de valores específicos com base na qual seus membros se apoiam para agir socialmente. Assim, com base em suas competências, procuram abordar os problemas relacionados ao seu campo de expertise por meio do estabelecimento de relações de causa e efeito, avaliação e validação de políticas públicas com a convicção de que, dessa forma, promovem um maior bem-estar humano.

²⁷ Nesse sentido, é possível apontar para efeito de ilustração alguns nomes. Paulo Guedes, PhD pela Universidade de Chicago, elaborou e propôs planos de governo liberais para o Partido da Frente Liberal nos anos 1990, em 2006 foi um dos fundadores de um dos mais conhecidos *think tanks* pró-

compreendidos também como *Chicago Boys* em seus próprios países, ainda que não tenham tido uma atuação tão coesa e contínua como ocorreu no caso chileno.

Em meio a este cenário promissor em relação à difusão do ideário pró-mercado, encorajado por Hayek e Friedman²⁸, Antony Fisher decidiu criar uma organização de um tipo diferente, uma “articuladora” ou “sementeira”. No ano de 1981, em Washington, Fischer fundou uma espécie de “organização-mãe” que pudesse coordenar os *think tanks* que foram criados anos antes e que, ao mesmo tempo, articulasse a fundação de novas “filiais” do IEA em outros países, e assim surgiu a *Atlas Economic Research Foundation*²⁹, que mudou seu nome posteriormente para *Atlas Network* (Thunert, 2003). Seis anos depois, em 1987, a Atlas associou-se ao *Institute of Humane Studies* (IHS), fundado em 1961 por F.A. Harper. A fusão tinha a finalidade de fortalecer a estrutura institucional da Atlas e assim poder tornar mais factível sua principal missão, que era, segundo formulara de forma bastante direta John Blundell, presidente da Atlas e do IHS de 1987 a 1990, “abarrotar o mundo com *think tanks* que defendam o livre-mercado” (Cockett, 1995:307).

Todos estes *think tanks* passaram então a integrar uma rede internacional complexa de atores e entidades diversos unidos em prol da diminuição da intervenção estatal na economia. Compunham a rede instituições universitárias, como a Universidade George Mason na Virgínia, a Universidade Francisco Marroquín na Guatemala, a Pontifícia Universidade Católica do Chile, o departamento de Economia

mercado do país, o Instituto Millenium, teve uma atuação destacada no mercado financeiro onde incentivou um economista por ele chefiado que atuava como *trader*, Rodrigo Constantino, a defender as ideias liberais como polemista na mídia, e foi apontado pelo presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, para atuar como ministro da fazenda; Paulo Rabello de Castro, PhD pela Universidade de Chicago, foi professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV-EPGE), fez parte da CEDES na década de 1980, entidade ligada à Sociedade Rural Brasileira, elaborou e propôs planos econômicos liberais para Fernando Collor, e, em conjunto com Paulo Guedes, para o Partido da Frente Liberal durante os anos 1990, fundou um *think tank* pró-mercado no Rio de Janeiro, o Instituto Atlântico, é ligado ao Movimento Brasil Eficiente e ao Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), foi presidente do IBGE e atualmente preside o BNDES; Winston Ling é um empresário de origem chinesa que fez mestrado em economia pela Universidade de Chicago, integra e financia uma série de organizações e iniciativas relacionadas à defesa do livre-mercado, tendo fundado em 1984 o Instituto de Estudos Empresariais, *think tank* pró-mercado de Porto Alegre responsável por organizar o Fórum da Liberdade, evento anual que reúne empresários, políticos, intelectuais e militantes para debater política e economia e que se tornou o principal espaço de intercâmbio de ideias e propostas para a militância neoliberal brasileira; Og Leme foi um dos primeiros *Chicago Boys* brasileiros, assim como Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central (1980-1983) e atual diretor da FGV-EPGE, onde se formou o ex-ministro da fazenda Joaquim Levy, entre outros economistas de destaque, e ambos atuaram de modo importante como difusores do neoliberalismo na academia, sendo que o filho de Og Leme, Paulo Leme, também se pós-graduou em economia em Chicago, trabalhou no Fundo Monetário Internacional durante os anos 1990 e atualmente é presidente do banco Goldman Sachs no Brasil.

²⁸ Cf. <https://www.atlasnetwork.org/about/our-story>

²⁹ O nome “Atlas” remete ao título do livro de Ayn Rand, “A revolta de Atlas”, romance best-seller que promove valores ligados ao livre-mercado.

da Universidade de Chicago, onde lecionava Friedman, membros de partidos políticos, com especial destaque para o *Libertarian Party*, fundado em 1971 nos Estados Unidos (Doherty, 2007), e diversas outras associações civis que procuravam difundir os valores do capitalismo de livre-mercado. Além disso, da década de 1970 em diante, tais organizações passaram a contar cada vez mais com orçamentos milionários oriundos de doações realizadas por empresários mediadas por fundos filantrópicos. Um dos casos mais emblemáticos neste sentido é o dos bilionários norte-americanos do ramo de petróleo, os irmãos David e Charles G. Koch, conhecidos como “*The Koch Brothers*”, cuja atuação junto às principais organizações pró-mercado de seu país e na política partidária, apoiando candidaturas políticas oriundas tanto do *Libertarian Party* como do Partido Republicano, é pública e notória.

Os irmãos Koch, por conta da influência de seu pai, anticomunista ferrenho, frequentaram, na metade dos anos 1960, a *Freedom School*, criada por Robert LeFevre. Com o intuito de difundir ideias pró-mercado passaram então a se engajar na constituição de entidades com esta finalidade. A primeira experiência de Charles Koch nesse sentido foi com a organização de um centro de pesquisas especializado na pesquisa sobre a falência de escolas geridas pelo Estado, o *Center for Independent Education*, por conta da qual desenvolveu um interesse por pesquisas acadêmicas de alto-nível, o que fez com que se aproximasse do IHS, instituto que passou a presidir em 1973. Charles permaneceu desde então como principal financiador do IHS (Doherty, 2007), e em 1977 fundou em Washington DC, em conjunto com o ativista libertariano Ed Crane, o *Cato Institute*, que entre seus diretores contava com Murray Rothbard e Sam Husbands Jr., empresário que participou posteriormente do governo Reagan. (Doherty, 2007; Moraes, 2015; Skocpol; Hertel-Fernandez, 2016). A Atlas Network, por sua vez, procurava angariar fundos sobretudo junto aos membros mais abastados da Sociedade de Mont Pèlerin. Não só os diretores da Atlas participavam dos encontros promovidos periodicamente pela Sociedade e aproveitavam o ensejo para trocar ideias e experiências, mas estas eram também ocasiões em que Fisher conseguia entrar em contato com possíveis doadores e apoiadores para a articuladora norte-americana (Cockett, 1995).

Passados poucos anos do surgimento de tais organizações no contexto anglo-saxão começaram a ser implementadas políticas de inspiração neoliberal para combater a inflação em alguns países. Isso ocorreu, por exemplo, durante o governo

do democrata Jimmy Carter (1977-1981) nos Estados Unidos, e do governo do trabalhista James Callaghan (1976-1979) na Inglaterra, e, poucos anos depois, na década de 1980, os governos de Augusto Pinochet, Ronald Reagan e Margareth Thatcher se tornaram modelares no que tange à adoção mais ampla de políticas neoliberais. Os governos de Pinochet e Reagan foram influenciados diretamente pela Escola de Chicago, capitaneada por Milton Friedman, (Valdés, 1995), e o governo de Thatcher por Hayek e pelo *Institute of Economic Affairs* (Desai, 1995; Cockett, 1993). Com o passar do tempo, tal dinâmica teria inaugurado um processo mais amplo de adoção do cânone neoliberal não apenas no que tange estritamente a adoção de certas políticas públicas mas no que diz respeito a uma nova racionalidade internacional que passou a regular de modo importante as relações sociais (Harvey, 2007; Dardot; Laval, 2016).

Foi assim que, passados menos de dez anos desde sua fundação, a Atlas já conseguia desfrutar de um grau de sucesso considerável em relação aos objetivos propostos por seu fundador. Inclusive, ao final do década de 1980, a importância de Fisher para a difusão do ideário pró-mercado em seu país e ao redor do mundo foi oficialmente reconhecida. Em 1988, semanas antes de falecer, o ex-piloto recebeu da Rainha Elizabeth II o título de “Sir” por sua dedicação à defesa da “liberdade”³⁰, a qual poderia ser comprovada numericamente, pois, ainda em 1990, a Atlas já era responsável por uma vasta rede que compreendia mais de 60 *think tanks*, e em 1991 teria sido responsável por criar, apoiar financeiramente, ou auxiliar de alguma forma na criação e/ou desenvolvimento de 78 “filiais” do IEA nos mais diversos países, sendo que 31 destas localizavam-se na América Latina.

Atualmente, é possível dizer que praticamente todos os *think tanks* pró-mercado mais importantes ao redor do globo fazem parte da rede constituída pela Atlas. A articuladora norte-americana conta hoje com mais de 400 afiliados distribuídos em mais de 80 países, 15 no Canadá, 156 nos Estados Unidos, 144 na Europa e na Ásia Central, 11 no Oriente Médio e norte da África, 19 na África, 16 no sul da Ásia, 27 no Extremo Oriente e Pacífico, 8 na Austrália e Nova Zelândia, e 71 na América Latina³¹. Tendo isso em vista, como bem aponta o historiador britânico Richard Cockett, é de fato tentador pensar a rede de organizações articuladas pela

³⁰ Cf. <https://www.atlasnetwork.org/grants-awards/awards/sir-antony-fisher-international-memorial-awards>

³¹ Cf. <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>

Atlas e pelo IHS como uma espécie de *Komintern* neoliberal, exceto pelo fato de que estas afirmam enfaticamente não receberem qualquer tipo de financiamento estatal³² (Idem, 1993:308).

2.3 A direita brasileira e a divulgação do ideário pró-mercado (1946-1987)

Como a defesa do livre-mercado costuma estar associado a ideologias modulares, nos termos de Freedman, como o neoliberalismo ou libertarianismo, sua divulgação costuma vir combinada a outras ideologias políticas, como o conservadorismo, ou até mesmo com o autoritarismo, como ocorreu durante o autointitulado Processo de Reorganização Nacional (PRN) na Argentina, e durante a ditadura pinochetista. No Brasil o ideário pró-mercado passou a ser divulgado inicialmente de forma pragmática em meio ao combate contra o comunismo, especialmente durante a década de 1960. Nessa época, a direita conservadora, essencialmente católica, utilizou o ideário pró-mercado como uma “arma” a mais para derrotar o que percebia como sendo uma ameaça a seus interesses, mas não encampou tais ideias de forma orgânica, o que iria ocorrer somente após a redemocratização do país, quando se formou de fato um amálgama liberal-conservador³³.

É possível dizer que a difusão do ideário pró-mercado baseado nas obras de Mises, Hayek e Friedman teve início no Brasil a partir de 1946, quando a obra mais popular de F. Von Hayek, “O caminho da servidão” foi traduzida para o português e publicada no Brasil com o apoio do engenheiro e empresário Adolpho Lindenberg.

³² Informações disponíveis sobre os financiadores da *Atlas Network* nos primeiros momentos após sua fundação podem ser encontradas na página de seu ex-presidente, o argentino Alejandro Chafuen <http://www.chafuen.com/atlas-economic-research-foundation-early-history>; e informações atualizadas para o ano de 2013 em https://www.atlasnetwork.org/assets/uploads/annual-reports/Annual_Report_2013.pdf.

³³ Apesar da popularização do termo neoconservadorismo para se referir à combinação do ideário pró-mercado com elementos ideológicos relacionados ao nacionalismo, tendo em vista a ameaça de inimigos internos e externos, e ao conservadorismo moral no contexto anglo-saxão (Hall, 1983; Harvey, 2007), acredito que esta expressão poderia ser substituída pela de liberal-conservadorismo, adotada pelo argentino Jorge Nállim (2014) em sua análise sobre as transformações do liberalismo argentino. Acredito que esta última seja mais adequada para se referir à fusão do conservadorismo com a defesa do capitalismo de livre-mercado, afinal, não só o termo neoconservadorismo oculta a influência do liberalismo econômico, como também passou a designar mais especificamente uma vertente da direita norte-americana que surgiu na década de 1970 e que defendia que o país adotasse uma política externa mais agressiva. Inclusive, é preciso também levar em conta que, no caso do Brasil, assim como de outros países, o conservadorismo não diz tanto respeito a um nacionalismo bélico em relação a outros países, estando mais ligado à defesa do *status quo* tendo em vista a preservação de costumes e das tradições legadas pelas gerações passadas, posicionamento, que, na maioria dos países latino-americanos estava relacionado sobretudo ao tradicionalismo católico até a década de 1980.

Lindenberg, ao lado de seu primo, Plínio Corrêa de Oliveira foi um dos principais fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade em 1960, mais conhecida como TFP, e atualmente preside o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), fundado em dezembro de 2006³⁴. Sua intenção ao estabelecer contato com Hayek, e patrocinar a tradução e publicação do livro, era, como ele próprio relata, barrar o avanço da esquerda católica e de suas principais pautas, como a reforma agrária:

“Aqui no Brasil, antes da revolução, na década de 50, houve um movimento católico, de esquerda, muito importante, que quis formar sociedades comunistas chamadas comunidades de base, (formadas por) trabalhadores, operários, padres, as feministas, todas elas agrupadas nessas comunidades de base. Liam aqueles livros de Dom Helder Câmara, que foi a principal figura da esquerda católica, e o Dom Helder Câmara era um homem inteligente, foi um antigo integralista, muito ativo e muito bem relacionado no Vaticano. Muitos bispos chegaram a apoiar esse movimento da esquerda católica e ele cresceu muito. E havia um outro movimento, que era onde eu participava, que era aquele ‘Tradição, Família e Propriedade’, dirigido por Plínio Corrêa de Oliveira, e esse movimento era um movimento conservador, tradicionalista católico, e desde o início nós nos opusemos ao movimento da esquerda. O Plínio Correa de Oliveira escreveu um livro: ‘Reforma Agrária, Questão de Consciência’, porque a reforma agrária era a bandeira da esquerda católica. Eles achavam que era possível dividir as grandes propriedades, fazer só pequenas propriedades, enfim, destruir a estrutura agrária brasileira. Nós escrevemos esse livro e teve um sucesso muito grande, tanto é que muitas pessoas acham que aquela ‘Marcha da

³⁴ Consta no site do Instituto que “O IPCO foi fundado em 8 de dezembro de 2006 por um grupo de discípulos do saudoso líder católico brasileiro, por iniciativa do Eng^o Adolpho Lindenberg, seu primo-irmão e um de seus primeiros seguidores, o qual assumiu a presidência da entidade. A sede social do Instituto situa-se no tradicional casarão do bairro de Higienópolis, em São Paulo, que durante mais de duas décadas serviu de local de trabalho e de reuniões ao Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, na sua qualidade de fundador e presidente vitalício da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP. É a partir desse centro de atividades que o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira continua seu vasto trabalho de mobilização da sociedade civil, com vistas a preservar os pilares básicos da Civilização Cristã ameaçados pela Revolução anti-cristã.” Disponível em <https://ipco.org.br/quem-somos/#.W-27UnpKhmA>

Família'³⁵ que houve aqui em São Paulo tenha sido promovida por nós, de fato, nós participamos da Marcha, não foi promovida por nós. E nós tínhamos dois bispos do nosso lado, Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos, e Dom Geraldo de Proença Sigaud, ele é arcebispo de Diamantina. Esses dois escreveram cartas pastorais, livros, discursos, etc., revertendo a opinião pública contra as comunidades de base, contra a reforma agrária, etc., e o sucesso foi muito grande, e agora nós temos um movimento chamado 'Paz no Campo', uma revista que publicamos, e participamos também de reuniões com agricultores, para alertá-los contra ideias socialistas no campo. E eu, naquele tempo, escrevi num jornal chamado 'O Catolicismo' que tinha uma grande difusão nos meios católicos, mostrando como a economia liberal é verdadeira, é a economia baseada na lei natural e no direito de propriedade, e que os católicos têm obrigação de combater a esquerda. Eu cheguei a escrever um livro 'Visão Católica da Economia de Mercado'. *Então, o senhor financiou a primeira tradução do 'Caminho da Servidão', não é? Queria saber um pouco como é que foi isso, como que o senhor ficou sabendo do Hayek, da obra?*³⁶ Quando eu vi a esquerda católica avançar muito eu procurei algum movimento que batia na esquerda, e eu conheci o Hayek, então peguei um livro dele, me entusiasmei e disse: 'eu vou publicar isso aqui para dar um peso na coisa, alguém respeitado'. Então escrevi para ele, para o Hayek, e ele me autorizou a publicar o livro, e foi bom, viu, porque o Hayek dá uma sustentação científica comprovada, deu uma base (científica) para a defesa que a gente fazia. Aí apareceu depois o Mises também, e um americano, o Friedman, essa trinca é o principal."³⁷ **(Adolpho Lindenberg, IPCO, março de 2017)**

³⁵ A marcha a qual faz referência Lindenberg é a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" que ocorreu no início do ano de 1964 e foi organizada por uma série de grupos e associações católicas lideradas por mulheres, algumas das quais mantinham relações com a TFP. Para mais detalhes sobre a militância das mulheres conservadoras nesta época cf. Cordeiro, 2009

³⁶ As falas em itálico presentes em todos os trechos de entrevista citados aqui se referem a intervenções minhas.

³⁷ Todos os trechos de entrevista utilizados na tese receberam pequenas modificações de forma, como eliminações de repetições de palavras, hesitações, cacoetes de fala, para que se tornassem mais fluidos, sem que isso implicasse em qualquer modificação de conteúdo. Nesse sentido, as palavras ou frases que aparecem entre parênteses se referem a formulações que não foram explicitamente faladas pelos entrevistados mas que ficaram subentendidas no contexto da entrevista e servem para conferir maior inteligibilidade quando da transcrição das falas realizada aqui.

Desde então, entre as décadas de 1950 e 1960, as ideias formuladas principalmente por economistas como Hayek, Mises e Milton Friedman, circularam entre certos empresários e intelectuais, entre os quais é possível destacar o economista Eugênio Gudín³⁸, que participou da 9ª reunião promovida pela Sociedade de Mont Pèlerin em Princeton, Nova Jersey, em 1958 (Boianovsky, 2018), e o empresário Paulo Ayres Filho, que possuía um contato importante com a *Foundation For Economic Education* desde 1959 (Spohr, 2012), e que se tornou posteriormente membro da Sociedade de Mont Pèlerin. Ayres Filho atuou como um dos principais articuladores do golpe civil-militar de 1964, em conjunto com outros empresários, intelectuais, políticos e militares, movimento que também foi apoiado por Gudín³⁹. Para tanto, Ayres Filho fundou em 1961, na cidade de São Paulo, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), por meio do qual passou a estreitar suas relações com os conservadores católicos com o intuito de barrar o avanço da esquerda na época, como rememora Lindenberg:

“Então quer dizer, na verdade foi mais uma preocupação com o avanço da esquerda católica que levou o senhor a procurar algum meio de combater... É, eu mesmo conhecia o Paulo Ayres socialmente, entendeu, mas só me aproximei dele quando eu vi que ele estava defendendo (isso) também, ele frequentava muito São Paulo, eu era amigo deles, tinha carteirinha (do IPES), tudo, mas o Plínio Corrêa de Oliveira tinha uma preocupação muito grande de não dar um aspecto político (ao nosso movimento), então nunca entramos na UDN, IPES, nós apoiávamos, mas não entramos, (éramos) colaboradores. Tem o Roberto Campos também que é uma figura importante, o próprio Ives Gandra, mas a principal figura é o Paulo Ayres. Ele era muito inteligente, muito ativo, muito bem relacionado. E tem também um (que andava) com o Paulo Ayres, que era

³⁸ Gudín figurava então como um dos principais economistas do país, a despeito de ter se formado em engenharia civil. Foi diretamente responsável pela regulamentação do curso de graduação de economia no Brasil, além de ter atuado de modo importante neste campo acadêmico junto à Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, e à Fundação Getúlio Vargas, também do Rio de Janeiro, além de ter trabalhado como Ministro da Fazenda entre 1954 e 1955 durante o governo Café Filho. Cf. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-gudin-filho>

³⁹ Gudín afirmou à época que a articulação para derrubar o então presidente João Goulart era uma “reação do povo brasileiro e de suas forças armadas contra a tentativa perpetrada por um conjunto comuno-anarquista que visava levar o país ao caos e atrelá-lo ao grupo de países comandados pelo marxismo”. Cf. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-gudin-filho>

um grande industrial da Ultragas (Henning Boilesen), ele era muito ativo, tinha dinheiro, financiou também” (Adolpho Lindenberg, IPCO, março de 2017)

Em 1962 uma seção do IPES foi inaugurada na cidade do Rio de Janeiro e em vários outros estados da federação (Dreifuss, 1987). Teoricamente as seções eram autônomas mas, na prática, eram lideradas pelos núcleos paulista e carioca, sendo que as seções de Porto Alegre e Belo Horizonte eram tidas como as mais ativas (Ramírez, 2007). A estrutura organizacional do IPES, dividida em um Comitê Executivo, um Comitê Diretor e um Conselho Orientador, era ocupada por empresários de diversos setores que contribuía financeiramente para sua manutenção, bem como militares e intelectuais. Estes eram alocados em diversos grupos de atuação que atuavam formalmente nas seguintes frentes: publicação e divulgação; educação; trabalho sindical; assistência social; atividades econômicas; levantamento de conjuntura; estudos; editorial; escritório de Brasília; e integração. Os militares, liderados pelo General Golbery do Couto e Silva, procuravam investigar diariamente o conteúdo de diversos órgãos de imprensa, obter informações junto a diversos quartéis, produzir centenas de artigos mensais distribuídos na imprensa ou utilizados como base para panfletos e conferências, distribuir para militares informativos, sem identificação de fonte, com análises de atividades comunistas, e compilar dossiês de indivíduos e grupos cujas atividades lhes parecessem suspeitas de subversão, os quais chegaram a totalizar quatrocentas mil unidades em 1964, formando a base para do Sistema Nacional de Informações (SNI) criado pelo governo militar logo após o golpe (Idem, 2007).

Os intelectuais, por sua vez, eram responsáveis por produzir uma série de publicações que promoviam o anticomunismo, valores “democráticos” associados diretamente à defesa do livre-mercado, e que forneciam justificativas para a articulação de uma intervenção militar que visava a derrubada de João Goulart. No entanto, assim como Lindenberg, a maior parte destes intelectuais eram conservadores, e uma parte significativa era católica, incluindo padres. Entre estes intelectuais estavam os membros do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), fundado em 1949, na cidade de São Paulo, e encabeçado pelo jurista e ex.-integralista Miguel Reale, e os católicos da Sociedade Convívio, criada em 1961, também na cidade de

São Paulo, pelo padre Domingos Crippa da Ordem dos Salvatorianos (Gonçalves, 2017).

Inicialmente o IBF reunia intelectuais dedicados ao que consideravam como sendo um estudo neutro e desinteressado da filosofia, como um “saber puro” que não deveria ser interpretado à luz dos desdobramentos históricos e/ou da realidade social. Dessa forma, procuravam criticar e se afastar daquilo que consideravam ser uma “tendência participante” da filosofia brasileira representada, por exemplo, pelo professor da Universidade de São Paulo João Cruz Costa. Em 1952 o IBF passou a oferecer cursos de extensão chamados de “Formação Filosófica” com o financiamento da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Na época, tanto o governador do estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, como o prefeito da cidade de São Paulo, Armando Nogueira Arruda, consideravam o Instituto como uma organização de utilidade pública, de modo que não só os cursos foram ministrados de forma contínua até 1965, como foram publicadas várias obras de autoria de seus membros e organizados cinco congressos de alcance nacional e internacional com o financiamento de empresários, da Universidade de São Paulo, do governo do Estado, da prefeitura, e do Instituto Nacional do Livro. Ao longo dos anos, outros núcleos do IBF passaram a ser fundados em outros estados, como Pernambuco (1951), Rio Grande do Sul (1952), Rio de Janeiro (1952), Paraíba (1953), Alagoas (1953), Paraná (1953), Santa Catarina (1955), Bahia (1955), Sergipe (1956), Ceará (1959) e Maranhão (1964) (Idem, 2017). Já a Sociedade Convívio foi criada pelo padre Domingos Crippa desde o início com o objetivo principal de combater o comunismo, como aponta um de seus ex.-membros, o professor universitário Ricardo Vélez Rodríguez:

“Crippa foi barrado da PUC de São Paulo para ser professor porque tinha ideias de direita, ele fez uma tese de doutoramento primorosa, muito boa, mas não quiseram constituir banca para ele defender a tese, não deixaram. Moral da história: Crippa virou um anticomunista ferrenho, ele dizia: “Eles me atacaram, agora eu vou ataca-los”. Ele criou o Convívio em 1962⁴⁰, com a finalidade de vacinar a juventude contra o comunismo, essa era a ideia dele. O Convívio era

⁴⁰ Para evitar confusão com as datas, é importante salientar que a Sociedade Convívio foi criada em 1961 e a Revista Convivium, dirigida por Crippa, em 1962.

uma entidade anticomunista.” (Ricardo Vélez Rodríguez, Faculdade Arthur Thomas, agosto de 2017)

Estas duas organizações, diferentemente da TFP, se envolveram diretamente com as atividades promovida pelo IPES, subordinando-se a sua orientação. Seus intelectuais passaram a atuar então de forma conjunta por meio da edição da Revista Convivium, uma publicação anticomunista criada em 1962, dirigida por Crippa, e financiada principalmente por empresas do setor automotivo. De acordo com o historiador Rodrigo Gonçalves, seria possível considerar que a partir de 1962, as duas organizações praticamente se fundiram, dado o nível de coordenação de seus esforços, e os intelectuais que passaram a compor seu núcleo duro até os anos 1980 foram: Adolpho Crippa, Antonio Paim, Creusa Capalho, Miguel Reale, Nelson Saldanha, Paulo Mercadante, e Rodrigo Vélez Rodríguez. Miguel Reale representaria a primeira geração do grupo, Paim e Mercadante a segunda, e Capalho e Vélez Rodríguez a terceira. Capalho, Paim e Saldanha foram os que publicaram mais artigos na Revista ao longo do tempo, mas outros intelectuais que não pertenciam ao núcleo duro da organização também publicavam textos no periódico, como o economista Delfim Netto e o cientista político Oliveira S. Ferreira (Idem, 2017).

Nessa época o ideário pró-mercado era defendido por poucas pessoas que transitavam em circuitos de elite no Brasil e que depois vieram a apoiar e/ou participar diretamente do governo do general Humberto Castelo Branco (1964-1967), como Roberto Campos, que chefiou o Ministério do Planejamento, e Octávio Gouveia de Bulhões, que se tornou Ministro da Fazenda. Desse modo, tais ideias, em suas versões mais elaboradas, circulavam apenas em meios extremamente restritos, nos quais trafegavam apenas elites empresariais, governamentais, militares e intelectuais, as quais possuíam um grau de proximidade muito grande, por vezes até mesmo familiar⁴¹, dinâmica que se prolongou até a redemocratização. Isso se deu porque, por um lado, o IPES havia sido criado com o objetivo principal de disseminar um ideário anticomunista com o intuito de desestabilizar o governo federal e promover um golpe civil-militar, de modo que a divulgação do ideário pró-mercado vinha embutida no

⁴¹ Como bem ilustra o caso do empresário Eudoro Villela, que dirigiu a ANPES inicialmente e era genro de Alfredo Egydio de Sousa Aranha, fundador do Banco Itaú. Posteriormente Villela foi sucedido pelo economista Delfim Netto em 1966 (Boianovsky, 2018), e, após a morte de Aranha, em 1961, assumiu a diretoria do banco ao lado de Olavo Setúbal, sobrinho de Alfredo Egydio. Ver em http://www.itauunibanco90anos.com.br/pdfs/as_familias.pdf

pacote ideológico promovido pelo IPES mas claramente não era uma prioridade, sendo realizada de modo lateral. E, por outro lado, a Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES), fundada em 1964 por Roberto Campos e que foi responsável pela vinda de economistas estrangeiros ao Brasil, entre os quais Milton Friedman em 1973 (Boianovsky, 2018), era exclusivamente voltada para pensar políticas públicas para o país e não para a divulgação do ideário pró-mercado para um público mais amplo. Além disso, as duas organizações tiveram vida curta.

Em retribuição aos esforços envidados na derrubada de João Goulart, em 1966 o IPES obteve o status do governo Castelo Branco de “órgão de utilidade pública”. Porém, em 1970, em meio à consolidação do regime militar, o IPES paulista foi desativado, e dois anos depois, as atividades do IPES no Rio de Janeiro também foram encerradas⁴². AANPES, por sua vez, teve uma atuação mais destacada entre 1964-1967 na formação de quadros e na produção de pesquisas econômicas, mas acabou servindo muito mais aos seus membros como um meio para ingressar no governo de Castelo Branco (Aranha, 2016) do que propriamente uma organização voltada exclusivamente para a difusão da defesa do capitalismo de livre-mercado para um público mais amplo, tanto que, apenas após três anos de funcionamento, a organização se desfez.

Assim, com o término do mandato de Castelo Branco, considerado pela maior parte das pessoas que entrevistei como o auge do liberalismo econômico no Brasil, os entusiastas do ideário pró-mercado perderam o espaço político que haviam conquistado. Os militares que sucederam Castelo Branco passaram a adotar um programa econômico nacionalista e desenvolvimentista, justamente o oposto do que pregavam os defensores do livre-mercado, e com a extinção das organizações civis que lhes davam suporte, bem como do único partido que lhes oferecia representação política, a União Democrática Nacional (UDN), se tornou muito difícil combater a nova orientação econômica dos militares.

Ao mesmo tempo, o discurso anticomunista que animou a militância de direita no início dos anos 1960 se fortaleceu mais ainda devido ao combate promovido pelo Estado a atividades consideradas subversivas, de modo que o anticomunismo passou a permear o discurso oficial do governo. Isso fez com que os intelectuais

⁴² Ver em

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais

conservadores, que continuaram a contar com organizações civis próprias, ao contrário dos intelectuais pró-mercado, não só não tivessem suas atividades interrompidas, como é o caso da TFP, que continua a existir até hoje, mas passassem a contribuir diretamente com o governo, como foi o caso dos intelectuais reunidos no IBF/Convívio.

Em setembro de 1969 foi criada no Brasil a Comissão Nacional de Moral e Civismo, órgão responsável pela implementação, manutenção e fiscalização do ensino da disciplina “Educação Moral e Cívica” em todas as escolas brasileiras, desde o ensino básico ao superior. A Comissão foi encerrada em 1986, mas durante boa parte de seus quase vinte anos de atuação teve um papel importante na formação escolar de muitos brasileiros. No ensino básico a educação moral e cívica se voltava especialmente para temas relacionados à moral, à adesão a valores religiosos e a exaltação da pátria, enquanto no ensino médio, antigo “colegial”, e nos ambientes universitários, divulgava-se de forma mais explícita um ideário anticomunista a partir do eixo temático proposta para a disciplina intitulado “A falácia do comunismo, a negação da liberdade social”, especialmente por meio de um curso chamado “Estudos de Problemas Brasileiros” (EPB) (Filgueiras, 2006).

Nessa época, a Convívio possuía uma parceria com o Ministério da Educação, de modo que o curso “Estudo dos Problemas Brasileiros” poderia ser oferecido pela entidade, de modo que a organização estabeleceu convênios com cento e dez universidades distribuídas em várias capitais brasileiras. Assim, os cursos que já vinham sendo ministrados pela organização para milhares de estudantes desde o início da década de 1960, continuaram a ser oferecidos até o fim dos anos 1970 por meio da disciplina de EPB, e seu conteúdo foi organizado posteriormente em dois livros organizados por Adolpho Crippa, “As ideias filosóficas no Brasil”, publicado em 1978, e “As ideias políticas no Brasil”, publicado em 1979, os quais contavam com textos de Antonio Paim, Paulo Mercadante, Oliveiros S. Ferreira, Ubiratan Borges de Macedo, Vamireh Chacon, João Alfredo de Souza Montenegro, Nelson Saldanha, Roque Spencer Maciel de Barros, Vicente Barreto, entre outros. Dois destes autores, além de terem escrito textos para os dois volumes coletivos, já haviam escrito livros sobre temáticas correlatas, em 1965 Mercadante publicou o livro “A consciência conservadora no Brasil”, em 1967 Paim publicou o livro “História das ideias filosóficas no Brasil”. Já Miguel Reale, a mais antiga liderança do grupo, e que atuava como professor catedrático da Faculdade de Direito do Largo São Francisco desde

1941, assumiu a reitoria da Universidade de São Paulo em 1969, logo após o decreto do Ato Institucional número cinco, conhecido como AI-5, e que foi fundamental para o recrudescimento do aparato repressivo do regime militar. Reale permaneceu no cargo de reitor até 1973, e em 1974 foi nomeado para atuar no Conselho Federal de Cultura pelo general, e então presidente, Emílio Garrastazu Médici, onde permaneceu até 1989 (Idem, 2017).

Nesse sentido, é possível dizer que a divulgação do ideário pró-mercado no Brasil para um público mais amplo, formado pelo que Hayek chamava de “formadores de opinião”, ou, na expressão original *second hand dealers of ideas* (Cockett, 1993), passou a ocorrer de fato apenas a partir da metade dos anos 1970. Fundamental nesse sentido foi a atuação do empresário Henry Maksoud, um dos precursores da divulgação das ideias originais de Hayek, Mises e Friedman no Brasil para além de circuitos elitistas. Proprietário de empresas de ramos diversos, como a empreiteira Hidroservice e o hotel de luxo Maksoud Plaza, Maksoud foi um ativo divulgador do ideário pró-mercado no Brasil por meio da Revista Visão, adquirida pelo empresário entre os anos de 1974 e 1975 e que entre os anos de 1983 e 1986 possuía uma tiragem de 150 mil exemplares⁴³. Na revista eram publicados entrevistas e ensaios inéditos de intelectuais neoliberais e ultraliberais, como Hayek, Milton Friedman e Murray Rothbard (Fonseca, 1994), um avanço que, segundo relataram alguns entrevistados, foi percebido como muito significativo dado que, de acordo com sua percepção, a imprensa da época seria dominada por um consenso socialdemocrata. Para além da divulgação realizada por meio da revista, Maksoud também publicou diversos livros de autoria própria defendendo o capitalismo de livre-mercado que foram publicados pela Editora Visão, além de ter financiado a primeira tradução para o português do livro “Fundamentos da Liberdade” de Hayek. Inclusive, o economista austríaco veio para o Brasil três vezes, entre 1976 e 1981, a convite do empresário (Gros, 2002), sendo que em sua última visita realizou uma palestra na Universidade de Brasília para um público que contava com intelectuais pró-mercado ilustres, como Eugênio Gudin, Roberto Campos, Octávio Gouveia de Bulhões.

As iniciativas de Maksoud relacionadas à divulgação do ideário pró-mercado nessa época estavam alinhadas com o espírito de um grupo de empresários que vinha ficando insatisfeito com as medidas vinham sendo adotadas durante o governo de

⁴³ Para efeito de comparação, no mesmo período, a revista semanal Veja possuía uma tiragem de cerca de 500 mil exemplares. (Fonseca, 1994)

Ernesto Geisel (1974-1979). Julgando que o governo de turno estava agindo de forma prejudicial aos seus interesses, estes empresários passaram a se engajar no que ficou conhecida como a “Campanha contra a estatização” (Cruz, 1995). De acordo com o cientista político Álvaro Bianchi (2007), a preocupação de alguns empresários com a limitação das atividades estatais teve início no final da década de 1970 em virtude da crise econômica que vinha atingindo o país. Até então, desde o golpe civil-militar os empresários possuíam canais de comunicação diretos com a cúpula dos governos militares que se sucederam, no entanto, passada uma década, estes constataram que o autoritarismo exacerbado do regime havia se tornado disfuncional para atender seus interesses de forma satisfatória (Dreifuss, 1989). Ao mesmo tempo, começaram a ocorrer as greves do ABC, momento em que oito líderes empresariais se reuniram para divulgar um documento político que exigia: a aceleração do processo de democratização; a abertura dos mercados; e a redução da participação do Estado na economia, inaugurando oficialmente a referida campanha contra a estatização. Entre os oito empresários que participaram da empreitada e assinaram o documento estavam Jorge Gerdau Johanpeter (Grupo Gerdau), Antonio Ermírio de Moraes (Votorantim) e Paulo Villares (Grupo Villares).

O “Primeiro Documento dos Empresários” foi divulgado no dia 26 de junho de 1978. Seus oito signatários constavam de uma lista de dez empresários que haviam sido indicados como sendo os mais representativos pela própria classe um ano antes em consulta realizada pela Gazeta Mercantil, possuindo, portanto, “autoridade para falar em nome do empresariado nacional como um todo” (Codato, 1995:82). Além de Gerdau, Moraes e Villares, assinaram o documento: Claudio Bardella (ex-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base e diretor-presidente do grupo Bardella), Severo Gomes (ex-ministro da Indústria e do Comércio do governo Geisel e diretor-presidente do grupo Parahyba), José Mindlin (diretor da FIESP e diretor-presidente da Metal Leve S/A), Paulo Vellinho (diretor da Associação Brasileira da Indústria de Eletro Eletrônicos, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e diretor do grupo Springer-Admiral) e Laerte Setúbal Filho (diretor-presidente do grupo Duratex) (Idem, 1995), lembrando que o fundador do grupo Duratex já havia dirigido a ANPES na década de 1960, organização fundada por Roberto Campos.

Ao mesmo tempo em que os empresários passavam a contestar a “estatização” promovida pelo governo, vários economistas que haviam realizado seus estudos de

pós-graduação na Universidade de Chicago durante o auge da Escola de Chicago (Valdés, 1995) começaram a retornar para o Brasil, entre eles, Paulo Rabello de Castro. Empenhado em fazer com que a elite política e empresarial brasileira trilhasse o caminho das reformas liberalizantes, o economista tirou férias no ano de 1979 para escrever o que viria a ser o estatuto de uma nova organização que veio a ser fundada no ano seguinte: a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES). De acordo com Rabello de Castro, na época em que a CEDES foi fundada, o Brasil atravessava uma crise econômica grave de origem cambial em que havia uma falta de reservas internacionais por conta da segunda alta súbita do petróleo, produto que o país importava, em suas palavras, “quase cem por cento”. Tendo em vista tal cenário, Rabello de Castro compreendia que a Câmara de Estudos poderia fornecer uma resposta diferente para sanar a crise em comparação com o que vinha sendo oferecido pelo modelo nacional-desenvolvimentista autoritário promovido pelos militares, e pelo desenvolvimentismo defendido por grupos de esquerda:

“Nós tínhamos uma visão de que muito precisava ser mudado, liberalizado, e ter áreas de liberalização, principalmente a liberalização de preços, porque o regime era autoritário também em preços e completamente antiliberal. A SUNAB, vigiava os preços do Rio de Janeiro, São Paulo, havia preços controlados, havia uma Comissão Interministerial de preços, o câmbio era controlado por um sistema de taxa fixa, na prática era um sistema de câmbio fixo. Dirigismo com estatais, petróleo, siderurgia, petroquímica, cimento, fertilizantes, o controle estatal era muito mais amplo do que hoje. A CEDES surge pra dar uma resposta atrelada à agricultura brasileira, prometendo que a agricultura, se liberalizada, deixaria de ser esse suposto setor retardatário da economia, porque a leitura era essa, um setor retardatário, cheio de fazendeiros exploradores dos pobres e oprimidos. Toda a nomenclatura era de esquerda, ninguém entendia nada de agricultura mas havia toda uma doutrina intervencionista, proposta de reforma agrária, que ninguém sabia o que era. A parte da expropriação estava certa, mas o que se iria fazer depois obviamente não estava planejado. E no meio disso tudo surge um grupo que falava que estava tudo errado, que estavam jogando fora o potencial da agricultura e que a agricultura poderia pagar a conta. Óbvio que não vai pagar todas as contas, aproveitando que vai ter que liberalizar esse segmento vamos também fazer

uma liberalização progressiva de toda a economia e daí que vai resultar uma nova economia e um novo ciclo de desenvolvimento que nós já percebíamos que estávamos perdendo”. **(Paulo Rabello de Castro, Instituto Atlântico, maio de 2017)**

A CEDES era composta por um grupo de acadêmicos que, em sua maioria, eram egressos da Universidade de São Paulo, especialmente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O grupo possuía uma grande liberdade para elaborar suas propostas de políticas públicas a despeito da Câmara estar abrigada pelo que o próprio Rabello de Castro se refere como “o templo do conservadorismo nacional”, a Sociedade Rural Brasileira, entidade que seria, teoricamente, uma das mais refratárias à defesa do neoliberalismo. Na época, no entanto, a Sociedade Rural era presidida por Renato Ticoulat Filho e por outros dirigentes rurais que eram, segundo Castro, mais intelectualizados e mais abertos a inovações. Além disso, o grupo também contava com banqueiros, como por exemplo o então presidente do Unibanco, Roberto Bornhausen, e a família Andrade Vieira, então proprietária de um banco fortemente vinculado ao meio rural paranaense, o Banco Bamerindus. De acordo com o historiador René Armand Dreifuss a CEDES era mantida por cinquenta empresas e associações, nacionais e internacionais, e Renato Ticoulat, em suas próprias palavras, a definia como limitada a “atividades acadêmicas, de um apoliticismo absoluto”, embora tivesse como objetivo “unir o empresariado no sentido de demonstrar que o neoliberalismo não é um capitalismo selvagem, um criador de miséria, mas uma alavanca de desenvolvimento social”. (Dreifuss, 1989, pp.52-53).

No mesmo ano em que a CEDES foi criada, a ideia de fundar no Brasil um *think tank* pró-mercado nos moldes das organizações que existiam no contexto anglo-saxão começou a tomar forma quando José Stelle, o principal tradutor brasileiro das obras de Hayek, retornou dos Estados Unidos. Stelle havia participado de um seminário de verão da *Foundation For Economic Education* (FEE) em 1978 e ingressado no *Libertarian Party* em 1979, o que o fez ficar entusiasmado com a possibilidade de replicar o modelo da FEE no Brasil, como aponta em uma carta endereçada ao Instituto Liberal no segundo semestre de 2015 em que descreve sua participação na história da organização:

“Na convenção do *Libertarian Party* da Califórnia de 1979, (José Stelle) ouviu um discurso de Roy Childs conclamando os libertários americanos a levarem a mensagem liberal-libertária para outros países. Foi esse discurso de Childs que estimulou Stelle a fazer finalmente algo em que já pensara no final do seminário de verão de 1978, quando conheceu Leonard Read, presidente da FEE, e um dos grandes estrategistas do movimento desde 1946 e ex-amigo de Ayn Rand, com quem depois se desentendera. Que coisa interessante seria seguir a mesma profissão: fundar um instituto de estudos políticos e econômicos no Brasil, traduzindo livros, oferecendo seminários e construindo um *cadre* liberal. (...) Stelle então apresentou a ideia a Read, que mencionara ter alguns amigos no Brasil. Em março de 1980, Read deu-lhe uma carta de recomendação para ser entregue a seu amigo Paulo Ayres, em São Paulo, um dos organizadores da Revolução de 1964 (fato mencionado num artigo da revista *Life* em novembro daquele ano, que Read lhe mostrara). Read conhecera Ayres numa de suas viagens pela América Latina quando era presidente da Câmara de Comércio de Los Angeles, antes de fundar sua FEE em 1946. Nos anos seguintes, sempre enviava mensalmente a revista *The Freeman*, da Fundação, para Ayres. Logo após a eleição do Jânio Quadros em 1960, os artigos sobre economia livre e princípios liberais publicados nessa revista ajudaram a definir alguns aspectos da Revolução de 1964. Stelle voltou ao Brasil e encontrou-se com Ayres no início de junho. Mas este *arbitrageur*, envolvido no processo de compra e venda de firmas, estava muito ocupado e desligado da política e não apoiou a ideia de fundação de um instituto liberal no Brasil. Os acadêmicos eram na sua grande maioria socialistas de um tipo ou de outro, e a maioria dos empresários se beneficiavam tanto do intervencionismo e do mercantilismo brasileiro que ninguém iria apoiar tal projeto. Em suma, não havia massa crítica da qual obter verbas e recrutar o pessoal necessário.” **(José Stelle, Fundador do Instituto Liberal, novembro de 2015)**⁴⁴

⁴⁴ Trecho extraído de uma carta escrita por José Stelle intitulada “Origem do Movimento Liberal no Brasil (1974-1985)” e enviada pelo autor para o Instituto Liberal no dia 18 de novembro de 2015. Em breve o documento será disponibilizado para consulta pública no arquivo de Paulo Ayres Filho pertencente ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil vinculado à Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, para o qual foi doado pelo Instituto Liberal com a autorização de Stelle. José Stelle também foi entrevistado por mim, no entanto, como o conteúdo da entrevista foi bastante similar ao da carta, optei por transcrever trechos desta e não da entrevista.

Assim, o empresário que Stelle julgou que poderia auxiliá-lo com a criação do futuro *think tank*, a despeito de ser um neoliberal convicto, estava desiludido com os horizontes para a implementação de políticas pró-mercado no país e se recusou a apoiá-lo. A despeito disso, Ayres filho recomendou ao tradutor que entrasse em contato com Henry Maksoud, o qual talvez poderia ajuda-lo a concretizar sua iniciativa, como relata Stelle na carta:

“(...) Ayres convidou Stelle a participar do grupo de estudos de que era membro; no momento, estavam discutindo *O Estado*, de Bertrand de Jouvenel, e recomendou então que Stelle falasse com Henry Maksoud, única pessoa que talvez se interessasse pelo assunto e que havia acordado, com seus editoriais, algumas mentes mais afiadas. Com um telefonema, marcou a entrevista para as duas da tarde e teve a bondade de apresentar Stelle a Maksoud no Maksoud Plaza, recentemente construído e um dos melhores hotéis do país. Maksoud avaliou o visitante, mas ofereceu-lhe apenas uma posição como tradutor e redator da revista *Visão*, que, a seu ver, poderia exercer mais influência no Brasil do que o pretendido instituto. Desapontado, Stelle aceitou a oferta, e logo iniciou seus trabalhos como redator de *Visão*. Dentro de um mês foi promovido a editor de opinião, cargo que exerceu até março de 1983 passando depois a editor contribuinte até junho de 1985”(José Stelle, **Fundador do Instituto Liberal, novembro de 2015**)⁴⁵

A segunda tentativa de Stelle de fundar um *think tank* novamente não prosperou pois nem mesmo Maksoud, o mais ativo divulgador do ideário pró-mercado no país até então, se animou a apoiar o projeto. Stelle, no entanto, não se deu por vencido, e após a negativa de Maksoud procurou muitos outros empresários que pudessem ajuda-lo a fundar um *think tank* pró-mercado, como Lawrence Pih, então proprietário do Moinho Pacífico, e Nahum Manela, fundador da DeMillus. A insistência de Stelle logo rendeu frutos, quando, em dezembro de 1982, o tradutor recebeu um telefonema de um empresário de origem canadense que gostaria que ele traduzisse uma trilogia escrita por Hayek intitulada “Direito, legislação e liberdade”. O empresário em questão era Donald Stewart Jr., um dos homens mais ricos do Rio

⁴⁵ Idem nota 25.

de Janeiro na época e dono da ECISA, uma empresa do ramo da construção civil que construía obras na África financiadas pelo Banco Mundial e projetadas pela empresa Hidroservice, propriedade de Henry Maksoud. Stewart, que havia participado de uma das palestras ministradas por Hayek no Brasil, promovidas por Maksoud, havia acabado de chegar de Londres, onde, com muito custo, tinha conseguido adquirir um volume da trilogia de Hayek, “Direito, legislação e liberdade”, em uma livraria especializada, como aponta o empresário em um relato presente nos materiais de divulgação do Instituto Liberal.

De posse do livro, e tendo conhecido Antony Fisher e o *Institute of Economic Affairs*, Stewart Jr. passou a cogitar fortemente em usar a tradução da obra para lançar um centro de estudos políticos e econômicos no Rio de Janeiro. Stelle, animado com a possibilidade de finalmente conseguir fundar um *think tank* sugeriu o nome de Instituto Liberal e apresentou ao empresário um dos primeiros *Chicago Boys* brasileiros, o professor Og Leme, o qual havia sido aluno de Hayek e Friedman e trabalhado ao lado de Roberto Campos no governo Castelo Branco. Assim, em 1983, foi fundado o Instituto Liberal (IL-RJ), que em seus primeiros anos tinha como sede uma sala do 27º andar de um edifício localizado à Rua Presidente Wilson, 231, no bairro da Cinelândia, ocupado pela ECISA. Porém, inconformado por ter que atuar de modo subordinado aos empresários que faziam parte do Conselho Mantenedor do IL-RJ, Stelle acabou rompendo com Donald Stewart Jr., abandonando o Instituto apenas um ano após sua fundação, e se mudando em definitivo para os Estados Unidos anos depois, onde se tornou professor universitário.

Stewart Jr. fazia parte de um seleto grupo de empresários que possuía então algum interesse no ideário pró-mercado, vários dos quais haviam participado da campanha contra a estatização no final da década 1970. Jorge Gerdau, por exemplo, membro do grupo dos oito, foi um entusiasta de primeira hora da iniciativa de Stewart, e assim que a organização foi criada o empresário do Rio Grande do Sul se tornou membro de sua diretoria e Presidente de seu Conselho Mantenedor, sendo que no mesmo ano recebeu o prêmio “Homem de Visão”, concedido pela Revista Visão de Henry Maksoud. O proprietário da Hidroservice, a despeito de possuir contatos importantes com intelectuais e organizações neoliberais estrangeiros, tendo inclusive organizado o primeiro colóquio do *Liberty Fund* no Brasil, não se integrou formalmente aos quadros do Instituto Liberal. No entanto Maksoud desempenhou um papel importante para o sucesso da organização na medida em que promoveu pontes

importantes entre Stewart Jr. e seus contatos, especialmente com a Sociedade de Mont Pélerin, à qual Stewart Jr. veio a se filiar posteriormente.

Apenas um ano após a fundação do Instituto Liberal no Rio, os empresários e irmãos William e Winston Ling, que faziam parte do Conselho do Instituto, decidiram fundar um segundo *think tank* pró-mercado no Rio Grande do Sul, onde residiam: o Instituto de Estudos Empresariais (IEE). O pai de William e Winston, Sheun Ming Ling, foi pioneiro no desenvolvimento da soja no Brasil a partir do início da década de 1950, mas com o passar do tempo a empresa da família passou a atuar em outros ramos de atividade dando origem à Holding Petropar, que em anos recentes foi renomeada e passou a se chamar Évora. A principal razão que levou Winston Ling, mestre em economia pela Universidade de Chicago, a fundar a nova organização foi sua preocupação em promover uma educação liberalizante para uma nova geração de empresários, como ele mesmo relembra durante a entrevista concedida via Skype em abril de 2017:

“Por que a gente não faz um instituto aqui no Sul com os herdeiros dos grandes grupos? Essa foi a ideia inicial, porque incomodava muito a gente ler os jornais, naquela época as manifestações dos empresários aconteciam nos jornais, e (ver que) muitos empresários não tinham a mínima ideia do que fosse livre-iniciativa, era todo mundo pedindo coisa pro governo, e obviamente era perda de tempo tentar fazer a cabeça desse pessoal, mas quem sabe a gente poderia fazer as dos filhos deles, e essa foi a ideia original.” **(Winston Ling, Fundador do IEE, abril de 2017)**

Na época, com o intuito de divulgar o capitalismo de livre-mercado também para audiências mais amplas, Ling recorreu à contratação de um jornalista que, em suas palavras “percorria o mundo jornalístico distribuindo matérias”, e procurou promover palestras em universidades com “nomes de peso”, porém, considera que não costumava obter muito sucesso junto ao público presente:

“Eu consegui fazer vários eventos em Porto Alegre levando esses palestrantes para a universidade, para a URGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e levando pau, porque naquela época não existia tal coisa. E eu me lembro que teve uma vez que nós fizemos uma palestra de noite no auditório da Faculdade

de Direito da URGS, e quando nós chegamos lá estava lotado, lotado, lotado. Naquela época normalmente tinham 10, 15, 20 pessoas no máximo, mas naquela vez, naquele dia estava lotado. Aí eu estava surpreso, e quando o palestrante começou a falar, um a um o pessoal começou a levantar e ir embora. Ou seja, o pessoal da esquerda convocou os amigos, coisa e tal, e eles lotaram tudo. E aí eles combinaram: “olha, vamos começar a sair devagarinho e deixar o negócio vazio”. Aí ficou vazio mesmo, ficaram lá umas 10, 5 ou 10 pessoas só”
(Winston Ling, Fundador do IEE, abril de 2017)

A divulgação do ideário pró-mercado, no entanto, não encontrava resistência apenas junto ao público universitário, mas como ressaltou Ling, entre os próprios empresários. Passados alguns anos da fundação do Instituto Liberal no Rio de Janeiro e do Instituto de Estudos Empresariais, vários livros haviam sido traduzidos e/ou reeditados e publicados pelo primeiro. A tradução e publicação de livros foi justamente o que motivou a fundação do Instituto Liberal por Donald Stewart Jr., afinal, como afirmou Winston Ling, era preciso haver “munição bélica” com a qual fosse possível atingir um público mais amplo. No entanto, fazer com que os empresários ligados ao próprio IEE lessem os livros e incorporassem suas ideias já era em si um desafio, e, para convencê-los, Ling se valia de meios pouco ortodoxos, como a estratégia do “corpo-a-corpo”, inspirada por Henry Maksoud:

“Eu fazia muito esse tipo de corpo a corpo na nossa época no IEE. Por exemplo, cada pessoa tinha que ler um livro por mês e a gente ligava pra cada um deles semanalmente: “vem cá fulano, que página tu tá do livro?”. A gente fazia esse corpo a corpo, porque é difícil, tem uma turma que não gosta de ler...e é uma coisa parecida com que o Maksoud fazia no programa dele, ele comprou um horário de madrugada na televisão e ele fez aquele programa “Maksoud e você” onde ele convidava um pessoal de esquerda mas um, mês antes do convidado aparecer no programa, ele mandava vários livros, um monte de livros com um bilhete em que ele dizia assim: “olha, eu sei que é muito livro, muitas páginas, mas você não precisa ler todos os livros, tá aqui ó, o livro A você lê da página tal a tal, o livro B da página tal até a página tal, porque nós vamos discutir esses livros no programa”. Ele fazia assim, ele mandava um monte de livros pro

pessoal, era o que se comentava na época.” **(Winston Ling, Fundador do IEE, abril de 2017)**

Além de fazer o “corpo-a-corpo” com os empresários que já eram membros do IEE para que lessem as obras, Ling também o fazia com outros empresários que não tinham relação com o Instituto, como, por exemplo, quando praticamente obrigou vários empresários que viajavam para Taiwan a trabalho a aproveitar as longas horas do voo para ler livros pró-mercado. Sua insistência em procurar influenciar os empresários brasileiros a todo o custo se justificava considerando que a adoção convicta dos princípios neoliberais era muito difícil para a maior parte destes. Até mesmo o próprio Henry Maksoud teve dificuldade de colocá-los em prática quando se viu confrontado com suas possíveis consequências para o seu próprio ramo de atividade, como atestou em entrevista Arthur Chagas Diniz, que atuou como diretor do Instituto Liberal do Rio de Janeiro por mais de vinte anos:

“Eu conheci muito bem o Henry Maksoud quando eu trabalhava no Ministério do Planejamento (do Governo Castelo Branco). Ele foi pra lá e tinha uma empresa chamada Hidroservice. A luta do Maksoud era que ele achava que empresa estrangeira não poderia concorrer para fazer estudos aqui, e eu dizia a ele que achava que não, que se o brasileiro não fosse capaz de concorrer com isso não valia à pena fazer aqui, e ele ficava uma onça. O que acontece é o seguinte, existem diferentes graus de liberalismo, um deles é o que afeta seu bolso diretamente, ele não queria essa concorrência, nem pensar. Ele era, digamos assim, monopolista de um certo tipo conhecimento no Brasil com a Hidroservice, mas quando você botava em concorrência aqui dentro ele não tinha esse desejo de concorrência tão acentuado não, na prática a teoria era outra. É engraçado que nós brigamos até o fim da vida, discutíamos sempre que tínhamos a ocasião, ele tentava me dar uma ferroadada e eu dizia sempre isso ‘não, não, eu entendo, o Dr. Maksoud não gosta de concorrência’” **(Arthur Chagas Diniz, Ex-diretor do IL-RJ, dezembro de 2015)**

Se os empresários eram os únicos a fazerem parte dos quadros do IEE, no Instituto Liberal do Rio de Janeiro acadêmicos formados na Universidade de Chicago também foram convidados para fazer parte da organização. Dois dos profissionais que

passaram a atuar no IL-RJ, os professores universitários Og Leme, apresentado a Stewart por José Stelle, e Roberto Fendt, haviam obtido títulos de mestrado e/ou doutorado em economia nos anos 1970 na Escola de Chicago. Og Leme, inclusive, chegou a trabalhar durante o governo de Castelo Branco (1964-1967) em um órgão de Pesquisas Econômicas vinculado ao Ministério do Planejamento comandado então por Roberto Campos, onde teve seu primeiro contato com o engenheiro Arthur Chagas Diniz, que também fora convidado a integrar os quadros do Instituto:

“Eu conheci aqui no Rio o professor Og Leme e ficamos muito amigos. Nós nos conhecemos dentro do Ministério do Planejamento, o Og trabalhava lá também, ele tinha vindo do Chile, era um sociólogo de esquerda, pra você ter ideia, que recebeu uma bolsa de estudos pra estudar na Universidade de Chicago e lá ele se converteu. Trabalhamos juntos aquele período todo no Ministério do Planejamento até a saída do Roberto Campos, quando eu pedi demissão. O Roberto realmente era genial, ele dizia assim “o capitalismo tem pecados sociais, o socialismo tem pecados capitais” é muito bem pensado, né? Eu aprendi muito com o Roberto Campos. (...) (Para além do Roberto Campos), uma referência (para os liberais), por incrível que pareça, foi o presidente Castelo Branco, de quem o Roberto foi ministro do planejamento, que era liberal...infelizmente (o regime militar) foi aquele desastre, né?” **(Arthur Chagas Diniz, Ex-Diretor do IL-RJ, dezembro de 2015)**

A experiência de convidar acadêmicos para ajudar na divulgação do ideário pró-mercado se repetiu com a fundação de filiais do Instituto Liberal em outros estados que teve lugar a partir de 1986. Neste ano os membros do Conselho Mantenedor do IL-RJ decidiram fundar outras organizações similares Brasil para ajudar na circulação das obras que vinham sendo publicadas pela organização, sendo que aqueles que residiam no Rio Grande Sul, encabeçados por Winston Ling, saíram na frente e criaram a primeira filial do Instituto Liberal em 1986, como lembra o empresário:

“Nós lá no Sul, em 1983, resolvemos nos tornar membros do Instituto Liberal no Rio de Janeiro. Lá no Rio Grande do Sul éramos o Grupo Gerdau, nosso grupo e o Grupo Ioshpe, três empresas somente. Aí, lá por 1986, o Donald fez uma reunião no Rio de Janeiro e pediu pra que todos fossem. Nessa reunião ele

disse, “olha nós já temos uma massa crítica de livros publicados, agora tá na hora de fazer o pessoal ler, então pra isso vamos procurar voluntários entre vocês aí pra que se formem Institutos Liberais nos diversos estados do Brasil com o objetivo de promover a divulgação e a leitura desses livros. O Instituto Liberal do Rio continuaria traduzindo e produzindo os livros e os institutos liberais estaduais fariam a divulgação”. Então na hora eu imediatamente me voluntariei pra fazer o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul. (...) Os institutos surgiram com o chamado do Donald pra que se começasse a divulgação das ideias nos anos vivos do Instituto do Rio de Janeiro, aí surgiram os institutos de Pernambuco, do Ceará, da Bahia, Minas Gerais com Salim Matar, Brasília, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, eram oito mais o do Rio⁴⁶. Cada Instituto Liberal no seu Estado fazia arrecadação de doações pra fazer cada um dos seus projetos, mas com exceção do Instituto Paraná⁴⁷, dos Institutos dos outros estados eu não me lembro de nada assim muito relevante.”” (Winston Ling, Fundador do IEE, abril de 2017)

Em 1987 foi fundado o Instituto Liberal de São Paulo (Gross, 2002), que rapidamente adquiriu centralidade entre as diversas filiais que foram sendo criadas nos demais estados, passando a reunir vários intelectuais, entre os quais alguns oriundos do IBF/Convívio. Ao final dos anos 1970, a organização anticomunista teria começado a incorporar aos poucos um ideário pró-mercado em suas publicações e cursos por meio da influência do professor universitário Ricardo Vélez Rodríguez, o qual logo passou a circular nos circuitos que vinham sendo formados pelos *think tanks* fundados na década de 1980:

“Em 1979, quando eu vim fazer o doutoramento aqui no Brasil o Crippa me ofereceu o cargo de pesquisador da Editora Convívio. Eu me vinculei mas falei: “Crippa, isso está *démodé*. Eu acho que os comunas têm que ser combatidos e criticados, mas só se dedicar a isso é pouco. Nós precisamos apresentar uma proposta”. Então ele me encarregou de refazer o manual dos cursos do Convívio

⁴⁶ Para informações detalhadas sobre os quadros administrativos de cada Instituto Liberal e seus respectivos mantenedores cf. Gross, 2002.

⁴⁷ Roberto Demeterco, dono de uma das maiores redes de supermercado da época e dirigente do IL-PR realizou uma campanha publicitária na qual divulgou várias frases e slogans liberais em outdoors de Curitiba, porém, tal iniciativa, segundo Ling, não teria ido para a frente por falta de “massa crítica”.

e eu fiz uma análise da realidade brasileira: o que temos que combater não é o comunismo, é o patrimonialismo que está muito mais enraizado. Eu sempre tive um ponto de vista liberal, porque, senão, eu posso combater o comunismo como anticomunista e ser patrimonialista também, querer o Estado só para mim, como, de fato terminou ocorrendo durante o ciclo militar, muita gente era a favor dos militares porque era o feudo deles. Então, eu ajudei a modificar a apostila e o Crippa terminou aderindo um pouco a essa visão, ele era um anticomunista ferrenho, mas ele quis mudar, por quê? Porque, ele recebia apoio financeiro dos empresários de São Paulo, mas os empresários de São Paulo não financiavam mais esse discurso anticomunista, esse discurso ficou gasto e eles passaram a não ajudar tanto. Eu falei com o Crippa: “É lógico, os empresários estão vendo que as coisas estão mudando, que discurso anticomunista não resolve, temos que pensar no Brasil de um ângulo mais radical e como desmontar o patrimonialismo, para que o Brasil realmente possa ir se desenvolvendo”. Então, o Crippa se beneficiou disso, porque ele passou a conhecer o novo discurso e a continuar a receber os recursos dos empresários”

(Ricardo Vélez Rodríguez, Faculdade Arthur Thomas, agosto de 2017)

De acordo com Vélez Rodríguez, ainda que a Convívio fosse declaradamente religiosa e de direita, esta não possuía qualquer vinculação com a TFP de Plínio Corrêa de Oliveira, a qual tinha um perfil mais tradicionalista, e, portanto, mais conservador. Desse modo, a Convívio ainda foi capaz de atrair como membros ou conferencistas vários acadêmicos de inclinação liberal. Entre estes é possível destacar o economista Silvio Passarelli, que foi pesquisador da área de economia, e o professor universitário Luiz Alberto Machado. Além de acadêmicos, também circularam na Convívio neste período alguns quadros políticos e empresariais como o político Marco Maciel, o economista Delfim Neto, e Luiz Carlos Trabuco, que atuou posteriormente como diretor do Banco Bradesco entre 1998 e 2007. Dessa forma, quando o Instituto Liberal de São Paulo foi criado, logo passou a ser frequentado pelos membros e conferencistas da Convívio mais afinados com o ideário pró-mercado, inclusive, Luiz Alberto Machado chegou a atuar como diretor da entidade e do Instituto Liberal de São Paulo entre 1993 e 1997.

Com o encerramento das atividades da Convívio por volta da metade da década de 1980, e o declínio das atividades promovidas pela TFP e pelo IBF, que foi

presidido por Miguel Reale até seu falecimento em 2006, os conservadores acabaram perdendo o espaço político que haviam conquistado após o golpe civil-militar em 1964. Para além do comunismo ter deixado de ser percebido pelos empresários brasileiros como uma ameaça iminente, como bem apontou Vélez Rodríguez, a reabertura democrática e o declínio gradual do catolicismo conservador no país, que passou a disputar fiéis com a Teologia da Libertação e com as novas igrejas evangélicas que vinham ganhando cada vez mais força, contribuíram para que os conservadores perdessem muito da influência que gozavam na sociedade civil em décadas passadas.

Dessa forma, vários dos intelectuais e empresários que participaram diretamente da articulação do golpe-civil militar em 1964, ou que o apoiaram, começaram a circular no novo circuito de *think tanks* pró-mercado que passou a ser formado a partir da metade da década de 1980. Até mesmo Paulo Ayres Filho, que havia sido refratário à ideia de criar um *think tank* no Brasil, acabou se tornando conselheiro do Instituto Liberal de São Paulo, cuja biblioteca foi formada em 1992 a partir da doação de seu acervo privado⁴⁸. Tal dinâmica fez com que, com o passar dos anos, o ideário pró-mercado passasse a ganhar uma proeminência ideológica cada vez maior e a ser incorporado pelos intelectuais conservadores de forma mais orgânica em comparação com o que ocorreu em décadas passadas. Deste modo, os conservadores passaram então a defender de forma ativa um programa de privatizações do país, como foi o caso, por exemplo, de Antonio Paim, dinâmica que acabou fomentando a constituição de um amálgama liberal-conservador. Contudo, é importante ressaltar que, a despeito de terem se passado quase quarenta anos entre a publicação de “O caminho da Servidão” no Brasil e a fundação do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, ainda existiam continuidades geracionais importantes no que tange aos frequentadores dos circuitos formados pelos novos *think tanks*. E nesse sentido, não é exagerada a constatação realizada por Adolpho Lindenberg ao igualar os frequentadores do IPES àqueles do Instituto Liberal:

“Essas pessoas que circulavam na época, nos anos 60, no IPES, elas continuaram conversando depois da derrubada do Jango? Foi o seguinte, nós tivemos no governo militar uma orientação muito boa do Castelo Branco, mas o Geisel era socialista, então aí essa coisa da revolução não comungava com a

⁴⁸ Informação contida no informativo comemorativo dos dez primeiros anos do Instituto Liberal.

nossa ideia e o Paulo Ayres acabou...Aí veio o Instituto Liberal, e era mais ou menos a mesma coisa, as mesmas pessoas. Mas o Instituto Liberal não teve mais aquele brilho que teve antes porque não havia mais aquele perigo imenso (...) *E o senhor já conhecia o Donald Stewart Junior antes da fundação do Instituto Liberal? É, eu conhecia ele de antes, era presidente da ECISA. O senhor o conhecia porque vocês atuavam no mesmo ramo? Exato*” (Adolpho Lindenberg, IPCO, março de 2017)

2.4 O auge e o declínio dos *think tanks* pró-mercado no Brasil (1987-2006)

Os efeitos da abertura democrática logo se fizeram sentir de forma mais impactante nos anos em que ocorreu a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), entre 1987 e 1988. Nesse período, pouco tempo depois da fundação de novos partidos, houve uma atividade política intensa em torno da votação de uma nova Constituição para o país, o que fez com que grupos de interesse dos mais diversos procurassem se organizar para influenciar no processo, entre os quais, estavam os empresários e intelectuais que circulavam no circuito formado pelos *think tanks* pró-mercado. Segundo o historiador René Dreifuss duas questões haviam ficado evidentes para tais grupos durante o processo de abertura democrática iniciado por Geisel, a primeira estaria relacionada à insuficiência política das associações, federações e confederações empresariais, cuja atuação seria muito “sindical”, o que limitaria seu raio de ação. Tal limitação teria feito com que o empresariado, acostumado aos “contatos de primeiro grau” com ministros e burocratas dos altos escalões dos governos militares, fosse compelido a buscar novas formas de participação política, como bem ilustra a declaração do coordenador da União Brasileira de Empresários, Antônio de Oliveira Santos, proferida em meio à ANC e transcrita por Dreifuss:

“Nós estamos sem experiência do jogo democrático. Perdemos o jogo de cintura. No regime anterior, o empresário conversava com, no máximo, quatro pessoas: o Figueiredo, o Delfim, o Galvêas e o ministro da área, e o decreto-lei resolvia o resto. Hoje o jogo é democrático, nosso grande interlocutor agora é o Congresso” (Dreifuss, 1989:44)

O outro problema que também emergiu em meio à Constituinte foi a dificuldade de interlocução entre os empresários e os partidos conservadores, uma vez que sua fragmentação regional e o caráter personalista de suas lideranças criava obstáculos para a construção de um programa em comum. De acordo com Dreifuss, esta situação teria ficado patente durante a ANC, pois, ainda que muitos parlamentares conservadores tenham saído vitoriosos das eleições gerais promovidas em 1986, estes teriam sido apoiados às pressas por “uma direita preocupada em barrar os progressistas”, o que fazia com que tais políticos fossem pouco confiáveis dado “seu alto grau de fisiologismo e visão de curto alcance” (Idem, 1989). Mesmo em relação aos políticos ligados ao Partido da Frente Liberal (PFL), fundado em 1985 a partir de uma dissidência com o Partido Democrático Social (PDS), herdeiro da ARENA, o problema da falta de coerência ideológica e programática, bem como de quadros mais intelectualizados continuava, como lembrou Ricardo Vélez Rodríguez acerca de sua atuação ao lado de Antonio Paim:

“O Paim sempre me falou: “Você quer fazer algo pelo país? Tem que se aproximar dos partidos e tentar transformá-los”. O Paim escreveu muito, durante 20 anos foi assessor do PFL, assessor na área de doutrina. E ele conseguiu algumas coisas, a proposta de privatizações, de que se beneficiou o PSDB, inicialmente, foi pensando no PFL, foi o Paim quem pensou a proposta de privatizações. A reforma política para acabar com esse carnaval de um monte de partidos e a adoção do voto distrital é uma proposta que o Paim já tinha na época da constituinte e que ele conseguiu vender para o PFL. Então, houve várias coisas de doutrina política, de renovação política que vieram por esse canal. Embora, ele próprio ache que aproveitaram só 5% do que ele passou. Ele me dizia: “Nós temos que aproveitar os partidos que estão aí. Enquanto não surgir algo melhor, vamos tentar unificá-los e...”. Ele gastou muita tinta tentando modificar essa realidade. Eu participei muito junto ao PFL dando palestras, organizei junto com o Paim, na (Universidade) Gama Filho uma série de cursos de formação política, de introdução ao pensamento político brasileiro, para militantes políticos tanto do PFL, como do PSDB (sobre socialdemocracia), organizamos vários cursos oferecidos à distância. *O senhor acha que, por exemplo, quem era mais receptivo às ideias liberais?* A pessoa que mais se interessou pelas ideias liberais e tentou levá-las à prática, foi o

senador Jorge Bornhausen, a pessoa mais liberal de toda essa turma era o Bornhausen, certamente, (porque) o PFL era um saco de gatos. Mas o partido que mais se beneficiou da presença de intelectuais foi o PSDB, eu acho. O PSDB tem um estofo doutrinário de maior qualidade, sem dúvida nenhuma, houve mais teóricos, pessoas intelectualizadas que se filiaram ao partido, e o PFL ficou mais com os caciques do Nordeste, mais um partido de grotões, né?”
(Ricardo Vélez Rodríguez, Faculdade Arthur Thomas, agosto de 2017)

A interlocução dos *think tanks* e intelectuais pró-mercado com o Partido da Frente Liberal, nessa época, era bastante forte, inclusive, alguns destes chegaram a se filiar ao partido. Ilustrativo nesse sentido foi o fato de que o irmão do senador Jorge Bornhausen, Roberto Konder Bornhausen, então dirigente do Banco Unibanco, liderou a criação do Instituto Liberal de São Paulo em 1987, tendo dirigido a organização ao lado do empresário Jorge Simeira Jacob, do Grupo Fenícia.

No entanto, para além da aproximação com os políticos do PFL, os defensores da livre-iniciativa também buscaram outras formas de influenciar o processo da Constituinte. Henry Maksoud, por exemplo, fez uma detalhada proposta de Constituição para o Brasil baseada no conceito de demarquia, desenvolvido por Hayek (Fonseca, 1994). Porém, a proposta não apenas não foi acolhida por nenhum parlamentar constituinte, como pode ser considerada como a antítese da redação final da nova Constituição que fora aprovada. O empresário, contudo, não se fez de rogado, em 1988 comprou um horário na Rede Bandeirantes de televisão e passou a apresentar o programa “Henry Maksoud e você” para divulgar o ideário pró-mercado. No programa, que contou com mais de 170 edições, o apresentador não apenas divulgava as ideias falando diretamente para os telespectadores mas também entrevistava personalidades e, por trás das câmeras, procurava influenciar mais diretamente as pessoas a aderirem ao capitalismo de livre-mercado.

Outro membro destacado do circuito pró-mercado que procurou influenciar ativamente empresários e políticos nesse período foi o economista Paulo Rabello de Castro. Após ter se afastado da CEDES em 1984, Rabelo de Castro voltou a atuar na Comissão em 1986, e neste mesmo ano, foi escalado para apresentar suas ideias da para um grupo de 140 empresários que se reuniram a portas fechadas nos dias 4 e 5 de outubro em um hotel no Guarujá, litoral do Estado de São Paulo. Entre os presentes estavam Flávio Teles Menezes, da Sociedade Rural Brasileira, Werner Annichinno,

da Copersucar, José Luís Zillo, do Sindicato do Açúcar de São Paulo, Carlos Antich, da Sanbra, Laerte Setúbal, da Duratex, Jacy Mendonça, diretor da Volkswagen e vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), Norberto Odebrecht, da construtora de mesmo nome, Flávio Andrade, presidente da Standard Ogilvy, e Jorge Simeira Jacob, do Grupo Fenícia e presidente do Instituto Liberal de São Paulo⁴⁹.

De acordo com o economista, a reunião visava apresentar as possibilidades de inserção de ideias de cunho liberalizante na futura Constituinte que iria iniciar seus trabalhos no ano seguinte:

“Eu organizei o debate econômico a pedido da CEDES, que tinha o Ticoulat como presidente, e lá compareceu um deputado que foi bem votado, que era o Guilherme Afif Domingos. Quem falou no jantar solene foi o (ministro-chefe do gabinete civil) Marco Maciel, que constituiu a coluna vertebral do então Partido da Frente Liberal, levando para o partido algum tipo de liberalismo. Esse grupo é que formará a base do chamado Centrão a partir de 1987, dando um pouco de orientação racionalizante para uma “viagem na maionese” que o pessoal de esquerda queria fazer com a Constituinte. O Secretário executivo desse Centrão veio a ser um jovem doutor em direito que foi resgatado pela CEDES e se chamava Gastão Toledo, ele estava lá, 30 anos atrás, auxiliando os constituintes a fazer emendas e formando o que seria a Constituição de 1988.” **(Paulo Rabello de Castro, Instituto Atlântico, maio de 2017)**

Na época da Constituinte o cenário político nacional estava marcado pela crise do nacional-desenvolvimentismo, aprofundada pela crise da dívida e pela espiral inflacionária. Tal conjuntura dividia a maior parte dos políticos entre aqueles que apostavam no abandono das políticas desenvolvimentistas e aqueles que defendiam sua continuação com certas modificações. Os primeiros, mais identificados com propostas de cunho neoliberal, apostavam na abertura da economia, na integração do país nas redes do capitalismo globalizado, no enxugamento da máquina estatal e na eliminação de “entraves” para estimular os investimentos estrangeiros. Já os segundos procuravam dar continuidade ao legado do desenvolvimentismo, no que tange à

⁴⁹ Como consta no artigo “Empresários ouvem Maciel em reunião fechada” publicado no jornal Folha de São Paulo no dia 5 de outubro de 1986, caderno 4, página 41.

manutenção das empresas estatais e na defesa do “patrimônio nacional”, mas com certas modificações que incluíam a adoção de reformas socializantes que visassem a redistribuição da renda e da propriedade urbana e agrária, bem como de medidas democratizantes que possibilitassem maior participação política e liberdade de organização por parte das classes trabalhadoras (Sallum Jr., 1996).

É possível dizer que estes dois “polos” ideológicos, o “neoliberalizante” e o “socializante”, serviram como balizas para o alinhamento de uma parte razoável dos parlamentares em diferentes “blocos” e “grupos”. A maior parte dos membros do PMDB que se alinhava ao polo “neoliberalizante” formou, junto com vários ex-arenistas do PDS e do PFL, o bloco suprapartidário conhecido como “Centrão”, e aqueles que se identificavam mais com o polo “socializante”, com raras exceções, formaram o Movimento de Unidade Progressista (MUP). Definido como “a esquerda do PMDB” (Assumpção, 2008), ou, como preferia o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA)⁵⁰, “a costela esquerda do PMDB” (Fleischer; Ramos, 1999:64), o MUP era considerado na época como um “aliado estreito” por políticos como Miguel Arraes (PSB) e Mário Covas (PMDB)⁵¹, e reunia cerca de 40 parlamentares de um total de 559 que atuavam na ANC (Fleischer; Ramos, 1999; Sanchez, 2003), os quais ingressaram em um bloco interpartidário que congregava todos os partidos de esquerda da época e que foi formado com o intuito de apresentar emendas ao projeto de Constituição⁵².

Ainda que os políticos reunidos no Centrão tenham obtido sucesso em barrar os projetos de lei mais polêmicos que foram apresentados pelos constituintes de esquerda (Dreifuss, 1989), Rabello de Castro avalia que foi voto vencido na reunião junto aos empresários no Guarujá, pois a maior parte dos empresários não teria saído da reunião convencida do discurso pró-mercado. Winston Ling, fundador do IEE, que esteve presente na reunião, aponta que a mesma foi palco de disputas áspers entre os empresários presentes:

⁵⁰ Leonelli “declarava sua crença de que a metade dos integrantes do MUP poderiam aderir a um partido socialista, desde que contassem com adesões importantes como a dos senadores peemedebistas Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente líderes na Constituinte e no Senado” (Fleischer; Ramos, 1999:64).

⁵¹ Cf. “O que é o MUP” no jornal Folha de São Paulo do dia 31 de julho de 1987 disponível na Biblioteca Digital do Senado.

⁵² Ver as matérias “Consenso e 32 só divergiram em dois pontos” do Correio Braziliense de 6 de setembro de 1987 e “Moderados derrotam emenda que permitia ação contra empresas” de O Globo do dia 4 de outubro de 1987 disponíveis na Biblioteca Digital do Senado.

“Estava presente todo mundo, todos os empresários de peso do Brasil. Foi uma reunião assim muito séria sobre o futuro do país. Eu me lembro que o palestrante era o Paulo Rabello de Castro, e eu me lembro bem daquela reunião porque houve um bate-boca que eu nunca tinha visto, um bate-boca em público entre o Donald Stewart e o Emílio Odebrecht. Porque o objetivo da reunião era discutir os rumos do Brasil, e o Donald Stewart, como presidente do Instituto Liberal, estava puxando para o liberalismo, estava lá muita gente, muita gente ligada aos Institutos Liberais também, e aí o Emílio Odebrecht se levantou e disse assim: “você são uns sonhadores, o mundo real não é assim como vocês estão sonhando e tal”. E aí o Donald replicou, e ele replicou, e aí separaram e tal. Eu nunca me esqueço daquele bate boca, eu fiquei impressionado! Naquela época eu visitava muitos empresários tentando vender os livros, pedindo doação, mas ninguém nunca falou assim tão agressivamente contra o liberalismo como o Emílio Odebrecht falou” **(Winston Ling, Fundador do IEE, abril de 2017)**

Assim, ao final do encontro, o então ministro Marco Maciel afirmou em resposta ao empresário Jorge Gerda, ligado ao Instituto Liberal, que “a proposta constitucional elaborada pela Comissão Afonso Arinos⁵³ não é liberal e que muitos de seus membros assinariam talvez uma parte mas não todo o texto”⁵⁴. Nos anos seguintes, após a promulgação da Constituição de 1988, a CEDES passou por um período de refluxo e foi perdendo a força do seu discurso à medida que a crise

⁵³ “Em setembro de 1986, alguns meses antes de a Assembleia Nacional Constituinte iniciar seus trabalhos - o que aconteceu em fevereiro de 1987 -, uma comissão provisória criada pelo Executivo concluiu a elaboração de um anteprojeto de Constituição que, no entanto, acabou não sendo enviado oficialmente ao Congresso. Embora tivesse o nome de Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, o grupo ficou conhecido como Comissão Afonso Arinos, pois seu presidente foi o jurista, ex-deputado federal e ex-senador Afonso Arinos de Melo Franco. Entre os 50 integrantes desse colegiado, estavam o empresário Antônio Ermírio de Moraes, o cientista político Bolívar Lamounier, o antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre, o escritor Jorge Amado, o jurista Miguel Reale, o sindicalista José Francisco da Silva, o jurista Sepúlveda Pertence (então procurador-geral da República) e o economista Walter Barelli (na época diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese). Os senadores José Sarney (PMDB-AP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) também participaram desse processo: Sarney, então presidente da República, foi quem convocou a comissão, por meio do Decreto 91.450, de 18 de julho de 1985; Cristovam, professor que ainda não havia iniciado sua carreira política, estava entre os 50 integrantes do grupo”. Retirado de <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/10/01/comissao-afonso-arinos-elaborou-anteprojeto-de-constituicao>

⁵⁴ Cf. Folha de São Paulo, 5 de outubro de 1986, 4º caderno, p.41

econômica se estendeu no tempo. Em agosto de 1989, em meio ao auge da crise inflacionária, Rabello de Castro chegou a ser convidado para assumir o Ministério da Fazenda nos últimos três meses do governo de José Sarney, porém respondeu negativamente.

A despeito de terem conseguido exercer uma influência em Brasília menor do que gostariam, os intelectuais e empresários reunidos nos *think tanks* pró-mercado experimentavam no início dos anos 1990 o auge de suas atividades. Em 1987, o IEE havia começado a organizar anualmente o “Fórum da Liberdade” em Porto Alegre, um evento fechado do qual participavam como palestrantes elites políticas, empresariais e intelectuais, promovido para um público formado majoritariamente por empresários, mas que logo passou a figurar como um dos principais eventos da direita brasileira. O Instituto Liberal do Rio de Janeiro, além de publicar livros, passou a promover eventos, premiações, cursos, intercâmbio de acadêmicos, editar diversas publicações próprias que eram distribuídas entre os associados e/ou entre “formadores de opinião”, como a revista Notas e uma revista chamada “*Think Tank*” e posteriormente rebatizada como “Banco de Ideias”, além de produzir *policy* e *position papers*⁵⁵ sobre temas diversos como educação, previdência social, energia, entre outros (Gros, 2003)⁵⁶. Assim, oito anos após a fundação do IL-RJ, em 1991, dado o nível de atividade que a organização havia alcançado, decidiu-se que seria melhor buscar uma sede maior. Assim, neste mesmo ano, a diretoria resolveu sair da sala que ocupava no mesmo andar da ECISA e alugar uma espaçosa casa no bairro do Botafogo, de acordo com Nelson⁵⁷, o funcionário do IL-RJ que estava há mais tempo na organização quando eu o entrevistei em 2015:

“O Instituto era na Rua Presidente Wilson no Centro. O falecido dono, Donald Stewart, tinha várias salas no prédio e o escritório dele era ali também, mas daí o Instituto foi crescendo e precisaram arrumar uma casa, foi quando eles arrumaram essa casa em Botafogo e reformaram para o Instituto ir para lá em 1991. Nessa época, tinha muita gente no Instituto, mais de vinte funcionários.

⁵⁵ *Position Papers* eram comunicações opinativas curtas que procuravam influenciar o leitor a respeito de algum tema específico e que podiam ser formulados por qualquer membro do instituto (no contexto anglo-saxão, atualmente, fala-se em *op.-eds.*)

⁵⁶ As atividades e produções dos Institutos Liberais desde sua fundação até 2001 foram compiladas de forma detalhada pela cientista política Denise Gros e podem ser consultadas em sua tese de doutorado (Gros, 2003).

⁵⁷ Ver nota 9.

Durante o dia eu fazia o serviço de rua, porque tinha o mensageiro mas ele não dava conta, era muita coisa pra entregar, tinha muito movimento. Só em Botafogo eu trabalhei dezessete anos (até 2008). A casa do Botafogo era um casarão, hoje tá alugada para outra empresa também. Era uma casa que em baixo tinha uma sala, uma biblioteca enorme, tinha uma sala de palestra, um salão de palestra, tinha uma salinha pras meninas que trabalhavam com contabilidade, tinha uma copa...Era um sobrado com dois andares muito grande. Toda a segunda-feira tinha reunião, aparecia o Donald, todos os diretores e mantenedores, era muito bom. Foi assim durante todo esse tempo que nós ficamos lá, dezessete anos. Quando tinha palestra juntava umas trinta pessoas, tinha convidados, tinha os diretores, eles iam com a mulher com o filho, era muito bom, depois que eles saíam eu ia arrumar aquilo tudinho pra estar pronto no outro dia.” (Nelson, Funcionário do IL-RJ, outubro de 2015)

Desde sua fundação até 1993, dois anos depois da mudança de sede, o IL-RJ foi capaz de atrair 200 mantenedores do meio empresarial e promover mais de 500 eventos no país com 169 palestrantes ligados ao Instituto, sendo que no ano de 1993 foi realizada no Rio de Janeiro a reunião anual da Sociedade de Mont Pèlerin (Casimiro, 2010)⁵⁸. Neste mesmo ano, decidiu-se que as atividades promovidas pelos Institutos Liberais passariam a ter públicos-alvo mais claros. Os institutos estaduais atuavam de modo centralizado, baseados nas decisões do Conselho Nacional dos Institutos Liberais, organizado a partir do Instituto Liberal de São Paulo, e em uma destas reuniões coube ao presidente do Conselho a coordenação do levantamento de uma listagem de três mil pessoas que comporiam os públicos-alvo dos institutos, as quais deveriam se divididas em duas categorias de formadores de opinião, “liberais” e “*prospects*”, como consta em um documento interno redigido por Donald Stewart Jr. cujo conteúdo reproduzo abaixo:

“*Liberais*: público-alvo cuja definição ideológica seja reconhecidamente consistente com nosso ideário (...). *Prospects*: pessoas em que se identifica possibilidades de conversão ao liberalismo. O grupo *prospects* deve ser integrado por pessoas não infensas a ideia liberal ou que estão no muro. Um

⁵⁸ As tabelas com os nomes dos palestrantes e doadores do Instituto Liberal do Rio de Janeiro entre 1983 e 1993 podem ser consultadas em Gros, 2002 e Casimiro, 2010.

bom exemplo desse tipo de pessoa são os políticos do PSDB. (...) Levando-se em conta que o público-alvo é integrado por formadores de opinião, cada Instituto deverá procurar listar os liberais e os *prospects* em seu estado dentro das seguintes categorias: deputados federais e senadores; governadores de Estado e Secretários; Prefeitos influentes de grandes municípios; Deputados Estaduais mais representativos; Professores Universitários; Jornalistas; Dirigente de Entidades Empresariais; Empresários militantes; Líderes sindicais; Líderes estudantis; Líderes de entidades civis”⁵⁹

O foco em cada uma destas categorias, contudo, era desigual pois mais de um terço dos indivíduos-alvo eram políticos. De acordo com um planejamento inicial feito pelo IL, dos três mil formadores de opinião a serem influenciados 1200 eram políticos, entre os quais eram destacados os senadores e deputados federais (300) e os prefeitos (200), 400 eram empresários e 400 eram professores universitários. Inclusive, uma das únicas pesquisas encomendadas pelo IL, no ano de 1991, com propósito de saber mais a respeito do impacto de suas atividades, foi justamente para aferir a influência de uma de suas publicações junto a legisladores, a Revista Notas, publicação mensal que era realizada com o apoio da organização norte-americana *Center for International Private Enterprise* (CIPE)⁶⁰ e redigida pelos membros do Instituto. A Notas possuía uma tiragem de cinco mil cópias, versava sobre análise de leis e procedimentos constitucionais e era distribuída para *policymakers*. De acordo com a pesquisa, cerca de 57 deputados federais afirmaram ler a revista assiduamente, 75% destes afirmaram que mudaram seus votos após lerem a publicação, e mesmo legisladores que não eram liberais afirmaram que suas ideias foram afetadas pela leitura de Notas⁶¹.

Os professores e estudantes universitários eram beneficiados pela disponibilização de livros liberais para venda ou consulta na sede do Instituto, seminários, bolsas e programas de intercâmbio financiados por organizações e

⁵⁹ Excerto extraído de carta escrita por Donald Stewart Jr. no dia primeiro de setembro de 1993 e endereçada aos presidentes dos ILs, Jorge Gerdau Johannpeter, Jorge Simeira Jacob e Roberto Bornhausen.

⁶⁰ A CIPE é uma das quatro instituições vinculadas ao *National Endowment for Democracy* (NED), fundação privada pró-mercado criada por Ronald Reagan em 1983, e é afiliada à Câmara de Comércio dos Estados Unidos. A partir de 1983 a CIPE apoia iniciativas que promovam a empresa privada e reformas pró-mercado.

⁶¹ Informações contidas no informe comemorativo de dez anos do IL.

universidades estrangeiras e concursos de monografias. É possível dizer que Instituto Liberal influenciou de forma importante na formação de vários quadros de elite acadêmica, professores e pesquisadores, principalmente da área de economia, e nesse sentido a atuação de Og Leme foi essencial, pois foi através de Leme que vários estudantes brasileiros conseguiram bolsas de estudo e/ou acesso a estudos de pós-graduação na Universidade de Chicago e em outras instituições americanas, o que teria impactado uma geração, ou mais, da inteligência brasileira, como afirma um de seus discípulos, o economista Cláudio Contador:

“Uma parte influente da geração de economistas, engenheiro e cientistas políticos formados nas décadas de 1960 e 1970 tem uma dose de gratidão – impossível de ser retribuída – ao Prof. Og Leme. Foi um incansável mestre que estimulou e abriu caminho para que muitos jovens ampliassem sua formação acadêmica nos Estados Unidos. Muitos cursos de economia no Brasil alcançaram padrão internacional graças aos mestres e doutores criados por Og Leme, que implantaram os atuais programas de pós-graduação. As novas gerações de economistas possivelmente ignoram este fato e o seu débito com o grande educador. (...) Como todo o visionário, Og deixou sementes que um dia germinarão no Brasil.”⁶²

Já os empresários eram beneficiados não apenas pelo contato com o ideário pró-mercado mas também pela participação em uma rede de contatos formada por empresários importantes do país fomentadas não apenas pelos Institutos Liberais mas também pelo IEE, cujo foco era justamente a formação de jovens empresários. De fato eram raras as iniciativas dos *think tanks* que existiam até o início da década de 1990 que não focassem nestas categorias, as exceções neste sentido foram a publicação de um gibi da Turma da Mônica sobre cidadania, realizada pelo IL-SP, e as campanhas publicitárias de frases liberais estampadas em *outdoors* levada a cabo pelo IL-PR, ambas destinadas ao público-geral. Contudo, as atividades de alcance mais restrito dos ILs e do IEE logo foram contrabalançadas pela atuação de um novo *think tank* liberal no Rio de Janeiro, o Instituto Atlântico (IA), fundado em 1992 pelos antigos membros da CEDES, liderados pelo economista Paulo Rabello de Castro.

⁶² Depoimento de Claudio R. Contador, Doutor em economia pela Universidade de Chicago para o livro “Og Leme, um liberal. Crônicas” publicado em 2011 pelo Instituto Liberal.

Na época, Rabello de Castro decidiu apresentar ao então presidente Fernando Collor de Melo um plano econômico de sua autoria, que ficou conhecido como “Plano K”. No entanto, apesar de ter recebido o economista e esboçado algum entusiasmo, Collor acabou não acatando sua orientação, e Rabello de Castro acabou publicando o “Plano K” no formato de um livro intitulado: “Brasil: esse país tem jeito?”. Logo após a publicação do livro, o economista se uniu com o empresário carioca Thomaz Magalhães e fundou no Rio de Janeiro o Instituto Atlântico em 1992. Um dos focos do IA, para além de influenciar políticos e *policymakers*, era atingir as classes populares. Para tanto, passaram a ser divulgadas pela organização as ideias de capitalismo popular e privatização popular, ou seja, como os trabalhadores comuns poderiam se beneficiar materialmente do estabelecimento de uma ordem política e econômica orientada para o desenvolvimento do livre-mercado. Desse modo, poucos anos após a fundação da organização, foi estabelecido um convênio estável com a Força Sindical, uma das maiores centrais sindicais do país, por meio do qual foram distribuídas aos trabalhadores, ao longo da década de 1990, mais de um milhão de cartilhas ilustradas pelo cartunista Ziraldo, as quais versavam sobre temas diversos dentro do enfoque do capitalismo popular. Um dos temas principais veiculados pelas cartilhas era a privatização da previdência, e em 1997 o IA contratou o Ibope para realizar uma pesquisa junto aos trabalhadores com carteira assinada na Região Metropolitana de São Paulo justamente sobre este assunto. Para a surpresa positiva do próprio Instituto, 73% dos trabalhadores entrevistados era a favor da quebra de monopólio da Caixa Econômica Federal (CEF) como gestora dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e 71% afirmaram que transfeririam seus fundos para uma instituição financeira privada alternativa à CEF⁶³.

No que tange à política institucional, apenas no ano de 1993 o IA apresentou mais de 400 emendas à Constituição por meio do então deputado federal Eduardo Mascarenhas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), participou da criação de um comitê de acompanhamento de política monetária e fiscal presidido pelo ex-ministro Ernani Galvêas, realizou um *workshop* sobre privatização no Hotel Transamérica no qual estiveram presentes empresários, economistas de destaque e políticos, como o então presidente do PFL, Jorge Bornhausen, e publicou cinco cadernos contendo detalhadas propostas de políticas públicas. Ainda no mesmo ano

⁶³ Informação contida em informe do IA de 1997.

Paulo Rabello de Castro, em conjunto com outros quatro economistas, entre os quais estava Paulo Guedes, doutor em economia pela Universidade de Chicago e um dos fundadores do Banco BTG Pactual em 1983, participou da elaboração do programa do PFL para as eleições de 1994, tendo em vista a candidatura de Roseana Sarney, como aponta em entrevista o empresário Thomaz Magalhães, presidente do IA à época:

“O Partido que mais abriu as portas para nós foi o PFL. Naquela época o presidente do PFL era o Jorge Bornhausen, tinha o Marco Maciel, tinham vários caciques, vamos dizer assim. Mas principalmente o Marco Maciel e o Jorge Bornhausen foram duas pessoas que escancararam as portas do PFL para a gente vender a nossa ideia. E a coisa foi tão bem que o PFL quis adotar o nosso programa de governo como o programa de governo deles. Então nós fizemos esse trabalho e ficou muito bom, e oficialmente o PFL abraçou. (...) Iria ter a eleição presidencial, e começou a aparecer a figura da Roseana Sarney para ser candidata a presidente. E ela apareceu do nada, eu costumo dizer o seguinte, acho que a criação da figura Roseana Sarney foi criada, digamos assim, da mesma forma que foi criada a figura do Fernando Collor. De repente apareceu um camarada falando coisas diferentes, todo mundo achou uma maravilha. Obviamente, o governo dele foi bom até o primeiro dia que ele tomou posse, mas dali para a frente, foi um desastre. E a Roseana também, a mesma coisa, de repente começaram a aparecer pesquisas dizendo que ela estava que ela aparecia como grande candidata, e ela era do PFL. Então o Jorge falou: “bom, está na hora de nós termos a nossa candidata para o governo. Vamos trabalhar para ela ser a presidente”. Até na época o Jorge pediu para que eu fosse o coordenador da campanha dela. Eu relutei muito, mas o Jorge falou: “não, vocês tem o Instituto de vocês com todas as ideias, acho que seria bom”. Enfim, aceitei fazer a coordenação e aí aconteceu aquele problema naquela época, que descobriram lá um dinheiro em um cofre do marido dela, e aquilo teve uma repercussão muito pesada. Eu me lembro que o Jorge quis fazer a convenção do PFL para saber se realmente o Partido aceitaria ela como a candidata à presidência, (mas) naquela época esse negócio já estava dilacerando a imagem dela. Essa convenção foi em Brasília, e o fato é que, no final, não foi nada adiante”
(Thomaz Magalhães, Instituto Atlântico, junho de 2016)

No entanto, com o anúncio da aliança do PFL com o PSDB para a disputa das eleições presidenciais, Rabello de Castro abandonou a colaboração afirmando que seriam insuperáveis as diferenças entre o programa a ser defendido pelo PFL e os tucanos. Após a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, os membros do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, por conta de um vínculo com Jorge Bornhausen, presidente do PFL, conseguiram se reunir com o então presidente, que apareceu na capa de uma das publicações do IL, a revista *Think Tank*. Porém, assim como Rabello de Castro, Arthur Chagas Diniz, que atuava então como diretor do IL-RJ, deixou claro na entrevista concedida a mim e ao jornalista Lucas Berlanza⁶⁴, que, em sua visão, Cardoso não era um “liberal”:

“O Roberto Bornhausen era o presidente (do Instituto Liberal) em São Paulo, e o Roberto era irmão do Jorge Bornhausen, então nós fomos ao (encontro com) Fernando Henrique. Fomos eu, Og Leme, o Jorge Gerdau, fomos os três. (...) O Jorge quis nos apresentar ao presidente, porque o presidente achava interessante o que o Instituto escrevia, (...) foi uma reunião diplomática. Eu não achava que ele era liberal, ele não era estatizante, mas daí pra liberal tem uma distância, (é que) no Brasil, não tem meio termo, ou é o Estado ou nada. (Mas) ele foi o presidente mais liberal, fora o maluco do Collor, que era liberal mas era maluco, ladrão, infelizmente o Collor foi um desastre pro Brasil” **(Arthur Chagas Diniz, Ex-diretor do IL-RJ, dezembro de 2015)**

Arthur Chagas Diniz, assim como praticamente todos aqueles que frequentavam os circuitos dos *think tanks* pró-mercado, não consideravam Fernando Henrique Cardoso e os membros de seu partido como “liberais convictos”. Do ponto de vista ideológico, o PSDB, que fora fundado a partir de uma dissidência do PMDB em meio à Assembleia Constituinte, reunia originalmente quatro tendências. A mais influente seria e “centrista” representada por Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga e Artur da Távola; a mais conservadora por Afonso Arinos, Jaime Santana, Caio Pompeu de Toledo e Ronaldo Cezar Coelho; a tendência posicionada mais à esquerda, em comparação com as demais, seria formada

⁶⁴ Na época em que a entrevista foi realizada Lucas Berlanza era funcionário do IL-RJ, responsável pela parte de comunicação do Instituto, mas a partir do segundo semestre de 2018, Berlanza assumiu a diretoria da organização.

sobretudo por membros do antigo Movimento de Unidade Progressista, e, finalmente, a menor e última tendência seria representada por Montoro e José Richa. (Furtado, 1996: 100)

É possível dizer que aquilo que de fato unia os primeiros tucanos destas quatro tendências foram os dois motivos que levaram à cisão com o PMDB por parte do grupo conhecido como “históricos”, composto por FHC e Covas: a adesão ao parlamentarismo e à manutenção do mandato de quatro anos para José Sarney. Porém, para além disso, não havia muito consenso sobre quais deveriam ser as orientações programáticas/ideológicas do novo partido, o que se refletiu na dificuldade em escolher um nome para o partido:

“Uma avalanche de nomes e siglas foram propostas: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido Democrático Popular (PDP); Partido Popular Progressista (PPP), Partido da Renovação Democrática (PRD), Partido da Transformação da Sociedade Brasileira (PTSB), Novo Partido Democrático (NPD), Partido das Reformas (PR), Partido da Conquista Democrática (PCD), etc.. Apenas sob a legenda "PSDB" havia três sugestões: Partido da Social Democracia Brasileira, Partido da Sociedade Democrática Brasileira e Partido Socialista Democrático Brasileiro. Por votação foi escolhida a atual denominação." (Paiva, 1996: 95)

Fernando Henrique Cardoso, no entanto, não ficou satisfeito com a escolha e criticou a adoção da caracterização de “Socialdemocrata” pelo partido (Paiva, 2006):

"Eu disse, à época, que aquilo correspondia a uma realidade da Europa da primeira metade dos anos 50, onde os sindicatos tinham um papel central no Estado de Bem Estar Social. O Brasil não é assim. (...) Não se pode pensar como na Europa. (...) Aqui você tem ainda que fazer com que o capital exista, que ele funcione como capital. É outro momento. Você tem uma coisa mais atrasada e uma mais avançada simultaneamente. (Cardoso in Markun, 2004; 218-219 apud Paiva, 2006).

A posição adotada por Fernando Henrique Cardoso costuma estar relacionada à ideologia política que ficou conhecida como “terceira via”, tida por seus defensores

como uma forma moderna da socialdemocracia que seria mais “adaptada” à nova sociedade pós-industrial e globalizada. A terceira via é uma denominação criada pelo sociólogo britânico Anthony Giddens para designar uma posição de “centro radical” que implica em “uma tentativa de demonstrar que os valores mais caros da esquerda possuem alguma “validade” na sociedade pós-industrial contemporânea” (Power, 2000). Para Giddens a terceira via seria uma forma de modernizar a social democracia europeia, pois, nas palavras do sociólogo, “até nas formas mais desenvolvidas, o *welfare state* nunca foi genuinamente bom. Todos os estados de bem-estar social criaram problemas de dependência, risco moral, burocracia, formação de grupos de interesse e fraude” (Giddens, 2001:41 apud Guiot, 2006).

Na visão de Chagas Diniz, o posicionamento adotado por Fernando Henrique Cardoso, e outros membros do PSDB, seria um “meio-termo” entre uma esquerda estatizante e o “neoliberalismo convicto” promovido por lideranças do PFL como Marco Maciel e Jorge Bornhausen. Por esse motivo, como foi afirmado anteriormente, em um documento interno do Instituto Liberal de 1993, os membros do PSDB eram considerados como fazendo parte de um perfil descrito como “*prospects*”: “integrado por pessoas não infensas a ideia liberal ou que estão no muro. Um bom exemplo desse tipo de pessoa são os políticos do PSDB”.

No entanto, a despeito das muitas suspeitas levantadas entre os membros do circuito pró-mercado, o governo liderado por FHC de fato levou a cabo várias reformas de orientação neoliberal, o que, curiosamente, acabou contribuindo para o declínio das atividades dos *think tanks* liberais. À medida em que o Plano Real atingia sua meta de reduzir os altos índices inflacionários vigentes até então, privatizações eram realizadas e os mercados para educação e saúde privadas se expandiam, muitos dos empresários que colaboravam financeiramente com os Institutos Liberais passaram a compreender que o ideário pró-mercado teria penetrado de fato no governo, e que, portanto, os *think tanks* já haviam logrado êxito e não necessitavam mais de um aporte contínuo de recursos. Deste modo, a partir do final dos anos 1990 as atividades das filiais do IL-RJ foram diminuindo e os institutos foram sendo fechados, como apontam Winston Ling e Bernardo Santoro, que dirigia a matriz carioca no segundo semestre 2015:

“O que aconteceu com os Institutos Liberais, sumiram todos?” E aí me contaram o que aconteceu: “olha, aconteceu o Plano Real e aí nenhum Instituto

conseguiu mais arrecadar dinheiro, porque eles iam bater na porta dos mantenedores e eles diziam: “olha, nós tivemos sucesso, nós atingimos o nosso objetivo, nós já estamos no liberalismo, não precisamos mais do Instituto, a inflação é zero, e agora o negócio é trabalhar e ganhar dinheiro, não precisamos mais disso aí”. Na época que eu estava envolvido, nos anos 1980, eu era um dos que tinham ido visitar todo mundo para passar o chapéu, pedir doações, aquela coisa toda. E eu notei que às vezes tinha uma relação direta com o ciclo econômico, quando a economia está indo bem ninguém quer dar dinheiro e nas reuniões do IEE poucas pessoas apareciam, aí de repente vem uma crise, a economia vai para baixo e todo mundo começa a aparecer nas reuniões. Daí começa a ficar muito fácil arrecadar dinheiro, você vai passar o chapéu e está todo mundo dando porque: “alguma coisa tem que ser feita, alguma coisa tem que ser feita”. E todo mundo então largava dinheiro. Então, obviamente, dava para entender, o Plano Real estava indo às mil maravilhas, a economia ia realmente decolar, estava todo mundo entusiasmado, feliz, então ninguém estava preocupado com nada, e os institutos simplesmente não conseguiam mais arrecadar dinheiro, todo mundo achava que já estava resolvido o problema”

(Winston Ling, Fundador do IEE, abril de 2017)

“Mais ou menos quando o Fernando Henrique ganhou, o que aconteceu? Os empresários do Brasil falaram: “se até um presidente de esquerda tá fazendo liberalismo nós ganhamos o debate político. Se um presidente de esquerda tá promovendo privatização, desregulamentando, desburocratizando, abrindo fronteira, ganhamos o debate político”. E aí minguaram os recursos dos Institutos Liberais, foram morrendo um a um. Quando o Fernando Henrique assume, os empresários do Brasil passam a entender que ganharam o discurso político, e aí param de financiar aqueles institutos que efetivamente produziam o discurso político. E aí há uma míngua e a quebra generalizada dos Institutos no Brasil, ficou só o do Rio de Janeiro que era a matriz”

(Bernardo Santoro, Diretor do IL-RJ, outubro de 2015)

A diminuição do interesse dos empresários pelos institutos, impulsionada pela crença de que a divulgação de um ideário pró-mercado tornou-se desnecessária em vista das medidas adotadas durante o governo de FHC, teria se acentuado mais ainda após o falecimento de Donald Stewart Jr. em 1998. Afinal, boa parte dos empresários que contribuíam com os Institutos o faziam principalmente por conta de um *networking* empresarial. Além disso, o empresário canadense também ajudava a manter o Instituto com seus próprios recursos, e, após seu falecimento, esta fonte de financiamento também desapareceu, como ressaltaram Arthur Chagas Diniz e Nelson, respectivamente, o ex-diretor e o funcionário mais antigo do IL-RJ, bem como Alex Catharino, aluno particular de Og Leme e assíduo frequentador do Instituto a partir do fim dos anos 1990:

“O Donald era corpo e alma do IL. Corpo por que? Porque ele bancava, ele foi o alavancador. O Donald montou isso, me chamou pra trabalhar e pediu que eu fosse presidente porque ele tinha contatos com políticos e ele não queria misturar as duas atividades. Nessa época você tinha como figura de destaque um cara que era presidente da Shell, o Omar Carneiro da Cunha, ele também participava muito, mas uma boa parte das pessoas que participava era porque tinham interesse em se relacionar com o Donald, não era exatamente porque tinham interesse em suportar o liberalismo. Então quando o Donald morreu nós perdemos muita coisa. O primo dele, que ficou controlando a organização, cortou os pagamentos que dava mensalmente e o IL não tinha (mais) receita. O IL produzia trabalhos, defendia os trabalhos e procurava fazer chegar às pessoas que tomavam decisão, (mas) não era um vendedor. Enfim, o ápice do IL foi com o Donald, o Donald dava uma força extraordinária.” **(Arthur Chagas Diniz, Ex-diretor do IL-RJ, dezembro de 2015)**

“Eu acho que o falecido Donald dava vinte mil reais por mês, o sócio dele passou a dar mil e depois parou. E dali pra cá veio só decaindo, aí quem estava também não corria atrás, tinha muitos mantenedores que doavam todo o mês, todo o mês tinha aquela doação. Eu vinha pela Avenida Rio Branco e entregava correspondência até a Praça Mauá, de um lado e de outro, correspondência e recibo da doação mensal deles no centro da cidade, Botafogo, Leblon, eu andava tudo entregando os recibos deles, não só recibo como os livros, todo o

livro novo que saia todos os mantenedores recebiam, revista...Hoje (o Instituto) não publica nada mais, mas naquela época era muito bom, eu vivia igual um cachorro doido na rua, eu saia com duas bolsas de revista e livro na mão, duas bolsas de mercado, uma em cada mão, eu chegava lá e já tinha outra remessa pronta” **(Nelson, Funcionário do IL-RJ, outubro, de 2015)**

“De certo modo, muitos dos doadores entraram para o IL porque conheceram o Donald Stewart no Jôquei Clube, e muitos queriam financiar o *hobby* do Donald porque queriam vender coisas pra ele, então também virou uma praça de negócios um pouco. O afastamento do Donald sim gera uma queda, porque o Donald não é mais o cacique da instituição. O pessoal que está ali tentando fazer negócio com o Donald não vai continuar, porque estava ali comprometido com o negócio que ele podia fazer por fora, não porque está 100% comprometido com a ideia, o Donald estava.” **(Alex Catharino, Russel Kirk Center, dezembro de 2016)**

A perda progressiva de recursos e de seu principal patrocinador, fez com a atuação dos ILs declinasse progressivamente, inclusive porque, vários dos contatos que o Instituto possuía com instituições estrangeiras, era, segundo Alex Catharino, de ordem mais pessoal e menos formalizada:

“O contato se dava de modo muito informal, às vezes se organizava uma conferência, aí se trazia um conferencista internacional, ou às vezes a pessoa estava de férias, vindo ao Brasil, muitas vezes era isso. O próprio envolvimento do Alejandro Chafuen, da Atlas (Network) (era assim). Como ele é argentino, muitas vezes ele ia visitar a família na Argentina (e aí) ele aproveitava, fazia uma escala no Brasil, e dava uma Conferência, aí ia pra Argentina visitar a família, e dava uma Conferência lá. A coisa é muito mais num nível informal, pessoal. Teve um momento que IL tentou trazer alguns Prêmios Nobel de Economia, foi quando convidaram, por exemplo, o Douglass North para o Brasil, já no começo da presidência do Odemiro, mas não seguiu adiante. O último grande ato foi, de fato, a Mont Pèlerin no Brasil. Eu acho que esse foi o ápice, foi o capítulo final do IL.” **(Alex Catharino, Russel Kirk Center, dezembro, 2016)**

Assim, as atividades que ainda foram realizadas até a primeira metade dos anos 2000 na matriz no Rio de Janeiro ocorriam de forma bastante precária, com base nas magras doações que ainda recebiam de alguns poucos empresários brasileiros e de organizações estrangeiras, como lembram Catharino e Márcia Xavier de Brito, tradutora que passou a frequentar o Instituto no final dos anos 1990:

“O *Liberty Fund* dava geralmente um cheque anual de cinco a dez mil dólares, no máximo, nunca ultrapassou disso. Os *grants* das instituições eram pequenos. Por exemplo, eu trabalhava na Atlas e eu fiquei nesse tempo cuidando disso, e a Atlas doava anualmente três mil dólares para o IL do Rio, para os demais era mil dólares só, o de Brasília recebia quinhentos dólares. Então era uma coisa assim que mal pagava a conta de luz da instituição, porque essas instituições doadoras de *grants*, elas doam pra várias instituições valores pequenos, nunca se tem uma doação muito alta. O que acontece? Na verdade, o *Liberty Fund*, a grande coisa que dá é a promoção dos colóquios que eles faziam. Os colóquios não eram oficialmente do IL, são projetos independentes, eles preferem trabalhar com pessoas, não com instituições. Eles tinham, na época, um fundo que era pra financiar livros que eram do catálogos deles, pra sair em português, com isso eles estavam, na verdade, abatendo imposto nos Estados Unidos pra fazer o livro sair em um país de terceiro mundo.” (Alex Catharino, Russel Kirk Center, dezembro de 2016)

“A primeira vez que tive contato com o IL foi 1998 ou 1999, indo numa das palestras, e depois comecei a me envolver na elaboração das palestras de professores e tal, mas era um grupinho fundo de garagem. No máximo, a gente atraía umas 15 pessoas. Os ILs estavam em franca crise, o Donald tinha morrido, estavam lá o professor Og e Arthur brigados. Quando já estava no começo do fim, criaram a Revista *Think Tank* e todas as doações que vinham do exterior e as doações do Brasil eram canalizadas para essa revista que era distribuída para os sócios do instituto, mas era uma revista que não tinha propósito. Então, a produção de livros foi diminuindo, nos anos 1980 foi fortíssimo e tal, começou a lançar coisas que não tinham no Brasil, mas isso tudo foi caindo. Nesse momento que eu estou falando, que foi quando eu

cheguei, já era o final e a decadência. A coisa meio que se manteve por conta o nome e tal.” (Márcia Xavier de Brito, *Fellow da Atlas Network*, março de 2018)

Márcia Xavier de Brito se aproximou do Instituto por conta de sua amizade com um escritor e jornalista chamado Olavo de Carvalho, que a convidou para participar de um evento promovido pela organização. Na época, Carvalho possuía um blog, criado em 1998, intitulado “*Sapientiam autem non vincit malitia*” (A sabedoria não é vencida pela malícia), e escrevia textos e artigos de opinião para o Jornal da Tarde, Jornal do Brasil, Diário do Comércio, O Globo, e para a revista *Bravo!*, entre outros veículos, os quais reproduzia em seu site. Além disso, contava com vários livros publicados por editoras de menor expressão em que procurava criticar a esquerda nacional e o marxismo, entre os quais é possível destacar “A nova era e a revolução cultural: Frijtof Capra e Antonio Gramsci”, publicado em 1994, “O Jardim das Aflições”, em 1995, e dois volumes do livro “O imbecil coletivo”, publicados respectivamente em 1996 e 1998. Segundo o próprio Olavo de Carvalho, a publicação destas obras, em especial de “O Imbecil Coletivo”, na qual tecia críticas contundentes aos intelectuais e acadêmicos de esquerda brasileiros, teria aberto um espaço para liberais e conservadores que lhes havia sido negado desde os anos 1980⁶⁵.

Segundo Márcia, nessa época, Carvalho tinha a intenção de se lançar como crítico cultural. De modo que, por meio de contatos provenientes de sua atuação como jornalista, passou a entrar em contato com algumas pessoas que frequentavam os circuitos pró-mercado no final dos anos 1990, tendo alegado, inclusive, que foi apresentado ao economista Ludwig Von Mises por Donald Stewart Jr., fundador do IL-RJ⁶⁶. No entanto, a tradutora considera que as obras de Olavo ainda circulavam em meios muito restritos:

“Naquela época ele era simplesmente um jornalista que tinha lançado aquele livro “Imbecil Coletivo”, que circulava num ambiente muito restrito, ninguém nem sabia quem ele era. Ele estava se lançando como crítico cultural, porque a pegada dele naquela época era ser crítico cultural, e ele deu um curso na Lauro

⁶⁵ Ver em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/22/politica/1437521284_073825.html

⁶⁶ Como afirma em entrevista concedida ao apresentador do podcast do Instituto Mises Brasil, Bruno Garschagen, disponível em <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=274>

Alvim, de frente para a praia, um espaço bacana, e tinha um pessoal global que começou a frequentar. Pega o Imbecil Coletivo, você não vai ver nada, absolutamente nada do discurso do Olavo no sentido político, ele vai falar lá de costumes, eventualmente vai falar sobre o racismo, de “gaysismo”, mas são um ou dois artigos. Ele já tinha lançado o “Jardim das Aflições”, aí ele ganhou um elogio do Paulo Francis, uma meia página de jornal, naquele jornal *O Globo*, mas também não fez sucesso. Então ele começou a buscar patrocínio. Ele frequentava um certo circuito, se dava com Roberto Campos, conhecia o (embaixador José Osvaldo de) Meira Pena por causa do Roberto Campos, e foi ao Instituto Liberal. Na época que eu estava no Instituto Liberal, isso em 1997 ou 1998 ele veio tentando se aproximar do professor Og (Leme) e do Alex (Catharino).” (Márcia Xavier de Brito, *Fellow da Atlas Network*, março de 2018)

No entanto, após ter frequentado um primeiro curso sobre pensamento social e político que fora organizado pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro para o público em geral, Carvalho não teria causado boa impressão por conta da agressividade que dispensava aos seus oponentes ideológicos e não conseguiu o patrocínio desejado, como relatou Márcia⁶⁷. De acordo com a tradutora, o escritor ainda teria tentado ainda conseguir financiamento junto a fabricante de cigarros Sousa Cruz, à organização católica conservadora Opus Dei, e à articuladora norte-americana Atlas Network, no que não obteve sucesso. Assim, contando com recursos próprios, obtidos por meio da venda de livros, de seu trabalho como jornalista e da oferta de cursos privados de filosofia, Carvalho, que se declara a favor do livre-mercado na economia, tradicionalista e conservador no que tange à religião, anarquista em relação à moral e educação, nacionalista e contra o “governo mundial” no que diz respeito a política internacional, e um realista no campo da filosofia⁶⁸, passou a concentrar esforços em divulgar suas ideias na internet e progressivamente foi deixando de lado a ideia de se

⁶⁷ “Ele se aproximou do IL e foi lá fazer um projeto, (...) e o Og (Leme) falou para o Alex (Catharino): “Vai lá e assiste. E eu quero saber tua opinião se a gente deve ou não botar esse cara dentro do nosso meio”. Aí o Alex foi (...) e achou que ele foi desrespeitoso com o oponente ideológico. Você pode discordar (...) ? Claro que pode, (...) mas ultrapassou a linha do respeito, não falava de ideias.” (Márcia Xavier de Brito *Fellow da Atlas Network*, março de 2018)

⁶⁸ Para verificar o auto-posicionamento ideológico de Olavo de Carvalho cf. <http://www.olavodecarvalho.org/formula-da-minha-composicao-ideologica/> acessado em 12 de setembro de 2018.

firmar como crítico cultural. Dessa maneira, passou a focar cada vez mais questões políticas conjunturais, como as denúncias dirigidas à organização de esquerda Foro de São Paulo⁶⁹, apontada pelo jornalista como a principal articuladora de um avanço comunista na América Latina, e discussões de ordem moral e filosófica. Contando com a colaboração de outros críticos do marxismo e da esquerda nacional, no ano de 2002, o autor de “O imbecil Coletivo” criou um site chamado “Mídia Sem Máscara” no qual eram veiculados textos de vários autores e autoras sobre política, economia e filosofia, e logo Carvalho passou a se tornar cada vez mais conhecido entre os internautas brasileiros.

Ao mesmo tempo, Xavier de Brito seguia empenhada em realizar atividades de cunho mais acadêmico no Instituto Liberal, porém dependia de recursos financeiros e organizacionais limitados e afirmava não contar com a colaboração da diretoria da organização:

“A gente conseguiu fazer uma parceria com a Cândido Mendes e o curso virou um ciclo de autores liberais, a gente chegou a ter o convite da Estácio para transformar aquilo numa pós-graduação *latu sensu*, mas o Arthur vetou, isso em 2003, 2004. Nós congregamos nesse primeiro ciclo umas 40 pessoas, dentre elas, duas juízas, a gente fez na Cândido Mendes ainda uns três anos, mas não dava para fazer dinheiro com isso. Nesse primeiro (o curso) teve como palestrante Meira Pena, ainda teve o Og que abriu, todos esses da antiga, todos estavam vivos e todos deram aula, eram 36 autores, uma coisa, assim, histórica, não era uma coisa ideológica, era mais acadêmica, sempre mais acadêmica, por isso que a gente queria sair da sede do Instituto Liberal e ir para dentro de uma universidade, para tirar a carga (ideológica) e poder misturar, poder criar o debate” (Márcia Xavier de Brito, *Fellow da Atlas Network*, março de 2018)

A partir do início dos anos 2000, os Institutos Liberais que foram fundados em outros estados foram encerrando suas atividades até sobraarem apenas dois, a matriz no

⁶⁹ A primeira menção crítica ao Foro de São Paulo realizada por Olavo de Carvalho, e que se encontra registrada em seu blog pessoal, foi publicada em um artigo escrito para a Revista Época sobre transgênicos em Cuba, intitulado “Quem diria? Mas nem tudo o que é bom para Cuba é bom para o Brasil”, publicado em 21 de abril de 2001 (<http://www.olavodecarvalho.org/transgenicos-em-cuba/>). O Foro de São Paulo é uma articuladora latino-americana fundada em 1990 a partir de um seminário promovido pelo Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo que atualmente reúne mais de cem partidos e organizações de esquerda da região. Ver mais informações em <http://forodesaopaulo.org/>

Rio de Janeiro e o Instituto do Rio Grande do Sul. Mesmo o Instituto de São Paulo que possuía amplo financiamento, também acabou fechando as portas, segundo Ling, principalmente por conta da má administração de seus recursos:

“A história do Instituto Liberal de São Paulo é uma história muito triste, porque São Paulo é o estado mais rico do Brasil. Então o Jorge Simeira Jacob⁷⁰ naquela época tinha negócios muito grandes, então tinha um bom trânsito. Ele conseguiu convencer um monte de empresários a serem mantenedores, e o Instituto Liberal de São Paulo tinha um orçamento muito grande, muito pesado. E aí o que ele fez com isso? Toda a experiência do Instituto Liberal de São Paulo foi uma experiência contrária ao livre mercado, contrária à descentralização das coisas, porque tudo ali era centralizado. Eles tinham um *budget* muito grande, então eles resolveram: “olha, para a gente divulgar o liberalismo a gente tem que ter um *data basic* de vários nomes de professores, de jornalistas, disso e daquilo, mandar *mailings*”. Porque naquela época não tinha internet, era o início do computador pessoal, dessas coisas todas, então eles contrataram uma equipe de programadores para desenvolver um *software* especial do Instituto, eles gastaram muito dinheiro, eles fizeram um *software* do zero. Aí eles compraram uma rede de minicomputadores e alugaram uma sede que era superluxuosa, parecia algo que a gente vê na TV, nos filmes. E aí contrataram uma turma de professores, e quando eu fui para São Paulo conhecer eu achei que era todo mundo socialdemocrata, não tinha nenhum liberal, porque o Jorge Simeira Jacob ele não tinha lido os livros, ou talvez tenha lido alguns daqueles mais fininhos lá, e o resto era assim de ouvido. Intuitivamente ele tinha uma ideia porque ele era comerciante e tal, tinha os negócios dele. E aí como eles tinham um *budget* muito grande ele resolveu que eles também iam produzir livros, e inclusive produzir *policy papers*⁷¹, que era uma ideia do Og Leme, lá do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, e eu insistindo com eles: “olha, vamos

⁷⁰ Jorge Simeira Jacob foi Presidente do Grupo Fenícia; Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; do Conselho de Administração da revista Think Tank, e Presidente do IL-SP (Gros, 2002). Para consultar os quadros que compuseram a direção dos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e São Paulo desde sua fundação até 2001 cf. Gros, 2002.

⁷¹ *Policy Papers* eram artigos de cerca de vinte páginas que discorriam sobre as vantagens, ou desvantagens, da adoção de certas políticas públicas e que eram elaborados por especialistas liberais no tema.

coordenar com o Rio de Janeiro”, eu até preferiria que o Rio de Janeiro definisse essa parte de editorial toda, porque eu confiava no pessoal do Rio de Janeiro, agora, no pessoal de São Paulo eu não confiava nada. Mas eles queriam, eles eram os donos do dinheiro, então eles resolveram fazer do jeito deles. E começou a surgir então *policy papers* que não tinham nada a ver com o liberalismo” **(Winston Ling, Fundador do IEE, abril de 2017)**

A matriz no Rio, por falta de verbas, precisou ser realocada para uma casa menor no bairro do Humaitá em 2008, e seis anos depois mudou novamente para o pequeno conjunto de salas que ficava no 6º andar do antigo Edifício Rex no bairro da Cinelândia, o qual frequentei durante minha pesquisa de campo. A filial gaúcha do Instituto, por sua vez, acabou trocando seu nome para Instituto Liberdade, porque, de acordo com Winston Ling,

“(…) naquela época o Instituto Liberal do Rio de Janeiro andou por uma baixa muito ruim, e, juntamente com as coisas ruins que aconteceram com os outros Institutos Liberais (...) o nome estava muito estragado e a gente achou que era mais tranquilo mudar o nome do que fazer todo o trabalho contra a corrente pra limpar o nome, e eu apoiei a mudança pra Instituto Liberdade” **(Winston Ling, Fundador do IEE, abril de 2017).**

Mesmo o Instituto Atlântico, que sofreu menos com a perda de mantenedores também diminuiu suas atividades em comparação com os primeiros anos após sua fundação⁷². Winston Ling, inclusive, alega que o descontentamento com a atuação dos empresários e líderes ligados às organizações pró-mercado brasileiras foi um dos motivos que o levaram a ir embora do país na época, especialmente levando em consideração que, em sua opinião, o Instituto de Estudos Empresariais e seu principal evento, o Fórum da Liberdade, acabou se tornando muito mais um espaço para *networking* empresarial do que de formação de novas lideranças com base no ideário pró-mercado, além disso, de acordo com Xavier de Brito, a troca anual de diretoria faria com que não houvesse muito acúmulo e continuidade das atividades promovidas:

⁷² As atividades desenvolvidas pelo IA desde sua fundação podem ser consultadas em <http://www.atlantico.org.br/pt/linha-do-tempo>.

“O IEE, na verdade, foi criado lá nos anos 80, mas não era para ser um instituto, era para ser um agente catalizador de novas lideranças, quem fundou foi o Winston e fizeram uma coisa muito ágil, um ano só de mandato para presidência e tal. Só que hoje, o próprio Winston uma vez já falou comigo: “Márcia, acho que esse negócio não deu certo, porque aí eles vivem para fazer o Fórum da Liberdade, e o Fórum da Liberdade não tem continuidade, todo ano é gente diferente, muda a diretoria de ano em ano, perde tudo, não fica nada”.

(Márcia Xavier de Brito, *Fellow* da Atlas Network, março de 2018)

Em meio ao declínio acentuado dos Institutos Liberais, Xavier de Brito e Alex Catharino, dois dos frequentadores mais jovens e ativos do Instituto Liberal, resolveram criar uma organização de perfil diferente. Ambos haviam se tornado em 2001 os dois únicos *fellows* da Atlas Network no Brasil depois de terem participado de um projeto da organização norte-americana chamado “*The Freedom Project*”. Dois anos depois, com base nas redes que construíram com outras organizações nos Estados Unidos, a partir do vínculo com a Atlas, decidiram fundar uma nova organização que passou a atuar tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo: o “Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista” (CIEEP). Fundado em 2003, em conjunto com outras pessoas que também circulavam no Instituto Liberal, o CIEEP tinha o objetivo de discutir as bases morais do livre-mercado, tendo em vista um viés mais culturalista e conservador, para fazer frente aos avanços culturais obtidos pela esquerda, principalmente pela esquerda católica, como aponta a tradutora:

“Eu acho que o negócio é muito mais cultural e tem raízes muito mais profundas, economia e Política são consequências. A gente sempre teve uma preocupação de formação, eu sempre fui muito ligada em educação e a gente estava vendo o interesse pelo IL diminuir. O Brasil estava numa “fase Fernando Henrique”, as pessoas estavam achando que estava tudo mais estável. A Igreja também tinha tido a sua Teologia da Libertação e o Rio de Janeiro era o lugar menos afetado por causa de Dom Eugênio Sales, que era mais conservador, então se achou que no Rio seria o lugar de se começar um trabalho mais cultural. E aí começamos a trabalhar dentro da Igreja Católica junto com

arquidioceses e bispos, um trabalho muito de formiguinha, com uma página na Internet que durou bastante tempo, com artigos diários e tradução de coisas que nunca tinha aparecido aqui no Brasil, fizemos um trabalho forte no Orkut com comunidades de autores, e foi muito bem-sucedido. Aí depois criamos a página, era uma página com uma visitação muito boa para a época, e a Atlas deu um dinheirinho um pouquinho maior do que a cota, que na América Latina era de quatro mil dólares anuais por organização. Fundamos o CIEEP em 2003 e fomos fazendo as coisas, começamos com trabalho voluntário fazendo um programa de rádio que durou 6 anos, mas isso sempre de um ponto de vista mais conservador, a gente comemorou logo no começo os 25 anos do pontificado de João Paulo II. A gente fez uma série de um áudio-curso e o nosso programa chegou a ter 40 mil de audiência numa rádio pequena. Era sexta-feira na hora do almoço, um programa semanal, foram seis anos de trabalho árduo, de 2003 a 2009. Era pela “verba anual” que vinha lá da Atlas, e depois começou a vir uma ajuda do *Acton (Institute)*, cerca de 2 mil dólares. (No entanto), eu queria dar ênfase nessa instituição no trabalho de Internet e de produção editorial, e os americanos queriam que nós fizéssemos eventos, congressos, se eu fosse pedir para financiar um livro não tinha, o que sempre me frustrou muito porque eu acho que o livro é uma coisa que fica, que é permanente. Ficavam dizendo: “você têm que captar”, eu falei: “Olha, o Donald Stewart é um empresário, ele tinha como captar, nós somos meros acadêmicos, a gente tem como captar cérebros, mas a gente não tem como captar dinheiro, e o CIEEP meio que foi acabando” **(Márcia Xavier de Brito, *Fellow da Atlas Network*, março de 2018)**

Tendo em vista a dificuldade de obter financiamentos maiores, as atividades do CIEEP eram feitas sem que houvesse uma sede física, de modo voluntário e descontinuado, e após seis anos de funcionamento a organização acabou praticamente encerrando suas atividades, como relata Alex Catharino:

“Eu comecei a me envolver num trabalho de outro instituto, que foi o Centro de Ética e Economia Personalista, que era um trabalho mais voltado pra discutir ética cristã, governo limitado, livre mercado, mas para um público religioso. Fiquei muito ativo nesse trabalho de 2003 até 2009, e em 2010 foi o último ano

que a gente fez trabalho com isso, hoje o site está praticamente parado. A visão que tínhamos é que não adianta defender essas ideias com base puramente econômica. O discurso econômico nós ganhamos. A gente unia católicos, judeus, protestantes, tinham metodistas, tinham presbiterianos, a nossa ideia era tentar (combater) o avanço da esquerda no Brasil que se deu por conta da teologia da libertação. O PT, ele surge, por um lado, dos Sindicatos, por outro, dos intelectuais, sempre tem esses dois braços do Partido, mas esquecem do trabalho de uma figura como Dom Cláudio Hummes, que era o padre que acompanhou as manifestações no ABC, Dom Paulo Evaristo Arns, Don Pedro Casaldáliga, toda a questão da Pastoral da Terra. O MST surge da Pastoral da Terra, então nós temos que nos voltar para o discurso cultural, para religião, para ética, esse é o campo do debate, para as artes, e é o que nós tentamos fazer nesse tempo no CIEEP, só que não tínhamos verbas. É difícil você convencer algum doador, ‘olha, nós vamos montar aqui um curso sobre ética. Você financia?’, ‘vamos montar um curso sobre a poesia renascentista inglesa, e a influência dela na poesia romântica brasileira’. As pessoas não estão preocupadas, não tem essa visão. Então a coisa era muito limitada. A gente conseguia reunir muitos intelectuais, pegava um pouco do tempo vago de cada um, usando, basicamente, o prédio da Cândido Mendes, o mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, do seminário do Rio, seminário de Niterói. As únicas doações que nós recebíamos no CIEEP oficialmente eram da Atlas Foundation e do *Acton Institute*, mas eram projetos específicos, tanto que não tinha sede, o CIEEP praticamente parasitava a estrutura em São Paulo do núcleo de pesquisa da Mackenzie do finado pastor Paulo Viana. No Rio, era o São Bento e o Seminário do Rio de Janeiro, e na Cândido Mendes eram cursos de extensão que nós montávamos, que das mensalidades arrecadadas ficava um percentual pra Cândido Mendes, por ceder a sala, mas era muito pouco, eles pediam só 10%. Para eles era interessante, frente ao MEC, manter cursos de extensão, porque os alunos deles teriam extensão pra contar como hora extra, e o dinheiro que entrava nosso era totalmente pra pagar o pró-labore dos professores. Era um pró-labore pequeno, cem reais, duzentos reais. *E era no Rio e em São Paulo, que tinha?* Muito mais no Rio, São Paulo tinha pouquíssima coisa. Até porque a maior parte do nosso grupo está no Rio de Janeiro. Antônio Paim, Ubiratan

Borges de Macedo, o Ubiratan Iorio, e a Márcia Xavier de Brito, o pessoal todo quase estava no Rio” (Alex Catharino, São Paulo)

Conclusão

A despeito deste período de baixa das atividades, os primeiros *think tanks* pró-mercado fundados no Brasil deixaram legados que foram fundamentais para os militantes que passaram a atuar a partir de contra-públicos virtuais durante o auge do lulismo, como pretendo apontar no próximo capítulo. Para além da tradução e publicação de obras inéditas no país, bem como a reedição de livros antigos e/ou esgotados, um dos principais legados deixado pela atuação dos *think tanks* durante as décadas de 1980 e 1990 foi a formação de quadros e a institucionalização de uma rede de divulgadores do ideário pró-mercado. Ao longo do tempo foi sendo estabelecida uma rede estável e formalizada constituída por indivíduos, organizações e fóruns brasileiros e estrangeiros, na qual trafegam apoio material e organizacional para as atividades de difusão de tais ideias.

Assim, se por um lado muitos dos financiadores do movimento se afastaram com o falecimento de Donald, por outro lado o IL, o IEE e o Fórum da Liberdade, bem como economistas como Paulo Rabello de Castro e Paulo Guedes já haviam se tornado referências permanentes e incontornáveis dentro e fora do país na mencionada rede. Além disso, se tornaram financiadores cativos de organizações e iniciativas pró-mercado no Brasil os empresários Sallim Matar e a família Ling, bem como várias organizações estrangeiras como o *Liberty Fund*, a Atlas Network, a fundação alemã *Friedrich Naumann* que abriu um escritório em São Paulo em 1992, entre outras. Desse modo, foi possível dar continuidade a certas atividades, ainda que em menor escala, como a publicação de livros e brochuras, concursos acadêmicos e a realização de reuniões e fóruns, entre os quais merece destaque o Fórum da Liberdade, evento organizado anualmente pelo IEE em Porto Alegre e que se tornou o grande ponto de encontro de neoliberais, ultraliberais e liberais-conservadores.

Por meio da articulação de tais redes foi possível que durante os anos 1980 e 1990 o ideário pró-mercado penetrasse mais em públicos dominantes formados por acadêmicos, jornalistas, empresários, políticos e burocratas em comparação com a circulação mais restrita de tais ideias durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. No entanto, até o início dos anos 2000, o núcleo duro dos divulgadores em si se renovou

muito pouco, o que fez com que muitos deles ainda continuassem carregando a pecha de terem participado e/ou apoiado o regime militar, uma herança percebida como “desconfortável” pela geração mais jovem que passou a frequentar o Instituto Liberal nos anos 1990, como relata Alex Catharino:

“A tentativa do liberalismo nosso no pós-guerra foi um fracasso, de certo modo, porque a UDN ela era muito mais autoritária e golpista do que liberal, isso é fato. O Carlos Lacerda, que era talvez o mais próximo de um político liberal no Brasil, era muito intervencionista. A entrevista dele com Willian Buckley Junior mostra isso, ele diz, ‘olha, você tem uma visão errada, e você foi recorrer aos Militares pra resolver um problema, achando que depois que eles tomassem o poder eles não iam largar’. E o que existia de um pensamento liberal, ou de um pensamento conservador democrático, foi morto em 1964. De certo modo, 1964 deu mais força, uma legitimidade até pra esquerda, que está sendo perseguida por um regime autoritário, e a direita foi tirada. Porque se você é uma pessoa de direita, você vai se meter com política, e os militares estavam contra: ‘Política é coisa de comunista’. Então tem uma geração que se perdeu, porque, infelizmente, o próprio Og Leme trabalhou com Roberto Campos no governo Castelo Branco. Quando Costa e Silva sai, e não dão a posse ao Pedro Aleixo, ali é um ponto importante no movimento de 64, na minha visão. Os quadros mais liberais, Otávio Gouvêa de Bulhões, Roberto Campos, Og Leme, o próprio Pedro Aleixo, Milton Campos, essas pessoas apoiaram o golpe no primeiro momento, achando que ia ser um golpe passageiro, e que não foi, (porque) não vieram as eleições gerais prometidas. Foi o grande erro. Esse pessoal sai do governo e é o momento que vai entrar a linha dura. Delfim vai entrar, a coisa vai piorando outra vez, e o peso é muito grande. Essas pessoas que de algum modo fizeram algum serviço pequeno, ‘ah não, estou numa Secretaria’, primeiro eles ficaram marcados pelo regime, então sempre se associou muito esse grupo antigo aos militares, e era (esse) o medo do pessoal, de não ser associado aos militares. A Escola Superior de Guerra, várias vezes pediu ao Instituto Liberal que fosse fornecer conferencistas pra dar palestras lá. Alguns iam, mas a maioria se sentia desconfortável, porque em 1992 ainda eram pessoas que viveram esse momento” (Alex Catharino, Russel Kirk Center, dezembro de 2016)

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO DA NOVA DIREITA BRASILEIRA: DO AUGE À CRISE DO LULISMO (2006-2018)

Introdução

A partir da redemocratização se dizer de direita passou a ser algo desconfortável. O “medo de ficar marcado pelo regime”, nas palavras de Alex Catharino, se tornou real para a direita que circulava no Instituto Liberal nos anos 1980 e 1990, a qual passou a ser imediatamente associada com a ditadura militar. Sinônimo de autoritarismo, tal autodenominação acabou sendo substituída por outra mais amena: “centro”. Este fenômeno também ocorreu na Argentina e foi popularizado na literatura especializada como “direita envergonhada” (Power, 2010). A vergonha em se afirmar de direita, porém, não dizia respeito apenas aos políticos mas também se estendeu a seus ideólogos, simpatizantes e eleitores. Foi apenas em meio auge do lulismo, entre 2006 e 2010, a partir da atuação de membros de contrapúblicos digitais, formados especialmente a partir da rede social Orkut, que aos poucos tal vergonha começou a se dissipar.

Dois fatores contribuíram para que isso ocorresse. O primeiro está relacionado ao impacto do escândalo de corrupção que ficou conhecido como “mensalão”, e o segundo à existência de fóruns e comunidades digitais nas quais que era possível discutir questões polêmicas sob anonimato e se manifestar de modo agressivo contra o governo mais popular do país até então. Lula havia ganhado as eleições de 2002 com um discurso bastante moderado para conquistar a confiança do empresariado e dos mercados, e até 2005 seu governo adotou uma orientação econômica mais ortodoxa em comparação com a que vinha sendo seguida pelo governo anterior. Porém, neste mesmo ano, um escândalo relacionado à compra de votos de parlamentares, o “mensalão”, foi amplamente divulgado pela mídia, e os setores de oposição logo descartaram a possibilidade de que Lula pudesse se reeleger em 2006.

Contudo, Lula não apenas se reelegeu mas a popularidade de seu governo cresceu a olhos vistos até 2010, quando foi eleita sua sucessora, Dilma Rousseff. Durante este período, a oposição institucional ao governo praticamente desapareceu da esfera pública (Nobre, 2013), o que fez com que uma parte significativa da sociedade civil deixasse de se sentir representada e passasse a buscar refúgio na

internet por meio da constituição de contra-públicos digitais. Aos poucos, as ruas foram sendo ocupadas pelos descontentes com o lulismo, à esquerda e à direita durante os anos de 2011 e 2012. Dois anos depois, no auge das manifestações de Junho de 2013, grupos de direita começaram a perder a vergonha de se assumir como tal e passaram a dividir a mesma avenida com a esquerda, promovendo um encontro inusitado e que, em alguns momentos, resultou em violência. A energia das ruas acabou provocando o início de uma crise política que foi se agravando com o declínio da economia e com os desdobramentos da operação lava-jato expostos diuturnamente na mídia. Mas foi apenas a partir da reeleição de Dilma Rousseff em 2014, que a nova direita começou a se materializar de fato a partir do primeiro protesto pró-impeachment, organizado logo após o anúncio da vitória da petista. Logo após o primeiro pico de mobilização atingido pela Campanha Pró-Impeachment, em março de 2015, jovens e militantes até então desconhecidos, oriundos dos contra-públicos digitais, passaram a angariarem influência junto a públicos dominantes e, em nas eleições de 2016 alguns militantes se candidataram a cargos legislativos. Neste momento o fenômeno da direita envergonhada passou a ser algo do passado, no entanto, a nova direita em formação ainda continuava a ser constituída por diferentes forças políticas que não haviam se unificado sob um único projeto, o que ocorreria apenas a partir das eleições de 2018, quando formou-se uma frente ampla, ultraliberal- conservadora, em torno da campanha à presidência de Jair Bolsonaro.

Neste capítulo minha intenção é reconstruir este processo de formação da nova direita brasileira, que teve início durante o auge do lulismo e se consolidou no auge de sua crise, considerando o ponto de vista dos próprios atores políticos que dele fizeram parte. Para tanto o capítulo divide-se em quatro seções. A primeira aborda o surgimento dos primeiros contra-públicos digitais até o momento em que parte de seus membros passa a se organizar institucionalmente a partir da fundação de novas organizações civis e da participação nas redes estabelecidas pelos *think tanks* pró-mercado criados nos anos 1980. A segunda seção acompanha este processo de institucionalização, a terceira, a participação de militantes em atos e manifestações de rua até o ano de 2016, e, finalmente, a última seção contempla a consolidação dos contra-públicos em públicos dominantes até a formação de uma frente ultraliberal-conservadora que ocorre no segundo turno das eleições de 2018 em torno da candidatura de Bolsonaro e a chegada desta ao poder.

3.1 O escândalo do “mensalão”, a reeleição de Lula e a formação de contrapúblicos digitais

O empresariado nacional e os analistas de mercado brasileiros e estrangeiros pouco reclamaram dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), situação que se refletiu na decadência experimentada pelos *think tanks* pró-mercado como foi apontado no capítulo anterior. Nessa época, de acordo com a *Fellow* da Atlas Network no Brasil, Márcia Xavier de Brito: “O Brasil estava numa ‘fase Fernando Henrique’, as pessoas estavam achando que estava tudo mais estável”. No entanto, às vésperas das eleições presidenciais de 2002, o Partido dos Trabalhadores começava a despontar como um forte concorrente e a despertar a desconfiança das elites. Consciente das suspeitas que provocava, o partido da estrela passou a ter dois objetivos principais: deixar claro para o empresariado brasileiro que não iria contrariar seus interesses; e convencer o mercado financeiro de que iria manter o tripé econômico adotado no governo anterior (câmbio flutuante, metas fiscais e metas de inflação). Tais tarefas, contudo, não eram fáceis.

Dado o grau de temor dos empresários e do mercado em relação à campanha de Lula, a agremiação esforçou-se não apenas para suavizar a imagem do candidato durante as campanhas com o mote “Lulinha Paz e Amor”, mas, sobretudo, para materializar suas intenções de aproximação. Assim, em junho de 2002, por meio de uma aliança com o Partido Liberal, apontou o empresário José de Alencar para a vice-presidência na chapa encabeçada por Lula⁷³, e, durante um encontro sobre o programa de governo do partido, Lula leu a “Carta ao povo brasileiro”, documento que segundo a Folha de São Paulo era destinado à “acalmar o mercado financeiro”⁷⁴. Na Carta se afirmava que o partido estava comprometido a:

“(...) preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A

⁷³ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2406200204.htm>

⁷⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros”⁷⁵

Tais esforços, porém, ainda se mostravam insuficientes. Em setembro de 2002, à medida que a campanha avançava e as pesquisas de opinião apontavam que Lula poderia ser eleito, analistas de mercado estrangeiros ainda demonstravam grande preocupação com a declaração de Lula de que Armínio Fraga, então presidente do Banco Central do Brasil, não seria mantido no cargo durante um possível governo do PT. A desconfiança era tal que um operador de um grande banco de investimentos foi categórico: “Ele (Lula) pode dizer o que quiser que a incerteza do mercado vai continuar”⁷⁶. De fato, ainda em setembro a Bovespa experimentou seu pior momento naquele ano com queda de 16,9%, em boa parte devido à incerteza em relação à sucessão presidencial⁷⁷, e no dia 10 de outubro, a dezessete dias do segundo turno das eleições, o dólar atingiria sua alta histórica por conta, principalmente, da possibilidade de vitória de Lula.

Apesar do receio do mercado, o candidato do Partido dos Trabalhadores foi eleito presidente no dia 27 de setembro com votos oriundos de todos os segmentos de renda de forma indistinta (Balbachvesky; Holzacker, 2007, Singer, 2012), sinalizando uma espécie de convergência do eleitorado em torno da candidatura do ex.-metalúrgico. Contudo, a despeito de não ter recebido apoio do setor financeiro, Lula foi fiel ao que fora prometido na Carta ao Povo Brasileiro e não deixou os que pediam pela manutenção de uma política econômica ortodoxa na mão. Um “nome do mercado”, Henrique Meirelles, que ocupara o cargo de presidente internacional do Bank Boston, foi indicado para ocupar o Banco Central, além disso, seu Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a despeito de ser um político petista de origem trotskista, foi ainda mais ortodoxo do que seu antecessor no que diz respeito à manutenção do chamado tripé econômico.

Para tanto, Palocci adotou como base do programa econômico levado a cabo pelo governo um documento conhecido como “agenda perdida”⁷⁸. Elaborada inicialmente para a campanha presidencial de Ciro Gomes, em 2002, pelos

⁷⁵ A versão integral da Carta pode ser acessada em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

⁷⁶ https://www.bbc.com/portuguese/economia/020924_dolarcbl.shtml

⁷⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u61320.shtml>

⁷⁸ <http://resenhadabolsa.com.br/portfolio-items/entrevista-marcos-lisboa-a-agenda-perdida/>

economistas José Alexandre Scheinkman, que atuou como professor nas Universidades de Chicago e Princeton, e Marcos Lisboa, na época professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV/EPGE), o documento foi descartado pela campanha de Gomes. Resgatada por Palocci, a agenda foi implementada de 2003 até 2005 por economistas afins de suas propostas que passaram a compor o governo, como o próprio Marcos Lisboa, seu elaborador direto, e o economista Ricardo Paes de Barros, doutor pela Universidade de Chicago e que se tornou conhecido pela formulação do Programa Bolsa Família.

Foi assim que, durante o primeiro mandato de Lula, o PT conseguira deixar de ser visto como uma ameaça pelo mercado⁷⁹ e passou a contar com uma aprovação popular similar à obtida por FHC em seu primeiro governo. Ao final dos dois primeiros anos de seu primeiro mandato, em dezembro de 2004, Lula somava 45% de aprovação, sendo que 40% consideravam seu governo regular e 13% o reprovavam, taxas praticamente idênticas ao do ex-presidente tucano na mesma época, contudo, para 54% dos brasileiros, Lula estaria fazendo um governo melhor. Apesar de ter experimentado em agosto deste mesmo ano sua pior taxa de aprovação, 35%, ao final do ano já havia recuperado a popularidade, especialmente entre os brasileiros com ensino superior, cuja taxa passou de 30% em agosto para 47% em dezembro, e entre aqueles com renda mensal acima de dez salários mínimos, cuja taxa de aprovação foi de 36% para 50%⁸⁰. No entanto, a crescente aprovação que Lula vinha angariando junto a estes segmentos viria a sofrer um forte solavanco em junho de 2005, com o escândalo de corrupção que ficou popularizado como “mensalão”.

O “mensalão” acabou se tornando um dos escândalos de corrupção mais conhecidos da população brasileira⁸¹ provavelmente devido à ampla divulgação que recebeu na época por parte dos grandes veículos de mídia, os quais teriam realizado uma cobertura mais dura do escândalo em comparação com episódios passados (Miguel; Coutinho, 2007). No entanto, os remédios apontados pela grande imprensa para conter a crise política instalada por conta do escândalo, notadamente a punição

⁷⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2803200620.htm>

⁸⁰ <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2004/12/1222275-apos-dois-anos-lula-e-aprovado-por-45-dos-brasileiros.shtml>

⁸¹ Em uma pesquisa de opinião realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2006, 76% da população afirmou que o “mensalão” havia existido, o que apontava para a baixa adesão à versão oficial do próprio partido à respeito do escândalo, a de que as movimentações financeiras que foram o foco original das denúncias seriam fruto de dinheiro não contabilizado operado pelo ex.-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. (Venturi, 2006)

daqueles considerados culpados, variaram ao logo do tempo durante o ano de 2005, e o núcleo do governo federal teria sido atingido em ondas sucessivas tendo em vista os desdobramentos das denúncias originais. Em uma primeira onda, em junho de 2005, José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil, renunciou ao cargo e meses depois teve seu mandato de parlamentar cassado. Posteriormente, em março de 2006, foi a vez do então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que renunciou ao cargo no mesmo mês a despeito de ter se tornado peça-chave para a manutenção da política econômica do governo (Idem, 2007).

Além de provocar a renúncia de ministros-chave da gestão petista, o escândalo político teria impactado a imagem do Partido dos Trabalhadores e contribuído para o aumento da desconfiança em relação ao sistema político por parte da população. Não só o partido experimentou uma queda de 16% no que tange à identificação partidária entre 2002 e 2006 (Paiva; Braga; Pimentel, Jr. 2007), como a taxa de brasileiros que passaram a mencionar o PT entre as siglas cujos políticos “só pensam neles mesmos” subiu de 5% para 20%, e o partido, que antes era considerado por 4% da população como aquele que possuía mais políticos corruptos, passou a ser mencionado por 27% das pessoas, colocando-o, no ano de 2006, nas lideranças relativas a ambas às taxas, que até então cabiam, respectivamente, ao PMDB, e à categoria espontânea “todos” (Venturi, 2006).

Além disso, em um artigo sobre opiniões políticas e sentimentos partidários dos brasileiros entre 1990 e 2007, o cientista político Yan Carreirão afirmou que ao final do período focado foi possível constatar uma diluição ideológica generalizada entre os eleitores mais partidários. Para Carreirão, tal diluição estaria ligado principalmente ao afastamento de um eleitor petista mais ideológico da agremiação, a qual, após o escândalo do “mensalão”, teria se tornado, na visão dos eleitores, indiferenciada em relação às demais no que tange à questão ética” (Carreirão, 2007). Este distanciamento do eleitorado petista possivelmente teve relação com a queda de onze pontos percentuais no número total de eleitores que declaravam sentir-se representados por algum partido político de 2002 para 2006, bem como com a queda de 48% em 2002, para 33% em 2006, dos eleitores que diziam gostar de algum partido. Finalmente, os desvios éticos atribuídos ao PT também teriam impactado nos sentimentos partidários e na confiança no Congresso, os quais declinaram em comparação com outras instituições, expressando um aumento do descontentamento geral com o sistema político de 2002 para 2006, o que fez com que o eleitorado

passasse a ter mais dificuldade para diferenciar os partidos entre si (Paiva; Braga; Pimentel Jr., 2007).

Foi justamente na esteira do impacto do mensalão que foi fundado o primeiro movimento relacionado à nova direita ainda em 2006, o Movimento Endireita Brasil (MEB). A intenção do grupo, formado sobretudo por jovens advogados, era a de promover uma campanha pelo impeachment de Lula por conta do escândalo. No entanto, a ideia não decolou, de acordo com um de seus membros, o historiador Rodrigo Neves, por conta da melhora econômica experimentada pelo país na mesma época:

“O Endireita Brasil surgiu em 2006, como um clubinho de advogados de direita, junto com um ou outro engenheiro, um ou outro administrador, era um grupo de amigos do Ricardo Salles. Era o Ricardo Salles e uns amigos de faculdades de direito, Largo são Francisco, PUC, Mackenzie, recém-formados que eram contra o PT e que tinham se chocado com o mensalão. Na época eles começaram com perspectiva bem parecida com a do MBL: ‘vamos montar um movimento de massa’. Eram todos jovens e tinham a mesma perspectiva do MBL na época. Só que era um projeto que era vanguardista demais para o tempo, porque eles quiseram ser o MBL na época do mensalão. A ideia deles era: vamos mobilizar as pessoas para conseguir o impeachment do Lula. Só que na época isso não colou, porque era 2006. O Brasil estava naquele *hype* da bolha econômica que o PT criou, todo mundo tendo aumento do salário artificialmente, a economia crescendo numa bolha frenética, aquilo ali não pegou. Todo mundo sabia que o Lula tinha cometido um crime e todo mundo sabia que o Lula era corrupto e que o PT tinha comprado votos e ninguém estava nem aí” (Rodrigo Neves, **Endireita Brasil, abril de 2018**)

Assim como os membros do Endireita Brasil, boa parte dos analistas políticos que apareciam na grande imprensa, bem como dos atores políticos de oposição, avaliava que depois do “mensalão” Lula já seria carta fora do baralho e Geraldo Alckmin, do PSDB, sairia vitorioso da disputa pela presidência em 2006. Com o intuito de compreender como Lula conseguiu se reeleger apesar do escândalo, a Fundação Perseu Abramo coordenou uma pesquisa de opinião publicada na Revista Teoria e Debate no primeiro semestre de 2006. A pesquisa apontou que, se por um

lado a imagem de defesa da ética promovida até então pelo Partido dos Trabalhadores havia se perdido, por outro lado a taxa dos brasileiros que consideram o PT como o partido mais aberto à participação da população subiu 10%; a de que é o partido que mais defende a justiça social teve um aumento de 8%; além de ter mantido inalterada a porcentagem daqueles que o consideram como o que defende os mais pobres, 40%. (Venturi, 2006)

Outro fator que também passou a impactar positivamente na imagem do Partido dos Trabalhadores foi o seu vínculo à figura de Lula, apontando para sua preponderância em relação ao partido (Paiva; Braga; Pimentel Jr., 2006). Assim, ainda que o partido tenha se tornado mais indiferenciado em relação aos demais no tocante à defesa da ética na política, outros atributos foram reforçados, o que ajuda a explicar a reeleição do ex-metalúrgico, especialmente levando em consideração que, em 2006, diferentemente do que ocorreu em 2002, o candidato petista venceu principalmente por conta dos votos oriundos das camadas mais pobres da população (Balbachevsky, Holzhacker, 2007; Singer, 2012). De acordo com o cientista político André Singer (2012), esta alteração no padrão eleitoral que ocorreu em 2006 sinalizaria um realinhamento eleitoral por meio do qual a população mais pobre do país teria passado a apoiar política e ideologicamente o programa político encabeçado por Lula e dado origem a um novo fenômeno na política brasileira: o lulismo.

O lulismo seria um movimento político em que o então presidente Lula realizaria uma arbitragem do conflito social e político combinando medidas que ao mesmo tempo beneficiariam os mais pobres, por meio de políticas de transferência de renda, e o grande capital, por meio da manutenção de políticas econômicas ortodoxas. Ideologicamente, o lulismo teria promovido mudanças sociais sem romper com a ordem social-econômica vigente, o que teria coincidido com a ideologia de mudança dentro da ordem compartilhada pelos brasileiros mais pobres chamados por Singer de “subproletariado”⁸². Tal coincidência ideológica teria feito com que a adesão à figura de Lula fosse mais forte do que uma simples aprovação do governo de turno, desencadeando um realinhamento eleitoral, isto é, uma mudança de padrão eleitoral em que o subproletariado, que desde 1989 votava em sua maioria em candidatos à presidente mais conservadores, teria passado a votar em Lula e nos candidatos por ele

⁸² A ideia de que o subproletariado se orientaria ideologicamente com base na fórmula “mudança dentro da ordem” foi proposta por Singer a partir de uma reunião de diversas pesquisas de opinião. Cf. Singer, 2000

apoiados, e a maior parte das classes médias e altas teria passado a votar de forma sistemática na oposição.

Dessa forma, se durante o primeiro governo de Lula o fenômeno da direita envergonhada ainda estava em vigor, após sua reeleição, este se tornou ainda mais acentuado, como relembram os militantes do que veio a ser o principal movimento da nova direita anos depois, o Movimento Brasil Livre (MBL):

“As pessoas que hoje estão engajadas na difusão de ideias libertárias não tem ideia de como a opinião pública era anos atrás. Eu percebi que era um libertário entre 2004 e 2005, e eu me lembro muito bem de como me sentia na época. A taxa de aprovação de Lula era algo como 90%, mesmo depois do “mensalão” ele tinha conseguido se reeleger” **(Fábio Ostermann, LIVRES, março de 2016)**

“Ser de direita em 2004 em um ambiente universitário era um tabu muito maior do que é hoje em dia, especialmente considerando que nós éramos estudantes de uma faculdade de direito (Largo São Francisco) que estava ativamente engajada na luta contra a ditadura militar. Então nós tentávamos mostrar que nós estávamos à direita fazendo piadas, agindo como independentes, anarquistas...” **(Renan Santos, MBL, novembro de 2016)**⁸³

Por conta de tal “tabu” em se afirmar de direita, nas palavras de Renan Santos, os membros do Movimento Endireita Brasil chegaram a ser aconselhados a mudar o nome do grupo porque se vincular explicitamente à direita no Brasil “pegava mal”. Tendo isso em vista, é possível afirmar que o auge do lulismo, que se deu entre os anos de 2006 e 2010, coincidiu com o auge da direita envergonhada⁸⁴. A despeito

⁸³ Entrevista realizada pela doutoranda em Ciência Política pela Universidade Livre de Bruxelas, Fanny Vrydagh, em 21 de novembro de 2016 contida em Rocha, Camila; Vrydagh, Fanny “Right Wing Counter Publics and the Origins of the Brazilian New Right” no prelo.

⁸⁴ Até mesmo quem não se reivindicasse de direita explicitamente enfrentou dificuldade de organizar manifestações anti-petistas/lulistas em meio ao auge do lulismo sem ser ridicularizado no debate público. Este foi o caso das lideranças e apoiadores do movimento “Cansei”, criado em 2007 após um acidente com um avião da TAM para protestar contra o que foi percebido por seus membros como um “caos aéreo” provocado pela má-gestão do governo petista. O movimento, que reuniu cerca de cinco mil pessoas na Praça da Sé em São Paulo que rezaram o pai nosso, entoaram o hino nacional e bradaram gritos de “Fora Lula” e “Lula ladrão, seu lugar é na prisão”, se dizia apartidário e pacífico, a despeito de manifestantes terem acuado militantes do PSDB que resolveram desfraldar bandeiras do partido aos gritos de “Sem bandeira”, “O PSDB também é culpado”, “Vagabundos, oportunistas” e

disso, os membros do Endireita Brasil não mudaram o nome do movimento, mas, em vista do fracasso da ideia de promover o impeachment de Lula, optaram por circular apenas em circuitos restritos e participar ativamente de determinados fóruns digitais onde estariam protegidos das desconfianças suscitadas pela exposição pública.

Nessa época, a internet funcionou como um refúgio para anti-petistas, direitistas, ou simplesmente para quem não se sentisse representado pela bonança lulista. Sentindo-se acudadas em públicos dominantes, tais pessoas descobriram nos meios digitais a possibilidade de encontrar outros com quem pudessem trocar ideias e se solidarizar por meio da interação em fóruns, blogs, sites e comunidades digitais. Nesse sentido, foi especialmente importante o surgimento da rede social Orkut, fundada em 2004, a qual acabou por se tornar o espaço principal de formação dos contra-públicos digitais que dariam origem à nova direita brasileira.

O primeiro passo nessa direção foi dado ainda no final dos anos 1990, com a criação do já referido blog do escritor e jornalista Olavo de Carvalho em 1998 intitulado “*Sapientiam autem non vincit malitia*” (A sabedoria não é vencida pela malícia). Contando com a colaboração de outros críticos do marxismo e da esquerda nacional, no ano de 2002 o autor de “O imbecil Coletivo” criou um site chamado “Mídia Sem Máscara” (MSM), no qual eram veiculados textos de vários autores e

“Traidores da consciência do povo”. Liderado por sindicatos patronais e figuras destacadas da elite paulistana, como o empresário e atual prefeito de São Paulo, João Dória e o então representante da OAB-SP, Luiz Flávio D’Urso, e apoiado por artistas como Seu Jorge, que criticou os governantes do país e citou o “mensalão”, o Cansei também contou com a participação de outras seis entidades civis: Cidadão, Responsável, Informado e Atuante (CRIA Brasil), Campanha Rir para não Chorar, Casa do Zezinho, Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Brasil Verdade, Instituto Rukha e Movimento Nossa São Paulo: Outra Cidade, porém, em virtude de vários de seus membros pertencerem à elite do país, em pouco tempo acabou se tornando alvo fácil de críticas ácidas. O ex-governador do Estado de São Paulo, Cláudio Lembo, filiado ao DEM, afirmou que o “Cansei” era um movimento de “dondocas” e o site UOL, que cobriu a manifestação da Praça da Sé *in loco*, acusava logo na manchete “Movimento 'Cansei' reúne grifes e gritos de 'Fora Lula' na Sé”. Na reportagem realizada sobre o movimento, o UOL ressaltava que o aquele tinha sido “um protesto diferente, com direito a fotógrafos da revista de celebridades “Caras”, equipe do programa “TV Fama”, bolsas Prada e óculos Dior para as mulheres e blazer com abotoaduras, gel no cabelo e colarinho branco para os homens” e que não ofereceu transporte para os parentes das vítimas do acidente de avião, as quais chegaram atrasadas no protesto e foram impedidas de subir ao palco, informação também confirmada pela Folha de São Paulo. Em virtude de inúmeras críticas similares, o ex.-cônsul geral dos Estados Unidos em São Paulo, Thomas White, que deixou o cargo em 2010, enviou um documento oficial a Washington no dia 28 de setembro de 2007, em que declarava que “entrevistado pela Revista Veja, João Dória Jr. queixou-se que a opinião pública discrimina os bem sucedidos e ricos (...) e que sua imagem de alguém que nunca fumou, bebeu ou usou drogas, não briga, não fala palavrões e usa gel no cabelo tornou difícil aos brasileiros comuns se identificarem com sua causa”, concluindo que “(...) os líderes do movimento, por toda sinceridade e seriedade tornaram-se alvos fáceis para a caricatura”, e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em conversa com White, ironizou o nome do movimento afirmando que “Cansei” não é um lema que Martin Luther King Jr. teria escolhido para inspirar seus seguidores. Em 2011, já não havia mais vestígios do “Cansei” e a página do movimento na internet havia sido retirada do ar.

autoras sobre política, economia e filosofia, fazendo com que Carvalho passasse a se tornar mais conhecido entre os internautas brasileiros. Assim, quando a rede social Orkut foi criada, no ano de 2004, já era possível encontrar duas comunidades formadas por leitores e admiradores da obra de Olavo de Carvalho: “Olavo de Carvalho” e “A Filosofia de Olavo de Carvalho”, além de duas comunidades formadas por seus detratores, “Olavo de Carvalho nos odeia” e “Eu odeio Olavo de Carvalho”.

Voltado inicialmente para o público norte-americano o Orkut se popularizou tão rapidamente no Brasil que, em janeiro de 2006, cerca de 75% do total dos usuários eram do país (Fragoso, 2006), sinalizando um engajamento precoce dos brasileiros em comparação a pessoas de outras nacionalidades em redes sociais deste tipo. No entanto, o número recorde de brasileiros não significava que o acesso ao Orkut fosse homogêneo junto à população como um todo, pelo contrário. Entre os anos de 2005 e 2007, auge do Orkut no Brasil, o acesso à internet no país era bastante restrito a grupos formados sobretudo por adolescentes e jovens adultos com alta escolaridade, em sua maioria oriundos das classes A e B, localizados principalmente nas regiões Sul e Sudeste, que possuíam computadores em casa e/ou frequentavam centros de acesso públicos pagos (*lan houses* e internet cafés)⁸⁵, e utilizavam a rede principalmente para se comunicar, buscar informações e como fonte de lazer, atividades que justamente eram proporcionadas de forma unificada pelo Orkut.

No Orkut era possível a criação de comunidades sobre assuntos dos mais diversos em que os internautas criavam tópicos de conversação por meio dos quais interagiam entre si. O uso de perfis falsos, porém, não era incomum, o que contribuía para que os debates nas comunidades se desenvolvessem de forma bastante livre e, por vezes, violenta (Idem, 2006). O ambiente de ampla liberdade proporcionado pelo Orkut atraía justamente pessoas que não se sentiam representadas nos debates que ocorriam em públicos dominantes, inclusive, até mesmo aqueles que não se sentiam representados em debates travados nas próprias comunidades do Orkut poderiam criar as suas próprias comunidades, como o fez o professor de filosofia Marcus Boeira. Boeira, então estudante de pós-graduação em direito e que já circulava nos circuitos formados pelos *think tanks* pró-mercado nos anos 1990, foi aluno de Olavo de

⁸⁵ Estas e outras informações mais detalhadas a respeito do acesso à Internet no Brasil neste período foram publicadas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil e podem ser consultadas em: <http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/10/pal2007ofid-11.pdf>.

Carvalho em um curso presencial em Porto Alegre no início dos anos 2000, e queria se distanciar das discussões conjunturais mais rasas, e por vezes agressivas, das comunidades que frequentava:

“Quando eu mudei para São Paulo eu já conhecia o Alex Catharino, o povo do CIEEP, e foi a época em que o Orkut nasceu. Naquela oportunidade eu criei um grupo no Orkut, chamado “Ética e Filosofia Política”, que tinha como pretensão justamente estabelecer debates sobre temas controversos, que pudessem gerar um debate razoável dentro dos limites do tolerável sob certos temas que àquele momento eram bastante mitigados na academia e no cenário cultural brasileiro. Naquela altura me parece que havia uma hegemonia gramsciana muito mais forte do que hoje. Hoje nós temos uma pulverização maior, mas na época não, era muito difícil, éramos praticamente 20 pessoas trabalhando nesses meios, e o resto era praticamente noventa e tanto por cento de pessoas falando a mesma coisa. Eu me lembro à época, 2004-2005, que eu e uma amiga minha montamos duas comunidades, a minha comunidade era “Ética em Filosofia Política” e a comunidade dessa amiga era “Filosofia do Direito e Ética”. Quando nós montamos essas duas comunidades ao mesmo tempo a ideia era, sem um adestramento ideológico ou um adestramento teórico, a partir de um ponto de vista de um autor, seja ele o Olavo ou qualquer outro, mas que a gente pudesse submeter os temas a um debate mais rigoroso.” **(Marcus Boeira, UFRGS, junho de 2018)**

A “hegemonia gramsciana” à qual se refere Marcus Boeira está relacionada ao argumento desenvolvido por Olavo de Carvalho à respeito de uma revolução gramsciana capitaneada por intelectuais de esquerda e pelo PT que estaria em curso desde a década de 1990. Ao longo do tempo tal argumento foi difundido por meio da internet para um público mais amplo, e uma versão simplificada do mesmo acabou por se tornar a pedra angular do discurso da nova direita. Por esse motivo optei por reproduzir abaixo uma síntese do argumento original que se encontra no prefácio da primeira edição de “A nova era e a revolução cultural: Frijtof Capra e Antonio Gramsci”, escrito em junho de 1994, ou seja, ainda durante o primeiro ano de governo de Fernando Henrique Cardoso:

“(…) A inteligência nacional está indo ladeira abaixo, ao mesmo tempo que sobe, das ruas e dos campos, o rumos sombrio de uma revolução em marcha. Sim, o Brasil está inequivocamente entrando numa atmosfera de revolução comunista. (...) A geração que, derrotada pela ditadura militar, abandonou os sonhos de chegar ao poder pela luta armada e se dedicou, em silêncio, a uma revisão de sua estratégia, à luz dos ensinamentos de Antonio Gramsci. O que Gramsci lhe ensinou foi abdicar do radicalismo ostensivo para ampliar a margem de alianças; foi renunciar à pureza dos esquemas ideológicos aparentes para ganhar eficiência na arte de aliciar e comprometer; foi recuar do combate político direto para a zona mais profunda da sabotagem psicológica. Com Gramsci ela aprendeu que uma revolução da mente deve preceder a revolução política; que é mais importante solapar as bases morais e culturais do adversário do que ganhar votos; que um colaborador inconsciente e sem compromisso, de cujas ações o partido jamais possa ser responsabilizado, vale mais que mil militantes inscritos. (...) A conversão formal ou informal, consciente ou inconsciente da intelectualidade de esquerda à estratégia de Antonio Gramsci é o fato mais relevante da História nacional dos últimos trinta anos. É nela, bem como em outros fatores concordantes e convergentes, que se deve buscar a origem das mutações psicológicas de alcance incalculável que lançam o Brasil numa situação claramente pré-revolucionária, que até o momento só dois observadores, além do autor deste livro, souberam assinalar, e aliás mui discretamente. (...) Durante algum tempo, nutri a insensata esperança de que o PT expeliria de si o veneno gramsciano e se transformaria no grande partido socialista, ou trabalhista, de que o Brasil precisa para compensar, na defesa do interesse dos pequenos, o avanço neoliberal aparentemente irreversível no mundo, e propiciar, pelo sadio jogo de forças, o movimento regular e harmônico da rotatividade do poder que é a pulsação normal do organismo democrático. Movido por essa ilusão, votei em Lula para presidente. Hoje não votaria nele nem para vereador em São Bernardo. É que, pela sucessão de acontecimentos desde a campanha do *impeachment*, o PT mostrou sua vocação, para mim surpreendente, de partido manipulador e golpista, capaz de conduzir o país às vias fraudulentas da “revolução passiva” gramsciana, usando para isso dos meios mais covardes e ilícitos — a espionagem política, a chantagem psicológica, a prostituição da cultura, o boicote a medidas saneadoras, a

agitação histórica que apela aos sentimentos mais baixos da população —, e de adornar esse pacote de sujidades com um discurso moralista que recende a sacristia. (...) Se o PT faz isso, é porque perdeu sua confiança no futuro majestoso a que o destinava a nossa democracia em formação, e, excitado por indícios de um sucesso momentâneo que teme não repetir-se nunca mais, resolveu apostar tudo no jogo voraz e suicida do *it's now or never*. Não quer mais apenas eleger o presidente, governar bem, submeter seu desempenho ao julgamento popular daqui a cinco anos, fazer História no ritmo lento e natural dos moinhos dos deuses: quer tomar o poder, fazer a Revolução, dismantelar os adversários, expelir da política para sempre os que poderiam derrotá-lo em eleições futuras. (...) O que importa é aproveitar o momento, levar a todo preço o Lulalá, carregado nos ombros de garotos raivosos, insolentes e analfabetos, e, antes que o “consenso passivo” da população tenha tempo de avaliar o que se passa, atrelar irreversivelmente o país ao carro-bomba que se precipita, morro abaixo, no rumo da Revolução. **(Olavo de Carvalho, Prefácio à Primeira Edição de “A nova era e a revolução cultural: Frijtof Capra e Antonio Gramsci”, junho de 1994, Rio de Janeiro)**

De acordo com Marcus Boeira existiam três grupos principais de usuários do Orkut que circulavam nas comunidades dedicadas à apreciação positiva da obra de Olavo de Carvalho. Um grupo majoritário que compreendia desde anarco-capitalistas a neoliberais que se posicionavam consistentemente contra a esquerda, principalmente a partir de uma crítica baseada na disputa ancorada entre *mais mercado vs. mais estado*; um grupo mais disperso formado por defensores de pautas mais conservadoras; e um público católico que seria minoritário e menos participativo em comparação com os outros dois grupos. Apesar de suas diferenças, o que reunia as pessoas destes diferentes grupos nas comunidades de Olavo de Carvalho era sobretudo o sentimento de não se sentir representado em meio a públicos dominantes, os quais eram percebidos, em consonância com as teses defendidas por Carvalho, como sendo hegemônicos pela esquerda por conta da estratégia gramsciana adotada por esta nas últimas décadas, como aponta Boeira:

“Ele falava o que todos gostariam de falar para os jornalistas, professores universitários, pessoas dos meios de comunicação, pessoas que atuavam no

terceiro setor, etc.. Ele falava tudo que muitas pessoas gostariam de falar e não tinham voz. Então, ele de certa forma canalizava essas vozes todas. Porque ele tinha abertura na Folha de São Paulo, tinha abertura na Zero Hora, escrevia nos grandes jornais, escrevia em revistas, participava de programas de televisão, deu entrevista na GNT, para Pedro Bial e coisas do tipo. Então ele era uma voz que catalisava muitas vozes que estavam espalhadas pelo Brasil, mas que não tinham uma articulação, digamos assim. Me parece que o sucesso dele se deve a isso naquela altura, e, claro, sem contar o brilhantismo intelectual que ele tem e isso é inegável. Um sujeito realmente impressionante desse ponto de vista.”
(Marcus Boeira, UFRGS, junho de 2018)

A percepção de Boeira acerca do isolamento e da falta de representação de pessoas de direita em determinados públicos dominantes na época, especialmente a academia no campo das ciências humanas, editoras de livros e a mídia tradicional, era compartilhado por praticamente todas as pessoas que entrevistei durante minha pesquisa. Inclusive entre o grupo que o professor gaúcho apontou como hegemônico entre os frequentadores das comunidades do Orkut relacionadas à obra de Olavo de Carvalho, os defensores do livre-mercado, os quais também possuíam suas próprias comunidades onde trocavam e traduziam textos que praticamente não circulavam nos ambientes universitários até então:

“Em 2005 eu estava no segundo semestre de economia, e tinha uma disciplina chamada ‘Evolução Dos Movimentos Sociais’, que era basicamente Marxismo I e Marxismo II. Aí eu peguei um seminário de neoliberalismo pra fazer, e na bibliografia complementar tinha um livro do Hayek, Caminho da Servidão. Aquilo ali mudou o meu rumo, e eu comecei a querer me aprofundar um pouco mais. Aí, na época do Orkut, eu comecei a entrar em comunidades sobre liberalismo e (ficava) trocando ideia com a galera, o povo trocava material...Tinha muita gente, na época, que estava traduzindo coisas que não existiam no Brasil, muitos artigos” **(Cibele Bastos, IL-RJ, dezembro de 2015)**

“No último ano de faculdade eu comecei a descobrir esse universo novo que, de certo modo, não dava as caras aqui no Brasil. A maioria dos textos eram em inglês, então era difícil de ter acesso à informação. E aquele momento (2005-

2006) era um momento que, pelo interesse das pessoas, começaram a ocorrer vários movimentos de tradução de obra por conta própria, várias pessoas montaram blogs para traduzir textos pequenos, artigos. Então fervilhava um pouco essa necessidade de divulgar aquelas ideias que a gente não tinha em língua portuguesa, e foi isso que aglutinou as pessoas: “olha, vamos divulgar essas ideias, que a gente precisa disso”. Ainda mais com o Orkut, você digitava o nome do autor que você encontrou e você tinha comunidades lá com vinte, trinta pessoas, a maioria não eram de pessoas do Brasil, (mas) os brasileiros foram tentando invadir esses espaços também pra poder dialogar. Então o Orkut, com as comunidades, possibilitou o encontro das pessoas, a troca de informações e se promoveu um grande debate também sobre as ideias” **(Filipe Celeti, ex-Líber, abril de 2016)**

“Eu fui trabalhar no mercado financeiro e tive um chefe, que é um liberal conhecido no Brasil, o Paulo Guedes, com Ph.D. em Chicago. E ali ele começou realmente a me dar umas dicas, ‘olha, lê esse troço aí, que você vai gostar’, e esse troço aí era a Escola Austríaca. Então eu descobri muito cedo já, Mises, Hayek, esses caras. Então eu comecei, em paralelo, trabalhando no mercado financeiro, que já é um ambiente muito propício pra enfrentar as ideias socialistas, (...) a ir me abrindo o horizonte de leituras teóricas, e com isso, ali com meus vinte, vinte e pouquinho anos, eu já era um liberal, digamos assim, radical. E sempre gostei de uma boa polêmica também, né. (...) Eu criava uns grupos de e-mail e mandava polêmicas ou coisas que eu queria combater que eu tinha lido no jornal. Então eu tinha essa necessidade de ficar debatendo, mas não tinha muito *feedback* dos meus amigos. E aí, quando eu descobri o Orkut e essas comunidades onde todo mundo passava o dia debatendo, para mim isso foi uma mão na roda, e realmente tinha debates intermináveis lá. Foi uma época marcante. E eu adorava esse bate-boca, essa polêmica toda, eu adorava. E ao mesmo tempo, isso ia me treinando em termos de debate. Foi um aprendizado de vida mesmo no Orkut, eu tinha tesão em debater, eu tinha tesão em defender as ideias que eu acreditava, que era o liberalismo, e eu fui encontrando eco, eu fui encontrando gente disposta a debater” **(Rodrigo Constantino, IL-RJ, dezembro de 2016)**

“No colegial eu já era um pouco mais liberal do que o resto da classe, mas ainda sem muitas referências, e na faculdade eu descobri o Instituto Mises americano, e daí conheci a obra do Mises, que eu acho que é superior, inclusive, ao aspecto militante que a coisa ganhou, e comecei a me interessar muito. Um grupo de amigos que eu tinha também se interessava muito, e graças às redes sociais, na época o Orkut, eu pude conhecer mais gente também que também, participava de comunidades, “Liberalismo Verdadeiro”, “Capitalismo versus Socialismo”, várias comunidades de discussão. E acho que tiveram um papel sim de botar pessoas que individualmente conheciam algumas referências em contato” (Joel Fonseca, ex.-Líber, maio de 2017)

Nas palavras do carioca Bernardo Santoro, ativo frequentador dos debates pró-mercado existentes na rede: “(...) a gente foi discutindo e alguém virou e rapidamente viu que todo mundo ali era muito radical, todo mundo ali era mais libertário do que liberal propriamente dito”. Era justamente esta radicalidade, a defesa do libertarianismo, compreendido aqui como ultraliberalismo, que passou a fazer com que as pessoas que frequentavam as comunidades liberais do Orkut passassem a se identificar entre si. Os ultraliberais, assim como os frequentadores das comunidades de Olavo de Carvalho, não encontravam representatividade em públicos dominantes, uma vez que nestes públicos a defesa do livre-mercado era realizada em grande medida por neoliberais de terceira via alinhados em maior ou menor grau ao PSDB.

O PSDB era considerado pelos frequentadores do Orkut como sendo de esquerda, e por esse motivo não defenderia o capitalismo de livre-mercado “de verdade”, como também acreditavam os frequentadores mais antigos dos circuitos formados pelos *think tanks* pró-mercado fundados na década de 1980 e 1990. Além disso, entre 2005 e 2006, quando as comunidades ultraliberais foram criadas no Orkut, os ultraliberais brasileiros não se consideravam representados nem mesmo nos circuitos nos quais o neoliberalismo circulava, afinal, a despeito do esforço realizado para a divulgação de obras como a do economista libertariano Ludwig Von Mises por parte de *think tanks* como o Instituto Liberal, o ultraliberalismo continuava a ser uma ideologia política minoritária, virtualmente inexistente no Brasil até então.

Foi por conta desta falta de representatividade em públicos dominantes, aliada à percepção de que esta possuía relação com a hegemonia esquerdista apontada por Carvalho, que as pessoas que frequentavam estes fóruns e comunidades acabaram por

constituir contra-públicos digitais. Nesse sentido é importante ressaltar que os discursos de oposição produzidos pelas pessoas que participavam destes contra-públicos possuíam um caráter performático/poético específico. Ainda que nos fóruns dedicados a debater ideias relacionadas à defesa do capitalismo de livre mercado, como a comunidade “Liberalismo Verdadeiro”, predominassem discussões realizadas a partir de um estilo discursivo racional-crítico⁸⁶, nas comunidades de Olavo de Carvalho era comum que as pessoas se expressassem de uma forma agressiva, utilizassem de humor ácido e impressionismos, como ilustram estes trechos referentes a postagens originais da comunidade “Olavo de Carvalho”⁸⁷:

“MSM se rende à novíngua e ao esquerdismo

Sérgio Marcondes – 29 de outubro de 2004

MSM se rende à novíngua e ao esquerdismo

Nem no antes impoluto Mídia Sem Máscara podemos nos refugiar dos terríveis intelectuais gramscianos e suas distorções retóricas. Saiu um artigo lá falando de fome, pobreza, exclusão social, desigualdade social, problemas do capitalismo. (...). Como é possível isto? Espero protestos indignados dos membros desta comunidade contra um artigo evidentemente esquerdista que conspurca o MSM! Depois de tantos membros aqui dizerem que conceitos como “desigualdade social” fazem parte da novíngua, e que o mundo é cada vez melhor com o capitalismo, isto não pode passar em branco!

Fernando Chiocca⁸⁸ – 29 de outubro de 2004

(...) não achei esse artigo uma rendição a esquerdismos e novíngua. Ele mais cita problemas existentes no mundo do que qualquer outra coisa. Não sei...O mundo é cada vez melhor com o capitalismo, mas o capitalismo é cada vez menos presente no mundo. É lógico que isso resultaria em problemas catastróficos.”

⁸⁶ No anexo 2 é possível verificar as interações entre os membros da comunidade “Liberalimo Verdadeiro”, fundada por Hélio Beltrão Jr. em 2006, e que se constituiu na principal comunidade do Orkut para discussões em torno da defesa radical do livre-mercado.

⁸⁷ No anexo 1 é possível visualizar imagens de postagens originais da comunidade “Olavo de Carvalho”.

⁸⁸ Fernando Chiocca foi membro-fundador do Instituto Mises Brasil (IMB) e do Partido Libertário (LiBER) em 2007.

“Lavagem Cerebral nas escolas

Breno Toledo – 10 de maio de 2005

(...) Os marxistas donos da verdade estão cada dia com um maior controle na educação e na mídia. (...) Assim está o nosso país de Norte a Sul com um poderoso exército marxista fazendo lavagem cerebral nos jovens brasileiros. (...) Os aplausos dados ao ilustre Hugo Chávez vieram de drogados, lunáticos e fracassados que foram à MECA comunista (Fórum Social Mundial) viver uma espécie de Woodstock brasileiro aonde ninguém é de ninguém, a Coca-Cola não pode ser servida, e o aperitivo principal é a maconha e a publicidade paga por um banco privado”

“Nova novela das 7: mais um show de comunismo

Antonio Luiz Ribeiro – 6 de janeiro de 2010

Nova novela das 7: mais um show de comunismo. Quem escreve é um tal de Brosco Brasil.

G.B. Schmitt – 7 de janeiro de 2010

A última novela que olhei foi O REI DO GADO. Olha que aquilo era uma apologia ao MST.

(...)

DORIAN ## - 7 de janeiro de 2010

Bosco José Fernando Lopes Rebello da Fonseca Brasil

Não pesquisei, mas pelo tamanho do nome da normalista, deve ser filhinho de papai de alguma família tradicional, quem sabe de banqueiros, cuja “alta sensibilidade” impediu de tomar a frente dos negócios do papai. Como não tinha jeito pra coisa, resolveu ser comunista. É o mesmo perfil de Walter Salles, Buza Ferraz, Fernando Cardoso.”

“A nova da Petralhada Uspiana!

Hélio Nóbrega – 19 de outubro de 2010

A nova da Petralhada Uspiana! Olá, membros da comunidade. Antes de postar aqui a mensagem, explico como ela chegou até minha caixa de e-mails, sou estudante de doutorado na USP (...) e sempre recebo tais lixos institucionais, mas até então nenhum era de caráter incontestavelmente político/eleitoreiro, portanto, considere que tenho o dever de denunciar tal ação.”

“Projeto de lei mais direitos aos presos!

Antonio Turdo – 9 de dezembro de 2012

Isso é simplesmente o CRIME ORGANIZADO já infiltrado em TODAS as esferas de poder que regem esse país. Caso esse projeto não seja aprovado, outros virão em seu lugar e depois de algum tempo tudo aquilo que os MARGINAIS FACÍNORAS que lotam as cadeias deste país desejam lhes serão concedido. (...) AGORA votar um projeto de LEI que pague AS POLÍCIAS um salário justo para o desempenho de suas atividades afins ninguém quer, não é?”

“(Homenagem a Carlos Lacerda)

Priscila Garcia – 4 de outubro de 2012

Então eu lamento muito, mas concordo inteiramente com o Olavo quanto a isso (...) Dá vontade de ressuscitar os cadáveres desses generais e sacudir-lhes as ossadas, pra PERGUNTAR furiosamente: Vocês têm NOÇÃO da MERDA que nos legaram, suas ANTAS SEQUELADAS? Têm NOÇÃO do que significou, para o país que vocês queriam defender do comunismo, a perseguição a uma pessoa como CARLOS LACERDA? (...) Essa postagem inflamada é em sua JUSTA HOMENAGEM, Carlos Frederico Werneck de Lacerda!”

Ainda que expressões violentas não fossem incomuns em comunidades do Orkut, o tipo característico de performatividade/poeticidade dos discursos que circulavam na comunidade “Olavo de Carvalho” eram semelhantes àqueles divulgados pelo próprio escritor em seu blog e em fóruns e redes sociais. Em 2009, Carvalho afirmou, em resposta à pergunta de um leitor de seus textos:

“(...) Mais vale um bom palavrão atirado em público à cara de um Tarso Genro, de um Marco Aurélio Garcia, do que mil palavras construtivas atiradas ao vento. (...) O Brasil, no momento, não precisa de boas ideias, precisa é de uma ação vigorosa, implacável, contra o império da maldade, da mentira e da estupidez. (...) Quando nada se faz contra o mal, a apologia do bem torna-se mera desconversa – a forma passível e afável da mentira na qual o mal se

sustenta” (Diário do Comércio, 8 de dezembro de 2009)⁸⁹

O uso de palavrões e de um discurso agressivo e cáustico, especialmente contra seus adversários, é rotineiro nas falas e nos textos publicados por Carvalho na internet. Inclusive, no ano de 2006, apontou como fonte direta de inspiração o repórter policial Luiz Carlos Alborghetti⁹⁰, que também possuía uma comunidade ativa no Orkut no ano de 2006 ano, chamada Alborghetti/Cadeia Sem Censura, por meio da qual defendia, por exemplo, o combate à corrupção, o juiz Sérgio Moro, e a volta do regime militar para, em suas próprias palavras:

“(…) pegar os deputados e botar num paredão, pegar essa quadrilha do PT, quadrilha de todos os partidos políticos, e botar no paredão! Nada de presídio, é pegar Fernandinho Beira-Mar e mandar fuzilar, Marcola, invadir o Rio de Janeiro, explodir tudo, pegar esses caras e meter uma trolha na bunda dos caras, tá?! Hoje eu sou a favor, pela putaria que está acontecendo nesse país eu seria a favor do vento das Araucárias, é o vento verde! Mas nós não temos um Castelo Branco para retornar (...)”⁹¹.

Segundo Carvalho, o uso de palavrões e de uma abordagem agressiva é realizada de forma consciente e se justificaria pelas seguintes razões:

“O USO DO PALAVRÃO

=====

Eu uso esses palavrões porque são NECESSÁRIOS.

São necessários no contexto brasileiro para demolir essa linguagem polida que é uma camisa-de-força que prende as pessoas, obrigando-as a respeitar o que não merece respeito.

Então, às vezes, quando você discorda de um sujeito, mas discorda respeitosamente, você está dando mais força pra ele do que se concordasse.

⁸⁹ Disponível em <http://www.olavodecarvalho.org/geracao-maldita/>

⁹⁰ “(…) A única linguagem na qual ainda cabe falar deste país e do povo que o habita é a do repórter policial Luiz Carlos Alborghetti, um tipo admirável mas, infelizmente para mim, inimitável.”. Texto completo disponível em <http://www.olavodecarvalho.org/valei-me-alborghetti/>

⁹¹ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XE2PBgFHUYU>

Porque você está indo contra a ideia dele, mas você está reforçando a autoridade dele. A autoridade é a respeitabilidade.

O problema dessas pessoas, desses bandidos de que eu estou falando, não são as ideias. É justamente o fato de que são canalhas.

São canalhas, são bandidos, são ladrões.

V-Ã-O T-O-D-O-S T-O-M-A-R N-O C-U!

(Mídia Sem Máscara - 02 SETEMBRO 2013)⁹²

A justificativa utilizada por Carvalho evidencia a caracterização do status de contra-publicidade de seus discursos, bem como daqueles que circulavam nas comunidades e fóruns digitais a ele relacionadas, considerando os termos propostos por Michal Warner (2002). Na visão do autor de “O imbecil coletivo”, o uso de uma linguagem polida, tida como mais correta, reforçaria a autoridade e a respeitabilidade de seus adversários, daí o desinteresse pelo debate de ideias e a escolha consciente pelo uso de uma linguagem não-convencional e disruptiva, a qual ressalta o caráter performativo do discurso em detrimento da argumentação crítica-racional, tida como mais legítima em públicos dominantes. Certamente, a exposição de certos discursos difundidos por Alborghetti, Carvalho, e por várias pessoas que frequentavam os circuitos nos quais estes circulavam, causaria reações de choque ou até mesmo hostilidade entre pessoas comuns. Inclusive, como já me referi no capítulo anterior, teria sido justamente por conta de tal agressividade dispensada aos seus adversários que, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, que Carvalho não teria recebido apoio financeiro e institucional do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

Na medida em que Olavo de Carvalho foi se tornando mais popular entre os contra-públicos digitais que se formaram em oposição à percepção compartilhada de uma hegemonia esquerdista, não apenas suas ideias em relação à existência de uma revolução gramsciana que estaria em curso, mas a linguagem que utilizava para se expressar acabou influenciando os participantes de tais espaços, em maior ou menor grau, incluindo os ultraliberais:

⁹² Postagem do dia 25 de agosto de 2015 divulgada em seu perfil público no *Facebook* na qual Carvalho fazia referência a um texto originalmente divulgado no site *Mídia Sem Máscara* no dia 2 de setembro de 2013. Disponível em <https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/o-uso-do-palavr%C3%A3oeu-uso-esses-palavr%C3%B5es-porque-s%C3%A3o-necess%C3%A1rios-s%C3%A3o-necess%C3%A1rios-n/535327239952688/>

“Muita gente foi influenciada por ele (Olavo de Carvalho). Muito liberal hoje em dia tem muito mais a cara de direita do que da esquerda, e ele tem uma grande parte de influência nisso, não tenho a menor dúvida. *E você acha que o tema principal, onde ele influenciou mais em termos de conteúdo?* A coisa da hegemonia esquerdista, de formar esse instrumento combativo, eu acho que tem muito dele aí. Talvez não tenha sido só ele, mas acho que ele ajudou a fomentar isso. Sem esse tipo de crença talvez não tivesse esse ânimo para crescer e para fazer a coisa. Talvez, num plano mais prático, tenha tido um papel mais importante essa visão de “estamos numa minoria encastelada, meio instruída, sem representação, temos que lutar para ir lá e tudo”” **(Joel Fonseca, ex-Líber, maio de 2017)**

“Algumas vezes, e eu também, apesar das discordâncias que eventualmente apareçam, não deixam de reconhecer Olavo de Carvalho como uma das primeiras fontes de conceitos que hoje todo mundo usa. Está na boca do povo, mas quem primeiro enfatizou, desfraldou a propaganda deles foi o Olavo de Carvalho, foi ele que conquistou a popularidade pra esses conceitos. *Quais conceitos por exemplo?* Por exemplo, o simples conhecimento da existência do Foro de São Paulo. É uma coisa que não foi o Olavo o primeiro a dizer que existia, mas foi o primeiro, no meu entender, a levar o conhecimento para o público, do que seria a importância dessa instituição, do desenho geral da política, em termos ideológicos e estruturais, na América Latina, quem trouxe isso a um conhecimento mais popular foi o Olavo de Carvalho. As pessoas às vezes querem dizer: ‘ah, não tem nada a ver com ele’, mas usam essas ideias. Eu não deixo de, pessoalmente, reconhecer que elas começaram a ser, de fato, difundidas com ele. Ele foi um dos primeiros que teve essas ideias, elas foram recebidas por alguns grupos de intelectuais, sobretudo na juventude, dispostos a encontrar uma bibliografia distinta das que eles tinham” **(Lucas Berlanza, IL-RJ, maio de 2016)**

Porém Carvalho não apenas influenciou um número muito grande de ativistas e apoiadores do que viria a ser a nova direita, mas por meio do site Mídia Sem Máscara também abriu espaço para que outras vozes pudessem se expressar e eventualmente

também se tornarem, assim como ele, escritores e articulistas em veículos tradicionais de mídia, como foi o caso de Rodrigo Constantino:

"Já nessa época de debates no Orkut eu comecei a escrever uns textos um pouco maiores, que eram mais ou menos no formato do artigo. (Daí) eu fui num evento que já era ligado à política, do Partido Federalista, eles tinham uma página do Orkut e tinha lá o Thomas Korontai (líder do movimento federalista)⁹³. Aí um amigo meu me chamou, ‘pô, vamos lá no Rio’, eu falei, ‘vamos’. Conheci o Thomas, a gente foi jantar depois e gostei dele, e nesse evento de lançamento, eu conheci um cara chamado Heitor de Paula, que é um psiquiatra bem radical, ligado ao Olavo de Carvalho e companhia, e ele me falou do Mídia sem Máscara, que (até então) eu (só) conhecia de nome. E eu falei, ‘pô, eu escrevo uns textos anticomunistas’, e ele falou, ‘pô, quer mandar para a gente?’, eu falei, ‘mando’. E mandei o primeiro, que eu lembro até hoje, que era “Voo de Galinha”, o primeiro texto que eu publiquei, um pouco mais oficial, que era para o Mídia sem Máscara, sobre a bonança do Brasil, isso foi no comecinho do (governo do) PT talvez. E eu lembro de um e-mail que ele mandou para mim falando: ‘a galinha voou’, ou seja, já foi publicado o texto. Foi meu primeiro texto no Mídia sem Máscara. E aí eu publiquei alguns outros textos, já em formato de artigo, no Mídia sem Máscara, e um editor de uma editora mineira chamada *Só Ler*, me pediu permissão para usar alguns textos meus num livro de um autor deles, chamado Le Grand, que era o pseudônimo, e o nome do livro era “Utopia do Brasil”. E aí eu falei para ele, ‘tá bom, você pode usar meus trechos, mas eu tenho vários textos já que eu escrevi, se você tiver interesse, a gente pode lançar um livro meu’, ele falou, ‘opa, por mim, tudo bem’. Nasceu “O Prisioneiros da Liberdade” (publicado em 2004), que é o meu primeiro livro, uma coletânea de artigos, muitos lá do Mídia sem Máscara.” **(Rodrigo Constantino, IL-RJ, dezembro de 2016)**

Na metade dos anos 2000, época em que Rodrigo Constantino publicou seu

⁹³ Em 1996 Thomas Korontai, liderança do Movimento Federalista de Curitiba, passou a envidar esforços para fundar o Partido Federalista, o qual foi registrado em um cartório de títulos em 1999 mas ainda não foi oficializado junto ao Tribunal Superior Eleitoral. O Partido Federalista tem como objetivo principal “a redução das ingerências do Poder Central sobre a vida das pessoas e sobre as estruturas autonômicas estaduais e municipais, independentemente do regime ou do sistema de governo”. Para maiores informações ver <http://www.federalista.org.br/index.php>

primeiro livro, algumas editoras pequenas estavam começando a se interessar por publicar títulos relacionados à expressão de ideias de direita, como relembra a tradutora e *fellow* da Atlas Network, Márcia Xavier de Brito:

“O Edson (Filho) estava chegando ao Brasil, querendo montar uma editora para fazer alguma coisa pela cultura no Brasil e montou a “É Realizações”. Eu estava na casa do Olavo quando veio o primeiro logo dessa editora. Na época, o Olavo era muito mais “cultural” (no início dos anos 2000). O Edson meio que foi financiando o Olavo, que sugeriu uma coisa ou outra e deu à “É”, naquele primeiro momento (com) aquele tom bem “reaça”, foi justo na fase que o Olavo estava virando anti-esquerdista. Mas aí o Edson pensou, “não. Não é bem isso que eu quero.” Ele queria uma pauta, não necessariamente conservadora, mas uma pauta mais acadêmica e diferente que não tinha vindo para o Brasil, muita coisa do que a gente poderia chamar de direita. Então, ele começou a comprar muita coisa nesse sentido. *Isso foi mais ou menos quando?* 2005, 2006, por aí. Começou a comprar devagarzinho, a largar esse radicalismo de livro “contra-contra-contra”, “esquerda é malvadona”, ele meio que parou com isso. Ele começou a descobrir aqueles filósofos brasileiros que o Olavo (divulgava) e o Edson foi entrar em contato e trouxe (títulos) (d)o próprio (Russell) Kirk, não é? Aí um (admirador de Olavo de Carvalho) chamado César Kim criou a Vide Editorial, e quando o Olavo saiu da *É*, (ele passou a ser) o editor do Olavo. E aí o César começou a entrar nesse mundinho, a mulher dele fez um curso com a gente, tem toda uma conexão por trás nesse sentido de as pessoas se conhecerem.” **(Márcia Xavier de Brito, Rio de Janeiro)**

A “É Realizações” foi responsável por publicar vários livros de autores que Olavo de Carvalho utiliza como referências em sua obra, como Roger Scruton, Eric Voegelin, Theodore Dalrymple e Christopher Dawson, os quais atualmente figuram na lista dos mais vendidos pela editora⁹⁴. Já a Vide Editorial, além de publicar obras de Scruton e Voegelin, também começou a lançar títulos relacionados mais explicitamente à crítica do marxismo e do comunismo, como “A mente esquerdista, as causas psicológicas da loucura política”, “O verdadeiro Che Guevara”, “O livro

⁹⁴ Ver em <https://www.erealizacoes.com.br/mais-vendidos>

negro do comunismo”, “Marxismo desmascarado”, e também promover livros de autores nacionais de direita⁹⁵. Dessa forma, durante esse período, começou a se esboçar um pequeno circuito editorial no qual começaram a circular alguns membros dos antigos *think tanks* pró-mercado, como Xavier de Toledo, e dos contra-públicos digitais, como Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino.

No entanto, a despeito da crescente popularidade de Olavo de Carvalho nestes espaços e nos meios digitais, seus seguidores não tiveram sucesso em se organizar formalmente, e as atividades do próprio Olavo de Carvalho no que tange à divulgação de suas ideias eram realizada de forma intermitente⁹⁶. Desse modo, a divulgação mais consistente das atividades que ocorriam nos contra-públicos digitais para audiências mais amplas foi levada a cabo, como procurarei apontar na próxima seção, principalmente pela ação de membros que circulavam predominantemente no contra-público ultraliberal, os quais, a partir de 2006, passaram a formar novas organizações civis, grupos de estudo, chapas para centros acadêmicos e a frequentar os espaços constituídos pelos antigos *think tanks* pró-mercado.

3.2 A institucionalização dos contra-públicos digitais (2007-2013)

O atuação dos membros dos contra-públicos digitais foi ganhando uma sustentabilidade maior à medida que novas organizações, mais conectadas com o tipo de engajamento que vinha surgindo no Orkut, foram sendo fundadas. Hélio Beltrão Jr. e Rodrigo Constantino, ativos participantes dos debates que ocorriam nas comunidades do Orkut, e que já possuíam contato com personagens importantes da rede de organizações pró-mercado previamente existente⁹⁷, participaram da fundação

⁹⁵ Ver em <https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/category&path=9&limit=36>

⁹⁶ Em 2008 foi anunciada na comunidade “Olavo de Carvalho” uma proposta de criar um fórum conservador virtual, e em 2010 chegou a ser criado um Instituto Olavo de Carvalho. Contudo, o Instituto durou pouco tempo e teve suas atividades encerradas em 2012, após dois anos e sete meses de funcionamento, como foi anunciado por Emanuel de Araújo na comunidade “Olavo de Carvalho”. Ainda em 2012, a transmissão do *podcast* de Carvalho, realizada por meio do site *Blog Talk Radio*, também foi a encerrada.

⁹⁷ Hélio Beltrão é filho do ex-ministro de mesmo nome que costumava frequentar os círculos formados em torno do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, como atestou em entrevista Arthur Chagas Diniz, que fora vice-presidente do Instituto por vinte anos. Já Constantino trabalhara no mercado financeiro sob a chefia de Paulo Guedes, economista que obteve seu PhD em economia na Universidade de Chicago e que nos anos 1990 redigiu em colaboração com outros colegas, entre os quais Paulo Rabello de Castro, fundador do Instituto Atlântico, um programa de governo para o Partido da Frente Liberal, atual Democratas.

do Instituto da Realidade Nacional em 2005, que foi posteriormente rebatizado como Instituto Millenium e lançado oficialmente em 2006 durante o Fórum da Liberdade:

“O Paulo Guedes, que foi meu chefe no emprego anterior, me ligou, ‘Rodrigo, tenho um negócio aí que eu acho que você vai gostar, de um Instituto ligado ao pessoal lá no Sul que eu sei que você conhece já, o IEE, querendo fazer a mesma coisa no Rio. Você quer ir?’, eu falei, ‘com certeza’. Fui num evento na universidade, que ficava ali na Lagoa, no Rio de Janeiro (...) Era (com a) Patrícia Carlos de Andrade⁹⁸, e eles não sabiam muito bem o que iam fazer, a ideia original era replicar o IEE, (criar) o Instituto de Estudos Empresariais no Rio. Só que nesse encontro, eu fui, sem saber muito bem o que (ia) sair de lá, e eles falaram, ‘quem tem interesse em bancar, em tomar a frente de uma ideia como essas?’, e eu fui o primeiro a levantar a mão: ‘eu estou dentro’. E aí o Paulo Guedes ainda brincou, virou pra Patrícia: ‘eu falei que estava trazendo o cara certo’. E aí fui eu, ‘o que a gente vai fazer?’. Porque no Rio a gente achava que não ia pegar, no início, essa coisa de reunião toda segunda-feira para debater ideias com os empresários. E daí surgiu um projeto muito mais com a cara do Instituto Millenium. Então eu sou um membro fundador do Instituto Millenium, porque eu estava lá nessa reunião. **(Rodrigo Constantino, IL-RJ, dezembro de 2016)**

Inicialmente pensado para ser uma filial do Instituto de Estudos Empresariais⁹⁹, o Instituto Millenium (IMIL) foi fundado por um grupo de acadêmicos, executivos e

⁹⁸ Uma das principais fundadoras do Instituto da Realidade Nacional foi a economista Patrícia Carlos de Andrade, que, na época, segundo uma das pessoas que entrevistei, era leitora da obra de Olavo de Carvalho. Carlos de Andrade é filha do jornalista Evandro Carlos de Andrade que atuou como diretor de redação do Jornal “O Globo” por 24 anos, integrava o conselho editorial do Grupo Globo e que, em julho de 1995, assumiu a direção da Central Globo de Jornalismo, como consta em <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/evandro-carlos-de-andrade.htm>

⁹⁹ Nessa mesma época, novas filiais do IEE foram fundadas em outros estados brasileiros, porém logo passaram a atuar de maneira autônoma em relação à matriz gaúcha, como é relatado no E-Book comemorativo do IEE lançado em 2014: “A primeira oportunidade ocorreu em 2005. Após participar de um evento do IEE (Fórum Universidade-Empresa), o então presidente da Localiza, Salim Mattar, quis levar o modelo para Minas Gerais. Em 2006, após mais de 20 anos de existência, o IEE abria suas portas fora do Rio Grande do Sul. De quebra, foi realizado o primeiro Fórum da Liberdade fora de Porto Alegre, na cidade de Curitiba. No mesmo ano, após uma palestra para os associados, o empresário paulista David Feffer também demonstrou interesse em levar o IEE para São Paulo, o que aconteceu em 2007. Em 2009, havia dois capítulos. O de Belo Horizonte, já bem estruturado, e o de São Paulo, ainda se organizando. Nos anos seguintes, eles cresceram, e aconteceu o primeiro Fórum da Liberdade na capital mineira. A essa altura, os capítulos já ensaiavam uma atuação independente.

profissionais liberais, entre os quais estavam o professor universitário Denis Rosenfield e os economista Patrícia Carlos de Andrade, Gustavo Franco e Paulo Guedes. Com a intenção de difundir o ideário pró-mercado para públicos mais amplos o IMIL contou com o financiamento de vários grupos empresariais e de grandes veículos de mídia, como o Grupo Abril, Organizações Globo, Grupo Ultra, Grupo Gerdau, Grupo Évora, entre outros (Silveira, 2013). No entanto, o Instituto Millenium, assim como as organizações civis que haviam sido fundadas com propósito similar no passado, não atendia totalmente os anseios das pessoas que frequentavam as comunidades do Orkut e defendiam o capitalismo de livre-mercado de modo mais radical.

Tendo isso em vista, alguns membros do contra-público ultraliberal passaram a somar esforços para fundar novas organizações que pudessem melhor representá-los. Para Hélio Beltrão Jr. era necessário haver um horizonte utópico para que fosse possível conquistar mais pessoas para as causas que defendia. Em suas palavras, era necessário ganhar corações e mentes, e não se envolver apenas em debates complexos a respeito de quais seriam as melhores políticas públicas a serem adotadas pelo país. Nesse sentido, de acordo com Beltrão, a ideia de que a adoção da lógica de mercado é sempre a melhor solução para *quaisquer* problemas sociais ou econômicos porque é *moralmente superior* seria muito mais simples, coerente e facilmente compreensível por qualquer pessoa do que as discussões excessivamente técnicas realizadas por intelectuais e tecnocratas neoliberais. Imbuído de tal propósito, no dia 2 de junho de 2006, Beltrão criou uma das principais comunidades para a discussão do liberalismo econômico no Orkut, a comunidade “Liberalismo (verdadeiro)”, com a intenção de buscar pessoas para fundar um novo *think tank* inspirado no *Mises Institute* norte-americano¹⁰⁰. Em 2007, apenas um ano depois da criação da comunidade digital, com

Vinculados ao IEE, eles teriam de preservar tudo aquilo que havia sido construído ao longo dos anos na capital gaúcha e teriam menos autonomia. Além disso, com o tempo, acabou se tornando difícil para a diretoria do IEE em Porto Alegre administrá-los. Tudo isso resultou na independência dos capítulos de São Paulo e Belo Horizonte. Eles adotaram o nome de Instituto de Formação de Líderes e permanecem como importantes parceiros do IEE, compartilhando os mesmos valores e princípios, além da preocupação com a formação de líderes. Referência deve ser feita, ainda, ao Líderes do Amanhã, instituto criado em 2011, no Espírito Santo, que se estabeleceu de forma muito rápida, consolidando a importância da defesa da liberdade e da formação de pessoas. O IEE gaúcho foi apenas uma espécie de benchmarking para os jovens de Vitória, que criaram seu próprio modelo, absolutamente autônomo.” Disponível para download em http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2017/08/miolo_iee_final2.pdf

¹⁰⁰ Fundado em 1982 por Llewellyn H. Rockwell Jr., com o apoio de Margit von Mises, Murray N. Rothbard, Henry Hazlitt e Ron Paul, o *Mises Institute* defende uma ordem baseada na propriedade privada e na economia capitalista de livre-mercado que rejeita a tributação, a degradação monetária e o

o apoio dos irmãos Cristiano e Fernando Chiocca¹⁰¹, que estavam entre os membros mais ativos da comunidade, nasceu o Instituto Mises Brasil (IMB), o primeiro *think tank* ultraliberal do país e que passou a ser presidido por Hélio Beltrão. Em seus primeiros anos o IMB não possuía sede e nem funcionários contratados, era apenas uma página na internet, alimentada pela avidez dos frequentadores das comunidades do Orkut, fóruns e blogs, em propagar suas ideias para públicos mais amplos, o que era excelente na visão de Beltrão, pois evitaria o risco da organização se tornar um cabide de empregos para pessoas que não acreditavam de fato nas causas defendidas.

De acordo com o fundador e presidente do Instituto Mises Brasil, existiriam duas grandes correntes ideológicas que atualmente disputariam a hegemonia na sociedade brasileira: a socialdemocracia e o neoliberalismo. A primeira expressaria os posicionamentos de economistas como Luís Carlos Bresser-Pereira e Luiz Gonzaga Belluzzo que defenderiam políticas como a existência de empresas estatais diversas; política industrializante; imposição de tarifas de importação; política cambial ativa; bancos estatais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; eleição de “campeões nacionais”; aposentadoria pública; seguro-desemprego; leis trabalhistas e políticas de distribuição de renda. Já a segunda seria defendida por economistas como Marcos Lisboa, Armínio Fraga, Pêrsio Arida e Samuel Pessoa.

O ultraliberalismo, segundo Beltrão, se diferenciaria do neoliberalismo por defender a abolição de uma série de políticas e instituições advogadas pelos neoliberais, como o monopólio da moeda; o Banco Central; uma política monetária ativa; órgãos de defesa da concorrência (anti-truste); agências reguladoras estatais; investimentos estatais em infraestrutura essencial como estradas e portos; educação e saúde básicas públicas; políticas de renda mínima; harmonização das leis e impostos entre os estados. Além disso, é comum entre os ultraliberais a defesa de pautas liberalizantes no plano dos costumes, como a liberação do porte de armas para cidadãos comuns; do aborto; da união homoafetiva; de substâncias ilícitas como a maconha; de patentes e direitos autorais, porém, sem a existência de qualquer

monopólio estatal coercivo dos serviços de proteção. Para mais informações ver <https://mises.org/about-mises/what-is-the-mises-Institute>.

¹⁰¹ Passados alguns anos da fundação do IMB, os irmãos Chiocca deixaram de fazer parte do Instituto principalmente por motivos ideológicos e estratégicos e decidiram fundar sua própria organização em 2015, o Instituto Rothbard.

regulação estatal¹⁰², o que eventualmente gerava tensões importantes com os liberais-conservadores que circulavam nos circuitos formados por organizações e movimentos pró-mercado entre 2006 e 2010. Contudo, a despeito de possíveis divergências, os militantes liberais-conservadores acabavam se unindo aos ultraliberais tanto no que diz respeito à defesa do livre-mercado como no que tange ao combate ao esquerdismo. Eventualmente, alguns deles conseguiam promover algumas iniciativas específicas voltadas para suas próprias agendas, como foi o caso de Joel Fonseca, que se declarava católico e defendia pautas mais conservadoras no final dos anos 2000 mas depois abandonou a religião e adotou um ponto de vista mais liberalizante acerca de costumes.

Em 2008, Fonseca, então estudante de filosofia da USP formou um grupo de estudos sobre Platão a partir do qual surgiu a ideia de publicar uma revista, a *Dicta&Contradicta*:

“Eu cheguei a publicar uma revista que tinha um perfil mais conservador e chamava *Dicta & Contradicta*. A revista chegou a ter dez números, tinha literatura, filosofia, era mais voltada para filosofia e menos para a discussão da agenda política do dia. Inicialmente a gente começou com um grupo sobre Platão que a gente formou. *Era a época que você ainda era católico?* Eu era católico e a maioria ali também era, mas nem todos. (A gente tinha uma) preocupação de restaurar um pouco uma discussão de alto nível cultural no Brasil, que não fosse nem acadêmica, mas que também não fosse de baixo nível, vulgar. Queríamos recuperar uma ideia de público leitor, culto, inteligente...elevantar o debate. Eu escrevia e pensava mirando pessoas com ensino superior, um pouco mais voltadas para as áreas de humanas, mas tentando pegar pessoas de exatas, ou aquelas que se interessavam por aqueles temas também, pessoas que querem mais informação cultural na sua vida, então era essa a ideia. A revista era impressa, semestral, bem grossa, vendida em livrarias, o primeiro número saiu em 2008 e acho que o último número saiu em 2013 ou 2014. Cada número era uma corrida atrás do patrocínio. Um dos membros foi presidente do Instituto numa época, era o enteado do Andrea Matarazzo, um ou outro número

¹⁰² Nesse sentido é importante lembrar que também existiam muitas discordâncias entre os ultraliberais, tendo em vista as diferentes correntes que, de forma radical, defendem o livre-mercado mas que possuem diferenças importantes entre si.

foi de reconhecimento mais familiar assim, mas no geral (a gente) ia sempre atrás de alguém, de alguma empresa, um sindicato. Os nossos contribuintes já pagavam um pouco abaixo do mercado, só dava para pagar o presidente e o editor chefe, e mesmo assim bem abaixo do mercado. Então acho que teve um momento em que ninguém mais podia se dedicar àquilo sem remuneração, então acabou. *Você lembra qual era a tiragem?* Era grande, chegou a ser 4 mil, depois acho que baixou para 3, e uns bons números ali acho que chegou a quase 2 mil. Vendia na Livraria Cultura, e a gente não vendia mal, para o tipo de publicação que ela era, mas nem perto de se pagar nessas vendas. **(Joel Fonseca, ex.-Líber, maio de 2017)**

Assim como Fonseca, outros membros dos contra-públicos digitais que eram estudantes universitários foram formando grupos de estudo, sendo que o maior destes, na época, foi criado em Fortaleza, o “Dragão do Mar”:

“Nesse grupinho do Orkut, nessas comunidades, eu acabei entrando em contato com alguns meninos de Fortaleza. Um deles tinha acabado de entrar em economia na Universidade Federal do Ceará (UFC), que foi o Raduán Melo, (outro era o) Bruno Aguiar, e o (último) era o Jeová, que fazia faculdade de direito, só que na UNIFOR, uma privada lá de Fortaleza. Aí a gente (pensou): ‘pô, Fortaleza, e tal, vamos nos juntar, vamos fazer um grupo”. Porque não tinha conhecimento, engraçado, né? Eu não sabia onde buscar as coisas. E aí a gente montou um grupo de estudos, que é o grupo de estudos Dragão do Mar, em 2008, e o nosso primeiro estudo foi sobre (o livro) “A Ação Humana” do Mises” **(Cibele Bastos, IL-RJ, dezembro de 2015)**

Além de formarem grupos de estudo em suas respectivas faculdades, o paulistano Joel Fonseca e a cearense Cibele Bastos, bem como várias pessoas distribuídas Brasil a fora, puderam, por conta do Orkut, participar de uma iniciativa coletiva ousada que também nasceu do Orkut: a tentativa de formação de um partido

ultraliberal brasileiro inspirado no *Libertarian Party* norte-americano¹⁰³, cujo nome, Líber, remetia à abreviação de “libertário”:

“Partido Libertário Brasileiro - Ajudem a fundar

Alex - 12 de fevereiro de 2007

Para aqueles que não sabem, está em andamento o projeto de criação de um partido político que nos represente. A primeira etapa para a fundação desta nova agremiação política é conseguir 101 fundadores em 9 estados. Até o momento em que esta mensagem foi postada, estão faltando 35 nomes. Pare de reclamar dos esquerdistas e parta para a ação! Participe!”

Passados dois anos do anúncio no Orkut, o Líber possuía um site oficial, um programa, contas no Twitter e no Facebook, e 500 membros que pagavam uma anuidade de 100 reais para o partido. No entanto, seus membros enfrentavam imensas dificuldades para reunir as quinhentas mil assinaturas necessárias para sua oficialização:

“A gente montou um grupo de estudos em 2008 e se juntou mais uma pessoa, o Maris, que era mais ligado ao cunho político. Ele participou da fundação do Partido Libertário e aí a gente começou a ser uma célula do Líber lá em Fortaleza. Eu lembro que a gente sempre tinha umas reuniões estratégicas pra coletar assinaturas pra oficialização do Partido. A gente passou de 2008 até 2012 naquele trabalho de formiguinha, fazendo inscrição no Orkut, tentando captar gente para os grupos de estudo. A gente não tinha dinheiro, né, era um bando de estudante que fazia a coisa do próprio bolso.” **(Cibele Bastos, IL-RJ, dezembro de 2015)**

Como o surgimento do Líber ocorreu a partir do Orkut e seus membros eram, em sua maioria, estudantes universitários e profissionais liberais que não possuíam os meios materiais e a expertise necessários para fundar um partido, ainda que existissem núcleos distribuídos por várias capitais do país, a iniciativa não prosperou. Além disso, de acordo com o primeiro presidente do Líber, o mineiro Juliano Torres, que na

¹⁰³ Fundado em 1971 por David Nolan no Estado do Colorado, EUA, o *Libertarian Party* defende, exclusivamente, ideias libertarianas.

época era estudante de jornalismo e publicidade e se definia como anarco-capitalista, a militância ainda não se sentia confortável em atuar politicamente em outros partidos:

“Alguns poucos tentaram entrar no DEM, mas ficaram menos de um mês. Não tem liberdade. Seus estatuto são muito fechados. Eles garantem o poder a certos grupos. O modelo dos partidos é muito centralizado no diretório nacional. Nós poderíamos ser expulsos. Quando a gente defende alguma ideia contrária ao programa do partido, a comissão de ética pode expulsar. E eu creio que nos expulsariam. Os nossos meios são moderados, mas os fins são radicais”¹⁰⁴.

No entanto a militância reunida no Líber criou laços importantes de amizade durante os anos em que ocorreu a tentativa de criação do partido, os quais foram importantes para o processo de institucionalização dos contra-públicos que estava em curso:

“Teve muita discussão até realmente as pessoas se encontrarem para fazer uma assembleia para aprovar o programa e o estatuto. Então são vários anos até juntar pessoas, juntar uma grana, juntar as ideias, formalizar isso. Que geralmente, pensando nas leis brasileiras, é muito difícil montar um partido, muita gente nem queria formalizar isso, queria ter uma organização que atuasse politicamente, mas não necessariamente um partido político que participasse de eleição, mesmo porque muita gente nem concorda com as eleições. Mas isso aglutinou muita gente e se formaram vários grupos regionais, por conta disso, principalmente em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, essas cidades tinham bastante gente que frequentava. Aqui em São Paulo geralmente a gente se encontrava num café na (Avenida) Paulista e discutia. Algumas pessoas conhecerem a gente no café, ouvindo a gente debatendo política, acabaram chegando no grupo por aí. E um amigo traz o outro, aí mostra um texto, vai trazendo, e vai compondo. (A maioria era formada por) empreendedores, profissionais liberais, estudantes de direito, estudante de economia, pessoas, por exemplo da tecnologia, programadores, web designers, gente desse universo

¹⁰⁴ Juliano Torres em entrevista para o Estadão em 20 de julho de 2009, Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,partido-nascido-no-orkut-prega-o-ultraliberalismo,405536>

profissional autônomo, e um pouco, o pessoal um pouco mais revoltado com a política, que tem esse perfil mais punk. Eu era o coordenador de São Paulo, fiquei atuante até o final do ano passado (2015), e mensalmente fazia reuniões aqui em São Paulo, geralmente um *happy hour*, e tal. Então um dia de semana, à noite, assim, juntava o pessoal pra bater um papo, discutir questões, discutir projetos, discutir participação em alguma coisa. Sempre tinha um pouco esse encontro. De certo modo, o que faz a gente estar junto é essa relação de amizade que foi feita ao longo dos anos” (Filipe Celeti, LIVRES, abril de 2016)

Os encontros online e off-line promovidos pelos militantes reunidos na tentativa de fundar um novo partido acabaram por fomentar uma série de novas iniciativas. Foram criados vídeos e canais de *Youtube*, novas comunidades em redes sociais, novas páginas dedicadas a divulgação de suas ideias, os quais passaram a agregar cada vez mais pessoas para suas causas. Porém, à medida que o IMIL e o IMB foram se consolidando, os membros dos contra-públicos começaram a frequentar organizações pró-mercado brasileiras e estrangeiras mais antigas, como o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais e suas filiais, posteriormente nomeadas como Instituto de Formação de Líderes¹⁰⁵, a Fundação Friedrich Naumann¹⁰⁶, a *Foundation for Economic Freedom*, a *Atlas Network* e o *Cato Institute*. Desse modo, suas atividades passaram a alcançar outro patamar em termos de exposição e apoio para que pudessem militar pelo livre-mercado de modo mais contínuo. Foi o que ocorreu com Rodrigo Constantino, que, entre 2009 e 2010, passou a escrever uma coluna semanal para o jornal “O Globo” e a se dedicar cada vez mais para a militância, e com o gaúcho Fábio Ostermann, frequentador dos fóruns do Orkut que passou atuar de modo mais orgânico em defesa do livre-mercado após ter entrado em contato com think tanks pró-mercado norte-americanos:

“Nasce o Instituto Millenium e eu começo a ficar mais próximo desses fundadores, dentro eles, a família Marinho, do Globo. Eles me colocam numa vitrine, então eu saí do Facebook para uma coisa que tinha gente da mídia

¹⁰⁵ Para mais informações sobre as organizações pró-mercado brasileiras que foram fundadas nas décadas de 1980 e 1990 cf. Gross, 2002; Casimiro, 2011; Rocha, 2017.

¹⁰⁶ Desde 1992 a Fundação Friedrich Naumann, organização alemã fundada na década de 1958 para divulgar o liberalismo econômico, mantém um escritório em São Paulo a partir do qual atua em conjunto com os principais *think tanks* liberais brasileiros, como o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais e o Instituto Millenium, promovendo e financiando atividades para a difusão do ideário pró-mercado na sociedade civil. Ver em <http://brasil.fnst.org/>.

olhando, e aí eu recebo, um belo dia, uma ligação, ‘Rodrigo, aqui é o editor do (Jornal) Globo, que tal você escrever colunas para a gente?’. Eu falei, ‘pô. Maravilha’. Então as coisas foram acontecendo. Eu era militante da causa liberal, nos instrumentos que tinham disponíveis, Orkut, depois *Facebook*, depois o Instituto Millenium, apareceram palestras no IEE, lá em Porto Alegre, e as coisas foram acontecendo. Uma coisa foi puxando a outra, eu fui ficando mais em evidência, fui sendo chamado para mais coisa, e foi ficando cada vez aquilo que era um hobby, até o dia que eu tomei a decisão, conversei com o pessoal e falei, ‘olha, eu quero viver disso. Vamos viabilizar esse troço’, e fui 100% para a atividade de militante da causa liberal.” **(Rodrigo Constantino, IL-RJ, dezembro de 2016)**

“Eu sempre ficava na internet procurando coisas, e em 2007 surgiu o site do Ordem Livre, que era o programa de difusão das ideias liberais em língua portuguesa do *Cato*. Daí eu fui, na metade do ano de 2008 pra dois seminários, um do *Cato* e outro da FEE, *Foundation For Economic Education*, e conheci um pessoal que tava começando a se organizar lá nos EUA que se intitulavam *Students For Liberty*. Na minha volta, eu tive um contato mais aprofundado com o *Students For Liberty* e fui estagiário do Ordem Livre por dois meses e meio num programa de estágio chamado *Koch Summer Fellow Program*¹⁰⁷. **(Fábio Ostermann, LIVRES, março de 2016)**

A partir do programa Ordem Livre, ligado ao *Cato Institute*, foi criado em 2009 no Brasil, com o auxílio de Ostermann, o Instituto Ordem Livre. No mesmo ano o Instituto passou a promover um projeto chamado “Liberdade na Estrada” que contava

¹⁰⁷ A atuação dos libertarianos, David e Charles G. Koch, bilionários do ramo de petróleo, junto às principais organizações pró-mercado dos Estados Unidos e ao Partido Republicano é pública e notória. (Doherty, 2007; Moraes, 2015; Skocpol; Hertel-Fernandez, 2016). Charles Koch financiou e ajudou a estruturar diversos *think tanks* pró-mercado em seu país principalmente durante os anos 1970 e 1980, entre os quais o *Cato Institute*, criado em 1977 em conjunto com o ativista libertariano Ed Crane e que foi integrado por Murray Rothbard, conhecido intelectual libertariano, e Sam Husbands Jr., empresário que participou do governo Reagan. Atualmente o *Cato* atua em conjunto com a Atlas Network, fundada em 1981 nos Estados Unidos com o objetivo de articular mais de quatrocentos *think tanks* pró-mercado espalhados pelo mundo (Rocha, 2015), e figura como o oitavo *think tank* mais importante dos Estados Unidos de acordo com o índice *Global To Go Think Tanks 2014* desenvolvido pela Universidade da Pensilvânia. Para maiores informações sobre a atuação dos irmãos Koch cf. Doherty, 2007

com financiamento do Grupo Localiza¹⁰⁸, e promovia palestras com intelectuais em universidades espalhadas por diversas localidades do Brasil. Em suas cinco primeiras edições, o “Liberdade na Estrada” esteve presente em quase 50 universidades distribuídas em mais de 30 cidades diferentes e ajudou a conectar ainda mais a militância pró-mercado distribuída pelo território nacional:

“Em 2009 foi que a gente começou a ter mais atividade porque fizeram um projeto do Ordem Livre, lá no Rio Grande do Sul, chamado Liberdade na Estrada. A ideia do projeto era fazer palestras ao longo do Brasil, em cada capital, e levar palestras sobre liberalismo econômico, e (daí) entraram em contato pra gente organizar o Liberdade na Estrada em Fortaleza, em 2009. Aí foi quando a gente organizou o primeiro evento liberal aqui e foi muito bacana. Quando a gente foi organizar o Liberdade na Estrada, a gente organizou como Líber Ceará. O Evento foi na Faculdade de Economia e o idealizador do projeto foi o Lucas Mafaldo, que é lá do Rio Grande do Norte, ele que teve essa ideia de percorrer o Brasil, ele dizia que pegava o carro e ia percorrendo o Brasil. Deu até um público considerável, a gente filmou e tal. Só que 2010 a gente repetiu mas não deu certo, não teve tanto sucesso de público na UFC, mas teve sucesso de público em outra faculdade (porque) a gente fez em outro horário”
(Cibele Bastos, IL-RJ, dezembro de 2015)

Entre os anos de 2009 e 2010, além de organizarem palestras por meio do projeto “Liberdade na Estrada” e grupos de estudos, os estudantes universitários que frequentavam as comunidades de Orkut também começaram a montar chapas para disputar centros acadêmicos e diretórios estudantis para fazer frente a atuação da esquerda no movimento estudantil:

“Lancei a chapa Reconquista (em 2009 para disputar as eleições do Diretório Central dos Estudantes da USP). Ela não era um projeto claramente de direita, era só um projeto anti-greve. A gente venceu as eleições, teve coisa de 700 votos a mais do que a chapa do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), (mas) houve uma fraude orquestrada pela maioria dos centros acadêmicos que eram

¹⁰⁸ O mineiro Salim Mattar, proprietário do Grupo Localiza, e a família Ling, proprietária da Holding Évora, são tidos pela militância ultraliberal como os principais financiadores de suas atividades.

vinculados ao PSOL, em que eles impugnaram algumas urnas chave que a gente tinha vencido. E eu, a partir da Reconquista, comecei (em 2010) uma chapa chamada “Liberdade USP”, que era um grupo político de direita conservadora¹⁰⁹. E eu comecei a postar texto na internet, eu tinha uma série de discussões online. *Você publicava os seus textos aonde?* Orkut, tudo via Orkut. Às vezes eu publicava Documentários do Mídia Sem Máscara, às vezes mandava ali para um ou outro colega, link de blog. Eu cheguei a ter um blog, cheguei a criar artigo para o site do Endireita Brasil, que hoje não tem mais. *Você lembra as comunidades que você frequentava?* “Sou de direita, e daí?”, que era uma das maiores, a comunidade do Olavo de Carvalho, tinha um grupo que era de zoeira chamado “Marx de cu é Hegel”. Era muito engraçado esse grupo, e eu ia direto lá postar paródias de marxismo, eu literalmente criava um (perfil) *fake* e (pensava) “hoje eu vou simular o trotskista”, ia e fazia lá algum texto trotskista que entrava em contradição para estimular o pessoal a entender o quão idiota era aquilo. Aliás nessa época eu conheci Flávio Morgenstern¹¹⁰, que foi o criador dessa página.” **(Rodrigo Neves, Endireita Brasil, abril de 2018)**

“Nessa época uma ferramenta que começou a ficar muito famosa foi o tal do Orkut. O Orkut trouxe a possibilidade de que não só apenas os representantes estudantis pudessem manifestar alguma coisa, então o pessoal que só poderia se manifestar se estivesse dentro de um debate, numa reunião de Centro (Acadêmico), numa eleição, agora podia, a todo o tempo, dar suas opiniões. Nessa época você começa a conhecer a turminha das antigas, as comunidades do Olavo de Carvalho, comunidade Liberalismo. Eu não cheguei nem a

¹⁰⁹ Segundo Rodrigo Neves, em entrevista concedida ao jornalista Reinaldo Azevedo, “desde 2009 o Movimento Liberdade USP mantém contato com o (grupo) Liberdade UnB, e, desde 2010, há uma aliança entre os dois grupos, caracterizada por um apoio mútuo na oposição à partidarização do Movimento Estudantil e pela troca de experiências e informações”. Ver em <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-eleicao-do-dce-da-usp-se-aproxima-a-maioria-silenciosa-pode-votar-ja-contr-a-greve-que-eles-decidiram-fazer-no-ano-que-vem-abaixo-o-que-pensa-a-chapa-reacao-ou-a-tecnologia-ja-pode-revelar-a-vontad/>

¹¹⁰ Flávio Morgenstern, foi estudante de letras na Universidade de São Paulo, onde integrou a chapa “Reação”, ao lado de Rodrigo Neves, em 2011, para disputar o Diretório Central dos Estudantes. Leitor de Olavo de Carvalho, atualmente é analista político, palestrante e tradutor. Escreve para o jornal *Gazeta do Povo*, além de sites como Implicante, Senso Incomum e o site do Instituto Millenium e do Instituto Liberal. Lançou seu primeiro pela editora Record *Por trás da máscara*, sobre os protestos de 2013. Ver em <https://www.institutoliberal.org.br/autor/flavio-morgenstern/>

participar da comunidade Olavo de Carvalho, eu acho que eu participei da Comunidade Liberalismo, a primeira, eu sou raiz. Mas enfim, no Orkut eu não discutia tanto política porque eu achava muito enfadonho, como sou um pouco meio que à moda antiga eu preferia nos corredores, olho no olho, falar com o pessoal. Eu cheguei participar de uma eleição para DCE e eu tive êxito, fui eleito para o DCE em 2010. Tinha uma parte da chapa que era de gente ligada ao PCdoB, (então fui) mantendo aquela prudência, meio Winston Churchill, e sabendo que ali dentro eu era minoritário” **(Lourival de Souza, Expresso da Liberdade, abril de 2017)**

“Eu conheci esses amigos que me comentaram acerca do Olavo e comentaram também do Rodrigo Constantino. Aí eu comecei a ler alguns textos e a gente discutia entre nós. A gente começava a ler as bibliografias, não só as que eles indicavam, mas por nossa conta mesmo. Eu acho que eu comecei a ter contato com isso mais ou menos aí entre 2009 e 2010, que coincidiu também quando eu comecei a ter uma atuação política dentro da faculdade. Uma vez que eu via que havia um discurso único, e eu estava conhecendo esses outros caras aí, a gente começava a confrontar: ‘não, mas espera aí, isso aqui está errado’, ou, ‘espera aí, você está falando em nome do movimento estudantil, mas as decisões não estão sendo apresentadas aos estudantes’. Você observa que as pessoas não se sentem representadas e elas passam a se afastar. Começaram a ter debates depois que a gente veio para o Facebook, antes era (no) Orkut, e você vê que tem um número X de pessoas que não concordam com determinado tipo de pensamento, seja em termos de ideologia, seja em termos pragmáticos, é um grupo de pessoas que está totalmente alienado do processo de tomada de decisões. *E aí como é que vocês fizeram? Montaram uma chapa para o centro acadêmico?* Montamos uma chapa, e a gente fez uma chapa, tinha muito apoiador, mas tinham cinco pessoas que realmente tocavam a chapa. É impossível você fazer uma boa disputa eleitoral com cinco pessoas sem dinheiro, né. Era engraçado que a gente passava a sacolinha e era um custo danado, uma dificuldade danada pra você conseguir dinheiro pra fazer um materialzinho preto e branco, aqueles bem chumbregas, e de repente, você olhava para o lado e tinha um cara com um super material, colorido, tiragem

gigante, com adesivo pra caramba. Aí você (pensava) ‘pô, de onde eles tiram dinheiro pra isso?’ **(Fernando Fernandes, IL-RJ, março de 2017)**

Com intuito de fornecer auxílio organizacional e conferir maior organicidade aos grupos de estudo e chapas estudantis que vinham sendo formadas, Juliano Torres, que havia atuado como primeiro presidente do Líber, resolveu assumir a presidência de uma organização que havia sido criada em 2009 por Fábio Ostermann chamada “Estudantes Pela Liberdade” e inspirada pela organização norte-americana *Students For Liberty*:

“Nas férias de julho de 2008 eu fui para a Freedom University da FEE e conheci um pessoal que estava começando a se organizar lá nos Estados Unidos que se intitulavam *Students For Liberty*, e conheci o Alexander McCobin que era o presidente da *Students For Liberty*. Eles falavam lá que eles tinham recém-feito o primeiro encontro nacional deles e tal, que tinha nevado até dizer chega em Nova York, mas mesmo assim eles conseguiram agregar tipo, 50 pessoas de tantos estados. Daí eu achei: ‘pô, interessante, acho que no Brasil a gente tá precisando de algo assim’. Daí voltei pra cá, comentei com o pessoal, acharam: ‘pô legal, legal’, mas daí a coisa acabou não evoluindo. (...) Em janeiro de 2012 eu fui participar do primeiro seminário de verão do Ordem Livre. Nesse seminário os participantes foram divididos em grupos temáticos, um grupo ia falar sobre formas de desenvolver o pensamento liberal na academia, outro sobre como desenvolver na imprensa, outro na política por meio dos partidos políticos, e outro ativismos estudantil. Eu fui para o grupo de ativismo estudantil, junto comigo estavam o Juliano Torres e o Pedro Menezes, e eu falei: ‘o EPL é uma ideia legal, só que precisa de gente pra tocar, vocês estão dispostos a tocar?’, e o Juliano, que tinha recém-saído da presidência do Líber, resolveu liderar isso aí, e eu fiquei como presidente do conselho consultivo. Na época eu estava no final da minha diretoria do IEE e acabei sendo convidado pelo Ordem Livre pra ser o gerente de operações aqui no Brasil.” **(Fábio Ostermann, LIVRES, março de 2016)**

Com a fundação do EPL, a circulação das ideias pró-mercado nos meios universitários se tornou mais institucionalizada. Desde sua fundação, o EPL realizou

650 eventos em universidades públicas e privadas e criaram cerca de 200 grupos de estudo, sendo que no ano de 2014 o EPL já contava com 600 lideranças voluntárias¹¹¹, como Luan Sperandio, Cibele Bastos e Gabriel Menegale, que passaram a coordenar as atividades da organização em seus respectivos estados:

“Em meados de 2010 eu fui lendo vários livros assim, principalmente do Luiz Felipe Pondé e posteriormente, eu participei do Fórum da Liberdade e Democracia em Vitória, em outubro de 2013. E quem estava palestrando eram o Paulo Guedes e o Rodrigo Constantino. As falas deles sobre liberdade econômica fizeram muito sentido pra mim, que já estava num processo de me tornar liberal. Nesse evento eu comprei alguns livros do Instituto Mises Brasil, e comecei a estudar. No primeiro semestre de 2014 eu passei a escrever para o (site do) Instituto Liberal de forma frequente, e, em meados de agosto, a rede Estudantes pela Liberdade estava tentando se articular aqui e a gente acabou criando o grupo Domingos Martins, que é o maior grupo de estudos liberais aqui do Estado do Espírito Santo” **(Luan Sperandio, Mercado Popular, fevereiro de 2017)**

“No meio do ano de 2012 o Raduan disse assim: ‘olha só, teve um Seminário de inverno do Ordem Livre lá em Petrópolis, e eles criaram uma instituição chamada Estudantes pela Liberdade. A ideia é criar uma rede de estudantes, com núcleos locais e eu falei que eles podiam contar com a gente’. Porque, o primeiro grupo de estudos do Brasil, assim, em termos institucionais, foi o da gente. Aí o Raduán (disse): ‘tu toca essa ideia, né?’, daí eu: ‘como assim, eu toco?’, ‘é, tu coordena’, (e) eu (respondi), ‘tá bom’. Aí entraram em contato comigo e eu virei coordenadora local do EPL lá em Fortaleza” **(Cibele Bastos, IL-RJ, dezembro de 2015)**

“Embora eu fosse um liberal super novato, o EPL tinha o objetivo de se espalhar e o Juliano é um sujeito que escolhe as pessoas certas. Naquela época eu estava numa onda ainda da juventude do partido (Democratas), eu topei e para mim foi uma experiência muito boa em vários aspectos. Eu não conhecia

¹¹¹ Informações contidas no site <http://www.epl.org.br/sobre/> acessado em 2 de fevereiro de 2018.

ele presencialmente, e a primeira missão foi organizar um evento no Rio, se eu não me engano, em abril de 2013. Quando eu assumi a coordenação estadual do EPL, aí sim eu conheci muita gente. Na conferência que a gente fez aqui no Rio vieram 50 pessoas, (e como) desde bastante tempo eu manjo bastante de criar site, na época nós criamos também um site do EPL, fizemos um evento em abril, no prédio do Millenium, aí que eu conheço o Juliano presencialmente. **(Gabriel Menegale, ex-IL-RJ, janeiro de 2017)**

Ao mesmo tempo em que Juliano Torres, que havia integrado o Líber, se tornava uma liderança conhecida entre os ultraliberais por conta de sua atuação no EPL, Bernardo Santoro, que assim como Torres, também havia atuado como presidente do Líber, passou a se destacar nos circuitos pró-mercado. Em 2012 Santoro havia se candidatado a vereador pelo Partido Social Liberal (PSL) na cidade do Rio de Janeiro, angariando 1200 votos. Apesar de não ter sido eleito, a candidatura chamou certa atenção e Santoro foi convidado para fazer parte do Instituto Liberal do Rio de Janeiro:

“Em 2012 eu fui convidado pra ser o Diretor de Relações Institucionais do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, o IL estava morrendo e eu era um cara que conhecia todo mundo em todo o Brasil do ponto de vista do mundo liberal. Eu conhecia todo mundo do Instituto de Estudos Empresariais, do Instituto de Formação de Líderes, da Fundação Friedrich Naumann, das tentativas de partidos liberais em formação, Partido Novo¹¹², Partido Federalista¹¹³, Líber, eu era presidente do Líber na época...Meu primeiro evento como presidente foi um evento da Fundação Friedrich Naumann que reuniu tudo o que era instituto liberal no Brasil pra gente bater um papo, fazer um workshop de como levantar dinheiro e tal, e aí eu fui como representante do Instituto Liberal e apresentei um projeto de reestruturação do Instituto Liberal. Todo mundo achou aquilo o máximo mas ninguém deu nenhum centavo. Posteriormente eu apresentei aquele projeto pra empresários locais do Rio de Janeiro, e inclusive pro Rodrigo

¹¹² O Partido Novo, cuja principal liderança é o João Amoêdo, ex.-executivo do mercado financeiro e que se candidatou à Presidência da República em 2018, foi fundado em fevereiro de 2011 e obteve seu registro oficial em novembro de 2015. O partido defende uma plataforma liberalizante baseada em uma maior autonomia e liberdade do indivíduo e na redução das áreas de atuação do Estado. Para maiores informações ver <https://novo.org.br/partido/quem-somos/>

¹¹³ Ver nota 16.

Constantino e ele gostou. Depois teve outro evento liberal no Rio Grande do Sul (Fórum da Liberdade), e ele levou o projeto, conversou com mais umas pessoas e virou pra mim e falou: ‘Bernardo, o projeto tá aprovado, temos verba’. Aí eu larguei o meu emprego, eu era concursado como assessor jurídico da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro, e fui pro Instituto. (Depois) um grande amigo meu, que também conhecia todo mundo, passou a ser o novo Diretor de Relações Institucionais, o Fábio Ostermann.” **(Bernardo Santoro, IL-RJ, outubro de 2015)**

Em 2013, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro oficializou a troca de sua diretoria, que passou de Arthur Chagas Diniz para Bernardo Santoro, enquanto Rodrigo Constantino ficou responsável pela presidência da organização. A partir de então, Santoro passou a trazer para o Instituto pessoas que conhecia do Líber, das Comunidades de Orkut ou que atuavam em outras organizações que haviam sido fundadas recentemente, como Fábio Ostermann, Gabriel Menegale e Cibele Bastos. Ao contrário do que ocorria com os primeiros *think tanks* pró-mercado brasileiros, que atuavam de forma centralizada, as novas organizações que foram criadas a partir de 2006, com exceção do Instituto Millenium, passaram a operar de modo mais horizontal e descentralizado¹¹⁴, até porque, a maioria destas não possuía sede própria, mais de dois funcionários contratados, e grande financiamento, e eram criadas, normalmente, por profissionais liberais, pequenos e médios empresários ou mesmo estudantes universitários. Desse modo, a fundação de novos institutos liberais em outras cidades do país, como São Paulo e Fortaleza¹¹⁵, por exemplo, não obedeceu a um modelo centralizado, mas ocorreu de modo mais autônomo e espontâneo em comparação com o que havia sido feito na década de 1980:

“Agora os Institutos Liberais começaram a reflorescer de maneira totalmente autônoma, não vinculada ao IL-RJ. (Antes era) bem centralizado, inclusive tinha um Conselho de Institutos Liberais. Agora os Institutos estão aí, autônomos, livres, leves e soltos. Hoje a gente tem uma organização que a gente

¹¹⁴ Tanto que, em 2015, sentiu-se a necessidade de criar uma articuladora de organizações e grupos, a Rede Liberdade, presidida pelo advogado Rodrigo Saraiva Marinho.

¹¹⁵ Ver Apêndice 4 Quadro 1. Organizações e movimentos pró-mercado do Brasil (1983-2016).

chama de rede libertária, que é apenas um meio de ajudar a comunicação, mas sem nenhuma gestão, só pela internet. (...) Eu não sei quanto o cara arrecada, no que ele gasta, onde é a sede dele, às vezes eu nem sei, se me perguntar onde é que é a sede do Instituto Liberal do Centro-Oeste, vou falar: ‘não sei, nunca fui’. **(Bernardo Santoro, IL-RJ, outubro de 2015)**

“Eles (*think tanks* antigos) eram centralizados, ou seja, a ideia do Hélio da Estrela do Mar, que cria outros braços, vai e trabalha independente, é a grande vantagem do movimento de terceira geração, ele pensa muito como estrela do mar. Tipo, o Instituto Liberal do Nordeste, quando eu criei, a galera me chamou de louco na época e deu certo, entendeu? O negócio é uma marca forte e consolidada hoje, mas na época era maluquice, mas foi feito completamente independente de qualquer grande centro. O (Instituto) Mises não chegou e disse: ‘vamos montar o Instituto Liberal (do Nordeste)’, nem o IEE, ninguém, não teve isso. Antes os ILs eram formados como se fossem ramificações do IL Rio, e o Donald era muito rico, então o pessoal montou casa, estrutura, bancou, publicou, só que é muito caro manter estruturas, tanto é que o Instituto Liberal do Nordeste ficava no meu escritório, o Instituto Mises fica dentro do escritório do Hélio. A grande vantagem do IL é que o IL publicou muito, tanto é que o IL tinha vários direitos autorais que foram inclusive comprados pelo (Instituto) Mises. Há dois problemas nessa geração (anterior), a centralização do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e o Movimento Liberal de São Paulo, que na época foi muito criticado porque ele passa a ser Social Democrata. Como havia muita força do PSDB paulista, você tem a influência do PSDB de São Paulo muito forte, então o pessoal do Rio Grande do Sul dizia: ‘o Instituto Liberal de São Paulo não presta, porque é um Instituto Social Democrata’. E com o dinheiro acabando essa geração morre pela centralização, que é um problema sério que você vai ter no IFL depois, né, por causa da centralização de gastos e da centralização de conteúdo, porque o IEE monta capítulos, mas não deixa o pessoal crescer, eles quebram essa ideia de pensar de forma descentralizada e permitir que de fato o livre mercado de ideias funcione e que cada um vá se estabelecer com a sua posição local, que é a grande vantagem do movimento liberal de hoje.” **(Rodrigo Saraiva Marinho, ILIN, março de 2017)**

Para descrever a atuação da rede formada pelas organizações atualmente, Hélio Beltrão Jr., como ressaltou Rodrigo Saraiva Marinho, recorre acertadamente à metáfora da estrela-do-mar. Com altíssima capacidade de regeneração, a estrela-do-mar pode perder um de seus “braços” e não apenas reconstituir outro no lugar como o “braço” que foi perdido tem a capacidade de gerar espontaneamente outra estrela-do-mar. Assim, ao contrário do que ocorria com a rede de *think tanks* pró-mercado existente até a metade dos anos 2000, em que a atuação das organizações era centralizada em empresários específicos e dependia deles para funcionar, como bem demonstrou o declínio do Instituto Liberal provocado pelo falecimento de Donald Stewart Jr., hoje os militantes se organizam de modo descentralizado e conseguem se mobilizar sem dispor de grandes recursos iniciais, apenas fazendo uso intensivo de suas redes na internet e fora dela.

Este modo de organização mais descentralizado, no entanto, não é sinônimo de falta de profissionalização, pelo contrário. Os militantes que passaram a atuar a partir dos contra-públicos digitais se profissionalizaram por meio de cursos de formação política e treinamento específicos oferecidos por organizações norte-americanas, como a *Atlas Network*, o *Cato*, entre outras. Além disso, como procurarei apontar na seção seguinte, também passaram a adotar formas de intervenção na esfera pública completamente diferentes das adotadas pelas gerações anteriores de defensores do livre-mercado, como atos e protestos de rua voltados para a conquista de corações e mentes de pessoas comuns, sedimentando sua atuação para além da internet e da discussão de políticas públicas com formadores de opinião.

3.3 Os contra-públicos ocupam as ruas: Junho de 2013 e a Campanha Pró-Impeachment (2014-2016)

Com a intenção de difundir suas pautas para públicos mais amplos, os militantes oriundos dos contra-públicos digitais, para além de promoverem em maior ou menor grau, discursos mais agressivos e ácidos contra a hegemonia esquerdista denunciada por Olavo de Carvalho, também passaram a utilizar uma linguagem mais popular, simples e descontraída para defender o capitalismo de livre-mercado, o qual, como acredita Bernardo Santoro, ajudaria efetivamente os mais pobres protegendo-os da tirania do Estado:

“As ideias liberais são aquelas que efetivamente ajudam o povo e tão do lado do povo contra a tirania do governo, dos políticos e dos corporocratas que fazem negociatas com políticos, então o liberalismo é a verdadeira ideologia dos pobres. Só que ao passo que os liberais entendem tudo de economia e sabem que o liberalismo é a melhor coisa que tem para os pobres, a gente não manjava nada de política e o nosso discurso era muito ruim, daí a gente pensou: ‘por que é que a gente não pega modelos políticos de fora, vê onde eles erraram e onde eles acertaram, e a gente traz aqui pro Brasil?’, fazendo uma linguagem popular do liberalismo e não ‘almofadinha’, ou, de acordo com o pessoal daqui ‘cozinha’?. E daí a gente começou a pegar e fazer uma linguagem popular: ‘vem cá, você quer a melhoria do seu colégio? Do colégio do seu filho? Sim! Vocês querem ter um colégio da mesma qualidade de um colégio privado do Rio? Sim! Então por que a gente não privatiza todas as escolas e entrega um dinheiro pra você pagar o colégio que você quiser? E aí você vai e tem o seu colégio privado igual ao do rico mas sem pagar por ele? Oh, viva! Vem cá, você acha legal pagar três reais no ônibus? Não! E se eu fizesse aqui uma van e cobrasse um real de vocês? Legal! Só que o Estado não deixa porque é regulado aqui no Rio, sabe o que a gente tem que fazer? Privatizar tudo e criar livre mercado no setor! Êeee!’. Assim a gente trouxe pro dia-a-dia do sujeito.”

(Bernardo Santoro, IL-RJ, outubro de 2015)

Imbuídos do mesmo espírito de Santoro, os militantes pró-mercado passaram a organizar demonstrações públicas como o “Dia da Liberdade de Impostos” organizado por diversas organizações pró-mercado, no qual é vendida gasolina livre de impostos, a fazer atos para marcar os recordes do “Impostômetro”, entre outros. Além disso, também passaram a participar de manifestações mais amplas, como a Marcha da Maconha/Liberdade que ocorreu em 2011 em São Paulo. No entanto, ainda que ao final dos anos 2000 a defesa de tais ideias tenha ganhado maior visibilidade, o sentimento de isolamento da militância permanecia, afinal, na época o lulismo parecia ser um projeto político triunfante.

Se durante as primeiras décadas da Nova República a implementação de reformas de orientação neoliberal enfrentou uma resistência importante organizada por grupos e movimentos de esquerda em conjunto com o PT, a guinada neo-desenvolvimentista iniciada pelo governo federal em 2006 com a nomeação de Guido

Mantega para o Ministério da Fazenda não encontrou grandes resistências da oposição. Tal movimento teria sinalizado uma importante conquista na disputa de espaço com os neoliberais, principalmente tendo em vista que foi sustentado e aprofundado por uma grande coalizão política durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, durante o qual o projeto neo-desenvolvimentista também não encontrou maiores impedimentos. Nesse sentido, é possível, inclusive, considerar que nesse período houve uma adesão completa da aliança lulista ao pemedebismo¹¹⁶, que implicou em um debate público e um sistema político em que não existiam diferenciações ideológicas e programáticas reais, nos quais, portanto, não havia uma oposição de fato nem à esquerda e nem à direita (Nobre, 2013), de modo que quem defendesse posições radicalmente divergentes do governo possuía muita dificuldade em se fazer ouvir.

No entanto, é importante lembrar que, a despeito do marasmo do sistema político, durante os anos de 2011 e 2012, ocorreram uma série de manifestações contra a corrupção na esteira dos desdobramentos do “mensalão” e de outros escândalos de corrupção. Em 2011, quatro anos após uma primeira iniciativa lançada em Porto Alegre¹¹⁷, em paralelo às comemorações do 7 de setembro, foram chamadas pelo Facebook manifestações apartidárias contra a corrupção em 34 cidades, distribuídas em 17 estados, e que tiveram cerca de 26 mil confirmações na rede social. Os protestos, convocados sob o título de “2ª Marcha Contra a Corrupção e a Impunidade”, organizada pelo Movimento Contra a Corrupção Eleitoral (MCCE),

¹¹⁶ O pemedebismo é uma lógica conservadora predominante entre as classes políticas brasileiras desde a redemocratização em que a incorporação de demandas democratizantes são sistematicamente bloqueadas por meio da manutenção de um sistema de travas e vetos políticos impostos por uma dinâmica de formação de super-maiorias no Congresso, as quais são justificadas perante a sociedade como condição *sine qua non* para a governabilidade (Nobre, 2013).

¹¹⁷ Em 2007, um mês antes da manifestação organizada pelo movimento *Cansei* em São Paulo (ver nota 84), foi lançado em Porto Alegre o *Movimento Contra a Impunidade e a Corrupção* organizado pela OAB do Rio Grande do Sul e outras 70 entidades que reuniu centenas de pessoas na capital gaúcha. Durante a manifestação os dirigentes das OABs de Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro anunciaram que protestos semelhantes iriam ser organizados em seus respectivos estados e o então presidente da OAB gaúcha, Carlos Lamachia, afirmou que a iniciativa da seccional do Rio Grande do Sul se transformaria em um grande protesto em Brasília, ainda sem data marcada, para apresentação de agenda positiva ao Congresso e à sociedade em defesa do fim do foro privilegiado, a favor da rejeição à proposta de emenda constitucional (PEC) que estende seus efeitos a ex-agentes políticos, e pela criação de mecanismos que evitem que a renúncia seja usada para preservar direitos políticos. Além de advogados, a manifestação também contou com representantes de federações empresariais e centrais sindicais adversárias, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, funcionários públicos, juízes, estudantes, militantes do Partido Verde (PV), do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e deputados estaduais do Partido Progressista (PP) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ver em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,movimento-contra-a-impunidade-e-lancado-por-70-entidades,18760>

ligado à Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹¹⁸, e apoiada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), reuniram milhares de manifestantes entre os quais se destacavam pessoas vestidas de preto e portando a bandeira do Brasil e/ou com as faces pintadas de verde e amarelo, de forma similar ao que pôde ser observado na manifestação realizada pelo movimento *Cansei* em 2007¹¹⁹, que também foi apoiado pela OAB de São Paulo. Contudo, em 2011, os manifestantes não se dedicaram principalmente a manifestar sua rejeição a Lula e ao PT, como ocorreu na capital paulista em 2007. Em Brasília, por exemplo, a marcha reuniu cerca de 25 mil manifestantes que protestaram contra a absolvição da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF); o voto secreto no Congresso. os recentes escândalos de corrupção no governo da presidente Dilma Rousseff; pela aplicação da Lei da Ficha Limpa, e contra o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira¹²⁰. No Rio de Janeiro, com apoio de ONGs como “Rio de Paz” e “Greenpeace”, a passeata tomou a orla de Copacabana aglutinando cerca de duas mil pessoas, várias das quais vestindo preto e carregando vassouras verde-e-amarelas fazendo alusão à faxina no setor público¹²¹. As pessoas reunidas no protesto demandavam a aprovação do projeto Ficha Limpa no Supremo Tribunal Federal (STF) e a transformação da corrupção em crime hediondo; e, finalmente, em São Paulo, duas mil pessoas protestaram na Avenida Paulista com os rostos pintados e munidas de bandeiras do Brasil pedindo também para que 10% do PIB fosse investido em educação¹²².

Em 2012, protestos contra a corrupção convocados pela internet ocorreram em várias capitais brasileiras em outro feriado cívico, 21 de abril, Dia de Tiradentes. Os

¹¹⁸ “O MCCE foi instituído durante o período eleitoral de 2002. Mas pode-se dizer que a campanha da fraternidade de 1996, que teve por tema “Fraternidade e Política”, contribuiu para aflorar a criação do MCCE, porque posterior à campanha, a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) órgão vinculado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lançou o Projeto “Combatendo a corrupção eleitoral” em fevereiro de 1997. Assim, era plantada, em 1998, a semente da iniciativa popular contra a corrupção eleitoral, originando a Lei 9840. Fundado durante o período eleitoral de 2002, o MCCE ampliou sua atuação e hoje funciona de forma permanente com ações em todo o país. Em 2006 é criada a secretaria executiva do comitê nacional do MCCE. Em 27 de abril de 2007, é oficializada legalmente a Secretaria Executiva do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (SE-MCCE), Organização não governamental (ONG) e sem fins lucrativos”, informação disponível em <http://www.mcce.org.br/quando-foi-criado/>

¹¹⁹ Ver nota 84.

¹²⁰ Ver em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marcha-contracorrupcao-reune-25-mil-em-brasil,769550>

¹²¹ Aqui é importante lembrar da expressão “faxina ética” que foi utilizada para se referir à “faxina” ministerial realizada por Dilma Rousseff em 2011, seu primeiro ano de governo, e que, na época, foi recebida com aprovação pelas classes médias. (Singer, 2018).

¹²² Ver em <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2011/10/marcha-contracorrupcao-reune-20-mil-em-brasil.html>

manifestantes demandaram por pautas como o fim do foro privilegiado para parlamentares; pela reversão de aumentos de salários de vereadores; pela obrigatoriedade de ficha limpa para candidatos a cargos eletivos; mais recursos para a educação; e pela saída de políticos locais, mas o foco principal dos atos não era o repúdio aberto ao PT e/ou a Lula, ainda que a pauta da condenação dos “mensaleiros” estivesse presente nos atos¹²³. As manifestações reuniram uma média de duas mil pessoas em cada cidade, e novamente o preto e as cores da bandeira nacional foram utilizadas nas passeatas, no entanto, ao contrário do que vinha ocorrendo desde 2007, em São Paulo houve um confronto entre os manifestantes e a polícia, que jogou bombas de efeito moral para dispersar os manifestantes que estavam na Avenida Paulista¹²⁴.

Nesse sentido, já havia um certo clima de descontentamento no ar, ainda que este não fosse detectado pelas pesquisas de opinião pública, as quais apontavam que o índice de preocupação com o tema da corrupção na época oscilava em torno de 5% (Singer, 2018). Tal índice, contudo, iria aumentar progressivamente após a irrupção das manifestações de Junho de 2013. Iniciadas pelo Movimento Passe Livre na cidade de São Paulo, as manifestações se alastraram pelo país inteiro e logo passaram a reunir milhões de pessoas nas ruas em torno de pautas mais diversas e fazendo uso de repertórios variados (Alonso; Mische, 2016), indicando uma difusão dos setores mobilizados para outras partes da sociedade (Bringel, Pleyers, 2015) e apontando para a rejeição de vários aspectos do sistema político (Nobre, 2013).

Entre as muitas pessoas e grupos que resolveram sair às ruas estavam justamente os militantes pró-mercado, mobilizados, sobretudo, em torno do Líber:

“A militância que eu tive foi Líber. Foi participar de manifestação aqui, a gente fez bastante barulho em São Paulo. A gente participou quando proibiu a Marcha da Maconha e mudaram o nome pra Marcha pela Liberdade, a gente foi lá com os nossos cartazes. A gente fazia muita manifestação no Impostômetro também, quando ia bater os recordes a gente estava sempre. A gente sempre apoiou aquele dia da Liberdade dos Impostos, a gente fazia (protesto) no posto de gasolina, que vende gasolina com o preço que seria se não fossem os impostos, e a gente participou lá em Junho, quando teve as manifestações pelos vinte

¹²³ Ver em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/09/1150245-ato-contracorrupcao-em-sp-pedepunicao-para-condenados-do-mensalao.shtml>

¹²⁴ Ver em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/brasil-eiros-fazem-protestos-contracorrupcao-pelo-pais-neste-sabado.html>

centavos. Quase teve briga, a gente juntou umas cem pessoas ali, então quando chegou o pessoal pra pedir transporte público a gente estava no MASP gritando para ter liberdade nos transportes, acabar com os contratos, e ter mais empresas prestando serviços pra baratear. Então, de certo modo, houve um confronto ali, um princípio de briga, que não aconteceu. Quem fazia e organizava era o Líber, o Líber que chamava o pessoal pra rua.” **(Filipe Celeti, LIVRES, abril de 2016)**

“Em 2013 a gente conseguiu organizar, durante as passeatas de julho, uma manifestação libertária também ali. Enquanto a passeata estava passando pela Paulista, a gente estava concentrado no vão do MASP. A passeata grande começou pela questão da tarifa do transporte público e a gente defendia a liberdade de concorrência e de competição dentro do transporte público, inclusive de carros, antes de existir o Uber. Depois o Uber surgiu, essa coisa de motorista privado que oferece transporte, mas era legal que a ideia já existia ali, sem nenhum aplicativo, já estava presente ali. Esse foi um momento muito rico, um momento que teve um grande otimismo ali também com relação até ao próprio projeto do partido. O Líber foi um período muito legal, eu gostei de ter me dedicado aquilo. Eu fui quem ajudou a organizar realmente essa manifestação que a gente teve lá no MASP, eu e mais algumas outras pessoas.” **(Joel Fonseca, ex-Líber, maio de 2017)**

Além dos ultraliberais, também marcou presença nas manifestações de Junho de 2013 o empresário paulistano e entusiasta do regime militar Marcello Reis. Reis era proprietário de uma comunidade do Facebook intitulada “Revoltados Online”, criada em 2010, cujas origens remontam a uma comunidade do Orkut fundada em 2006 e utilizada para buscar suspeitos de pedofilia na internet. Neto de militares, o empresário foi criado pelo marido de sua prima, um metalúrgico espanhol antigrevista que reclamava das paralisações conduzidas por Lula na década de 1980, chamando-o de “sapo barbudo” e “vagabundo”, adjetivos que o empresário utilizava desde a infância para se referir ao ex-presidente¹²⁵. A comunidade dos Revoltados Online, ao contrário das comunidades formadas na metade dos anos 2000, passou a

¹²⁵ Informações extraídas do perfil de Marcello Reis publicado pela Revista Piauí e acessado no dia 12 de setembro de 2018 em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>

integrar os contra-públicos digitais relacionados à formação da nova direita após 2010, quando seus membros passaram a expressar sua inconformidade com a corrupção na política e com o PT de modo mais explícito e agressivo.

Foi a partir das manifestações de Junho de 2013 que discursos que mobilizavam os temas da anticorrupção e do antipetismo, que já circulavam nos contra-públicos digitais desde o escândalo do mensalão, passaram a se tornar centrais no processo de formação da nova direita, e para tanto, a atuação dos Revoltados Online foi de fundamental. Marcello Reis, por exemplo não era nenhum novato nas ruas em 2013, tendo participado de protestos contra a corrupção em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro entre 2011 e 2012, sendo que em 2012, ao participar de um ato na Câmara dos Vereadores de São Paulo contra a doação de um terreno para o Instituto Lula, se tornou mais popular na internet e passou a organizar pequenos protestos no vão do MASP contra Lula e o Partido dos Trabalhadores. Em abril de 2013, por exemplo, ele organizou um pequeno protesto com duas dezenas de pessoas em que exibiam uma faixa que dizia: “Lula, o câncer do Brasil. Investigação do chefe da quadrilha”. Pouco tempo depois, a faixa motivaria um encontro que acabou resultando em violência quando o Movimento Passe Livre começou a protestar em junho do mesmo ano na Avenida Paulista contra o aumento da passagem do transporte público e Reis decidiu filmar a manifestação e chamar seus seguidores da internet para as ruas.

Porém, durante Junho de 2013, os ultraliberais reunidos em torno do Líber e os seguidores de Marcello Reis ainda não se misturavam. Enquanto os ultraliberais estavam mais preocupados em difundir a ideia de que os problemas do país poderiam ser resolvidos com reformas pró-mercado, Reis demandava uma solução drástica, análoga à defendida pelo jornalista policial Alborghetti em 2006: uma intervenção do exército “para lavar todos os políticos corruptos e comunistas que ocupam o congresso”, como explicou um membro da ROL em novembro de 2015 à pesquisadora belga Fanny Vrydagh¹²⁶. Tais diferenças entre ultraliberais e intervencionistas como Reis, remontavam, inclusive a encontros anteriores nas ruas, como aponta Filipe Celeti, que atuou como coordenador do Líber em São Paulo:

“A gente fez uma outra manifestação, quando estava no auge aquela discussão de revisitar a história da ditadura. A gente fez uma marcha, mas acabou

¹²⁶ Ver nota 10.

aparecendo um povo nada a ver, uns integralistas doidos lá, uns fascistões, *skinheads* perdidos, que começaram a falar um monte de groselha no megafone. Aí uma hora eu peguei o megafone e falei uns lances contra os caras também e eles acabaram indo embora” **(Filipe Celeti, LIVRES, abril de 2016)**

Apesar de tais tensões, os protestos de Junho renderam uma iniciativa que veio a ser de importância crucial para os ultraliberais tempos depois, a ideia de reunir a militância em um movimento mais amplo para participar das manifestações e que não se restringisse às limitações existentes pelas organizações criadas até então, o qual recebeu o nome de Movimento Brasil Livre (MBL):

“Eu estava discutindo com o Juliano (Torres) a seguinte ideia, criar um movimento focado exclusivamente em ativismo e juntar pessoas que apoiam a causa da liberdade para mobilizar, para fazer protestos, petições, manifestações, esse tipo de coisa que a mídia gosta e que teria uma possibilidade de alavancar as ideias liberais. Tinha visto muito liberal por aí a fim de fazer alguma coisa, mas as atuais instituições acabam não permitindo a participação ativa de tanta gente, pelo fato de que cada organização tem o seu conselho. O Ordem Livre e o Estudantes Pela Liberdade (EPL) não poderiam fazer isso, pois não era seu foco, nem de outras instituições liberais como o Liber, que era um partido em formação na época e não devia se meter também para evitar acusações de partidarização. Tinha gente querendo participar e a gente precisava encontrar uma maneira de canalizar esse entusiasmo, daí a partir daí a gente passou a tocar isso em 16 e 17 de junho de 2013.” **(Fábio Ostermann, LIVRES, marços de 2016)**

Por meio do então incipiente MBL, os militantes ultraliberais conseguiram se organizar melhor para participar das várias manifestações que ocorreram naquele mês de junho em todo o território nacional. Porém, ao fim do ano, a página do movimento no *Facebook*, que contava com cerca de vinte mil curtidas, acabou sendo abandonada por seus fundadores, os quais passaram a dedicar seu tempo para outras atividades. Fábio Ostermann, por exemplo, passou a se engajar na campanha do político e amigo

pessoal, Marcel Van Hattem¹²⁷, para deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, e Juliano Torres, voltou suas atenções para as atividades do Estudantes pela Liberdade. De qualquer forma, as manifestações de Junho de 2013 deixaram claro para os membros dos contra-públicos relacionados à nova direita em formação que seria possível reunir um número grande de pessoas nas ruas para protestar por pautas que não fossem de esquerda, considerando a crescente ambiguidade ideológica dos manifestantes que passou a se manifestar à medida em que os protestos se alongavam no tempo. Além disso, é possível dizer que os protestos abriram uma oportunidade política para atuação de movimentos de direita na medida em que causaram um aumento importante da percepção da corrupção como principal problema do país, como apontou uma pesquisa realizada pelo Datafolha, além de uma queda abrupta da popularidade de Dilma Rousseff, que até então era bem avaliada por cerca de dois terços dos brasileiros¹²⁸, fatores que acabaram contribuindo de forma importante para desencadear a crise do lulismo (Singer, 2018).

Porém, ainda que Junho de 2013 possa ter permitido um avanço considerável no processo de formação da nova direita, sem sombra de dúvidas a oportunidade política *crucial* foi a reeleição de Dilma Rousseff. Nesse sentido, desempenhou um papel decisivo a campanha a deputado estadual pelo Estado de São Paulo do empresário Paulo Batista, o herói do “Raio Privatizador”. Ainda que candidatos ultraliberais tenham se lançado em anos anteriores¹²⁹, foi a campanha de Batista que conseguiu unificar em um mesmo projeto político todos os membros do contra-público ultraliberal, boa parte dos quais haviam se envolvido com a criação do Líber.

Batista é um pequeno empresário do ramo imobiliário que atuou durante dez anos como diácono de uma igreja local e cujo pai havia sido vereador na cidade de Valinhos, no interior do Estado de São Paulo. Inspirado pela experiência política do pai, Paulo, que passou a se considerar liberal por volta de 2006 a partir de leituras que

¹²⁷ Marcel Van Hattem, é mestre em Ciência Política e Jornalismo, e foi eleito em 2004, aos 18 anos, vereador de Dois Irmãos, município do Rio Grande do Sul. Concorreu a deputado estadual e foi diplomado, em 2014, como primeiro suplente do Partido Progressista (PP), exercendo mandato de fevereiro de 2015 a março de 2018. Atualmente é filiado ao Partido Novo e nas eleições de 2018 foi o candidato a deputado federal pelo Rio Grande do Sul mais votado, somando mais de 394 mil votos. Notabilizou-se por proferir no Parlamento gaúcho discursos a favor das ideias de liberdade e contra ideologias estatistas e coletivistas. Ver em https://novo.org.br/processo_seletivo/marcel-van-hattem/

¹²⁸ Ver <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>

¹²⁹ Como Bernardo Santoro, que se lançou candidato a vereador pelo PSL no Rio de Janeiro ainda em 2012, ou mesmo Marcel Van Hattem, que iniciou sua carreira política no sul como vereador do município de Dois Irmãos em 2004 com apenas 18 anos.

realizou para um curso superior de marketing, decidiu se candidatar sem qualquer auxílio de entidades religiosas, as quais, segundo ele, possuíam práticas políticas com as quais não concordava, e logo encontrou refúgio no Partido Republicano Progressista, sigla que lhe oferecia a possibilidade de se candidatar de forma independente. Foi a partir dos esforços de campanha iniciados no ano de 2012, em um escritório de advocacia da cidade de Vinhedo, a sete quilômetros de distância de Valinhos, que Paulo entrou em contato com militantes organizados em um movimento em formação chamado Renovação Liberal, integrado por vários membros do Líber e capitaneado por Renan Santos, ex-membro da juventude do PSDB que havia atuado no movimento estudantil da Faculdade de Direito da USP e participado ativamente das manifestações de 2013 defendendo a PEC 37.

Santos apresentou Batista ao seu irmão Alexandre Santos, dono de uma produtora de vídeo paulistana chamada ANC, e a Marcelo Faria, militante pró-mercado que havia conhecido durante Junho de 2013 e que em 2014 fundou e passou a presidir o Instituto Liberal de São Paulo. A partir da produtora de vídeo de Alexandre Santos, e das ideias dos militantes que se engajaram na campanha de Batista, como Fábio Ostermann, que passou a acompanhar o grupo em 2014, foi criada uma campanha virtual em que Paulo Batista aparecia em vídeos curtos como um super-herói ultraliberal que lançava raios “privatizadores” em cidades comunistas transformando-as em cidades superdesenvolvidas:

“Em 2014 cada um estava com o seu foco diferente, eu com foco na campanha do Marcel (Van Hattem). Durante a campanha o pessoal que estava coordenando a campanha do Paulo Batista me encontrou pela internet, eles já seguiam meu trabalho, coisa do tipo, e eu acabei conhecendo eles aqui em São Paulo. (O Paulo Batista) foi basicamente um candidato que pegaram e resolveram fazer uma campanha mega inovadora e iconoclasta para realmente tentar fazer um *case*. Era um pessoal que tinha uma produtora de vídeos e algumas ideias na cabeça, tinham uma inclinação aos valores liberais, gostavam do que eu fazia, gostavam do trabalho que eu estava fazendo com o Marcel e me chamaram pra palestrar num evento deles aqui em São Paulo. Cheguei lá e o cartaz do evento era minha cara com os outros palestrantes, então, pô, me senti alguém importante realmente. E eu fui lá, palestrei, conheci o pessoal, achei eles gente fina. Dei algumas dicas sobre a campanha do Paulo Batista, mas eles

estavam com pouquíssimos recursos, era um *startup* de campanha. Daí gostei do pessoal, achei interessante, rolou uma conexão de visão assim em relação à necessidade de se fazer comunicação política de uma forma inovadora, diferente mas de uma maneira muito mais iconoclasta” **(Fábio Ostermann, LIVRES, abril de 2016)**

A candidatura de Batista, a despeito de ser oficialmente abrigada pelo PRP, era tida por seus organizadores como pertencendo ao Líber, e foi assim que logo se tornou amplamente conhecida entre os membros do contra-público ultraliberal:

“O grupo era o Líber, com a parte de informação, ideias, liberalismo, libertarianismo; Paulo Batista, Rubens e Jeferson, com a parte de organização de estratégia, parte jurídica, posicionamento político com o Partido; e o Renan foi buscar o Marcelo pra saber como tratar isso, de forma midiática, e aí o Renan falou: ‘olha, o meu irmão, o Alexandre, tem uma produtora, a ANC, que tal a gente juntar o escritório do Rubens, o Liber, o Marcelo e a ANC?’. Perfeito. Eu saí defendendo a sigla do Partido Republicano, mas eu utilizei o logo e o broche do Líber. O Líber teve um candidato, foi o Paulo Batista. E aí fizemos um vídeo de trinta segundos que viralizou, nós tivemos mais de um milhão de acesso em três dias, e do dia pra noite eu virei uma celebridade. Essa campanha foi a campanha em que os liberais surgiram no contexto da política brasileira. Eu, Marcel Van Hattem, Adolfo Sachsida, Paulo Eduardo Martins, nós fomos a vanguarda do negócio. Rodrigo Saraiva Marinho ajudou, Hélio Beltrão ajudou. O raio privatizador se tornou, em determinado momento, um projeto dos liberais, porque era uma voz aqui em São Paulo em oposição a tudo que estava acontecendo” **(Paulo Batista, ex-MBL, setembro de 2017)**

Além dos vídeos, os militantes unidos na campanha do Raio Privatizador passaram a fazer vários protestos e demonstrações públicas na cidade de São Paulo, a partir dos quais outros militantes e grupos se aproximavam:

“O primeiro ato que nós fizemos foi um protesto na porta da Venezuela. Nós levamos um caminhão de *pallets* de papel higiênico, na frente da Embaixada e fizemos um protesto lá, contra a Venezuela. Deu polícia, deu Folha de São

Paulo, deu uma galera de um Partido chamado Novo, que era tão novo, que eu não conhecia, apareceram lá e falaram: ‘a gente ama o seu trabalho’, tanto que eu ajudei a pegar pra eles mais de trezentas assinaturas depois. A campanha era uma aventura por dia! Eu fui confrontar o pessoal do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e PCO (Partido da Causa Operária) ali no centro da cidade, com megafone, e quase apanhei. Eu entrei dentro do Comitê principal do PT, e do PCdoB, pra levar uma carta convite pra eles fornecerem papel higiênico para a Venezuela. Nós levamos um bote na porta do Consulado de Cuba. Eu ia pular de paraquedas na USP - e o paraquedas era preto e amarelo, a cor do anarco-capitalismo - no dia, graças a Deus, choveu. Várias pessoas colaboraram nas ideias, por exemplo, a da USP foi o Renan, da Venezuela foi o Marcelo do ILISP, a ideia de Cuba foi o pessoal do Líber, e depois desse primeiro evento da Venezuela, veio uma peça a mais, me apresentaram o Pedro (D’Eyrot), da banda Bonde do Rolê, e o Pedro foi muito importante pra campanha, e foi muito importante para o movimento Liberal, porque o Pedro é um artista e ele tem uma visão totalmente diferenciada da visão do resto do pessoal” **(Paulo Batista, ex-MBL, setembro de 2017)**

Contudo, apesar de ter despontado como um fenômeno da internet e ter sido entrevistado no *talk show* do humorista Danilo Gentili transmitido pelo SBT, ao contrário de Marcel Van Hattem que recebeu 35 mil votos¹³⁰ e se tornou suplente e depois deputado estadual, Batista recebeu dezesseis mil e oitocentos votos e não foi eleito¹³¹. No entanto sua campanha conseguiu agregar em 2014 boa parte da militância e das organizações ultraliberais em atividade no país, as quais, durante as eleições, também somaram esforços para derrotar a candidatura de Dilma Rousseff apoiando de modo pragmático o candidato do PSDB, Aécio Neves, no segundo turno da eleição. A derrota de Dilma Rousseff era dada como certa pela oposição, tendo em vista a divulgação das denúncias do escândalo do “petrolão” em 2014 (Singer, 2018), de modo que a quebra de expectativas que ocorreu com o anúncio de sua vitória foi de tal monta que logo se levantou a suspeita de que a eleição poderia ter sido fraudada, e reações inflamadas começaram a surgir por parte de anti-petistas mais ferrenhos,

¹³⁰ Ver em <https://www.eleicoes2014.com.br/marcel-van-hattem/>

¹³¹ Ver em <https://www.eleicoes2014.com.br/paulo-batista/>

criando um clima propício para quem quisesse protestar contra a situação de alguma forma.

Sem hesitar, o núcleo duro do grupo organizado em torno de Paulo Batista, acostumado a promover protestos e demonstrações de tom mais agressivo contra a esquerda¹³², aproveitou a ocasião para chamar uma manifestação contra a eleição de Rousseff, que tinha como tema o impeachment da presidente reeleita, passados apenas seis dias de sua vitória. O protesto foi convocado a partir da página de *Facebook* de Paulo Batista, teve 100 mil confirmações online e recebeu apoio de Olavo de Carvalho. No entanto, na época, a pauta do impeachment, ainda que circulasse nas hostes legislativas como uma ameaça implícita à presidente (Idem, 2018), era percebida então como sendo muito radical e contraproducente por adversários do PT¹³³, por Fábio Ostermann, que acompanhava o grupo, e pelas lideranças do recém-fundado movimento “Vem pra Rua”, Rogério Chequer e Collin Butterfield¹³⁴, que viram com maus olhos a manifestação convocada por Paulo Batista para o dia 1º de

¹³² “Eu e o Renan (Santos) ficávamos brigando, diante de alguns projetos, o Renan mais muito atirado do que eu, sempre muito mais atirado, mais agressivo. Pra ele não bastava só eu estar com o megafone, ele queria que eu colocasse o dedo na cara. Coisa que as vezes não eram necessárias, não é meu perfil. Em alguns momentos eu fui obrigado a adotar (um tom mais agressivo), porque a situação me colocou nessa condição. Tinha dez pessoas na minha frente, eu sozinho, o Renan, e o Pedro. Se eu não tomasse uma postura de liderança, e fosse pra cima, nós três iríamos apanhar. Então eu tive que quebrar os meus paradigmas pessoais, as vezes, pra me defender e para defender eles.” (Paulo Batista, São Paulo)

¹³³ Ver em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542090-vice-presidente-do-psdb-diz-que-partido-nao-incentiva-atos-contradilma.shtml>

¹³⁴ O “Vem Pra Rua” foi criado em agosto de 2014 por profissionais liberais do mercado financeiro e empresários, conhecidos de Chequer e Butterfield, sem experiência política prévia e que, aparentemente, não possuíam vínculos com os membros dos contra-públicos virtuais ultraliberais e conservadores, mas estavam inconformados com a corrupção e as políticas econômicas associadas aos governos petistas. O grupo, que possui inclinação ideológica autodeclarada liberal, se uniu com o objetivo de fazer grandes protestos de rua inspirados pelas revoltas de Junho de 2013 e para tanto resolveu fundar um movimento chamado inicialmente de *Movimento Basta!*. Para conseguir mobilizar milhares de pessoas nas ruas, as lideranças do movimento resolveram fazer um vídeo que transmitisse a indignação contra o governo e pudesse ser viralizado nas redes sociais mostrando um *flashmob* na Avenida Paulista. Porém, após terem reunido cerca de trinta mil reais a partir de seus próprios recursos para produzir o vídeo, contando até mesmo com o auxílio de um *drone*, logo constataram que a iniciativa havia sido um fiasco e o dinheiro investido fora jogado fora. O vídeo teve pouquíssimas visualizações e a cor da camiseta dos participantes do *flashmob*, que era laranja, foi confundida pelas poucas pessoas que assistiram a gravação com a cor vermelha, a cor de seus adversários, mas o grupo não desistiu. Um mês depois, quando finalmente conseguiram mobilizar dez mil pessoas insatisfeitas com o PT às vésperas das eleições presidenciais por meio de um intenso uso de redes sociais, a manifestação foi ridicularizada pela revista norte-americana *The Economist* que a chamou de *The Cashmere Revolution* (A Revolução do Cashmere), fazendo referência ao pertencimento dos manifestantes às classes altas brasileiras e vinculando o movimento à campanha do tucano Aécio Neves. Informações contidas no livro “Vem Pra Rua” de Rogério Chequer e Collin Butterfield publicado pela Editora Matrix em 2016.

novembro, uma vez que consideravam que o ato contra a presidente recém-eleita poderia pôr a perder o acúmulo político que haviam conquistado nas ruas até então¹³⁵.

A despeito disso, o primeiro protesto, que marcou o início da Campanha Pró-Impeachment, reuniu, de acordo com a imprensa, cerca de 2,5 mil pessoas munidas de bandeiras do Brasil e cartazes com dizeres como “Fora PT”, “Fora Dilma” e “Fora corruptos”¹³⁶. Estavam presentes também outros grupos e movimentos que, a princípio, não faziam parte das redes da militância ultraliberal, entre os quais estavam grupos intervencionistas e membros dos ROL, de Marcello Reis. Foi assim que, pela primeira vez, os ultraliberais, os Revoltados Online, e outras figuras icônicas da nova direita em formação, como Eduardo Bolsonaro, Lobão, e Olavo de Carvalho, se uniram em torno de pautas em comum. Este momento foi um marco a partir do qual teve início o processo de consolidação da nova direita.

Quinze dias após o primeiro protesto, foi convocada uma segunda manifestação na Avenida Paulista pelos “Revoltados Online” para o dia 15 de novembro, e a militância organizada em torno da campanha do “Raio Privatizador” decidiu ressuscitar o Movimento Brasil Livre criado por Fábio Ostermann durante as manifestações de Junho de 2013 em substituição ao “Renovação Liberal” de Renan Santos, cujo nome “não havia colado”:

“Nesse momento já se decidiu que o nome Renova não ia colar, precisavam de um novo nome. Então do dia 1º para o dia 15 (de novembro), que foi a segunda manifestação, decidi se usar o nome Movimento Brasil Livre, que era o movimento do Fábio. Na verdade, era uma página só. O Fábio que ligou e falou: ‘olha gente, já temos um movimento, está tudo montadinho, é bem simplesinho, e é um nome bem facinho, Movimento Brasil Livre. O que vocês acham?’, ‘pô, legal’. O Fábio é um sociólogo, todo conceituado, um cara super respeitado no meio: ‘vamos aderir a ideia do Fábio’, todo mundo topou. Então na segunda

¹³⁵ “Obviamente, a repercussão do ato foi extremamente nociva. Criou-se uma ideia de que os eleitores do Aécio não sabiam perder. Os apoiadores do PT nadaram de braçada diante dessa postura dos manifestantes. Nós assistíamos incrédulos a tudo isso. “O que esses movimentos estão fazendo?” nos perguntávamos. O pior foi que a imprensa colocou todos os movimentos, participantes ou não, no mesmo balaio. Como se nós, que havíamos feito um movimento bonito e pacífico antes da votação do segundo turno, tivéssemos agora feito tudo aquilo. (...) Resolvemos fazer algo para deixar claro que não concordávamos com a postura daqueles manifestantes”. Trecho contido no livro “Vem Pra Rua” de Rogério Chequer e Collin Butterfield publicado pela Editora Matrix em 2016

¹³⁶ <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ato-por-impeachment-de-dilma-reune-2-5-mil-em-sao-paulo,1586653>; <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>

manifestação nós fomos já pra rua como Movimento Brasil Livre” **(Paulo Batista, ex-MBL, setembro de 2017)**

Contudo, se o primeiro protesto não havia contado com a presença de políticos, com exceção do deputado federal Eduardo Bolsonaro, o segundo e terceiro protestos que se seguiram ainda em 2014 passaram a ocorrer com o apoio de lideranças partidárias e grupos políticos tradicionais:

“Nós fomos já pra segunda manifestação como Movimento Brasil Livre, subimos em cima do caminhão e o grupo do (partido) Solidariedade subiu no caminhão. Eu descii, e aí o Renan falou: ‘meu, você está brigando com os caras que estão nos ajudando. São nossos amigos’. Eu falei: ‘não. Amigo meu, não, eu quero a redução do Estado, eu luto contra o envolvimento das siglas partidárias numa situação de decisão popular e você me traz os caras aqui pra cima do caminhão?’, e na terceira manifestação, eu percebi que a minha postura de protagonista foi alterada pra um mero coadjuvante. Na terceira manifestação, de novo o pessoal do Solidariedade (estava) entregando adesivo, o caminhão do Vem pra Rua, com o Serra em cima. E o Serra pegou o microfone e falou o seguinte: ‘olha, eu quero agradecer aqui a todos os partidos que apoiam e desenvolvem essa iniciativa de apoio...’. Aí eu peguei o microfone, cortei ele e falei: ‘olha, espera aí. Isso aqui não é uma manifestação de partido. É uma manifestação popular. Partido aqui não tem mérito nenhum. Os trabalhos foram realizados pelos populares. Se existem méritos, os méritos são os populares. Diferente de outras manifestações, nós temos uma situação aqui invertida. Em manifestações passadas, o povo saiu em apoio aos partidos. Hoje o partido vem em apoio ao povo. Hoje, de fato, nós temos uma manifestação do povo. A expressão daquilo que o povo quer’. (...) Foi um mal estar muito grande. Na semana seguinte eu falei que eu queria me desassociar do movimento” **(Paulo Batista, ex-MBL, setembro de 2017)**

No início de 2015, em meio à retração econômica que experimentava o país e ao desenvolvimento das investigações da Operação Lava Jato, que provavelmente impactou no aumento da percepção da corrupção como o principal problema do Brasil para 21% da população, o MBL em conjunto com o Vem pra Rua e os Revoltados

Online, convocaram um novo ato para o dia 15 de março. A nova manifestação fora um sucesso em termos de mobilização ao aglutinar milhares de pessoas movidas sobretudo pelo antipetismo e a revolta contra a corrupção (Telles, 2016). Segundo a Polícia Militar, o número de manifestantes reunidos na Avenida Paulista batera a cifra de um milhão de pessoas, já de acordo com o Instituto Datafolha o número seria menor, 250 mil pessoas, mas ainda assim muito expressivo (Tatagiba; Teixeira; Trindade, 2015). Após o êxito alcançado em termos de mobilização, e da ampla cobertura midiática recebida por jornais, revistas e emissoras de televisão, ausente nos atos que ocorreram anteriormente, o Movimento Brasil Livre sentiu-se encorajado para chamar mais um protesto no mês seguinte, no dia 12 de abril de 2015. Os Revoltados Online novamente aderiram à ideia, e os membros do Vem Pra Rua consideraram que talvez fosse precipitado chamar uma nova manifestação mas acabaram participando a despeito disso.

No ato de abril, o MBL anunciou que faria uma marcha de São Paulo até Brasília, a “Marcha da Liberdade”, percorrendo os mais de mil quilômetros que separam uma cidade da outra para demandar o impeachment de Dilma Rousseff. Marcello Reis acompanhou o MBL durante a marcha, já as lideranças do Vem Pra Rua deram um apoio menor à iniciativa, decidindo concentrar esforços na entrega de uma “Carta do Povo Brasileiro” ao Congresso, em alusão ao documento assinado por Lula em 2002, na qual davam vazão à profunda insatisfação em relação à corrupção do sistema político. A “Marcha da Liberdade”, contudo, ao contrário das últimas manifestações, teve pouca cobertura da mídia e ganhou pouquíssimas adesões. No entanto, foi uma atividade importante para os seus membros no sentido de reforçar a coesão do grupo, segundo relataram à pesquisadora Fanny Vrydagh¹³⁷. Até então, o Vem Pra Rua, ao contrário do MBL e dos ROL, não defendia abertamente a pauta do impeachment de Dilma Rousseff, mas quando o Tribunal de Contas da União declarou que havia irregularidades nas contas da União referentes ao último governo petista (2011-2014), o movimento passou a encampar de forma explícita a pauta do impedimento, o que facilitou a coordenação das ações promovidas pelos três grupos, que continuaram a atuar intensamente nas mídias sociais¹³⁸.

¹³⁷ Rocha, Camila; Vrydagh, Fanny “Right Wing Counter Publics and the Origins of the Brazilian New Right” no prelo

¹³⁸ Idem nota 137.

Nessa época, o MBL passou a se expandir rapidamente de forma um tanto desordenada, o que acabou provocando a saída de outro de seus principais membros-fundadores, Fábio Ostermann:

“As pautas do Movimento Brasil Livre até julho do ano passado (2015), quem escrevia era basicamente eu. Então eles resolveram fazer as manifestações aqui em São Paulo, a gente fez lá em Porto Alegre, principalmente nesses dois lugares aconteceram em primeiro lugar, daí começaram a se expandir. Eu comecei a trazer alguns amigos do (partido) NOVO e do EPL pra participar do MBL, e aí nesse meio tempo houve a ascensão do Kim que não era desse grupo, ele veio se juntar depois, ali no final de novembro (de 2014). *Essas pessoas que foram se juntando ao longo do tempo, elas vinham como? Da onde que elas vinham?* Eram pessoas que muitas vezes me conheciam de outras organizações e eu chamava, me viam pelas redes sociais, pessoas que vinham pelo Marcel, pessoas que viram pela campanha do Paulo Batista, pelo Kim, que já tinha aí a essa altura uma certa quantidade de seguidores, vinham das manifestações e começavam a participar de maneira mais efetiva. A partir daí a gente começou a ter um trabalho mais sério de montar núcleos do MBL Brasil afora, de uma forma totalmente descentralizada também, a gente recebia contato do cara: ‘quero montar um MBL aqui’, daí a gente só pegava e dava uma olhadinha no perfil do Facebook do cara pra ver se não era louco, e aí: ‘beleza, toca a ficha tal, se precisar logo, coisa do tipo aí, vai aí’. Mas um negócio totalmente descentralizado. Porto Alegre e São Paulo eram os dois grandes núcleos e o resto do Brasil a gente foi organizando aos poucos. E aí São Paulo começou a crescer mais e eu estava muito envolvido com outras questões, então eu deixei eles tocarem mais no dia a dia e eu ficava mais na parte ideológica, o cara que escrevia artigos, escrevia as propostas como eu disse. Mas uma das coisas que passou a me incomodar gradativamente no MBL foi o fato de a gente estar permanentemente subordinado a lógica do caos, não existia uma organização. No dia a dia da organização não existia planejamento, não existia estruturação, não existia hierarquia. Na verdade acaba tendo a hierarquia de que mandava quem tinha mais disponibilidade de tempo pra estar lá acompanhando e tinha mais energia. No meu caso, eu estava lá meio *part-time*, e eu pelo menos não era remunerado, inclusive gastava o meu dinheiro para estar lá, as outras

peças eu não sei, porque o dinheiro não passava pelas minhas mãos. Eu me engajava em esforços para arrecadar dinheiro para os projetos e tal, mas eu acabava não vendo pra onde estava indo esse dinheiro e isso começou a criar um certo desconforto em mim. Enfim, acho que o movimento tem sua importância hoje no Brasil, foi um grande veículo também pra divulgação das ideias liberais e divulgação de uma plataforma liberal pro Brasil, e segue sendo ainda” (**Fábio Ostermann, LIVRES, abril de 2016**)

No dia 19 de outubro, com a autorização do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), que vinha sistematicamente usando a ameaça de impeachment para chantagear a presidente (Singer, 2018), os movimentos montaram um acampamento no gramado em frente ao Congresso Nacional. O MBL e os ROL ocuparam o espaço com cerca de cinquenta barracas cada um, e o Vem Pra Rua, na impossibilidade de estar fisicamente no local fincou uma bandeira do movimento no acampamento para demonstrar apoio simbólico. Além dos três grupos, também participavam do acampamento grupos de intervencionistas, o que acabou por criar tensões crescentes com os outros manifestantes até que os primeiros foram finalmente expulsos. O acampamento duraria até o dia 21 de novembro, quando foi finalmente desbaratado pela polícia militar (Vrydagh, no prelo)¹³⁹, período em que a corrupção passou a ser percebida como o maior problema do Brasil por 34% da população segundo o Instituto Datafolha.

No ano seguinte, após várias tentativas de acordos políticos que resultaram infrutíferas, a cassação de Dilma Rousseff finalmente foi posta em marcha no Congresso em maio e, no dia 31 de agosto, o Senado finalmente aprovou o pedido de remoção da presidente do poder. No entanto, se a Campanha Pró-Impeachment chegava ao fim ao conquistar seu principal objetivo, o processo de consolidação da nova direita em públicos dominantes ainda estava em marcha com a maior penetração da literatura de direita no mercado editorial e com a formação de três novos grupos político-partidários: a tendência LIVRES, o Partido Novo e os militantes que se aglutinaram em torno dos políticos da família Bolsonaro, fenômenos que serão explorados na próxima seção.

¹³⁹ Vrydagh, F. (no prelo). Understanding Brazilian right-wing Social Movements. The case of the 2015 Congress Camp

3.4 O processo de consolidação da nova direita na cena cultural e no sistema político (2016-2018)

Em 2013 o maior grupo editorial do país, o Grupo Editorial Record, que já vinha publicando livros críticos ao Partido dos Trabalhadores de colunistas e jornalistas conhecidos que escreviam na revista “Veja” e no jornal “O Globo”¹⁴⁰, contratou Carlos Andreazza para o cargo de editor de não-ficção. Andreazza, indo na contramão do que propunha a então diretora editorial do grupo, Luciana Villas-Boas, que deixara a empresa no mesmo ano, começou a apostar de forma mais enfática no potencial sucesso da literatura de direita que já estava circulando em circuitos mais restritos com as edições da É Realizações e da Vide Editorial desde 2006, iniciando uma guinada à direita no mercado editorial brasileiro, como ressalta Sérgio Machado, presidente do Grupo:

“Dá para identificar uma certa guinada para a direita. A teoria que a Luciana defendia era que a esquerda lê mais do que a direita. E, para mim, isso sempre fez um certo sentido. O Andreazza apostou no oposto e, para nossa surpresa, deu certo. Ficou provado que a direita também lê. Ele percebeu um crescimento

¹⁴⁰ Em 2007, Diogo Mainardi, então colunista da Revista Veja, e que também atuava desde 2003 como membro do programa *Manhattan Connection* transmitido pela Globosat, operadora de televisão a cabo da Rede Globo, reuniu suas principais colunas sobre Lula em um volume intitulado “Lula é minha anta”, comercializado pelo maior grupo editorial do país, o Grupo Editorial Record¹⁴⁰, e que figurou como o quinto livro mais vendido daquele ano. O público leitor de livros de não-ficção dos anos 2000 demonstrava possuir maior interesse por livros que abordassem o próprio país (Reimão, 2011), e nesse sentido “Lula é minha anta” acabou por se tornar o precursor de uma série de livros na mesma linha. Apenas um ano depois, em 2009 o jornalista Reinaldo Azevedo, que também escrevia na Revista Veja e se autodeclarava como pertencendo à “direita democrática”, lançou, também pelo Grupo Record, “O país dos petralhas”, e no ano seguinte “Máximas de um país mínimo”. Em 2010, quando Lula atingiu seu auge em termos de popularidade, foi a vez de Merval Pereira, colunista do jornal “O Globo”, e comentarista político do canal de televisão a cabo Globonews, publicar, também pelo Grupo Editorial Record, o livro “O lulismo no poder”. Além de livros sobre política contemporânea, os leitores de não-ficção, ao final dos anos 2000, também demonstraram predileção por narrativas históricas, e o livro “1808” de Laurentino Gomes, sobre a chegada da Família Real ao Brasil, lançado em 2007, atingiu a marca de 400 mil livros vendidos em 2010 (Idem, 2011), abrindo espaço para outras publicações do gênero. Em uma linha similar, foi publicado pela Editora Leya em 2009 “O Guia Politicamente Incorreto do Brasil” de Leandro Narloch, jornalista e admirador das teses do economista austríaco Ludwig Von Mises. O livro logo se tornaria um best-seller e o primeiro de uma série de guias politicamente incorretos que foram sendo publicados nos anos seguintes sobre os mais diversos temas, e, em conjunto com os livros que vinham sendo publicados contra as lideranças petistas, abriu um espaço maior para escritores vinculados diretamente à nova direita em formação, como o economista Rodrigo Constantino, que já havia publicado alguns livros por editoras menores, e Olavo de Carvalho, que, apesar de ser um escritor prolífico, não havia publicado com um grande editora até então.

do pensamento liberal. Essa diversidade é boa para a democracia" (**Sérgio Machado, Presidente do Grupo Editorial Record**)¹⁴¹

Em 2013 foram lançados “Esquerda Caviar. A hipocrisia dos intelectuais e artistas progressistas no Brasil e no mundo”, de Rodrigo Constantino, e “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota” de Olavo de Carvalho, que logo passaram a integrar a lista dos mais vendidos daquele ano. Porém, em 2015, em meio ao auge em termos de mobilização atingido pelas manifestações pró-impeachment, o livro de Carvalho se tornou um *best-seller* com mais de 120 mil cópias vendidas, tornando o escritor *hype* e representando um marco no que tange à penetração dos contra-públicos digitais em públicos dominantes. A direita não estava mais envergonhada, e a demanda reprimida por livros de direita passou a ser atendida pelo editor Carlos Andreazza:

“O caso do Olavo é muito simbólico. O que fizemos foi dar um tratamento *pop* ao autor. Nós *hypamos* o Olavo, desde a escolha do título até a capa. Havia uma demanda reprimida por esses autores que nós identificamos" (**Carlos Andreazza, editor do Grupo Editorial Record**)¹⁴²

Após o sucesso atingido por “O mínimo que você precisa saber...”, e ainda na esteira da Campanha Pró-*Impeachment*, a Record publicou livros de autores oriundos dos contra-públicos mas que não possuíam o mesmo grau de exposição pública de Carvalho e Rodrigo Constantino. Em 2015 foram publicados os livros “Pare de acreditar no governo”, do cientista político Bruno Garschagen, que havia participado do projeto Liberdade na Estrada em 2009 e é o responsável pelo *podcast* do Instituto Mises Brasil desde 2012, e o livro “Por trás da máscara”, de Flávio Morgenstern, que havia disputado o DCE da USP ao lado de Rodrigo Neves pela chapa “Reação” em 2011, quando ainda era estudante do curso de Letras. Além disso, ainda em 2015, a editora havia anunciado que estava em tratativas para lançar um livro de uma das lideranças mais famosas do MBL, Kim Kataguirí, que naquele ano havia sido considerado pela revista *Time* como um dos trinta jovens mais influentes do mundo, e

¹⁴¹ Declaração retirada de reportagem realizada pelo jornal “O Globo”. Ver em <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/editor-de-nomes-conservadores-carlos-andreazza-se-firma-como-voz-dissonante-do-mercado-de-livros-17021179>

¹⁴² Idem nota 75.

em 2016 havia passado a escrever uma coluna semanal para o jornal Folha de São Paulo. Porém o livro, seguindo a fórmula da coletânea de colunas jornalísticas e intitulado “Quem é esse moleque para estar na Folha?”, foi lançado em 2017 pela editora Simonsen, cujo dono havia participado de cursos do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP) no Rio de Janeiro.

No entanto, a penetração das novas direitas no mercado editorial não se limitou apenas à publicação de livros anti-petistas e anti-esquerdistas com títulos chamativos. Segundo a tradutora e *fellow* da Atlas Network, Márcia Xavier de Brito, houve um reforço da iniciativa de publicar autores que escreviam sobre temas mais diversos, como filosofia e cultura, por parte do Grupo Editorial Record e que depois foi acompanhado por outras editoras:

“O (Carlos) Andreazza surge em cena e vê uma oportunidade. Ele lançou o livro do Olavo que foi best-seller, mas foi o Felipe Moura Brasil, que organizou e sugeriu o livro do Olavo, que é amigo do Andreazza. Aí o Andreazza (pensou se tratar de) uma “oportunidade editorial”, porque o pessoal lá com quem ele trabalhava é menorzinho e o Andreazza viu uma oportunidade dele também se firmar como editor na Record com um cara que ia bombar, aí ele abraçou o Olavo. Mas, quer dizer, as editoras, nesse movimento que a gente está falando são a “É”, a Record, a Vide, acho que são as três principais que estão nesse segmento, e por tabela, as outras editam, não é? Então, por exemplo, eu vi já aquela Bem Dirá, que é da Saraiva, relançando um livro que foi feito na época da construção de Brasília, meio que denúncia, provavelmente tinham isso de manuscrito no estoque em algum lugar. Isso está vindo, estão revolvendo até os catálogos para atender a uma demanda que eles estão vendo que existe, e aí é um movimento cultural, não adianta. O Sérgio Machado, antes de morrer, contratou o Andreazza porque ele queria inovar, queria dar uma sacudida na Record. Por exemplo, por sugestão desses autores, ele (Andreazza) publicou o Roger Scruton, mas quem começou a publicar o Roger Scruton para o Brasil foi o Edson (da É Realizações), que já tinha feito um monte quando a Record, com a mega-distribuição que eles tem, compra o último (livro) dele” **(Márcia Xavier de Brito, fellow da Atlas Network, junho de 2018)**

A consolidação da nova direita em formação no mercado editorial brasileiro, em revistas e jornais de grande circulação, e em noticiários e programas de televisão, também veio acompanhada de um fenômeno cultural mais amplo que passava a ficar em evidência: o “politicamente incorreto”. Artistas e humoristas críticos do PT passaram a aderir cada vez mais à tendência do politicamente incorreto à medida que a conjuntura política passava a favorecer tal tipo de expressão com a crise do lulismo. Entre estes é possível destacar os músicos Lobão e Roger Moreira da banda Ultrage a Rigor, os comediantes Marcelo Madureira, ex.-Casseta e Planeta, e o humorista Danilo Gentilli. Gentilli, que em 2015 participou como palestrante da Conferência Nacional dos Estudantes pela Liberdade que ocorreu em São Paulo, e atualmente apresenta o *talk-show* “The Noite” no SBT, acompanhado por Roger Moreira, chegou inclusive a publicar em 2012 um livro com piadas oriundas de suas apresentações de *stand-up comedy* intitulado justamente como “Politicamente Incorreto”, definido abaixo pelo próprio Gentilli em entrevista concedida à “TV Antagonista” em março de 2017¹⁴³:

“Eu cresci com o Agildo Ribeiro fazendo o Cabaré do Barata, onde ele tinha os bonecos dos presidentes da época, do Maluf, dos políticos que estavam em ascensão, estavam em posição de poder na época, eu cresci lendo a revista MAD, o Sarney quando era presidente era capa da MAD, o Collor quando era presidente era capa da MAD, e tinha o supositório do Collor na capa da MAD e não era tabu. Depois tinha o Casseta e Planeta fazendo piada com o Fernando Henrique Cardoso, que só viajava e não resolvia nada, e de repente, depois disso, virou tabu fazer piada com o presidente. De repente quando você fazia piada com o Lula não era mais com o Lula, era com nordestino, trabalhador, ele não era mais presidente. Depois com a Dilma não era mais com a presidente, era com a mulher, não se faz piada com a mulher. (...) Eu fiz piada com o Temer e o jornal não mete mais o pau em mim, agora voltou a ficar liberado fazer piada com o presidente, aliás, até com a mulher do presidente, não tem mais machismo. Você pode xingar a mulher do Temer do que você quiser que ninguém vai falar que você é machista, você pode falar que ela é burra, perigete, interesseira, usar o adjetivo que você quiser com a Marcela Temer

¹⁴³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zlQbDemKXG8>

que ninguém vai te acusar de machista. Agora, eu me lembro quando eu fiz uma piada quando a Dilma foi no Jô Soares fazer aquela “assessoria de imprensa” que ele fez com ela, (...), no mesmo dia viralizou no Facebook e uma repórter da Folha me ligou e falou: “eu quero falar sobre aquelas coisas machistas que você fez com a presidente”, “que coisa machista?”, “aquele vídeo...”, aquele vídeo de humor que eu estou satirizando a presidente. (...) Então o politicamente correto não é um meio para você preservar as pessoas ou uma etiqueta para não cometer gafes ou para não magoar ninguém, na verdade é só uma régua para você fuzilar quem eles querem que você fuzile e para blindar quem eles querem se sejam blindados. (...) Sempre começa a conversa assim “então, você concorda comigo ou é nazista?”, não tem outra opção. “E aí, você concorda comigo ou é racista? E aí, você concorda comigo ou é machista? Você concorda comigo ou é um monstro? Não existe diálogo, ou você é do “bem” ou você é uma pessoa monstruosa, essa é a propaganda deles. Ah, “porque o politicamente correto é feito para preservar minorias e oprimidos”, mentira. Por exemplo, eu me lembro quando o Joaquim Barbosa se posicionou contra a Dilma, contra o governo do PT, o blog que fazia campanha para a Dilma chamava ele de macaco, e aí estava liberado¹⁴⁴.”

Para além de passar a ocupar a cena cultural brasileira, a nova direita em formação também começou a se consolidar em termos partidários, canalizando as energias de boa parte de suas lideranças, militantes, apoiadores e simpatizantes para a política institucional. Foi nessa época que os liberais-conservadores, que até então atuavam em conjunto com os ultraliberais e procuravam não chamar muita atenção para suas próprias pautas, passaram aos poucos a se aglutinar em torno dos políticos da família Bolsonaro e a inverter uma tendência de predominância do ultraliberalismo entre a militância que vigorava desde a época da formação dos contra-públicos digitais, como aponta Rodrigo Neves do Endireita Brasil:

“Eu cheguei no Fórum da Liberdade já com a reputação de ser conservador, sendo um cara do movimento Endireita do Brasil, sendo um cara que tinha

¹⁴⁴ Gentilli faz referência ao Blog da Dilma, veículo não oficial de campanha da então presidente que veiculou uma imagem de Joaquim Barbosa ao lado de um macaco. Ver em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1347552-site-pro-dilma-que-associou-barbosa-a-macaco-e-motivo-de-constrangimento-para-planalto.shtml>

começado o movimento conservador na USP. As pessoas iam conversar comigo e eu chegava falando mais de conservadorismo. Então, no primeiro dia do Fórum eu já era o *mister conservative*. Aliás, antes disso, (porque) naquele ano, o esquentado do Fórum tinha sido a “Primeira Conferência de Escola Austríaca”, eu recebi o convite pra ir de graça do Hélio Beltrão por causa da (nossa atuação no) “Dia da Liberdade de Impostos”. Aí eu cheguei lá na conferência, como o *mister conservative*, aquele monte de anarco-capitalistas, libertários, e eu conservo ali, raiz, junto do Marcel Van Hattem que também era *conservative*. O Marcel se diz liberal, mas ele sempre teve uma pegada conserva, porque ele tem uma base religiosa forte, tem um grau conservador forte, embora a atuação dele seja mais pela ótica econômica liberal. *Na época quem mais você diria que era conservador que frequentava?* Era eu e o Ricardo Sales, éramos nós, nadando contra a corrente da direita brasileira. Porque essa nova direita brasileira era hegemonicamente libertária e liberal. O próprio Ricardo se falava direita liberal senão ele não conseguia vender o peixe dele. Mas eu me autodeclarei: eu sou *conserva*. Eu fui um dos caras que começou a mudar esse panorama. O Marcel, ele segurava a onda, porque ele sempre teve um foco mais de trazer o debate pra economia liberal, mesmo ele tendo alguns valores conservadores. O Ricardo, a mesma coisa.” **(Rodrigo Neves, Endireita Brasil, abril de 2018)**

A “hegemonia libertária-liberal” da nova direita em formação passou a ceder lugar aos liberais-conservadores à medida os movimentos LGBT, feminista, e ligados à promoção de direitos humanos começaram a obter conquistas importantes, ao mesmo tempo em que novos sujeitos coletivos surgiam na esteira de uma “primavera feminista no Brasil” que se consolidou em 2015 (Medeiros; Fanti, no prelo)¹⁴⁵. Se nos anos 1960 organizações como a TFP, em conjunto com outras associações conservadoras, tiveram um impacto importante na sociedade civil mobilizando o discurso anticomunista e apoiando o golpe civil-militar de 1964 (Motta, 2002), após a redemocratização e o declínio do comunismo, os movimentos, organizações e iniciativas civis conservadoras, antigas e recentes, voltaram suas atenções

¹⁴⁵ MEDEIROS, Jonas; FANTI, Fabiola. Recent Changes in the Brazilian Feminist Field: The Emergence of New Collective Subjects. In: FERRERO, Juan Pablo; TATAGIBA, Luciana; NATALUCCI, Ana (Ed.) Socio-Political Dynamics within the Crisis of the Left Turn in Argentina and Brazil. Lanham: Rowman & Littlefield (no prelo).

principalmente para ascensão das agendas feminista e LGBT. Porém, é importante destacar aqui que a defesa contemporânea de pautas conservadoras, por vezes chamada de “onda conservadora”, ainda que por vezes possa ser percebida como estando conectada principalmente à atuação de lideranças evangélicas conservadoras no Congresso, não se reduz à expressão destas, e nem de lideranças católicas conservadoras, uma vez que também atuam na defesa de tais pautas pessoas que não são cristãs e nem mesmo são religiosas, de modo que os religiosos conservadores não são causa e nem resultante de tal fenômeno, ainda que sejam constituintes e constituídos por este (Almeida, 2017).

Durante os governos de FHC houve pouco avanço real no que se refere às agendas feminista e LGBT, especialmente no que tange à legalização do aborto, que não foi aprovada nem mesmo durante o auge do lulismo¹⁴⁶. Dessa forma, as lideranças e organizações conservadoras permaneceram praticamente em *stand-by* até a eleição de Lula em 2002, lembrando, inclusive, que o ex-metalúrgico foi eleito pela primeira vez com a ajuda de eleitores conservadores pois, na época, havia ainda uma dissociação entre defender uma agenda conservadora e votar em candidatos de esquerda para a presidência (Nishimura, 2004). No entanto, durante o segundo governo Lula, projetos de lei como a Lei Maria da Penha, proposto em 2004 e sancionado em 2006¹⁴⁷, e a criminalização da homofobia, proposto em 2006¹⁴⁸, sinalizaram que mudanças mais substantivas poderiam estar à caminho, e os conservadores passaram a atuar de forma mais ostensiva no Congresso e na sociedade civil contra pautas dos movimentos LGBT e feminista, como foi o caso do então deputado federal Jair Bolsonaro.

Em 1990 Bolsonaro foi eleito pela primeira vez deputado federal pelo Partido Democrata Cristão (PDC) apenas dois anos após ter se tornado vereador da cidade do Rio de Janeiro, com votos oriundos de bases eleitorais na Vila Militar e em algumas zonas de Resende. Apesar de ter declarado que o Congresso Nacional deveria ser fechado em 1993 e em 1994, Bolsonaro concorreu à reeleição com base em uma plataforma que incluía a melhoria salarial para os militares, o fim da estabilidade dos

¹⁴⁶ O Projeto de Lei 1131/1991, elaborado pelos então deputados do PT Eduardo Jorge e Sandra Starling, que propunha a descriminalização do aborto, foi arquivado durante o segundo governo de FHC em 1999, e durante os governos petistas foi arquivado novamente em 2003, 2007 e 2011. A tramitação do projeto pode ser consultada em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16299>

¹⁴⁷ Ver em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/77244>

¹⁴⁸ Ver em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>

servidores públicos, a defesa do controle de natalidade, e a revisão da área concedida aos índios ianomâmis, a qual considerava absurda, e se reelegeu com 135 mil votos, mais do que o dobro do que obteve em sua primeira eleição, sendo que a maior parte destes votos veio de militares. Em 1995 o candidato muda de partido e se filia ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), e em 1998 decide se candidatar à presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara provocando uma enorme polêmica tendo em vista seus posicionamentos a respeito do tema. Em um artigo publicado na imprensa, no mesmo mês de sua candidatura, Bolsonaro defendeu a pena de morte, a prisão perpétua, o regime de trabalhos forçados para condenados, a redução da maioria para 16 anos, e um rígido controle da natalidade como maneira eficaz de combate à miséria e à violência. Ao final daquele mesmo ano se reelegeu novamente com 102 mil votos¹⁴⁹.

Desde então o parlamentar continuou a se reeleger com patamares similares de votação. Em 2002 se reelege pela terceira vez com 88 mil votos, em 2006, após ter trocado de sigla por três vezes, se reelege pela quarta vez com 99 mil votos, e em 2010 pela quinta vez com 102 mil votos. Porém, em 2014, Bolsonaro se torna o candidato a deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, com 464 mil votos, mais de quatro vezes a soma angariada na eleição anterior. Além disso, um de seus filhos, Eduardo Bolsonaro, é eleito pela primeira vez deputado federal, também pelo Rio de Janeiro, com 82 mil votos¹⁵⁰. Uma série de fatores poderia explicar o enorme aumento de sua votação, mas acredito que os principais são a participação precoce do capitão da reserva nas redes sociais¹⁵¹ combinada com a mudança de seu discurso que se deu sobretudo a partir de 2011, como aponta uma pesquisa realizada pela BBC Brasil realizada com base em mais de 1500 discursos proferidos pelo deputado no plenário da Câmara ao longo de 27 anos:

“(...) o Bolsonaro do início da carreira era muito mais preocupado com a defesa dos interesses dos militares (sua base eleitoral de então) do que em polemizar com o PT e a esquerda. (...) Em seu primeiro mandato como deputado, de 1991

¹⁴⁹ Informações retiradas do verbete biográfico de Jair Bolsonaro feito pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/jair-messias-bolsonaro>.

¹⁵⁰ As votações dos candidatos foram consultadas no dia 11 de setembro no site <https://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/>

¹⁵¹ Jair Bolsonaro criou uma conta no *Twitter* em 2010 e uma *Fan Page* no *Facebook* em 2013.

a 1994, palavras como "militar", "forças armadas", "benefícios", "salários" e "pensões" apareceram 702 vezes nos resumos e palavras-chave dos 279 discursos feitos por ele no Plenário da Câmara naquele período. Já no atual mandato, de 2015 até agora, o mesmo conjunto de 16 palavras só aparece 110 vezes, num conjunto de 143 discursos. Com o passar do tempo e aumento de sua projeção nacional, os assuntos corporativos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica recuavam. O tempo de Bolsonaro na tribuna passou a ser ocupado cada vez mais com assuntos com "apelo" no novo público do deputado, que o conheceu principalmente na internet e um outro conjunto de 16 termos, com palavras como "direitos humanos", "PT", "tortura", "Cuba", "esquerda" e "gays" tiveram um pico no mandato passado (2011 a 2014), aparecem 297 vezes nesse período, mas só foram citados 41 vezes no primeiro mandato de Bolsonaro (1991-1994)”¹⁵²

Foi justamente a partir de 2011 que Bolsonaro, ao lado de outros parlamentares conservadores, conseguiram barrar a impressão de material escolar relativo ao projeto “Escola sem homofobia”, oriundo do programa “Brasil sem homofobia”, formulado ainda em 2004, e que fora apelidado pejorativamente de “Kit Gay”¹⁵³. No entanto, não tiveram o mesmo sucesso em relação à instalação da Comissão Nacional da Verdade, e nem no que tange à aprovação da união civil homoafetiva, a qual foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça em maio de 2013. Além disso, havia ainda a possibilidade de que Dilma Rousseff, sendo mulher, pudesse vir a se dedicar com maior afinco à legalização do aborto uma vez eleita, pois, ao final de 2010, quando o tema tomou de assalto os debates eleitorais (Ramos, 2012; Machado, 2012), apesar de ter assinado uma carta em que dizia que iria manter a atual legislação sobre o assunto, a candidata afirmava que era pessoalmente contra o aborto e que este deveria ser descriminalizado¹⁵⁴.

Por conta de sua atuação durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro e dois de seus filhos, Eduardo e Flávio Bolsonaro, despontaram como lideranças ligadas à nova direita em formação que foram capazes de aglutinar parte considerável dos liberais-conservadores que até então atuavam de forma mais

¹⁵² A reportagem completa está disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42231485>

¹⁵³ Ver mais informações em <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>

¹⁵⁴ Ver em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-carta-dilma-assina-compromisso-contra-o-aborto,625257>

dispersa em fóruns e organizações que promovem o livre-mercado. Inclusive, alguns ultraliberais, como Bernardo Santoro, que havia ingressado no Partido Social Cristão em 2014 e participado da campanha do Pastor Everaldo à presidência¹⁵⁵, e Rodrigo Constantino¹⁵⁶, passaram a se definir como liberais-conservadores com o intuito de anunciarem que ao mesmo tempo defendiam o livre-mercado e eram conservadores na questão de costumes e/ou no que tange à defesa da ordem, apontando para a repetição de uma tendência histórica dos defensores do livre-mercado aderirem ideológica e/ou pragmaticamente ao conservadorismo¹⁵⁷. Tal postura gerou por um certo tempo um desconforto entre a própria militância na medida em que o rótulo de liberal-conservador parecia soar como um oxímoro, como indica o jornalista Lucas Berlanza, atual presidente do IL-RJ, e que eventualmente causava tensões em certos grupos, como a organização maranhense “Expresso da Liberdade”:

“Eu acho que tem gente que acha que a expressão liberal-conservador é um oxímoro. Mas eu acho que, além dessas palavras mudarem de acepção ao longo do tempo, a confusão já vem do início de tudo, quando você tem o próprio Burke, o referencial do conservadorismo, sendo um parlamentar do Partido *Whig*, que era um Partido Liberal fazendo oposição aos *Tories*. Então ele era o que, liberal ou conservador? Eu acho o seguinte, eu acho que essas palavras têm acepções diferentes de acordo com o lugar, de acordo com o tempo, e de acordo com o interesse ideológico de quem está usando. Eu acho que quem diz que liberal-conservador é um oxímoro porque não existe a possibilidade semântica de usar essa expressão em circunstância alguma, diz isso movido por interesse ideológico. São, sobretudo, os libertários, que querem afastar qualquer pensamento que valorize ordem e instituição do campo liberal. Eles não inventaram o liberalismo, então eu não reconheço a eles o direito de decretar alguma coisa nesse sentido. Eu acho que o pensamento liberal-conservador existe, ele é uma expressão usada não só no Brasil, mas também fora. (...) Então

¹⁵⁵ O que explica os panfletos e adesivos do PSC que estavam em sua sala no Instituto Liberal do Rio de Janeiro no segundo semestre de 2015.

¹⁵⁶ Em setembro de 2018 Constantino lançou um livro pela Record chamado “Confissões de um ex-libertário: Salvando o liberalismo dos liberais modernos”.

¹⁵⁷ Seria possível citar ocorrências deste fenômeno em uma série de diferentes contextos, mas para ficar em dois exemplos, é possível citar a adesão dos libertarianos à campanha do senador conservador norte-americano Barry Goldwater na década de 1960 (Doherty, 2007) e o já mencionado apoio de F. Hayek à líder política conservadora britânica Margaret Thatcher (Cockett, 1993), sendo que, em ambos os casos, tais apoios não ocorreram sem tensões ideológicas e identitárias importantes.

eu acho que essas coisas não são tão dogmáticas, não são tão precisas, essas fronteiras. A polêmica do uso das palavras está aberta, mas eu não vejo ninguém que tenha autoridade pra testar uma questão sobre isso, agora, se não quiserem usar, se quiserem dizer que há apenas o conservador e o liberal, então, pra dirimir as polêmicas, eu diria pra eles o seguinte, ‘eu sou um velho Whig burkeano, com cores nacionais.’ **(Lucas Berlanza, IL-RJ, março de 2017)**

“O Expresso (da Liberdade) foi concretizado em 2012 e até lá ele não era muito bem definido em relação a ser liberal ou conservador porque ele orbitava em torno de um lugar comum, nessas duas correntes, que é aquele tripé baseado no direito natural, de vida, liberdade e propriedade. O liberal clássico falava isso, o conservador também falava nisso. Com o tempo, todos os que restavam de liberais foram indo embora. Até porque os autointitulados liberais lá no grupo, na verdade, eram, eu diria, pseudoliberais, porque todos se diziam liberais (mas) eram liberais de matizes conservadoras, tinham surgido sob um signo de algum grupo conservador. Então eu via o mundo liberal sob as bênçãos de Nelson Rodrigues, um outro vê sob as bênçãos de Ortega Y Gasset, que é um liberal aristocrático e conservador, um outro, de um autor monarquista, mas que era um autor monarquista culturalmente muito conservador. Então, no final das contas, as outras questões da sociedade foram sendo discutidas, e ele acabou tomando uma forma conservadora” **(Lourival de Souza, Expresso da Liberdade, abril de 2017)**

Para além de debates acerca de referenciais teóricos, discussões em torno do aborto passaram a ocorrer nos circuitos pró-mercado, fazendo com que aqueles que fossem contra a legalização da prática começassem a se manifestar de forma mais ostensiva, como indica o membro do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira e assessor de Príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança, José Carlos Sepúlveda:

“Claro que as pessoas que dirigiam os movimentos liberais defendiam os ideais liberais, mas havia muita gente, - e eu notei muito isso no Nordeste -, havia muita gente que estava ali dentro como refúgio, mas que não era propriamente liberal, e isso é o que eu acho que são as bordas, bordas amplas do movimento liberal que são conservadoras. Por exemplo, eu dou-lhe o caso concreto do que aconteceu, não me lembro se foi na 3ª Semana da Liberdade em Fortaleza

(realizada em 2015), que foi o seguinte, o problema do aborto. O problema do aborto para um liberal, para um liberal coerente, deve ser livre, só que isso não foi aceito pelo movimento liberal no Nordeste. E inclusive o professor Ubiratan Lório fez uma palestra muito interessante nesse encontro, mostrando aos libertários com citações dos próprios libertários, que eles não tinham razão para defender isso, e esse ponto ficou definido, nós não podemos defender, a vida é sagrada, e isso é muito mais uma posição conservadora. Isso é um fenômeno que eu noto, inclusive o Rodrigo (Saraiva Marinho), ele disse o seguinte: ‘olha, na realidade, nós não podemos fazer uma coisa fechada, nós temos que nos adaptar às realidades e a realidade aqui do Nordeste é essa’. Porque muitos dos colaboradores do Rodrigo, depois, acabam por fundar grupos conservadores e católicos, houve uma multiplicação que nasceu desse próprio movimento liberal. Isso é uma coisa que eu batalho muito, mesmo com pessoas conservadoras, as pessoas olham pouco para as mentalidades e olham muito para os rótulos. Dentro do movimento liberal eles acabaram recolhendo muita gente conservadora, alguns acabaram rompendo, outros continuaram lá dentro, mas com ideias que tendiam mais para o conservadorismo. (...) É uma coisa que o Doutor Plínio (Corrêa de Oliveira) sempre defendeu nos livros dele, se nós formos pegar uma mulher simples, que não tem formação acadêmica, ela tem o mundo interior dela, e se a gente for falar com ela, ela provavelmente tem ideias conservadoras, mas ela nem sabe o que é um movimento conservador, nem sabe que é um movimento liberal nem nada, mas a mentalidade dela é uma mentalidade conservadora. Até a Fundação Perseu Abramo fez uma pesquisa, há dias atrás saiu aí, dizendo que inclusive as pessoas das periferias das grandes cidades são todas conservadoras, bom, mas estão descobrindo o óbvio, não é? E me parece o seguinte, que ao contrário de outros países as coisas aqui são mais fluídas, e às vezes eu vejo que as pessoas querem enfiar uma espécie de camisa de força para falar da realidade brasileira como se ela fosse americana, por exemplo.” **(José Carlos Sepúlveda, IPCO, abril de 2017)**

Com a ida de Jair Bolsonaro para o Partido Social Cristão no início de 2016, onde estava um dos ex-presidentes do Líber, Bernardo Santoro, os liberais-conservadores passaram a ter um espaço político próprio, e vários começaram a autodenominar simplesmente com conservadores. No entanto, a entrada dos militantes

oriundos dos contra-públicos digitais na agremiação, então composta pelos pastores Everaldo e Marco Feliciano, esbarrou, curiosamente, na ausência de referências ideológicas mais sólidas por parte de seus membros, como aponta o carioca Fernando Fernandes, que fora aluno de Bernardo Santoro e passou a atuar na juventude do PSC:

*“Como foi a sua impressão das pessoas do partido, da juventude, quando você chegou lá pela primeira vez? Eu achei que eles não faziam ideia do que eles estavam fazendo, não que eu soubesse...Eu perguntei para o presidente da juventude “qual autor conservador que vocês leram?” (...) Cada um dos membros fez a sua apresentação e disse porque procurou o Partido, e como que pensa, e tal. Aí eu vi que alguns tinham lá o Olavo como referência. Eu falei: ‘é uma boa referência. Ok, vamos apresentar o Olavo como referência’, (mas fora o Olavo) não tinha nenhuma outra referência de doutrina liberal-conservadora, o PSC mesmo eu acho que não tinha referência. Ele era visto, e ele é visto como um partido conservador, liberal-conservador, seja lá o que for, mas acho que até 2014, primeiro com aquilo que acontece com Feliciano no período dos Direitos Humanos, né, e depois com a eleição do Everaldo, é que o PSC se compreendeu dentro do aspecto político. Até então era um partido completamente fisiológico, queria estar ocupando os cargos e ganhar espaço, naturalmente, para que cada vez mais coloque os seus apadrinhados dentro da estrutura partidária. É um partido com muitos pastores, não é um partido de pastor, como é o PRB, por exemplo, do Edir Macedo, mas tem pastores. No evento do Feliciano, e até o Bernardo conta isso muito bem, acho que foi até a esquerda que disse o que o PSC era. Porque quando os partidos de esquerda viram um conservador cristão sentando na cadeira da Comissão, eles apontaram: ‘conservador, reacionário, vai fazer isso assim, assim, assado’. Toda retórica que você já deve conhecer: ‘e vai defender os valores da família, vai fazer...vai ser contra o aborto, vai fazer assim, assim, assado’. Então a esquerda empurrou o PSC para uma posição política que antes não existia, era só fisiologismo. Na verdade, dizer que não existia é um exagero da minha parte, podia existir aqui, ali, por outros motivos, né, até por motivos religiosos...*Sim. Mas você diria que era algo mais individual dos políticos, do que uma coisa que era diretriz do Partido?* Exatamente. E essa época coincide com a entrada do Bernardo (Santoro) no PSC. Aí o Everaldo vira candidato a presidente em 2014 e o PSC, de fato,*

abraça a ideia de que ele é um partido conservador, no sentido inglês, ou republicano, no sentido americano, mas ainda assim, ele tem muitas resistências. Por exemplo, o partido era contra a Dilma, mas dentro do partido tinha gente que a defendia. Como faz? Esse cara sentiu que ia ser expulso e aí ele mesmo pediu pra sair, foi pra outro partido aproveitando uma janela partidária. Em Niterói, por exemplo, teve um vereador que a gente expulsou e ele foi para o PT! Pra você ver, era de fato uma massa de pessoas reunida, não era um partido, ele vai tomando forma de um partido como ele é hoje em 2014, com o evento do Feliciano, com a entrada do Bernardo e com a candidatura do Everaldo.” **(Fernando Fernandes, IL-RJ, março de 2017)**

A partir de 2016, com a entrada de Jair Bolsonaro e seus filhos no PSC, o partido começou a ganhar contornos ideológicos ainda mais claros e a se perceber como um partido de direita conservador, tendo em vista tanto a atuação tanto de Santoro e Fernandes, como de uma multidão de jovens que passou a engrossar as fileiras do partido por conta do apelo do capitão da reserva:

“Daí a família Bolsonaro entrou no Partido em 2016, a família toda, né, o Eduardo já era do partido, mas os outros não, e a gente começa a pensar em participar de eleições também no Executivo. Antes a gente sempre, abre aspas, cedia, ao partido maior, né. Ou PMDB, ou PT. A gente foi base de apoio do PT, ficava diluído naquelas coligações gigantes. Pelo menos olhando pra juventude, com todas as idas e vindas que tem a juventude, você vê que a juventude tem uma visão mais defensora dos valores tradicionais da sociedade, abraça uma liberdade econômica, o partido se percebe, se compreende internamente como um Partido de direita com idas e vindas, porque não dá pra mudar da noite para o dia, é um processo de maturação. Você tem lideranças, por exemplo, que são ainda muito fisiológicas, ao mesmo tempo que você tem uma juventude que entrou aí junto com o Bolsonaro que é muito radical. Eles entraram, e muita gente está vindo filiar. Muita. Porque o discurso do Bolsonaro sempre foi: ‘eu quero ser presidente’. E o discurso do PP, que era o partido antigo dele era: ‘você não tem espaço pra ser presidente. Você não vai ser candidato a presidente. Você não tem espaço’. Então Bolsonaro falava assim: ‘eu quero ir para um partido em que eu tenha espaço para falar minhas ideias, dizer aquilo

que eu penso, e que eu possa ter oportunidade de ser candidato a presidente’. E ficou muito claro, muito claramente sinalizado, que o PSC daria espaço para uma voz da direita falar. E com isso, veio essa enxurrada de gente atrás do Bolsonaro, atrás de conservadorismo, atrás da defesa liberal, vários tipos distintos de pessoas. Tinha uma demanda reprimida por representação. A gente sempre fala muito que no Brasil, até...ao meu ver, né, até 2014 não existiam partidos de direita. Todos os partidos estavam do centro para a esquerda por uma questão histórica, porque a direita era associada ao movimento militar, à ditadura, o que é bizarro, porque Lacerda, que era o principal nome da direita, foi o primeiro exilado da ditadura. Mas de maneira geral, (falo) (d)a direita de verdade, porque eu acho que ditadura militar não é nem de direita, é imposição, e imposição não tem lado, tinha uma demanda reprimida. E o PSC sinalizou como o partido de direita, de direita conservadora. Enquanto o (partido) NOVO, surge mais ou menos na mesma época como partido de, abre aspas, direita, fecha aspas, liberal ou eficientista. Então foi uma coincidência.” **(Fernando Fernandes, IL-RJ, março de 2017)**

Como bem aponta Fernandes, na mesma época em que o PSC vinha adquirindo contornos ideológicos mais claros, o Partido Novo, que havia sido oficializado em 2015, também enfrentava uma dificuldade similar ao PSC no que diz respeito à incorporação dos militantes oriundos dos contra-públicos digitais. Na época em que o partido ainda estava em fase de estruturação, alguns militantes julgaram que o partido estaria mais preocupado em adotar políticas públicas consideradas eficientes do que ser um partido ultraliberal coerente como um todo em termos ideológicos, como lembra Fábio Ostermann:

“Eu era na época (2013) o presidente estadual do Partido Novo no Rio Grande do Sul. O Novo foi criado no início de 2011, eu conheci o partido em 2011 pela internet. Como eu virei diretor do IEE em 2011 eu falei para chamar o João Amoedo para vir dar uma palestra pra gente, falar sobre o Novo. Não tinha nenhum partido que me interessasse ideologicamente e o Novo pareceu uma ideia interessante, mas na época todo mundo teve a impressão de que o partido era meio focado demais no discurso eficientista e da gestão para máquina pública sem ter uma base de valores. Até a crítica que a gente fez foi que: ‘olha,

eficiente por eficiente a Alemanha nazista também foi um estado eficiente, os trens saíam do gueto e chegavam sempre no horário, sempre com o máximo de alocação de recursos, ou seja, um estado pode muito bem se prestar fins totalitários se ele não for motivado por bons valores e boas finalidades’. O João Amoedo acabou percebendo que existia um ecossistema, existia uma demanda para essas ideias e ele mesmo começou a entender um pouco melhor como funciona, apesar de ainda hoje ele ser muito refratário a rótulos, o que eu acho que acaba sendo uma fraqueza porque quando tu não te rotula tu permite que os outros te rotulem. Mas depois a gente conversou e, enfim, eu percebi realmente que tinha uma mudança no ar. Eu já tinha percebido obviamente, já tinha lido um pouco mais entrevistas deles e perguntei: ‘tá, e tem alguém aqui no Rio Grande do Sul?’, ele falou, ‘não, não tem ninguém’. Daí eu (pensei): ‘bom, então deixa que eu vou montar um grupo aqui’. Daí eu montei um grupo em 2013 pra tocar o partido no Rio Grande do Sul. A gente começou a trabalhar, coletar assinatura, começou a criar uma estrutura autônoma, começou a criar grupos de debates dentro do partido pra agregar novas pessoas, a gente começou a fazer eventos no interior, a gente começou a fazer palestra de apresentação, eventos de divulgação e tal, a gente criou um núcleo bem legal lá. Eu achei realmente que o Novo tinha potencial de ser o partido das ideias liberais, e de junho de 2013 a março de 2015 eu fui o líder estadual do Novo. Daí eu passei adiante pro meu sucessor e segui envolvido até, digamos ali, julho de 2015. Mas eu comecei a ver que eles estavam numa visão muito micro gerenciadora de querer estabelecer um padrão e não dar o mínimo de autonomia pra gente atuar, pra gente agregar pessoas ao projeto, e aquilo começou a criar certo desconforto em pessoas que tinham uma ambição política mais de curto e médio prazo, no meu caso médio prazo, daí em agosto em saí” **(Fábio Ostermann, LIVRES, abril de 2016)**

Por conta de tais obstáculos, Ostermann e outros militantes oriundos do contrapúblico ultraliberal resolveram se abrigar na então pequena legenda do Partido Social Liberal (PSL):

“Por meio do MBL eu tinha tido um contato com eles (PSL) em julho do ano passado (2015), porque existiam discussões no MBL sobre o que a gente iria

fazer depois do impeachment ou depois de um eventual esfriamento dos movimentos. Eu sempre fui partidário da ideia da gente ter um envolvimento mais direto na política, seja por meio de nossos apoiadores se envolverem na política partidária por meio de vários partidos, seja, criando uma frente suprapartidária, mas preferencialmente ocupando um partido, entrar em bloco e ocupá-lo. Daí surgiu a possibilidade, surgiu um contato com o pessoal do PSL, que é um partido pequeno que estava com uma vontade de se renovar e buscava maneiras de fazer isso. E aí houve um diálogo que acabou não prosperando, mas que criou pontes, criou contatos com outras pessoas que estavam ali envolvidas com o pessoal do PSL. E aí em novembro (de 2015) eles entraram em contato com o pessoal do Mercado Popular, um blog liberal que tem como lema ‘liberdade e justiça social’, é o que se chama no meio liberal de *leftlib*¹⁵⁸. E aí eles entraram em contato com o pessoal do Mercado Popular especificamente com o Felipe Melo França¹⁵⁹ que tinha sido um dos fundadores do Movimento Brasil Livre lá em 2013, que é esse cara que morava em Recife e agora está morando em São Paulo, querendo marcar de bater um papo com ele sobre formas de o partido se posicionar de maneira liberal tendo essa preocupação social mais latente. E ele falou: ‘não, legal, vamos conversar e tal’. Daí ele acabou levando um projeto pra eles de reestruturação no partido, trouxe meu nome e falou: ‘olha, o Fábio é o cara certo pra posicionar o partido frente às lideranças liberais, pra fazer realmente com que essa mudança seja pra valer, ele é um cara que já esteve em várias organizações, está saindo do MBL agora’. E aí quando eu saí do MBL, eles vieram me chamar pra conversar. Daí a gente teve uma série de conversas sobre que rumos o partido queria ter, para eu entender um pouco melhor, para eles entenderem melhor quais eram os meus receios, os meus interesses, o que eu acreditava do projeto, e aí a gente acabou

¹⁵⁸ Abreviação de *Left Libertarianism* ou *Left Libertarians*, ou seja, libertarianismo e libertarianos de esquerda, que tem como preocupação central questões de injustiça e desigualdade social.

¹⁵⁹ “Felipe Melo França é advogado pela UFPE e pós-graduado pela Georgetown University. Co-fundador da empresa júnior Beviláqua (Direito-UFPE), ex-conselheiro executivo da rede Estudantes Pela Liberdade. Teve passagem pela Internationale Akademie für Führungskräfte (IAF) da Friedrich-Naumann-Stiftung no curso “Rule of Law and Fundamental Rights: The Liberal Approach” (2014) e pela Summer School da World Intellectual Property Organization (2011). É Diretor-Executivo do Instituto Mercado Popular”, segundo consta em <http://mercadopopular.org/2015/06/capitalismo-de-compadrio-enquanto-a-republica-nao-cai-odebecht-lidera-com-41-os-emprestimos-do-bndes/?fbclid=IwAR3mmTpO00tZBPjh9YvtjZfgpZKoNzjWS9GV3WYyUBXwAMXddTIEyVtEXl6w>

chegando num acordo e me convidaram pra ser o diretor executivo da fundação do partido” (**Fábio Ostermann, LIVRES, abril de 2016**)

Em 2015 o Partido Novo havia sido oficializado e a tendência LIVRES se integrado ao Partido Social Liberal, atraindo para si os ultraliberais, enquanto os conservadores passaram a se concentrar no PSC. Assim, em 2016 a maioria dos militantes oriundos dos contra-públicos digitais se concentrava nestas três frentes partidárias, atuando, inclusive, em mais de uma ao mesmo tempo, como apontou Filipe Celeti, ex-coordenador do Líber em São Paulo, em abril de 2016:

“Na atuação política a gente está construindo três frentes que são o Novo, recém fundado, e que de certo modo, ainda fica transitando ao redor da figura do Amoedo, da direção central. Tem o PSC, né, e o próprio Bernardo do IL fez parte do programa do Pastor Everaldo, da campanha passada, e o PSL também agora, (apostando) nessa renovação de tentar se tornar um partido ideológico. É uma coisa que é uma faca de dois gumes no Brasil, porque no Brasil você vota em pessoas, não em ideias. Então tentar ser uma coisa de ideias, é difícil, a gente vai precisar ver nas eleições desse ano o que vai acontecer. Como é que a sociedade vai se comportar com o discurso que vai começar a aparecer um pouco na mídia, e que, de certo modo, sempre foi um pouco a ideia do pessoal do início. O que a gente precisa é discutir essas ideias, a medida que as pessoas tiverem contato com essas ideias, elas vão estar presente no debate público. Você, de certo modo, coloca um ponto mais distante do que existia e vai arrastando o debate para um centro que é mais próximo do que se deseja. Acho que essa é um pouco a tarefa, arrastar um pouco o debate pra cá, justamente pra poder promover mudanças reais, que estejam mais de acordo, por exemplo, com a diminuição do tamanho do Estado, a questão da interferência. Que são, de certo modo, os ideais do liberalismo assim, desse não-dirigismo.” (**Felipe Celetti, LIVRES, abril de 2016**)

Durante as eleições de 2016, as candidaturas do próprio Filipe Celeti a vereador de São Paulo, de Rodrigo Saraiva Marinho a deputado estadual por Fortaleza, e de Fábio Ostermann à prefeitura de Porto Alegre foram abrigadas pela tendência partidária LIVRES, formada no interior do PSL, enquanto Fernando Fernandes, por

sua vez, se lançou como candidato a vereador para a cidade do Rio de Janeiro pelo PSC. Além disso, das quarenta e quatro candidaturas ao legislativo ligadas diretamente ao MBL, duas foram abrigadas pelo NOVO e quatro pelo PSC, porém, a maior parte destas acabou sendo encampada por partidos tradicionais, como o DEM e o PSDB, cada um responsável por dez candidaturas¹⁶⁰, sendo que ao final das eleições, oito candidatos ligados ao MBL foram eleitos, um pelo DEM, quatro pelo PSDB, um pelo Partido Verde (PV), outro pelo Partido Popular Socialista (PPS) e o último pelo Partido da República (PR).

A partir de 2017, contudo, as três frentes principais nas quais atuava a militância começaram a se alterar. A dança das cadeiras começou com a saída de Jair Bolsonaro do PSC em 2017 por conta de desentendimentos internos. O candidato à presidente foi então para o Partido Ecológico Nacional (PEN), que foi rebatizado como “Patriota” para melhor representá-lo, e na mudança de partido foi acompanhado por Bernardo Santoro, responsável pelo novo nome do partido e que assumiu em setembro daquele ano o cargo de Secretário Geral da agremiação, e por Fernando Fernandes, que passou a ocupar o cargo de segundo vice-presidente no estado do Rio de Janeiro. No entanto, no início de 2018, o capitão da reserva se desentendeu novamente com as lideranças do Partido Patriota e resolveu se filiar justamente ao PSL, onde estavam os militantes ultraliberais reunidos na tendência “LIVRES”. Refratários ao político, os ultraliberais decidiram então sair do partido e ingressar no Partido Novo, onde se concentra atualmente a maior parte da militância ultraliberal que se reunia nas comunidades do Orkut.

No início de 2018, a candidatura de Jair Bolsonaro, que já havia recebido o apoio de Olavo de Carvalho em 2017, havia alcançado um patamar estável de 20% das intenções de voto. No entanto, ainda havia muitas dúvidas acerca de qual seria sua equipe econômica, e muitos membros dos circuitos pró-mercado duvidavam que o militar fosse adotar um programa econômico liberalizante tendo em vista suas declarações passadas sobre o tema. Ainda em 2017 Winston Ling, fundador do Instituto de Estudos Empresariais, havia apresentado o economista Paulo Guedes a Bolsonaro¹⁶¹, e em abril de 2018 o capitão apontou Guedes como mentor econômico e

¹⁶⁰ Durante as eleições de 2016, quarenta e quatro candidatos em todo o Brasil foram lançados pelo MBL, porém, apenas oito se elegeram, quatro pelo PSDB, que havia lançado dez candidatos, 1 pelo DEM, que também havia lançado dez candidatos, e três por siglas menores.

¹⁶¹ Como afirmou em seu perfil do Facebook em postagem do dia 16 de novembro de 2018.

candidato ao cargo de Ministro da Fazenda, selando desta maneira a consolidação de um amálgama ultraliberal-conservador, que passou a marcar a consolidação de uma nova direita brasileira que passou a atuar na forma de uma frente ultraliberal-conservadora. Ao mesmo tempo, o Partido Novo também lançou a candidatura à presidência de seu fundador, o empresário João Amoêdo, que, apesar de ser mais moderado em relação a Bolsonaro, também passou a defender um discurso ultraliberal-conservador. Deste modo, à medida que Bolsonaro e Amoêdo circulavam cada vez mais na esfera pública, a publicização das ideias pró-mercado, bem como a difusão da percepção acerca de uma hegemonia esquerdista formulada a partir do diagnóstico de Olavo de Carvalho, passava a atingir um novo patamar em termos de popularização entre pessoas comuns.

À medida que o período eleitoral foi se aproximando, a crise do lulismo atingiu seu auge com a prisão de Lula, e a polarização política no país passou a atingir patamares estratosféricos. O entusiasmo popular em relação à candidatura de Lula passou a dividir as atenções com a euforia em torno da candidatura de Jair Bolsonaro partilhada por inúmeros grupos de militantes voluntários que passaram a participar de um intenso esforço de campanha dentro e fora da internet. Quando o primeiro turno se encerrou, o capitão da reserva havia reunido mais da metade dos votos válidos em doze estados e no Distrito Federal, para a surpresa de muitos analistas políticos que imaginavam que seria impossível que Bolsonaro chegasse ao segundo turno. Porém, se o candidato do PSL se mostrou decepcionado com o resultados eleitorais, pois imaginava que poderia vencer no 1º turno, os militantes oriundos dos contra-públicos ficaram impressionados com a votação que receberam. Marcel Van Hattem foi o deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul, Kim Kataguirí recebeu quase meio milhão de votos e foi o quarto candidato a deputado federal mais votado no Estado de São Paulo, e Fábio Ostermann foi o décimo sexto candidato estadual mais votado no Rio Grande do Sul. Além disso, personagens centrais da Campanha Pró-Impeachment, como a advogada e professora universitária Janaína Paschoal e o então deputado federal Eduardo Bolsonaro, ambos candidatos pelo PSL, atingiram recordes históricos de votação. Paschoal foi a deputada mais votada na história do país, tendo recebido mais de dois milhões de votos, o filho de Bolsonaro atingiu a marca de mais de um milhão e oitocentos mil votos, e o PSL saiu do 1º turno como a segunda maior bancada no congresso com 52 deputados eleitos, aumentando seis vezes de tamanho.

Tendo em vista o grau de sucesso eleitoral alcançado pela nova direita, praticamente todos os militantes que vinham atuando no Partido Novo e no PSC, com algumas poucas exceções, como Fábio Ostermann e Filipe Celetti, por exemplo, passaram a apoiar a candidatura de Bolsonaro. A abertura das urnas no segundo turno das eleições, para além da eleição de Jair Bolsonaro como 38º Presidente da República, trouxe mais duas surpresas para os observadores da política nacional: a eleição do jurista Wilson Witzel para o governo do Estado do Rio de Janeiro, candidato do PSC, cujo programa de governo foi coordenado por Bernardo Santoro¹⁶², e a eleição do empresário Romeu Zema para o governo do Estado de Minas Gerais pelo Partido Novo. Assim, se havia algo como uma hegemonia esquerdista no país, como aponta Olavo de Carvalho, seria possível pensar que, após a confirmação dos resultados das eleições de 2018, esta certamente teria passado a enfrentar sua pior crise desde a redemocratização do país.

¹⁶² Ver em <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/o-coordenador-de-witzel-placa-de-marielle-e-pichacao.html>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi concluída em novembro de 2018, logo após a chegada da nova direita brasileira ao poder. Foram raras as análises dentro e fora da academia que foram capazes de antever tal resultado, uma vez que dinâmicas políticas e sociais que ocorrem no seio da sociedade civil e na esfera pública, ainda que possuam certa coerência e linearidade, dificilmente são apreendidas de modo razoável por aqueles que concentram seu olhar apenas nos possíveis cálculos racionais realizados por atores políticos tradicionais. Na ausência da compreensão do ocorrido, diz-se que foi uma “onda”, fenômeno sem origem e aparentemente sem direção definida; resultado direto da manipulação do eleitorado orquestrada por elites nacionais e/ou estrangeiras que teriam investido altas somas de dinheiro em sofisticadas formas eletrônicas de difusão de desinformação; ou responsabilidade de lideranças de centro-esquerda e centro-direita que não souberam, ou não quiseram, se coordenar politicamente no sentido de evitar a chegada ao poder de uma força política alternativa.

Muitas vezes, a ausência de um olhar mais interessado por sutilezas e tons de cinza impossibilita uma melhor compreensão sobre quem são e como agem as direitas, especialmente tendo em vista o papel desempenhado pela militância no processo político. Nesse sentido procurei adotar nesta tese uma sensibilidade similar àquela que perpassa uma nova historiografia sobre a atuação das direitas brasileiras, que já conta com trabalhos como os de Rodrigo Pato Sá Motta (2002), Janaína Cordeiro (2009), Lúcia Grinberg (2009), e que constituíram uma importante fonte de inspiração para a investigação que conduzi nos últimos cinco anos sobre a formação da nova direita brasileira. Em sua pesquisa sobre as mulheres engajadas na Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), as quais foram responsáveis por organizar as Marchas da Família com Deus pela Liberdade nas quais se demandava por uma intervenção militar em março de 1964, Cordeiro aponta como a literatura sobre as direitas, bem como os próprios atores políticos da época, entendiam que o papel destas mulheres teria sido algo marginal no processo político, afirmando que elas teriam sido manipuladas por homens “mais importantes”, como padres, maridos ou seus próprios pais. Quando, na realidade, estas mulheres conscientemente se organizaram pela defesa de seu modo de vida, calcado em um modelo de feminilidade centrado no desempenho dos papéis de mãe, dona-de-casa e esposa que, de acordo com sua percepção, estavam sob ameaça pelo avanço do comunismo.

A retórica anti-comunista, presente no discurso de praticamente todos os grupos de direita atuantes naquele período, como bem ressaltou Sá Motta, não era fruto apenas de histeria e paranoia, na medida em que os avanços políticos dos comunistas dentro e fora do país constituíam ameaças reais a grupos que, como as mulheres conservadoras, também procuravam defender sua existência. Militares de direita, por exemplo, procuravam se organizar contra o que percebiam como uma ameaça à soberania nacional representada pelo comunismo internacionalista, e os cristãos, organizados sobretudo pela Igreja Católica, mas não apenas, procuravam defender sua religiosidade dos avanços do secularismo e do ateísmo encampados principalmente pelos comunistas. A valorização da autenticidade dos interesses e reivindicações das direitas também passou ao largo das análises sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), a qual, segundo destacou Lúcia Grinberg, era percebida não apenas pela academia, mas pelos próprios atores políticos da época, à esquerda e à direita, como sendo um partido artificial, fraco e pouco importante, dado que existiria apenas para referendar as decisões tomadas pelo alto escalão do regime militar e não teria expressão própria.

Esta percepção de que a militância de direita seria inautêntica, manipulada por elites políticas mais importantes e experientes, ou formada por pessoas histéricas e paranoicas, possivelmente guarda alguma relação com um entendimento implícito de que a posse recursos materiais abundantes explicaria o sucesso das direitas em mobilizar parte significativa da sociedade civil em prol de suas causas. Contudo, ainda que a posse de recursos financeiros e organizacionais de fato ajude a explicar parcialmente o êxito de movimentos e mobilizações sociais, diversos outros fatores podem determinar seu sucesso ou o fracasso: como a criação de fortes identidades coletivas; dinâmicas emocionais que surgem a partir das interações e conflitos entre grupos políticos; mudanças na estrutura de oportunidades políticas que criam momentos mais propícios para ação de determinados grupos; e, nos últimos anos, a habilidade no uso, e a própria lógica, das mídias sociais; os quais, compreendo que integraram de modo importante o processo político analisado nesta tese.

Sem querer possuir qualquer monopólio da narrativa de um acontecimento político de tamanha importância como foi a formação e chegada ao poder de uma nova direita no Brasil, minha intenção foi apontar para a relevância da atuação de uma militância organizada em diversos grupos políticos e entidades civis durante este processo, o qual culminou na formação de um amálgama ideológico inédito no Brasil:

o ultraliberalismo-conservador. Além disso, também procurei chamar a atenção para as continuidades e descontinuidades dos esforços promovidos por tal militância tendo em vista suas conexões com redes formadas por atores que iniciaram suas atividades políticas em décadas anteriores, apoiada em como os próprios personagens analisados aqui foram conferindo sentido às suas ações ao longo do tempo a partir de conjunturas políticas específicas, orientando e reorientando suas atividades na sociedade civil e na esfera pública.

Espero que este trabalho possa ter contribuído para fortalecer o entendimento de que o processo de democratização da esfera pública abre espaço para manifestações de atores políticos marginais dos mais diversos, incluindo grupos de direita, e que tal compreensão possa abrir caminhos férteis para a comparação com processos de formação de novas direitas em outros países, dentro e fora da América Latina. Por fim, espero que o esforço empreendido aqui possa demonstrar a importância de trabalhos realizados a partir de uma metodologia qualitativa que priorize a utilização de entrevistas em profundidade e/ou a realização de etnografias na área de Ciência Política, os quais, ainda são minoritários no campo não apenas no Brasil mas em âmbito internacional. Felizmente, ao longo da realização desta tese pude me deparar com iniciativas similares à minha na abordagem deste fenômeno, como os trabalhos que vem sendo desenvolvidos pela antropóloga gaúcha Alexia Barbieri e pela socióloga Fanny Vrydagh, entre outros, os quais, espero, possam vir a inspirar mais pessoas a trilhar por este caminho. Afinal, ainda que tal tipo de investigação possa apresentar muitas dificuldades iniciais, quase sempre resulta em experiências gratificantes não apenas em termos acadêmicos mas também pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELSON, Donald; LINDQUIST, Evert. (2000) "Think Tanks Across North America", In R. Kent Weaver And James G. McGann (Eds), *Think Tanks And Civil Societies: Catalyst For Ideas And Action*. New Jersey: Transaction Publishers

ABELSON, Donald E. (2007), "Alguien está escuchando? Evaluando la influencia de los think tanks en las políticas". In GARCÉ, Adolfo et al. *Think tanks y políticas públicas en Latinoamérica : dinâmicas globales y realidades regionales*. Buenos Aires : Prometeo Libros

ALMEIDA, Ronaldo. (2018) "A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo". *Cadernos Pagu*, n. 50

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. (2016), "Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests". *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 36, Issue 2, (pp. 144-159)

ALONSO, Angela. (2017), "A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer". São Paulo, *Novos Estudos CEBRAP Especial* (pp.49-58)

ANDERSON, Perry Et Al. (1995) *Balanço Do Neoliberalismo. Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais E O Estado Democrático*. Rio De Janeiro: Paz e Terra

ARANHA, Francisco Arantes. "Tecnocracia e capitalismo no Brasil num estudo de caso: a Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES) (1964-1967)". 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ASEN, ROBERT. (2009). "Ideology, materiality, and counterpublicity: William E. Simon and the rise of a conservative counterintelligentsia". *Quarterly Journal of Speech*, 95(3), 263-288.

BALBACHEVSKY, Elizabeth (2007), HOLZHACKER, Denilde. "Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006". *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 283-306, 2007.

BARBOSA, Henrienne; HAYASHI, Maria Cristina; RIGOLIN, Camila (2012). "Comunicação, Tecnologia E Interatividade: As Consultas Públicas". *Programa De Governo Eletrônico Brasileiro. Em Questão*, V. 17, N. 1

BIANCHI, Álvaro. (2007) "Empresários e ação coletiva: notas para um enfoque relativo". *Revista de Sociologia e Política*, v.28 pp.117-129

BOAS, Taylor; GANS-MORSE, Jordan (2009) "Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan." *Studies in Comparative International Development* 44.2: 137-161.

BOBBIO, Norberto. (2011) *Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma distinção política*. São Paulo : Editora UNESP

BOIANOVSKY, Mauro (2018) “The Brazilian connection in Milton Friedman’s 1967 Presidential Address and 1976 Nobel Lecture”. *CHOPE Working Paper No. 2018-11 July 2018*. Center for the History of Political Economy Duke University

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. (2015) “Junho de 2013...dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”. *Nueva Sociedad*, Outubro de 2015

CARREIRÃO, Yan. (2007) “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 307-339

CASIMIRO, Flávio Henrique. (2011). “A Dimensão Simbólica do Neoliberalismo no Brasil: O Instituto Liberal e a Cidadania como Liberdade de Consumo”. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, 23(1).

CASTELLS, Manuel. (2017) *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro : Zahar

CELIKATES, Robin. (2015) “Digital publics, digital contestation: A new structural transformation of the public sphere?” In *Transformations of Democracy: crisis, protest and legitimation*. Londres: Rowman & Littlefield

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. (2015), “Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política”. 39o Encontro Anual da ANPOCS, GT 19 Intelectuais, Cultura e Democracia

COCKETT, Richard. (1995) *Thinking The Unthinkable: Think-Tanks And The Economic Counter-Revolution 1931-1983*. Londres : Harpercollins Publishers

CODATO, Adriano. (1995) “A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição” *Revista de Sociologia e Política*, n. 04-05, p. 55-87

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. (2015) “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. In VELASCO E CRUZ, Sebastião et al. (orgs.) *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo : Editora Perseu Abramo

CORDEIRO, Janaina Martins. (2009) *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro : Editora FGV

COWAN, Benjamin Arthur. (2014) "Nosso Terreno. Crise moral, política evangélica e a formação da'Nova Direita'brasileira". *Varia Historia*, v. 30, n. 52, p. 101-125

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. (1995) *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo, 1974-1977*. Campinas : Editora da UNICAMP

CRUZ, Sebastião C. Velasco. (2007), *Trajetórias: Capitalismo Neoliberal E Reformas Econômicas Nos Países Da Periferia*. São Paulo : Editora UNESP

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. (2016), *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo : Boitempo

DESAI, Radhika. (1994) Second-Hand Dealers In Ideas: Think-Tanks And Thatcherite Hegemony. *New Left Review*, P. 27-27

DOHERTY, Bryan. (2009). *Radicals for capitalism: A freewheeling history of the modern American libertarian movement*. Nova Iorque : PublicAffairs.

DOMINGUEZ, Francisco; LIEVESLEY, Geraldine; LUDLAM, Steve. (2011) *Right wing politics in the New Latin America-reaction and revolt*. Zed Books

DOWNEY, John, FENTON, Natalie. (2003). “New media, counter publicity and the public sphere”. *New media & society*, 5(2), 185-202.

DREIFUSS, René Armand. (1987) 1964, *A Conquista Do Estado: Ação Política, Poder E Golpe De Classe*. Rio de Janeiro : Vozes

DREIFUSS, René Armand. (1989) *O jogo da direita na Nova República*. Rio de Janeiro : Vozes.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. (2011) “O livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina” In: *Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*.

FONSECA, Francisco. (1994). “A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento (Revista Visão e Jornal “O Estado de São Paulo””. 1994. 2v. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas

FISCHER, Karin. (2009), “The influence of neoliberals in Chile, before, during and after Pinochet” In MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. (2009), *The Road From Mont Pelerin*. Harvard University Press

FRASER, Nancy. (1990). “Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy”. *Social text*, (25/26), 56-80.

FREEDEN, Michael. (2003). *Ideology: A very short introduction*. Oxford : Oxford University Press.

GIORDANO, Verónica (2014). “¿ Qué hay de nuevo en las «nuevas derechas?»” *Nueva sociedad*, (254), 46.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. (2017) *História fetichista: o Aparelho de Hegemonia Filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia Convivium (1964-1985)*, Anápolis : Editora Universidade Estadual de Goiás

GRING-PEMBLE, Lisa. (2012). “‘It’s We the People..., Not We the Illegals’: Extreme Speech in Prince William County’, Virginia’s Immigration Debate. *Communication Quarterly*, 60(5), 624-648.

GROS, Denise (2003) “Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República/ Denise Barbosa Gros”. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (Teses FEE; n. 6). 252pp.

HAAS, Peter. (1992). “Introduction: epistemic communities and international policy coordination”. *International organization*, 46(1), 1-35.

HABERMAS, Jürgen. (2014). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp

HALL, Stuart; JACQUES, Martin (Ed.) (1983). *The politics of Thatcherism*. Londres: Lawrence and Wishart

HARVEY, David (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. Rio de Janeiro : Loyola

HAUCK, Juliana. (2015), “Think Tanks: quem são, como atual e qual seu panorama de ação no Brasil”. Dissertação de Mestrado. FAFICH-UFMG, Belo Horizonte

HAWLEY, George. (2017) *Making Sense of the Alt-right*. Columbia University Press

HOCHSCHILD, Arlie Russell. (2018) *Strangers in their own land: Anger and mourning on the American right*. Nova Iorque : The New Press

JACKSON, Ben. (2010) “At the origins of neo-liberalism: The free economy and the strong state, 1930–1947”. *The Historical Journal*, v. 53, n. 1, pp. 129-151

JAMES, Simon. (1993) The Idea Brokers: The Impact Of Think Tanks On British Government. *Public Administration*, V. 71, N. 4, P. 491-506

KAISER, Jonas; PUSCHMANN, Cornelius. (2017) “Alliance of antagonism: Counterpublics and polarization in online climate change communication”. *Communication and the Public*, v. 2, n. 4, p. 371-387

LOUREIRO, Maria Rita (1997). *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro : Ed. da Fundação Getúlio Vargas.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. (Ed.). (2011) *The resurgence of the Latin American left*. JHU Press

LYNCH, Christian Edward Cyril. (2007) “O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850)”. *Araucaria: Revista Iberoamericana de filosofia, política y humanidades*, n. 17, p. 212-234

MACHADO, Maria das Dores Campos. (2012) “Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 25-54

MACHADO, María Das Dores Campos. (2013) “Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira”. *Revista Cultura y Religión*, v. 7, n. 2, p. 48

MADDUX, Kristy. (2004). “When patriots protest: The anti-suffrage discursive transformation of 1917”. *Rhetoric and Public Affairs*, 283-310.

MARQUES, Jales Ramos; FLEISCHER, David. (1999) *PSDB: de facção a partido*. Brasília : Instituto Teotônio Vilela

McIVOR, Méadhbh. (2018) “Human Rights and Broken Cisterns: Counterpublic Christianity and Rights-based Discourse in Contemporary England”. *Ethnos*, p. 1-21

MELO, Marcus André; COSTA, Nilson Rosário. (1995) “A difusão das reformas neoliberais: análise estratégica, atores e agendas internacionais”. *Contexto Internacional*, v. 17, n. 1, p. 89

MESSEMBERG, Débora. (2017) “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621-647

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline. (2007) “A crise e suas fronteiras: oito meses de " mensalão" nos editoriais dos jornais”. *Opinião pública*, v. 13, n. 1, p. 97-123

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. (2009) *The Road From Mont Pelerin*. Harvard University Press

MORAES, Dênis. (2010). Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, 4(1), 54.

MORAES, Reginaldo (2001). *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* (Vol. 6). Senac.

MORAES, Reginaldo. (2015), “A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução” In VELASCO E CRUZ, Sebastião et al. (orgs.) *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo : Editora Perseu Abramo

MOROZOV, Evgeny. (2011) *The net delusion: How not to liberate the world*. Penguin UK

MORRESI, Sergio. (2008). La nueva derecha argentina. *La democracia sin política*. Los Polverines : Universidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires : Biblioteca Nacional

MORRESI, Sergio, VOMMARO, Gabriel. (2012). *Saber lo que se hace: expertos y política en Argentina*. Buenos Aires : Prometeo Libros.

- NÁLLIM, Jorge. (2014). *Trasformación y crisis del liberalismo: su desarrollo en la Argentina en el período 1930-1955*. Buenos Aires : Gedisa Editorial.
- NISHIMURA, Katia. (2004) “Conservadorismo social: opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002”. *Opinião Pública*, v. 10, n. 2, p. 339-367
- NOBRE, Marcos (2008). *Curso livre de teoria crítica*. São Paulo : Papirus Editora
- NOBRE, Marcos. (2013). *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo : Editora Companhia das Letras.
- NOEL, Alain; THÉRIEN, Jean-Philippe. (2008), *Left and Right in Global Politics*. New York : Cambridge University Press
- PAIVA, Denise; BRAGA, Maria do Socorro S.; PIMENTEL, Jairo. (2007) “Eleitorado e partidos políticos no Brasil”. *Opinião pública*, v. 13, n. 2, p. 388-408
- PAIVA, Diogo. (2006) “PT e PSDB: dois programas de governo, um projeto para o Brasil” 2006. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara
- PINTO, Céli Regina. (2017) “A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)”. *Lua Nova*, n. 100
- POLLETTA, Francesca; JASPER, James M. (2011) “Collective identity and social movements” *Annual review of Sociology*, v. 27, n. 1, p. 283-305
- POWER, Timothy (2000) “The Third Way in the Third World: Theoretical Considerations and a Case Study of Cardoso’s PSDB in Brazil”. In: World Congress of the International Political Science Association, Quebec City.
- POWER, Timothy. (2010). *Political right in postauthoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization*. Penn State University Press.
- RAMÍREZ, Hernán. (2007). *Corporaciones en el poder: institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPES, FIEL y Fundación Mediterránea*. Lenguaje. Buenos Aires : Claro Editora.
- RAMOS, Jair de Souza. (2012) “Toma que o aborto é teu: a politização do aborto em jornais e na web durante a campanha presidencial de 2010”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 55-82
- RIBEIRO, Ricardo. (2014), Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. *Revista de Sociologia e Política*, 22(49), 5-37.
- RIBEIRO, Ricardo. (2014). Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. *Revista de Sociologia e Política*, 22(49), 5-37.
- RICH, Andrew. (2005) *Think Tanks, Public Policy, And The Politics Of Expertise*. Cambridge University Press

ROCHA, Camila. (2015), “Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina” In VELASCO E CRUZ, Sebastião et al. (orgs.) *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo : Perseu Abramo

ROCHA, Camila. (2017) *O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil*. Millcayac – Revista Digital de Ciências Sociais, vol. IV, n.7 (pp.95-120)

SALLUM, Brasílio. (1996). *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo : Hucitec

SILVEIRA, Amadeu. (2011) “Para analisar o poder tecnológico como poder político” In SILVEIRA, Sérgio Amadeu; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Cláudio. *Cultura e ativismo nas redes sociais*. Salvador. São Paulo : Fundação Perseu Abramo

SILVEIRA, Luciana. (2013), “Fabricação de ideias, produção de consenso: Estudo de Caso do Instituto Millenium”. IFCH-UNICAMP, Campinas.

SINGER, André. (2000) *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

SINGER, André. (2012), *Os Sentidos do Lulismo. Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo : Companhia das Letras

SINGER, André. (2018). *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. Editora Companhia das Letras.

SKOCPOL, Theda; HERTEL-FERNANDEZ, Alexander. (2016), “The Koch Network and Republican Party Extremism” In American Political Science Association, Perspectives on Politics, September 2016, V.14, N.3

SMITH, James A. (1993) *Idea Brokers: Think Tanks And The Rise Of The New Policy Elite*. Simon And Schuster

SPOHR, Martina. (2012) “O empresariado e as relações Brasil-Estados Unidos no caminho do golpe de 1964”. *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani*, v. 4, n. 2, p. 45-62

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio; (2017) “Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à operação Lava Jato e contra a reforma de previdência”. *Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política*, Belo Horizonte, ano 9, n. 2, p. 35-45.

STEDMAN JONES, Daniel. (2014) *Masters Of The Universe: Hayek, Friedman, And The Birth Of Neoliberal Politics*. Princeton University Press

STONE, Diane L. (2005) *Think Tanks And Policy Advice In Countries In Transition. Public Policy Research And Training In Vietnam*.

TARROW, Sidney. (2007), *Power in movement. Social Movements and Contentious Politics*. New York : Cambridge University Press

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia. (2015) “Protestos à direita no Brasil (2007-2015)” In VELASCO E CRUZ, Sebastião et al. (orgs.) *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo : Perseu Abramo

TELLES, Helcimara. (2016) “A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protesto antigoverno”. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, n. 19

THIMSEN, A. Freya. (2017). “Did the Trumpian Counterpublic Dissent against the Dominant Model of Campaign Finance?” *Javnost-The Public*, 24(3), 267-283.

THUNERT, Martin. (2003) Conservative Think Tanks In The United States And Canada. In *Conservative Parties And Right-Wing Politics In North America*. VS Verlag Für Sozialwissenschaften, P. 229-252.

TOEPFL, Florian; PIWONI, Eunike. (2015) “Public spheres in interaction: Comment sections of news websites as counterpublic spaces”. *Journal of Communication*, v. 65, n. 3, p. 465-488

VALDÉS, Juan Gabriel. (1995) *Pinochet's Economists: The Chicago School of Economics in Chile*. Cambridge University Press

VENTURI, Gustavo. (2006) "A opinião pública diante da crise." *Teoria e Debate*, vol.66

WARNER, Michael. (2002). “Publics and counterpublics”. *Public culture*, 14(1), 49-90.

WEAVER, R. Kent. (1989) The Changing World Of Think Tanks. *PS: Political Science & Politics*, V. 22, N. 03, P. 563-578

WILLIAMSON, Vanessa; SKOCPOL, Theda; COGGIN, John. (2011) “The Tea Party and the remaking of Republican conservatism” *Perspectives on Politics*, v. 9, n. 1, p. 25-43

APÊNDICE 1. BIOGRAFIAS DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

Adolpho Lindenberg foi redator do jornal “Catolicismo”, criado em 1951, o qual deu origem em 1960 à Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), da qual Lindenberg foi membro-fundador ao lado de seu primo Plínio Corrêa de Oliveira. Engenheiro e arquiteto formado pela Universidade Mackenzie, Lindenberg é proprietário desde 1952 da Construtora Adolpho Lindenberg (CAL) e publicou vários livros, entre os quais “Os católicos e a economia de mercado. Oposição ou Colaboração” em 1999 e “Utopia igualitária: aviltamento da dignidade humana” em 2016. Atualmente é presidente do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), fundado em 2006 a partir de uma cisão da TFP que ocorreu após o falecimento de Corrêa de Oliveira, com o qual também colaboram o Chefe da Casa Imperial do Brasil Dom Luiz de Orléans e Bragança e o Príncipe Imperial Dom Bertrand de Orléans e Bragança. Entrevista realizada em março de 2017 em São Paulo.

Alex Catharino frequentou o Instituto Liberal do Rio de Janeiro por mais de dez anos onde foi aluno particular do professor Og Leme. É historiador, vice-presidente do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP), *fellow* da Atlas Network, editor-assistente da COMMUNIO, Revista Internacional de Teologia e Cultura, e pesquisador do Russel Kirk Center. No ano de 2017 passou a ocupar o cargo de editor-chefe da LVM Editora, ligada ao Instituto Mises Brasil (IMB). Entrevista realizada via Skype em de julho de 2016.

Antonio Paim é formado em filosofia pela Universidade Lomonosov, em Moscou pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Atuou como militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) até os anos 1950, quando deixou a agremiação. Atuou como professor universitário na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e na Universidade Gama Filho, aposentando-se em 1989. É membro do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), da Academia Brasileira de Filosofia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia de Ciências de Lisboa e Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, sediado em Lisboa. Prestou assessoria a diversos órgãos oficiais, como BNDES, FINEP, Governo do Estado da Bahia, Ministério da Aeronáutica e Ministério da

Agricultura. É autor de vários livros, entre os quais “História das ideias filosóficas no Brasil” em 1967, “O liberalismo contemporâneo” em 1995, e “História do liberalismo brasileiro” reeditado e publicado em 2018 pela LVM Editora, ligada ao Instituto Mises Brasil (IMB). Entrevista realizada em maio de 2018 em conjunto com o historiador Alex Catharino.

Arthur Chagas Diniz foi vice-presidente do Instituto Liberal por mais de vinte anos. É formado em Engenharia Civil e Eletrônica pela Escola Nacional de Engenharia, tendo trabalhado na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) entre 1960 e 1964, no Ministério do Planejamento (1965-1967), e no Jornal do Brasil (1987-1988). Entrevista realizada em dezembro de 2015 no Rio de Janeiro em conjunto com o jornalista Lucas Berlanza.

Bernardo Santoro é bacharel em direito e mestre em Teoria e Filosofia do Direito (UERJ). Atuou como professor universitário na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi vice-presidente do Líber, candidato a vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Social Liberal (PSL) em 2012, diretor executivo do Instituto Liberal (2012-2016), coordenador do Centro Mackenzie para Liberdade Econômica (2016-2017). Santoro foi filiado e colaborador ativo do Partido Social Cristão (PSC) até assumir no mês de setembro de 2017 o cargo de Secretário Geral do Partido Patriota. Em fevereiro de 2018, o advogado retornou ao PSC onde atuou como um dos principais coordenadores da campanha do candidato Wilson Witzel ao governo do Estado do Rio de Janeiro, o qual foi eleito nas eleições de 2018. Entrevista realizada no Rio de Janeiro em outubro de 2015.

Cibele Bastos é economista formada pela Universidade Federal do Ceará. Foi fundadora do grupo de estudos “Dragão do Mar” na mesma universidade, membro do Partido Libertário (LÍBER), e atuou profissionalmente no Instituto Liberal do Rio de Janeiro e no Instituto Liberal do Nordeste (ILIN) entre os anos de 2015 e 2018. Durante as eleições de 2016 colaborou ativamente da campanha do advogado Rodrigo Saraiva Marinho, fundador e presidente do ILIN, a vereador da cidade de Fortaleza pela tendência LIVRES, atualmente abrigada pelo Partido Novo. Entrevista realizada em dezembro de 2015 no Rio de Janeiro.

Cristiano Chiocca é economista e empresário. Em 2007 foi co-fundador do Instituto Mises Brasil (IMB) ao lado de Fernando Chiocca e Hélio Beltrão Jr., no qual atuou como vice-presidente. Porém, por conta de dissensões internas, Chiocca se desligou da organização e fundou em 2015, em conjunto com seu irmão Fernando, o Instituto Rothbard Brasil. (Respondente do questionário em apêndice, retornado em julho de 2016)

Diego Bonfim é formado em administração de empresas no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais de Minas Gerais (Ibmec-MG) onde fundou e presidiu seu primeiro Diretório Central dos Estudantes. Bomfim foi fundador e conselheiro da UFMG Finance Club e da Ibmec Social-MG, diretor da CISV Internacional, presidente do Conselho Nacional das Ligas de Mercado e da Ibfinance. Atualmente é CEO da empresa Fitibank. Entrevista realizada em outubro de 2015 em São Paulo.

Fábio Ostermann é formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde fundou o Núcleo de Extensão em Direito, Economia e Políticas Públicas (NEDEP). Foi Diretor Executivo do Instituto Liberdade, Diretor de Formação e Conselheiro Fiscal do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), cofundador da rede Estudantes pela Liberdade, tendo sido o primeiro presidente de seu Conselho Consultivo, Diretor Executivo do Instituto Ordem Livre, fundador e Coordenador Nacional do Movimento Brasil Livre (MBL). É professor (licenciado) da Faculdade Campos Salles, associado honorário do IEE, membro do Grupo Pensar+ e líder estadual do LIVRES no Rio Grande do Sul. Em 2016 se lançou como candidato à prefeitura de Porto Alegre pela tendência LIVRES, então abrigada no Partido Social Liberal (PSL). Atualmente Ostermann é membro do Partido Novo, tendo sido eleito em 2018 para o cargo de deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. Entrevista realizada em março de 2016 em São Paulo.

Fernando Chiocca é empresário e publicitário formado na Universidade Mackenzie. Foi membro-fundador do Partido Libertário (Liber) e co-fundador do Instituto Mises Brasil (IMB) ao lado de Cristiano Chiocca e Hélio Beltrão, organizações criadas em 2007. Porém, por conta de dissensões internas, Chiocca se desligou do IMB e fundou

em 2015, em conjunto com Cristiano Chiocca, o Instituto Rothbard Brasil. (Respondente do questionário em apêndice, retornado em julho de 2016)

Fernando Fernandes é bacharel em direito e mestrando em Filosofia Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, formado em Política e Estratégia pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Colunista do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, desempenhou um papel de liderança junto à juventude nacional do Partido Social Cristão (PSC) pelo qual concorreu ao cargo vereador na cidade do Rio de Janeiro em 2016. Em 2017 assumiu o cargo de segundo vice-presidente do Partido Patriota no Rio de Janeiro, mas depois voltou a integrar o PSC novamente. No ano de 2018 militou ativamente na campanha do candidato a governador do Estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel (PSC). Entrevista realizada via Skype no dia 10 de julho de 2016.

Filipe Rangel Celeti é bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela mesma instituição. Professor da Faculdade Sumaré, foi coordenador do Partido Libertário (LÍBER) em São Paulo, tutor no Instituto de Formação de Líderes de São Paulo e é membro do LIVRES pelo qual foi candidato à vereador em São Paulo no ano de 2016, tendência que em 2018 passou a ser abrigada pelo Partido Novo. Entrevista realizada em abril de 2016 em São Paulo.

Gabriel Menegale é ex.-conselheiro executivo do Estudantes pela Liberdade e ex-assessor do Instituto Liberal. Atualmente, cursa a graduação de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pelo Ibmec/RJ. Entrevista realizada via Skype em janeiro de 2017.

Hélio Beltrão graduado em finanças possui MBA pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Foi executivo do Banco Garantia, Mídia Investimentos e da Sextante Investimentos. É fundador e membro do conselho consultivo do Instituto Millenium (IMIL), inaugurado em 2006, e membro-fundador do Instituto Mises Brasil (IMB), no qual atua como presidente desde 2007. Também é membro do conselho de administração do Grupo Ultra, da Le Lis Blanc, da Artesia Investimentos, do conselho consultivo da Ediouro Publicações e da companhia do setor de educação corporativa

Lab SS (Afferro Lab a partir de 2014). Entrevista realizada em abril de 2017 em São Paulo.

Joel Pinheiro da Fonseca é economista formado pelo Insper, bacharel e mestre em filosofia pela Universidade de São Paulo. Foi membro do Partido Libertário (LÍBER) em São Paulo, editor da Revista Dicta&Contradicta e atualmente é colunista do jornal Folha de São Paulo e da Revista Exame. Entrevista realizada em maio de 2017 em São Paulo.

José Carlos Sepúlveda é português e vive no Brasil há 38 anos. Jurista e analista político, colabora com o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), é assessor do Príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança, escreve para a revista “Catolicismo” e mantém o Blog Radar da Mídia desde 2007. Atua também como conferencista sobre temas políticos e religiosos. Entre 2006 e 2007 dirigiu a campanha “Acção Família, pelo NÃO à aprovação do aborto” no referendo realizado em Portugal sobre o tema. Entrevista realizada em abril de 2017 em São Paulo.

José Stelle editou e traduziu as principais obras do economista F. A. Hayek para o português. Foi membro do *Libertarian Party* norte-americano, editor de opinião da revista semanal “Visão”, membro-fundador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, e atualmente é professor universitário na Flórida, Estados Unidos. Entrevista realizada via Skype em fevereiro de 2017.

Lourival de Souza foi estudante de engenharia na Universidade Federal do Maranhã onde foi membro do Diretório Central dos Estudantes em 2010. É fundador e presidente do Instituto Expresso Liberdade, colaborador da Associação Cultural São Thomas More, graduado em gestão financeira, tem experiência no mercado de investimentos e educação, é mestrando em Economia Política pelo *Swiss Management Center* e ex-presidente da Federação Maranhense de Empresas Juniores. Entrevista realizada via Skype em abril de 2017.

Luan Sperandio é graduando em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e faz MBA em Liderança e Desenvolvimento Humano na *Fucape Business School*. Escreveu artigos para o Instituto Liberal do Rio de Janeiro e criou o grupo de

Estudos Domingos Martins no Espírito Santo. Atualmente é Vice-presidente da Federação Capixaba de Jovens Empreendedores e é editor do Instituto Mercado Popular. Entrevista realizada em fevereiro de 2017 via Skype.

Lucas Berlanza é jornalista formado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou profissionalmente no Instituto Liberal desde 2015 até 2018, quando se tornou presidente da organização. Autor do livro “Guia Bibliográfico da Nova Direita. 39 livro para compreender o fenômeno brasileiro” publicado em 2017, Berlanza é criador dos sites “Sentinela Lacerdista” e do “Boletim da Liberdade”, veículo jornalístico dedicado à cobertura do “ecossistema pró-liberdade do país”. Entrevista realizada em maio de 2016 via Skype.

Márcia Xavier de Brito é tradutora e frequentou por mais de dez anos o Instituto Liberal do Rio de Janeiro. Foi fundadora e membro do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP), é *fellow* da Atlas Network no Brasil e atuou junto a diversas organizações conservadoras norte-americanas e palestrante sobre temas como cultura, sociedade e política. Entrevista realizada em março de 2018 em São Paulo.

Marcus Boeira foi aluno de Olavo de Carvalho em Porto Alegre, onde frequentou grupos de estudos ligados ao Instituto de Estudos Empresariais e ao Instituto Liberdade. É formado e pós-graduado em direito pela Universidade de São Paulo e autor dos livros “A natureza da democracia constitucional” publicado em 2011 e “A Escola de Salamanca e a fundação constitucional do Brasil” lançado em 2018. Atualmente exerce o cargo de professor universitário em filosofia do direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Entrevista realizada em julho de 2018 via Skype.

Nelson¹⁶³ foi funcionário do Instituto Liberal do Rio de Janeiro por mais de vinte anos, onde exerceu as funções de contínuo, mensageiro e segurança entre 1991 e 2017, quando se aposentou. Entrevista realizada em outubro de 2015 no Rio de Janeiro.

¹⁶³ Ver nota 9.

Paulo Batista é empresário do ramo imobiliário que atua no interior do Estado de São Paulo e foi candidato à deputado estadual em 2014 pelo Partido Republicado Progressista (PRP) com a campanha virtual que ficou conhecida como “Raio Privatizador” Atualmente é membro do LIVRES, tendência que em 2018 passou a ser abrigada pelo Partido Novo. Entrevista realizada em setembro de 2017 em São Paulo em conjunto com a doutoranda em Ciência Política pela Universidade de Berkeley Elizabeth McKenna.

Paulo Rabello de Castro é doutor em Economia pela Universidade de Chicago, diretor-Presidente da SR Rating, presidente do Instituto Atlântico e fundador da OSCIP Instituto Maria Stell. Integra o Comitê de Gestão do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), é um dos coordenadores do Movimento Brasil Eficiente (MBE), foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016-2017) e no segundo semestre de 2017 assumiu a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Publicou diversos livros, o último, “O mito do governo grátis. O mal das políticas econômicas ilusórias e as lições de 13 países para o Brasil mudar”, foi lançado em 2014. Em 2018 se lançou como candidato à presidência pelo PSC e posteriormente passou a integrar a chapa de Álvaro Dias (PODEMOS) como candidato à vice-presidente. Entrevista realizada em São Paulo em maio de 2017 em conjunto com a jornalista Agatha Justino.

Rafaela de Paula é estudante de comunicação e foi coordenadora do Núcleo de Pesquisa Libertária sobre a Cultura Brasileira do Grupo de Estudos Quintino Bocaiúva formado em conjunto com Cibele Bastos e Edson Chinchilla em 2015 no Rio de Janeiro. Entrevista realizada em novembro de 2015 em São Paulo.

Ricardo Vélez Rodríguez é colombiano tendo se formado em filosofia pela Universidade Pontifícia Javeriana e em teologia pelo Seminário Conciliar de Bogotá. Realizou seus estudos de pós-graduação no Brasil na Pontifícia Universidade Católica e na Universidade Gama Filho (1982). É membro da Academia Brasileira de Filosofia, do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) e do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira. Atualmente é conferencista e membro do conselho consultivo da Universidade Católica Portuguesa, professor associado da Universidade Federal de

Juiz de Fora, professor-colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF e professor da Faculdade Arthur Thomas em Londrina. Em novembro de 2018 foi apontado pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, para assumir o Ministério da Educação a partir de 2019. Entrevista realizada em agosto de 2017 via Skype.

Roberto Lima Netto foi fundador do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e atuou como presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) na década de 1990. Engenheiro formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), possui doutorado em planejamento de sistemas econômicos e engenharia industrial pela Universidade de Stanford. Membro do Instituto Atlântico no Rio de Janeiro, exerceu o mandato de deputado federal pelo Partido da Frente Liberal (PFL) entre 1995 e 1998. Além de diversos artigos sobre a privatização das estatais publicados na imprensa diária e especializada, foi o autor dos livros “Curso básico de finanças e Introdução às finanças” (1979) e “Volta por cima” (1993). Entrevista realizada em junho de 2016 no Rio de Janeiro.

Rodrigo Constantino é economista e colunista brasileiro. É graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e possui MBA em Finanças pelo Ibmecc. Foi colunista da revista "Veja", escreveu regularmente para os jornais "Valor Econômico" e "O Globo" e foi autor de vários livros, entre os quais “Privatize Já!” e “Esquerda Caviar”. Foi membro-fundador do Instituto Millenium em 2005 e atualmente é presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro. Entrevista realizada em dezembro de 2016 via Skype.

Rodrigo Saraiva Marinho é advogado, mestre e professor de direito constitucional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), membro do Conselho Editorial da Revista Mises e membro do Conselho de Administração do Instituto Mises Brasil. Em 2013 fundou e passou a presidir o Instituto Liberal do Nordeste (ILIN), sediado em Fortaleza, Ceará. Nas eleições de 2016 foi candidato a vereador da cidade de Fortaleza pela tendência LIVRES, então abrangida no Partido Social Liberal (PSL), porém não foi eleito. Em 2017 colaborou para a organização da “Rede Liberdade”, que reúne dezenas de organizações civis e grupos de estudo que defendem o

capitalismo de livre-mercado, e da qual se tornou diretor de operações. Entrevista realizada em março de 2017 via Skype.

Rodrigo Neves se formou em história pela Universidade de São Paulo, e militou no movimento estudantil universitário onde integrou a chapa de direita “Reação” em 2011 para concorrer ao Diretório Central dos Estudantes e formou o Movimento Liberdade que possuía relação com grupos de outras universidades públicas brasileiras. Se tornou membro da organização Endireita Brasil e passou a trabalhar ao lado de Ricardo Salles no Palácio dos Bandeirantes durante a gestão de Geraldo Alckmin entre 2013 e 2018. Atualmente é filiado ao Partido Social Cristão (PSC). Entrevista realizada em abril de 2018 em São Paulo.

Thomaz Magalhães atua como empresário no Rio de Janeiro. Foi fundador e primeiro presidente do Instituto Atlântico. Em 2002 foi convidado pelo Partido da Frente Liberal (PFL) para coordenar uma possível candidatura de Roseana Sarney nas eleições que iriam ocorrer naquele ano. Entrevista realizada em junho de 2016.

Winston Ling mora em Xangai há 13 anos, é mestre em economia pela Universidade de Chicago e empresário ligado ao grupo Petropar/Évora. Foi membro-fundador do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (que depois se tornou o atual Instituto Liberdade) e do Instituto de Estudos Empresariais. Entrevista realizada pelo Skype em abril de 2017.

APÊNDICE 2. QUESTIONÁRIO

Nome:

Idade:

Profissão:

Local de nascimento:

Local de moradia:

1. Qual sua formação escolar e acadêmica? (Local e ano de conclusão) Caso seja graduado e/ou pós-graduado, por que escolheu fazer esses cursos?
2. Como e quando entrou em contato pela primeira vez com ideias liberais e/ou libertárias? Quais são seus autores preferidos e por que?
3. Antes de entrar em contato com ideias liberais e/ou libertárias você possuía qual posicionamento ideológico e político? Você chegou a militar politicamente ou academicamente antes de se tornar libertário? Em caso afirmativo, quando e como isso se deu?
4. Você frequenta ou frequentou fóruns de discussão na internet e/ou comunidades virtuais que abordassem ideias liberais e/ou libertárias? Quais? Como e quando você entrou em contato com tais espaços?
5. Você participa ou já participou de alguma organização que promove ideias liberais e/ou libertárias (*think tank*, movimento, etc.)? Quais? Como você entrou em contato com essas organizações?
6. Qual sua opinião sobre as organizações liberais mais antigas do Brasil como o Instituto Liberal, Instituto Atlântico, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto Liberdade, Instituto Atlântico e Fórum da Liberdade? Você já frequentou algum desses espaços? Em caso afirmativo, quando e como isso se deu?
7. Na sua opinião, quais são as organizações liberais ou libertárias que mais se destacam no Brasil atualmente e por que?

8. Na sua opinião, quais são as organizações liberais ou libertárias que mais se destacam no exterior e por que?
9. Na sua opinião quais são as lideranças liberais ou libertárias que mais se destacam no Brasil e no exterior? Por que? Você possui contato com alguma dessas pessoas? Em caso afirmativo, que tipo de contato e como este contato se iniciou?
10. Você participou do esforço coletivo para a fundação do Partido Libertário no Brasil? Em caso afirmativo, como se deu essa participação (que tipo de atividades desempenhou, onde, quando, por quanto tempo)?
11. Você já frequentou e/ou ministrou programas de treinamento, escolas de verão, cursos, oficinas ou palestras liberais ou libertárias oferecidas por think tanks brasileiros ou estrangeiros? Em caso afirmativo, quando e como isso ocorreu?
12. Existe algum partido ou político atuante no Brasil hoje que te represente? Quais e por que? Em caso negativo, por que não?
13. Qual sua opinião sobre atuação do PSC, do Partido Novo e do PSL no cenário político atual?
14. Você já participou de atos e passeatas de rua? Em caso afirmativo, quais e por qual motivo?
15. Atualmente o número de adeptos do libertarismo no Brasil vem crescendo, na sua opinião, quais fatores motivaram tal crescimento?
16. Você define seu posicionamento político como sendo de esquerda, centro, direita ou acredita que estas classificações não fazem sentido? Por que?
17. Quais são suas principais motivações para militar em prol das ideias liberais e/ou libertárias?

APÊNDICE 3. LINHA DO TEMPO

- 1946 – Publicação do livro “O Caminho da Servidão” de F. Hayek no Brasil
- 1949 – Fundação do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF)
- 1960 – Fundação da Sociedade em Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)
- 1961 – Fundação da Sociedade Convívio
- 1961 – Fundação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)
- 1964 – Fundação da Associação Nac. de Programação Econômica e Social (ANPES)
- 1974 – Aquisição da Revista Visão por Henry Maksoud
- 1978 – Divulgação do “Documento dos Empresários” (Campanha contra a Estat.)
- 1980 – Fundação da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES)
- 1983 – Fundação do Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL-RJ)
- 1984 – Fundação do Instituto de Estudos Empresariais
- 1986 – Fundação do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (IL-RS)
- 1987 – Fundação do Instituto Liberal de São Paulo (IL-SP)
- 1988 – Transmissão do programa de televisão “Maksoud e você”
- 1988 – Primeira edição do Fórum da Liberdade
- 1992 – Fundação do Instituto Atlântico
- 1993 – Realização da reunião anual da Sociedade de Mont Pèlerin no Rio de Janeiro
- 1994 – Publicação do livro “A Nova Era e a Rev. Cultural” de Olavo de Carvalho
- 1996 – Publicação do livro “O Imbecil Coletivo” de Olavo de Carvalho
- 1998 – Publicação do livro “O Imbecil Coletivo” de Olavo de Carvalho
- 1998 – Falecimento de Donald Stewart Jr., fundador do IL-RJ
- 2003 – Fundação do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista
- 2004 – Criação da comunidade do Orkut “Olavo de Carvalho”
- 2006 – Criação da comunidade do Orkut “Liberalismo Verdadeiro”
- 2006 – Criação do Movimento Endireita Brasil (MEB)
- 2007 – Criação do Movimento Cansei
- 2006 – Fundação do Instituto Millenium (IMIL)
- 2007 – Fundação do Instituto Mises Brasil (IMB)
- 2007 – Criação do Partido Libertário (Líber)
- 2009 – Fundação do Instituto Ordem Livre
- 2009 – Fundação do Estudantes Pela Liberdade (EPL)
- 2010 – Rodrigo Constantino passa a escrever uma coluna no jornal “O Globo”
- 2013 – Reestruturação do Instituto Liberal
- 2013 – Carlos Andreazza se torna editor do Grupo Editorial Record
- 2013 – Criação do Movimento Brasil Livre (MBL)
- 2013 – Publicação do livro “O mínimo que você precisa...” de Olavo de Carvalho
- 2013 – Publicação do livro “Esquerda Caviar” de Rodrigo Constantino
- 2014 – Campanha do Raio Privatizador
- 2014 – Reestruturação do Movimento Brasil Livre (MBL)
- 2014 – Bernardo Santoro ingressa no Partido Social Cristão
- 2015 – Fundação do Partido Novo
- 2015 – Criação da tendência LIVRES no Partido Social Liberal (PSL)
- 2016 – Lançamento de candidaturas partidárias da nova direita
- 2017 – Criação do Partido Patriota
- 2018 – Ingresso de Jair Bolsonaro no Partido Social Liberal (PSL)

APÊNDICE 4. QUADRO 1. ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS PRÓ-MERCADO DO BRASIL (1983-2016)

Organizações e Movimentos	Fundação/Reestruturação	Localização
Instituto Liberal	1983/2013	Rio de Janeiro- RJ
Instituto de Estudos Empresariais	1984	Porto Alegre - RS
Instituto Liberal do RS/Instituto Liberdade	1986/2004	Porto Alegre - RS
Instituto Atlântico	1992	Rio de Janeiro - RJ
Fundação Friedrich Naumann Brasil	1992	São Paulo - SP
Centro de Ética e Economia Interdisciplinar	2002	Rio de Janeiro - RJ
Movimento Viva Brasil	2004	São Paulo - SP
Instituto de Estudos da Realidade Nacional/ Instituto Millenium	2005/2006	Rio de Janeiro - RJ
Movimento Endireita Brasil	2006	São Paulo - SP
Instituto Mises Brasil	2007	São Paulo - SP
Instituto Ordem Livre	2009	Virtual
Estudantes pela Liberdade/Students for Liberty Brazil	2009/2014	Belo Horizonte - BH/Virtua
Instituto de Formação de Líderes Belo Horizonte	2011	Belo Horizonte - BH
Instituto de Formação de Líderes São Paulo	2011	São Paulo - SP
Instituto de Formação de Líderes Rio de Janeiro	2011	Rio de Janeiro - RJ
Instituto Líderes do Amanhã	2011	Vitória - ES
Expresso da Liberdade	2012	São Luís - MA
Instituto Liberal do Nordeste	2013	Fortaleza - CE
Instituto Carl Menger	2013	Brasília - DF
Clube Farroupilha	2013	Santa Maria - RS
Instituto Mercado Popular	2013	Virtual
Movimento Renovação Liberal/Movimento Brasil Livre	2013/2014	São Paulo - SP
Clube Ajuricaba	2014	Manaus - AM
Instituto Liberal do Centro-Oeste	2014	Virtual
Movimento Liberal Acorda Brasil	2014	Virtual
Instituto Liberal de São Paulo	2014	Virtual
Instituto Atlantos	2015	Porto Alegre - RS
Instituto Rothbard	2015	Virtual
Instituto Democracia e Liberdade	2015	Curitiba - PR
Instituto Liberal de Minas Gerais	2015	Virtual
Instituto Liberal de Alagoas	2015	Maceió - AL
Rede Liberdade	2016	Virtual
Instituto Liberdade e Justiça	2016	Goiânia - GO
Vox Brasilis	2016	Virtual

APÊNDICE 5. QUADRO 2. CANDIDATURAS DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE NAS ELEIÇÕES DE 2016

Partido	Nome	Idade	Profissão	Escolaridade	Estado	Município	Eleito ou não
DEM	Fernando Holiday	20	Estudante	Médio	SP	São Paulo	Eleito
DEM	Luís Felipe Nunes	22	Ass. Adm.	Sup. Inc.	PB	Campina Grande	Não Eleito
DEM	Ramiro Zinder	36	Psicólogo	Superior	SC	Florianópolis	Não Eleito
DEM	Adalberto Maurer	41	Outro	Médio	RS	Caxias Do Sul	Não Eleito
DEM	Douglas Goy	22	Estudante	Médio	PR	Irati	Não Eleito
DEM	Silvio Fernandes Filho	38	Médico	Superior	GO	Goiânia	Não Eleito
DEM	Ronald Tanimoto	54	Arquiteto	Superior	SP	Campinas	Não Eleito
DEM	Paulo Ricardo Filippus	29	Empresário	Médio	SC	Gaspar	Não Eleito
DEM	Kleber Romão	37	Empresário	Médio	AM	Manaus	Não Eleito
DEM	Valderson Cardoso	25	Vendedor	Médio	PR	Ponta Grossa	Não Eleito
NOVO	Matheus Sperry	25	Engenheiro	Superior	RS	Porto Alegre	Não Eleito
NOVO	Gustavo de Mesquita Mota	34	Empresário	Superior	RJ	Rio De Janeiro	Não Eleito
PEN	Roberto Zanolli Da Costa	46	Advogado	Superior	SP	Praia Grande	Não Eleito
PHS	Rodrigo Soares Dos Santos	31	Locutor	Fundamental	SP	Araras	Não Eleito
PMDB	Gabriel Bueno Fioravanti	20	Estudante	Sup. Inc.	SP	Valinhos	Não Eleito
PP	Roni Stefanuto	30	Administrador	Superior	SP	Guarulhos	Não Eleito
PP	Marco Jacobsen	28	Empresário	Superior	RS	Santa Maria	Não Eleito
PP	Maike Pereira Trancoso	20	Outros	Médio	ES	Santa Leopoldina	Não Eleito
PP	Gabriel Neubert	23	Administrador	Superior	RS	Capão Da Canoa	Não Eleito
PP	Caroline Rodrigues De Toni	30	Advogado	Superior	SC	Chapecó	Não Eleito
PPS	José Pocai Junior (prefeito)	56	Empresário	Superior	MG	Monte Sião	Eleito
PRB	Filipe Barros	25	Advogado	Superior	PR	Londrina	Eleito
PROS	Marcelo Angeli	44	Comerciante	Sup. Inc.	PR	Foz Do Iguaçu	Não Eleito
PSB	Maurício Dvorak	44	Empresário	Sup. Inc.	PR	Matinhos	Não Eleito
PSC	Grasiele Rodrigues	30	Ass. Lab.	Sup. Inc.	ES	Guarapari	Não Eleito
PSC	Fabricao Melos	32	Advogado	Superior	PR	Cascável	Não Eleito
PSC	Eder Borges	33	Músico	Médio	PR	Curitiba	Não Eleito
PSC	Pablo Amin Calluans	33	Empresário	Superior	SC	Joaçaba	Não Eleito
PSDB	Ramiro Rosário	30	Advogado	Superior	RS	Porto Alegre	Eleito
PSDB	Marschelo Meche	30	Outros	Médio	SP	Americana	Eleito
PSDB	Caroline Gomes	26	Empresário	Sup. Inc.	SP	Rio Claro	Eleito
PSDB	Leonardo Braga	22	Empresário	Sup. Inc.	RS	Sapiranga	Eleito
PSDB	Gil Corrêa	24	Outros	Superior	MG	São João Del Rei	Não Eleito
PSDB	Leonardo Barcellos	23	Estudante	Médio	ES	Anchieta	Não Eleito
PSDB	Bernardo Sampaio	34	Gerente	Superior	RJ	Niterói	Não Eleito
PSDB	Mônica Barreto de Sousa	41	Outros	Médio	SP	Araras	Não Eleito
PSDB	Junior Moreira	38	Empresário	Superior	SP	São Bernardo Do Campo	Não Eleito

PSDB	Thiago Dias Pereira	37	Empresário	Médio	PE	Recife	Não Eleito
PTB	Lawrence Bianchini Waclawiak	35	Técnico Info	Superior	SP	Pirassununga	Não Eleito
PTB	Kenner Garcia	54	Economista	Superior	MG	Uberlândia	Não Eleito
PTB	Alessandro Mazaro	36	Engenheiro	Superior	SP	Itu	Não Eleito
PTN	Junior Alves	21	Estudante	Sup. Inc.	SP	Sorocaba	Não Eleito
PV	Homero Marchese	33	Advogado	Superior	PR	Maringá	Eleito
SOLIDARIEDADE	Rodrigo Hávila	22	Estudante	Médio	PA	Santarém	Não Eleito

ANEXO 1.

IMAGENS DA COMUNIDADE DO ORKUT “OLAVO DE CARVALHO”

INTERNET ARCHIVE Wayback Machine <http://orkut.google.com/c44668-t92db68a117f88760.html> Go JUL AUG SEP 09 2015 2016 2017 About this capture

1 capture 9 Aug 2016

Olavo de Carvalho



comunidade
fórum
denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

MSM se rende à novilingua e ao esquerdismo - 8 respostas.

Sérgio Marcondes - 29 de outubro de 2004 - denunciar abuso

MSM se rende à novilingua e ao esquerdismo
Nem no antes impoluto Mídia sem Máscara podemos nos refugiar dos terríveis intelectuais gramscianos e suas distorções retóricas. Saiu um artigo lá falando de fome, pobreza, exclusão social, desigualdade social, problemas do capitalismo:
<http://www.midiасemmascara.org/artigo.php?sid=2852>

Como é possível isto? Espero protestos indignados dos membros desta comunidade contra um artigo evidentemente esquerdista que conspira o MSM! Depois de tantos membros aqui dizerem que conceitos como "desigualdade social" fazem parte da novilingua, e que o mundo é cada vez melhor com o capitalismo, isto não pode passar em branco!

fernando chiocca - 29 de outubro de 2004 - denunciar abuso

Depois que o Nivaldo Cordeiro escreveu um artigo orientando votos em SP para Luiza Erundina, vi que o esquerdismo está mais do que presente no MSN... Mas não achei esse artigo uma rendição a esquerdismos e novilingua. Ele mais cita problemas existentes no mundo do que qualquer outra coisa. Não sei... O mundo é cada vez melhor com o capitalismo, mas o capitalismo é cada vez menos presente no mundo. É lógico que isso resultaria em problemas catastróficos...

Jeferson Marques - 29 de outubro de 2004 - denunciar abuso

"o mundo é cada vez melhor com o capitalismo"

Esse tipo de asserção só é aceitável quando direcionada. De outra forma, seria generalização, impingindo-a a todos os indivíduos. Portanto, seria mais realista dizer:

"o mundo é cada vez melhor com o capitalismo para mim"

Ciáudio Paixoto - 30 de outubro de 2004 - denunciar abuso

INTERNET ARCHIVE Wayback Machine <http://orkut.google.com/c44668-t7465d1d26a6ce80.html> Go JUL AUG SEP 09 2015 2016 2017 About this capture

1 capture 9 Aug 2016

Olavo de Carvalho



comunidade
fórum
denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Movimento Monárquico www.monarquia.org.br - 43 respostas.

Marcos Ferrari - 22 de novembro de 2004 - denunciar abuso

Movimento Monárquico www.monarquia.org.br
Vc quer conhecer o sistema político que pode dar um salto de qualidade apra o Brasil, acesse:
www.monarquia.org.br

Vamos ser prósperos como a Inglaterra, Holanda, japão, Espanha, Austrália,...

No mundo, os países mais desenvolvidos socialmente são monarquistas.

Luciano IOSB - 23 de novembro de 2004 - denunciar abuso

Fico me perguntando como seria designado o rei da monarquia brasileira... seria um Orleans e Bragança?

Seria ele eleito democraticamente por voto direto ou seria aquele designado pela vontade de Deus?

O amigo tem alguma queixa do sistema presidencialista?

David Carvalho - 23 de novembro de 2004 - denunciar abuso

Velha estória: meter penas no seu traseiro nao te transforma em uma galinha.

fernando chiocca - 23 de novembro de 2004 - denunciar abuso

Se liga Claudio
O Rei do Brasil já é o Pelé!

Iana Letícia Lelê - 24 de novembro de 2004 - denunciar abuso

Os brasileiros ainda não tiveram tempo de apagar seus traumas com a última monarquia... acho que é uma questão não essencial e que não necessariamente resolveria nossos problemas.
Nos países monárquicos citados, não é necessariamente por causa da monarquia que são desenvolvidos, há toda uma história atrás, que sustentou

Secure | <https://web.archive.org/web/20160809155703/http://orkut.google.com/c44668-ta52b75a7996d1afa.html>

INTERNET ARCHIVE **Wayback Machine** | <http://orkut.google.com/c44668-ta52b75a7996d1afa.html> | 1 capture | 9 Aug 2016

JUL AUG 09 SEP 2015 2016 2017

Olavo de Carvalho

primeira < anterior próxima >

Lavagem cerebral nas escolas - 7 respostas.

Breno Toledo - 10 de maio de 2005 - denunciar abuso

Lavagem cerebral nas escolas

Até mesmo dentro da iniciativa privada os marxistas controlam o ensino principalmente nas materias de humanas. Cada dia é maior a necessidade dos estudantes pagarem uma fortuna para se dar melhor na prova de vestibular e aprender as versoes sempre esquerdistas a respeito de qualquer tema.

Estou usando como exemplo um artigo do mais conceituado professor de Historia do estado da Paraíba que agora também é colonista de jornal. Os marxistas donos da verdade estao cada dia com um maior controle na educação e na mídia.

Esse é o perfil de um tipico professor de historia REI dos CURSINHOS que ganha muito dinheiro no CAPITALISMO para criticar o CAPITALISMO. Assim está o nosso país de Norte a Sul com um poderoso exercito marxista fazendo lavagem cerebral nos jovens brasileiros.

No texto do link esse historiador estrela esqueceu de dizer que os aplausos dados ao ilustre Hugo Chavez vieram de drogados, lunaticos e fracassados que foram a MECA comunista(Forum Social Mundial) viver uma especie de Woodstock brasileiro aonde ninguem é de ninguem a coca-cola nao pode ser servida e o aperitivo principal é a maconha e a publicidade paga por um banco privado.

http://www.paraibaonline.com.br/colunista.php?id=29&imagem=chamadas/fabio_freitas_coluna.jpg
delete

Breno Toledo - 10 de maio de 2005 - denunciar abuso

texto correto

Me referia a esse texto
http://www.paraibaonline.com.br/colunista.php?id=29&nome=A%20Quest%C3%A3o%20Ch%C3%A1%20vez&imagem=chamadas/fabio_freitas_coluna.jpg

.. - 10 de maio de 2005 - denunciar abuso

Secure | <https://web.archive.org/web/20160809143225/http://orkut.google.com/c44668-1965364b4eb56035d.html>

INTERNET ARCHIVE **Wayback Machine** | <http://orkut.google.com/c44668-1965364b4eb56035d.html> | 1 capture | 9 Aug 2016

JUL AUG 09 SEP 2015 2016 2017

Olavo de Carvalho

primeira < anterior próxima >

Nova novela das 7: mais um show de comunismo - 53 respostas.

Antônio Luiz Ribeiro - 6 de janeiro de 2010 - denunciar abuso

Nova novela das 7: mais um show de comunismo

Quem escreve é um tal de Brosco Brasil:

<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=44653272&tid=5408170961941474093&start=1>

G.B.Schmitt . - 7 de janeiro de 2010 - denunciar abuso

A Ástima novela que olhei foi O REI DO GADO. Olha que aquilo era ma apologia ao MST.

Ayrton Filho - 7 de janeiro de 2010 - denunciar abuso

NOME:
Bosco José Fernando Lopes Rebello da Fonseca Brasil

QUEM FEZ A SUA CABEÇA:
É formado pela Escola de Comunicações e Artes da USP

PERFIL:
Em 1995, estréia o novo espaço como autor e diretor de Atos e Omissões, texto em que contextualiza a discussão da juventude na periferia, debruçando-se sobre personagens das camadas excluídas da sociedade..

DORIAN ## - 7 de janeiro de 2010 - denunciar abuso

Bosco José Fernando Lopes Rebello da Fonseca Brasil

Não pesquisei, mas pelo tamanho do nome da normalista, deve ser filhinho de alguma família tradicional, quem sabe de banqueiros, cuja "alta sensibilidade" impediu de tomar a frente dos negócios do papai.
Como não tinha jeito prá coisa, resolveu ser comunista.
É a mesmo perfil de Walter Salles: Rusa Ferraz, fernando Cardoso

Olavo de Carvalho



Olavo de Carvalho

- comunidade
- fórum
- denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

A nova da Petralhada Uspiana! - 14 respostas.

Héllio Nóbrega - 19 de outubro de 2010 - denunciar abuso

A nova da Petralhada Uspiana!

Olá, membros da comunidade.

Acabo de abrir meu e-mail e me deparei com uma mensagem assinada por um bando de professores universitários cujo título é **"Manifesto em Defesa da Educação Pública"**, a mesma sendo assinada por uma vasta lista de renomados "mestres" uspianos e não uspianos, entre eles: Marlina Chaui e Fábio Konder Comparato.

Antes de postar aqui a mensagem, explico como ela chegou até minha caixa de e-mails, sou estudante de doutorado na USP (Departamento de Bioquímica) e sempre recebo tais lixos institucionais, mas até então nenhum era de caráter incontestavelmente político/eleitoreiro, portanto, considere que tenho o dever de denunciar tal ação.

Héllio Nóbrega - 19 de outubro de 2010 - denunciar abuso

Manifesto em Defesa da Educação Pública

Nós, professores universitários, consideramos um retrocesso as propostas e os métodos políticos da candidatura Serra. Seu histórico como governante preocupa todos que acreditam que os rumos do sistema educacional e a defesa de princípios democráticos são vitais ao futuro do país. Sob seu governo, a Universidade de São Paulo foi invadida por policiais armados com metralhadoras, atirando bombas de gás lacrimogêneo. Em seu primeiro ato como governador, assinou decretos que revogavam a relativa autonomia financeira e administrativa das Universidades estaduais paulistas. Os salários dos professores da USP, Unicamp e Unesp vêm sendo sistematicamente achatados, mesmo com os recordes na arrecadação de impostos. Numa inversão da situação vigente nas últimas décadas, eles se encontram hoje em patamares menores que a remuneração dos docentes das Universidades federais.

Esse "choque de gestão" é ainda mais drástico no âmbito do ensino fundamental e médio, convergindo para uma política de sucateamento da Rede Pública. São Paulo foi o único Estado que não apresentou, desde 2007, crescimento no exame do Ideb, índice que avalia o aprendizado desses dois níveis educacionais.

Os salários da Rede Pública no Estado mais rico da federação são menores que os de Tocantins, Roraima, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Espírito Santo, Acre, entre outros. Somada aos contratos precários e às condições aviltantes de trabalho, a baixa remuneração tende a expelir desse sistema educacional os professores qualificados e a desestimular quem decide se manter na Rede Pública. Diante das reivindicações por melhores condições de trabalho, Serra costuma afirmar que não passam de manifestação de interesses corporativos e sindicais, de "tró-ló-ló" de grupos

Olavo de Carvalho



Olavo de Carvalho

comunidade
fórum
denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Onyx Lorenzoni: "Eu sou de direita". - 8 respostas.

G.B.Schmitt . - 29 de março de 2011 - denunciar abuso

Onyx Lorenzoni: "Eu sou de direita".

O novo presidente do DEM, senador José Agripino (RN), comemorava ontem dizendo que era o "Dia do Fico". Para os demistas, relatou que a prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Veras, procurou-o para dizer que desistiu de seguir Gilberto Kassab para o PDB.

O deputado federal Rodrigo Garcia (DEM-SP) lhe contou que, dos oito eleitos pelo partido em São Paulo, apenas Guilherme Campos vai acompanhar Kassab.

No discurso de posse, Agripino defendeu o liberalismo econômico, mas foi taxativo: "Nego a pecha de ser de direita". Ao ouvi-lo, inconformado, o deputado gaúcho Onyx Lorenzoni reagiu: "Ai, não! Eu sou de direita".

G.B.Schmitt . - 29 de março de 2011 - denunciar abuso

Fonte: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/03/16/o-que-aconteceu-atras-do-palco-368985.asp>

G. A. F. - 29 de março de 2011 - denunciar abuso

Que se prepare para o apedrejamento.

Leonardo Faccioni - 29 de março de 2011 - denunciar abuso

Essa postura aberta do Onyx não é novidade. Reiteradas vezes ele fez a mesma proclamação. Pena que andorinha só não faz verão.

Guilherme Macalossi - 29 de março de 2011 - denunciar abuso

Onyx Lorenzoni? Já votei nele mas em que pese se proclamar como "de direita" ajudou a incendiar o estado jogando no lixo a biografia de Yeda. Seu vice, Paulo Feijó, foi responsável por encontros secretos, no Palacinho, residência do Vice-Governador do RS, com deputados do PSOL. Além disso suas alianças políticas no estado ajudaram a eleger prefeitos do PT em cidades relevantes como Canoas.

Olavo de Carvalho



Olavo de Carvalho

comunidade
fórum
denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

PT oficialmente propõe ditadura de esquerda - 35 respostas.

PaperBoy Jornalista do bem - 3 de setembro de 2011 - denunciar abuso

PT oficialmente propõe ditadura de esquerda

Documento do PT propõe extinção do Senado

Texto-base de congresso do partido, que acontece entre sexta-feira e domingo em Brasília, defende ainda regulamentação da mídia

O texto-base da resolução política que o PT aprovará na etapa extraordinária do 4º Congresso Nacional do partido, que acontece entre sexta-feira e domingo em Brasília, defende a extinção do Senado Federal e a adoção do sistema unicameral no âmbito da reforma política. Além disso, o documento preliminar sugere 13 leis de iniciativa popular em temas polêmicos como reforma agrária e controle da mídia.

O documento com 108 itens divididos em 24 páginas, ao qual o IG teve acesso, é fruto de contribuições das principais tendências do partido, além de setores da intelectualidade petista, e teve redação final do presidente nacional do PT, Rui Falcão.

No último capítulo, intitulado "Um novo Estado, uma nova civilização", o PT propõe uma campanha pública para aprovar uma série de 13 "leis cidadãs", todas de iniciativa popular. O redator chegou a usar o termo "autogoverno", substituído por soberania popular.

Matéria completa:

<http://noticiasdireitas.blogspot.com/2011/09/pt-oficialmente-propoe-ditadura-de.html>

André Augusto Custódio - 3 de setembro de 2011 - denunciar abuso

A medida só serviria para efetivar uma situação já existente.

Afinal, para que serve o senado? Para nada! A única derrota que o senado conseguiu impor ao governo foi na questão da CPMF, coisa que o PT não engoliu até hoje.

Ademais, lanço algumas observações na esperança de que alguém mais inteligente que eu possa sintetiza-las e comunica-las adequadamente.

Divide-se o poder em três: Executivo, legislativo e judiciário.

Olavo de Carvalho



Olavo de Carvalho

comunidade
fórum
denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Mensalão na ordem do dia... - 422 respostas.

Dionísio Damiani - 2 de agosto de 2012 - denunciar abuso

Mensalão na ordem do dia...

Veja tudo sobre o mensalão no vídeo abaixo:

<http://www.youtube.com/watch?v=dAH0WgRJsGA&feature=g-all-lik>

Welker Araujo - 2 de agosto de 2012 - denunciar abuso

vai dar em nada querem apostar???

Dionísio Damiani - 2 de agosto de 2012 - denunciar abuso

Acredito que alguma punição receberão os mensaleiros.

Caso contrário, que justiça temos? Em quem confiar neste país?

Ayrton Filho - 2 de agosto de 2012 - denunciar abuso

Video - Mensalão: STF inicia o julgamento que pode marcar a história do País, diz FHC

<http://www.observadorpolitico.org.br/observador-tv/mensalao-stf-inicia-o-julgamento-que-pode-marcar-a-historia-do-pais-diz-fhc>

Ayrton Filho - 2 de agosto de 2012 - denunciar abuso

*02/08/2012

Olavo de Carvalho



Olavo de Carvalho

comunidade
fórum
denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

projeto de lei mais direitos ao presos! - 2 respostas.

Marcelo Milan - 8 de dezembro de 2012 - denunciar abuso

projeto de lei mais direitos ao presos!

http://www.youtube.com/watch?v=Gd9IeTA_o8

Se puderem repassem

Antonio Turdo - 9 de dezembro de 2012 - denunciar abuso

Isso é simplesmente O CRIME ORGANIZADO já infiltrado EM TODAS as esferas do poder que regem este país. Caso este projeto não seja aprovado, outros virão em seu lugar e depois de algum tempo tudo aquilo que OS MARGINAIS FACINORAS que lotam as cadeias deste país desejam lhes serão concedido. É tudo uma questão de tempo para eles conseguirem eleger mais deputados, vereadores e senadores que possam por em prática estes "projetos de leis" visando o bom tratamento para os detentos. AGORA votar um projeto de LEI que pague AS POLÍCIAS um salário justo para o desempenho de suas atividades afins ninguém quer, não é?

primeira < anterior próxima >

Secure | <https://web.archive.org/web/20160809143745/http://orkut.google.com/c44668-t2313bbe0d88588f4.html>

INTERNET ARCHIVE **Wayback Machine** | <http://orkut.google.com/c44668-t2313bbe0d88588f4.html> | 1 capture | 9 Aug 2016

JUL AUG SEP | 09 | 2015 2016 2017 | About this capture

Olavo de Carvalho



comunidade
fórum
denunciar abuso

A urna eletrônica é confiável? - 5 respostas.

frank amadeu - 15 de dezembro de 2012 - denunciar abuso

A urna eletrônica é confiável?
Confirmado, a urna eletrônica pode ser fraudada sim, vejamos isto:

Um novo caminho para fraudar as eleições informatizadas brasileiras foi apresentado ontem (10/12) para as mais de 100 pessoas que lotaram durante três horas e meia o auditório da Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro (SEAERJ), na Rua do Russel nº 1, no decorrer do seminário "A urna eletrônica é confiável?", promovido pelos institutos de estudos políticos das seções fluminense do Partido da República (PR), o Instituto Republicano; e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), a Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini.

Acompanhado por um especialista em transmissão de dados, Reinaldo Mendonça, e de um delegado de polícia, Alexandre Neto, um jovem *hacker* de 19 anos, identificado apenas como Rangel por questões de segurança, mostrou como — através de acesso ilegal e privilegiado à intranet da Justiça Eleitoral no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade técnica da empresa Oi — interceptou os dados alimentadores do sistema de totalização e, após o retardo do envio desses dados aos computadores da Justiça Eleitoral, modificou resultados beneficiando candidatos em detrimento de

primeira < anterior próxima >

Secure | <https://web.archive.org/web/20160809143706/http://orkut.google.com/c44668-t492ff5808a9f0a8e.html>

INTERNET ARCHIVE **Wayback Machine** | <http://orkut.google.com/c44668-t492ff5808a9f0a8e.html> | 1 capture | 9 Aug 2016

JUL AUG SEP | 09 | 2015 2016 2017 | About this capture

Olavo de Carvalho



comunidade
fórum
denunciar abuso

Partido Federalista - 4 respostas.

Roger Correia - 1 de janeiro de 2013 - denunciar abuso

Partido Federalista

O Olavo já o citou em um dos programas, porém sem abordar a questão especificamente. Apesar disso, creio que a maioria aqui já deva conhecer e pode me falar algo sobre o Partido Federalista.

Roger Correia - 1 de janeiro de 2013 - denunciar abuso

A questão é a seguinte:
soube da criação ou ressurreição da Arena. Pois bem, Fiquei interessado em conhecer as ideias do partido e fui encontrando umas e outras coisas que me deixaram com um e depois com os dois pés atrás.

Porém, nessa busca por informações sobre a nova Arena acabei encontrando o Partido Federalista e lembrei que o Olavo o citou em um dos TO.

O que quero saber (suas opiniões) é se é ou não uma boa colaborar?

primeira < anterior próxima >

Olavo de Carvalho



Olavo de Carvalho

- comunidade
- fórum
- denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Pessoas espiritualizadas não votam no PT - 40 respostas.

Rudy Rafael . - 27 de janeiro de 2013 - denunciar abuso

Pessoas espiritualizadas não votam no PT

A cultura à separação é uma das mais gritantes formas de alienação social. Através da desconexão, lato sensu, o controle se opera. Seja a desunião entre as pessoas ou em suas formas de pensar, toda forma de separação é utilizada para controlar. Uma pessoa conectada aos outros, a tudo e ao todo não pode ser manipulada. Quando se embute no subconsciente das pessoas que elas devem e podem apenas se ligar ao espasmo se abrem as portas para o processo de manipulação. Assim surge a debilidade de visualização do conjunto e a população, já contaminada pelos vícios de raciocínio, passa a combater, como exército da ignorância, toda forma de conexão, ignorando cada vez mais os processos cognitivos e abraçando a própria morte consciencial. Afirmar que a espiritualidade e a política não se misturam, utilizando-se de discursos que transvestem apatia e omissão de paz, é a supremacia da ignorância e do atraso espiritual, pois a espiritualidade e a política andam lado a lado desde que a humanidade virou início de gente.

Continua em: <http://rudyrafael.wordpress.com/2012/11/03/pessoas-espiritualizadas-nao-votam-no-pt/>

Ayrton Filho - 27 de janeiro de 2013 - denunciar abuso

Católico pode votar no PT? (uma questão moral)

Secure | https://web.archive.org/web/20160809143138/http://orkut.google.com/c44668-te48e54c5cfcfb3e6.html

INTERNET ARCHIVE Wayback Machine

1 capture 9 Aug 2016

JUL AUG SEP 09 2015 2016 2017

About this capture

Olavo de Carvalho



Olavo de Carvalho

comunidade
fórum
denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

[Faixa contra Lula foi censurada por quê?](#) - 6 respostas.

Eduardo + - 20 de junho de 2013 - denunciar abuso

Faixa contra Lula foi censurada por quê?

Verdade sobre as manifestações: ANTI-LULA NÃO PODE

Este comentário foi removido.

Priscila Garcia - 20 de junho de 2013 - denunciar abuso

INTERNET ARCHIVE Wayback Machine

1 capture 9 Aug 2016

JUL AUG SEP 09 2015 2016 2017

About this capture

Olavo de Carvalho



Olavo de Carvalho

comunidade
fórum
denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

[Protesto pela Desestatização d Transporte Coletivo](#) - 6 respostas.

Eduardo + - 17 de junho de 2013 - denunciar abuso

Protesto pela Desestatização d Transporte Coletivo

17/06/2013 - 19h59

Grupo político protesta contra modelo de concessões de transporte público

Enquanto 65 mil pessoas caminham pelas ruas de São Paulo protestando contra o aumento da tarifa de transporte público, cerca de 50 pessoas se manifestaram na noite desta segunda-feira (17) contra o atual modelo de concessão de linhas de ônibus no vão livre do Masp, na avenida Paulista.

A manifestação, organizada pelo movimento **Libertários**, defende a desestatização do transporte público em apoio ao livre mercado.

"Estamos aqui para mostrar que somos uma voz dissonante", disse o líder e organizador do movimento em São Paulo, Roberto Chiocca, 35.

"O motivo pode parecer o mesmo [do Movimento Passe Livre], mas não é. O que eles defendem é mais intervenção estatal, com o governo subsidiando as passagens. Nós defendemos a livre iniciativa", completou.

De acordo com Chiocca, o fim das concessões de linhas para as empresas de transporte público promoveria a concorrência.

ANEXO 2.

IMAGENS DAS POSTAGENS DA COMUNIDADE “LIBERALISMO VERDADEIRO”

Liberalismo (verdadeiro)



primeira < anterior próxima >

Comunidade INSTITUTO MILLENIUM - 2 respostas.

Instituto Millenium - 14 de abril de 2008 - denunciar abuso

Comunidade INSTITUTO MILLENIUM

Convido-os a integrar a comunidade oficial do Instituto Millenium:
<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=49770845>

Este comentário foi removido.

primeira < anterior próxima >

Liberalismo (verdadeiro)

- [comunidade](#)
- [fórum](#)
- [denunciar abuso](#)

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

comunidade

fórum

denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Projeto de divulgação do liberalismo na Internet - 5 respostas.

Alex . - 11 de junho de 2006 - denunciar abuso

Projeto de divulgação do liberalismo na Internet

Liberais do Brasil, gostaria de apresentar um projeto que pode interessar à alguns de vcs.

Segue link à respeito:

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=14652781&tid=2469723862272814215&start=1>

Helio Beltrao - 11 de junho de 2006 - denunciar abuso

Oi Alex, coloquei o link dessa apresentação há alguns dias atrás e não deu ibope aqui <http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=14635715&tid=2469047398482312150>

Eu acho a apresentação sensacional, embora ela já tenha uns cinco ou seis anos. Ela foi feita para crianças (por conta de um livro chamado Jonathan, the Gullible) e por isso tem uma linguagem razoavelmente simples (a música eu acho fraca, no entanto).

Acho que a idéia do YouTube é ótima, e embora não seja ligado à tecnologia estou disposto a ajudar no que for possível.

Alex . - 11 de junho de 2006 - denunciar abuso

Matéria prima

Vc pode ajudar a fornecer a matéria prima mais importante: textos claros e simples sobre o assunto.

À partir deles podemos preparar roteiros e inundar a internet com apresentações que podem alias ser utilizadas pelo PLIB e por outras organizações interessadas em divulgar o liberalismo.

Imagine um professor não-esquerdista utilizando nossos vídeos em sala de aula...

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

comunidade

fórum

denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Partido Libertário Brasileiro - Ajudem a fundar - 1 resposta.

Alex . - 12 de fevereiro de 2007 - denunciar abuso

Para aqueles que não sabem, está em andamento o projeto de criação de um partido político que nos represente. A primeira etapa para a fundação desta nova agremiação política é conseguir 101 fundadores em 9 estados. Até o momento em que esta mensagem foi postada, estão faltando 35 nomes. Pare de reclamar dos esquerdistas e parta para a ação! Participe!

Mais informações

De acordo com a Lei nº 9.096, de 19.09.1995[http://www.tre-mg.gov.br/partidos_politicos/flash_criacao_registro_partido2.htm], precisamos dos dados dos fundadores - que são os participantes da "Lista dos 101". Os dados são os seguintes:

"Relação de todos os fundadores com nome completo, naturalidade, nº do título eleitoral com Zona, Seção, Município , Estado, profissão e endereço de residência."

Por favor, envie os dados acima para o e-mail alexsander.rosa arroba gmail.com (troque arroba por @) com a palavra PLIB no campo Assunto. Ele está juntando essas informações para incluir na documentação de fundação do Partido.

Links

*Comunidade do PLIB no orkut:

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=6654405>

*Post da Lista dos 101:

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=6654405&tid=2467458163944330193&start=1> **Divulgue esta idéia**

Sinta-se livre para enviar uma reprodução desta mensagem para todas as comunidades cujos membros podem aderir ao projeto.

primeira < anterior próxima >

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

comunidade

fórum

denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Debates em comunidades de esquerda . É preciso? - 56 respostas.

Djalma Rocha - 3 de janeiro de 2008 - denunciar abuso

Debates em comunidades de esquerda . É preciso?

Fiz, este tópico para saber a opinião dos amigos liberais se participar de comunidades de esquerda é válido .

Pensava que desta forma poderia difundir o pensamento liberal nestas comunidades e com isso trazer novos adeptos do Liberalismo .

Mais a ignorância é muito grande nestas comunidades . Não sabem absolutamente nada de nada . Sobre economia são em sua maioria um zero a esquerda . E sobre o Liberalismo é pior ainda . Infelizmente, ou felizmente, estou deixando de participar deste tipo de comunidade não adianta são burros e doutrinados demais . Participei de algumas comunidades de esquerda como : Odeio Capitalismo, Socialismo e Odeio Neoliberais . Essa última deixei de postar a pouco tempo . Acho que meu esforço é inútil . Creio, que a minha energia seja melhor aplicada em comunidades liberais como essa, em pesquisas e na formulação do meu blog . Tenho, praticamente certeza que terei menos desgates e mais resultados .

Por outro lado, fico preocupado com jovens que entram nestas comunidades de esquerda e são facilmente doutrinados .

Eu queria saber da opinião dos amigos ?

Eu queria saber da opinião dos amigos ?

Sol Moras Segabinaze - 3 de janeiro de 2008 - denunciar abuso

Não é inútil não.

Mesmo em comunidades puramente de esquerda, bons argumentos liberais podem colocar uma pulga atrás da orelha de pessoas ainda não completamente doutrinadas.

Não é comum, mas já vi gente aqui no orkut se convencendo das falácias socialistas só com a persuasão racional.

Em comunidades mais neutras, como a Economia Brasileira, a participação dos liberais também é importante, senão a coisa vira um debate entre socialistas e social-democratas, e muitos curiosos ficariam sem nem saber da alternativa liberal.

Sidney Richard Sylvestre - 3 de janeiro de 2008 - denunciar abuso

Eu participei um bom tempo do Botequim Socialista (fui quase um dos fundadores...hehehehe...tinha uns 140 membros qdo eu entrei).

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

comunidade

fórum

denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Articulando comunidades do orkut... - 40 respostas.

Eric Duarte - 20 de março de 2008 - denunciar abuso

Articulando comunidades do orkut...

Proponho a vocês uma campanha de difusão de nossa idéias pelo orkut afora, para isso, separei as maiores comunidades que apresentam temas relacionados com o que defendemos. Sabemos que para cada grupo específico, nosso método e conteúdo de exposição precisa se diferenciar, adequando-se às características do grupo em questão, portanto, sugiro que cada um escolha aquele tema que se ache mais capaz de discutir e se reúna com outros que tenham as mesmas aptidões, assim começáramos as articulações com força total... Talvez antes de começarmos seria interessante tentarmos reunir todos os ANARQUISTAS (é, estou excluindo os minarquistas da jogada...) do orkut, das vertentes voluntaristas, em uma única comunidade, assim poderíamos discutir melhor e com mais força essa e outras estratégias (como reuniões, panfletagem, igualar as fotos do orkut...).

Direito

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=27615>

Economia e Finanças

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=45779>

Filosofia Para Não-Filósofos?

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=64968>

Filosofia e Psicanálise

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=52595>

Anarquismo

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=70091>

Justiça Social

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=326428>

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

comunidade

fórum

denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Estratégia de Divulgação do Liberalismo - 23 respostas.

Guilherme Inojosa - 12 de setembro de 2008 - denunciar abuso

Estratégia de Divulgação do Liberalismo

Pessoal, eu tava pensando em começarmos a ir debater em outras comunidades pelo Orkut para acabar divulgando a teoria do Libertarianismo e apresentando essa comunidade para o pessoal. Alguém aqui se prontifica a ajudar?

Guilherme Inojosa - 12 de setembro de 2008 - denunciar abuso

Eu pensei nessas comunidades.

História: <http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=795788>

Geopolítica: <http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=191840>

Filosofia: <http://www.orkut.com.br/Community.aspx?cmm=28604502>

Guilherme Pinheiro - 12 de setembro de 2008 - denunciar abuso

Na boa: nem adianta procurar comunidades lotadas de cupins. É melhor começar por onde há certa receptividade das idéias libertárias.

Rhyan Fortuna - 12 de setembro de 2008 - denunciar abuso

Eu fazia isso na anarquismo, mas me cansei.

Henrique Vicente - 12 de setembro de 2008 - denunciar abuso

Eu fazia isso na anarquismo, mas me cansei. [2]

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

comunidade
fórum
denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Comunidades Estaduais do Liber - Entre na sua! - 3 respostas.

Rhyan Fortuna - 9 de novembro de 2008 - denunciar abuso

Comunidades Estaduais do Liber - Entre na sua!

Comunidade nacional
Libertários - LIBER
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=6654405>
Estaduais
Libertários de São Paulo
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=34116149>
Libertários - Rio de Janeiro
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=36291905>
Libertários - Minas Gerais
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=63465605>
Libertários de Brasília - DF
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=41793633>
Libertários - CE
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=44665021>
Libertários do Paraná
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=44250389>
Libertários - Santa Catarina
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=75168289>
Libertários - Pernambuco
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=75167257>
Libertários - Espírito Santo
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=75171433&refresh=1>
Libertários - Goiás
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=75189977>
Libertários-BA
<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=49293033>

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

comunidade
fórum
denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Dia da Liberdade de Impostos em SP - Voluntários - 1 resposta.

Núbia Tavares - 14 de maio de 2009 - denunciar abuso

Dia da Liberdade de Impostos em SP - Voluntários

Caros colegas da comunidade,

Assim como já acontece em BH e Porto Alegre, São Paulo também terá o Dia da Liberdade de Impostos esse ano. O IMB está ajudando na Organização do Evento, que será realizado no dia 25 de maio (segunda-feira).

Para quem não conhece, funciona da seguinte maneira: firmamos um acordo com um posto de gasolina e venderemos uma quantidade X de litros para X pessoas, gasolina sem o preço dos impostos. O Objetivo é mostrar para as pessoas como o governo encarece os produtos e diminui o poder de compra dos salários.

Estamos acertando alguns detalhes (por exemplo, em qual posto faremos, assim que tiver o lugar, eu posto aqui para todos). Por isso, estou aqui na comunidade. Gostaria de saber se a turma paulistana poderia colaborar conosco, nos ajudando no dia do evento (a organizar as filas, distribuir senhas para os motoristas, etc). Se alguém topa ser voluntário pela causa libertária, ficaremos muito felizes. Ah... Quem participar ganha uma linda camiseta do IMB.

Então, alguém se habilita?

Quem tiver interesse, por favor, responda aqui ou mande um e-mail para nubia@mises.org.br que eu respondo detalhando certinho o que precisamos, horário, etc.

Super obrigada, turma.

Um beijo,

Núbia

primeira < anterior próxima >

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

comunidade
fórum
denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Questões ao LIBER - 28 respostas.

Anselmo Heidrich - 31 de julho de 2009 - denunciar abuso

Questões ao LIBER

1. Como fica a questão da liberdade de conteúdo das escolas com a possibilidade Liber no poder?

(a) Exemplo: ... *The activities and lessons from which the Muslim Council of Britain wants the right to withdraw Muslim pupils include: mixed swimming; dance; sex and relationship education; music; drama; figurative drawing. On farm visits, touching or feeding pigs is prohibited, and staff are warned that pupils and parents may refuse to shake hands with a member of the opposite sex at prize-giving ceremonies.* Por que este me parece um daqueles casos paradoxais nos quais a liberdade de conduta empresarial prejudicaria, claramente, a liberdade individual.

Anselmo Heidrich - 31 de julho de 2009 - denunciar abuso

Fonte da citação: <http://www.meforum.org/2415/music-chess-sins>

Filipe (Éffe) Celeti - 1 de agosto de 2009 - denunciar abuso

Liberdade de conteúdo.

Se uma escola ensina que Adolf Hitler foi um grande líder alemão, mal compreendido pelo ocidente, o problema é dos pais que permitem seus filhos aprenderem informações erradas.

A competição do mercado fará com que escolas que distorcem informações percam clientes. Isso ocorrerá devido ao fato de que um ensino correto garantirá o futuro da criança.

Além disto, um grupo de pessoas pode ser a favor de financiar uma escola que defenda o Criacionismo, por exemplo.

Dar ao Estado o poder de controlar currículos e práticas pedagógicas é um perigo grande. Num ambiente livre, posso fazer campanha contra livros, escolas, professores, etc. Se o Estado controla a educação, como vou questioná-lo?

Mesmo que existam escolas ruins, elas logo deixariam de existir num livre mercado. Isto não ocorre com escolas ruins estatais.

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

comunidade

fórum

denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Lançamento do meu novo livro - 19 respostas.

Constantino Rodrigo - 16 de setembro de 2009 - denunciar abuso

Lançamento do meu novo livro

O Instituto Ludwig von Mises Brasil e Rodrigo Constantino tem a honra de convidá-lo (a) para o lançamento do livro: **ECONOMIA DO INDIVÍDUO, O Legado da Escola Austríaca** de Rodrigo Constantino

Contamos com sua presença no coquetel de lançamento que será realizado na Livraria D'Versos

1º de Outubro de 2009 (quinta-feira) - 19h
Av. Erico Veríssimo, 854, Barra da Tijuca - RJ
(ao lado do restaurante Balada Mix)

RSVP - (11) 3704.3782 com Nubia Tavares ou pelo email nubia@mises.org.br

Núbia Tavares - 16 de setembro de 2009 - denunciar abuso

Contamos com a presença de todos!

Helio Beltrao - 16 de setembro de 2009 - denunciar abuso

I'll be there!!!

Gustavo Ferreira - 16 de setembro de 2009 - denunciar abuso

Helio
I'll be there!!!

Às vezes me pergunto se o Hélio tem algo tipo uma residência fixa, família, coisas assim. O cara tá em todas. :)

Núbia Tavares - 21 de setembro de 2009 - denunciar abuso

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

comunidade

fórum

denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Evento TOUR LIBERAL - 3 respostas.

Direita Curitiba Brasil - 29 de setembro de 2009 - denunciar abuso

Evento TOUR LIBERAL

Pessoal!

Estão todos convidados para o evento TOUR LIBERAL que está percorrendo todo o Brasil e em Curitiba será sediado pelo Unicuritiba. O evento será no dia 07 de Outubro das 8:30 às 12:30 no Grande Auditório do Centro Universitário Curitiba.

Inscriva-se no site do Unicuritiba, pois o evento valerá horas complementares e, o mais importante, é gratuito.

O evento busca debater temas da atualidade sob a perspectiva liberal. A iniciativa é do Ordem Livre (www.ordemlivre.org) e em Curitiba conta com o apoio da Juventude Democratas, Diretório Acadêmico Clotário Portugal e Diretório Central dos Estudantes do Unicuritiba.

Palestrantes:

- Rodrigo Constantino (colunista do jornal O Globo, economista com MBS em finanças pelo IBMEC);
- Hélio Beltrao (Presidente do Instituto Mises Brasil e especialista em economia e finanças);
- Bruno Garschagen (Gerente de Relações Institucionais do Ordemlivre.org e mestrando em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa);
- Diogo Costa (Coordenador no Ordemlivre.org e mestre em ciência política pela Universidade Columbia);
- Lucas Mafaldo (Mestre em filosofia pela UFRN e editor do aristoi.com.br)

Mais informações nao nosso perfil!

Helio Beltrao - 30 de setembro de 2009 - denunciar abuso

Embora esteja entre os palestrantes do tour, gostaria de esclarecer que infelizmente NÃO poderei palestrar em Curitiba, fato que os organizadores do Ordem Livre já estão cientes há algum tempo.

Djalma Rocha - 30 de setembro de 2009 - denunciar abuso

Palestra na Universidade de São Paulo

Eu queria saber em qual faculdade será essa palestra ?

Será na FEA-USP ?

<http://www.mises.org.br/Event.aspx?id=2>

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

comunidade

fórum

denunciar abuso

primeira < anterior próxima >

Liberdade na Estrada | Recife - 27 respostas.

Aécio Prado - 5 de outubro de 2009 - denunciar abuso

Aos pernambucanos,

Dia 21 de Outubro, o Recife estará debatendo idéias fundamentais para uma sociedade livre.

Estarão presentes jovens intelectuais com uma missão: expor aos estudantes universitários brasileiros o pensamento libertário, de apoio ao livre mercado, paz e direitos individuais.

O objetivo é apresentar diretamente a tradição liberal, muito distante das caricaturas inventadas por seus oponentes intelectuais, de direita e esquerda, como "neoliberalismo"

Local: Auditório do Centro de Filosofia, 15º Andar, CFCH - UFPE

Horário: 8h - 12h

Divulguem: <http://seminarioliberal.blogspot.com>

Inscrições:

Enviar nome e telefone para aecioprado@gmail.com ou deixar scrap no meu perfil ;)

Abraços

Nyck Magnani - 5 de outubro de 2009 - denunciar abuso

Vai ser lindo! Façam isso na UFRJ também, por favor! No curso que faço, Relações Internacionais, ainda há aquele ranço de "coletivismo" em alguns professores e em alunos, apesar da turma ser bem adepta do capitalismo

Aécio Prado - 5 de outubro de 2009 - denunciar abuso

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

[comunidade](#)

[fórum](#)

[denunciar abuso](#)

[primeira](#) < [anterior](#) [próxima](#) >

[Reunião LIBER-RJ dia 07/10](#) - 1 resposta.

Roberto F.C. - 6 de outubro de 2009 - [denunciar abuso](#)

Reunião LIBER-RJ dia 07/10

Data :07/10 quarta feira

Horario: 19hs

Local: Amarelinho : Praça Floriano, 55. (Centro)

[primeira](#) < [anterior](#) [próxima](#) >

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

[comunidade](#)

[fórum](#)

[denunciar abuso](#)

[primeira](#) < [anterior](#) [próxima](#) >

[I Seminário de Economia Austríaca - inscrições](#) - 8 respostas.

Núbia Tavares - 26 de janeiro de 2010 - [denunciar abuso](#)

I Seminário de Economia Austríaca - inscrições

turma,

Começaram as inscrições para o seminário!

Todas as dúvidas e como participar em www.seminario-ea.com.br

Dúvidas, só falar.

Beijos,

Ron Paul - Still fighting for liberty - 26 de janeiro de 2010 - [denunciar abuso](#)

Tem razão, tava bizarro. Já foi corrigido.

Agora é só estudante até 25 anos. Nada de carteirinha.

Roberto F.C. - 26 de janeiro de 2010 - [denunciar abuso](#)

Não vejo assim bruno

acho que se queremos beneficiar os estudantes por serem jovens , deveríamos deixar de exigir que fossem estudantes, e sim dar a todos os jovens de até 25 anos o desconto.

Mas, bruno , de qualquer maneira vc ainda assim teria que mostrar a sua carteira de identidade estatal para comprovar a idade.

Infelizmente estes são os meios que temos hj...

Helio Beltrao - 28 de janeiro de 2010 - [denunciar abuso](#)

As inscrições estão acontecendo rapidamente - já há mais de 70 inscritos. Encorajo todos aqui do nosso grupo que se inscrevam logo que puderem.

Filipe (Éffe) Celeti - 28 de janeiro de 2010 - [denunciar abuso](#)

Liberalismo (verdadeiro)



Liberalismo (verdadeiro)

[comunidade](#)

[fórum](#)

[denunciar abuso](#)

[primeira](#) < [anterior](#) [próxima](#) >

[Fórum da Liberdade](#) - 23 respostas.

Aécio Prado - 20 de fevereiro de 2010 - [denunciar abuso](#)

Fórum da Liberdade

Quem vai , quem vai ?<http://www.forumdaliberdade.com.br/>—Questão: pq estudante paga mais do que profissional ?

Aécio Prado - 20 de fevereiro de 2010 - [denunciar abuso](#)

esse orkut tá um lixo

Roberto F.C. - 20 de fevereiro de 2010 - [denunciar abuso](#)

tem o I Seminário de Economia Austríaca

dia 11 e 12, no dia 12 acaba as 15:30 dá para ir ao forum da liberdade sem perder nada no dia 12 já que ele começa só as 18:30

<http://www.seminario-ea.com.br/>

[E.C.C.]Maurício JDM - 20 de fevereiro de 2010 - [denunciar abuso](#)

Helio Beltrão e Constantino presentes

Aécio Prado - 20 de fevereiro de 2010 - [denunciar abuso](#)

Vou apenas pro Fórum da Liberdade. Infelizmente.

--

Mais alguém de Recife pretende ir ?

Anthony de Barros - 28 de fevereiro de 2010 - [denunciar abuso](#)